



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

CÁSSIO RODRIGO DA COSTA ALMEIDA

PODER FINANCEIRO E ELEIÇÕES ESTADUAIS NO BRASIL
EM 2014, 2018 E 2022

MOSSORÓ/RN

2024

CÁSSIO RODRIGO DA COSTA ALMEIDA

PODER FINANCEIRO E ELEIÇÕES ESTADUAIS NO BRASIL

EM 2014, 2018 E 2022

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Linha de Pesquisa: Território, Estado e Planejamento.

Orientador: Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque.

Defendida em: 31/07/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque
Presidente

Prof. Dr. Celso Donizete Locatelli
Membro Examinador

Prof. Dr. Rodolfo Ferreira Ribeiro da Costa
Membro Examinador

Profa. Dra. Jane Roberta de Assis Barbosa
Membro Examinador

Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Membro Examinador

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Almeida, Cassio Rodrigo da Costa.
Poder financeiro e eleições estaduais no Brasil em 2014, 2018
e 2022 / Cassio Rodrigo da Costa Almeida. - Mossoró, 2024.
132 f.: il. color.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de
Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Natal, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque.

1. Geografia Política - Tese. 2. Geografia Eleitoral - Tese.
3. Contabilidade - Tese. 4. Eleições Estaduais - Brasil - Tese.
I. Albuquerque, Edu Silvestre de. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 911.3:32

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, sou imensamente grato ao meu orientador, Edu Silvestre de Albuquerque, pela orientação constante, apoio incansável e pela confiança depositada em mim desde o início deste projeto. Seu conhecimento profundo, paciência e encorajamento foram fundamentais para minha formação acadêmica e para o desenvolvimento desta tese.

Agradeço também, de forma especial aos membros da banca de qualificação examinadora, professores Celso Donizete Locatel e Rodolfo Ferreira Ribeiro da Costa, pelo apoio, incentivo e pelas, pelas valiosas contribuições, sugestões e críticas construtivas que enriqueceram este trabalho. Meus sinceros agradecimentos ao corpo docente que tive a oportunidade de aprender: Francisco Fransualdo de Azevedo, Hervé Émilien René Théry, Jane Roberta de Assis Barbosa, Raimundo Nonato Júnior e Rodrigo de Freitas Amorim, professores que muito contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal, cuja colaboração e discussões foram essenciais para o progresso deste estudo. Suas ideias e insights foram inspiradores e fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Gostaria de dedicar um momento especial para agradecer aos meus estimados colegas de turma. Durante esta jornada de doutorado, vocês não apenas foram colegas, mas verdadeiros amigos e fontes de apoio indispensáveis. Agradeço pela troca de ideias enriquecedoras, pelas discussões inspiradoras e pela colaboração constante em nossos projetos de pesquisa. Cada um de vocês contribuiu de maneira única para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

À minha família, em especial aos meus pais, Aldecir Almeida de Souza e Maria José Costa Almeida, pela constante motivação, apoio incondicional e compreensão ao longo deste percurso acadêmico. Suas palavras de incentivo foram o alicerce que sustentou minha jornada. Por fim, quero dedicar esse espaço especial para expressar minha profunda gratidão à minha amada esposa Narjully Kelly Lopes Cabral Almeida e às nossas queridas filhas Maria Carolina Cabral Almeida e Isabela Natália Cabral Almeida. Seu amor inabalável, apoio incondicional e compreensão ao longo dos anos foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar plenamente à realização deste estudo.

Vocês são minha fonte de força e felicidade, e esta conquista também é de vocês. Que nossa família continue sendo meu porto seguro em todas as jornadas que estão por vir. A todos os mencionados e aos que, porventura, não o foram, meu profundo agradecimento pela contribuição para esta conquista.

RESUMO

A relação entre geografia política e contabilidade envolve a análise de como o espaço territorial e as dinâmicas de poder influenciam a distribuição de recursos financeiros no período eleitoral. neste sentido, a pesquisa teve como objetivo analisar a importância dos aspectos financeiros nas eleições majoritárias das Unidades Federativas (UFs) brasileiras nos pleitos de 2014, 2018 e 2022. Quanto aos objetivos específicos, buscou-se: identificar as fontes de arrecadação das campanhas eleitorais majoritárias das UFs; analisar a composição dos gastos das campanhas eleitorais majoritárias das UFs; e analisar a influência das variáveis independentes e de controles no êxito das campanhas eleitorais majoritárias das UFs. Nossa hipótese é de que a variável financeira é um fator que influencia em campanhas eleitorais, possibilitando maior alcance dos eleitores e o êxito eleitoral dos candidatos. Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a análise comparativa histórica e definiu-se como amostra as candidaturas dos eleitos e não eleitos ao cargo de governador das 27 UFs nas eleições de 2014, 2018 e 2022. O levantamento dos dados ocorreu por meio do DivulgaCand (TSE). Para verificar o comportamento espacial dos dados através da localização, interação e representação dos fenômenos, empregamos o software aberto Qgis versão 3.32.0. Para a construção do modelo estatístico foi utilizado a técnica de Regressão Logística (*Logit*). Quanto às variáveis dependentes, foi caracterizada como os candidatos eleitos e não eleitos ao cargo de governador. Para as variáveis independentes, empregou-se as receitas e as despesas, financeiras e não financeiras. Quanto as variáveis de controle, foram: reeleição, gênero, patrimônio do candidato, IVS – infraestrutura e renda per capita. Os resultados mostraram que a variável “receita total” recebida pelos candidatos, não obteve um bom nível de significância, ou seja, não influenciou no caso dos eleitos. Da mesma forma, a variável “receita financeira” não obteve um bom nível de significância. Considerando a variável “despesa total”, a mesma também não obteve um bom nível de significância no caso dos eleitos. No entanto, a variável “despesa financeira” mostrou que na medida que mais gastam, aumentam em 1% a probabilidade de serem eleitos. Sobre as variáveis de controle, pode-se identificar que o “patrimônio” dos candidatos, mostrou que quanto maior for seus recursos, maior será a razão de chances de êxito. Da mesma forma, quando um candidato pleiteia a “reeleição”, sua razão de chances aumenta. Em termos percentuais, tal aumento representa 15,14% a mais de probabilidade de ser eleito. Com relação ao “gênero”, foi identificado que quando os candidatos são do gênero masculino, a sua razão de chances de êxito é maior. Quanto ao “IVS - dimensão infraestrutura”, das cidades onde residiam os candidatos no período eleitoral, quanto maior tal índice, maior a sua razão de chances de êxito. Da mesma forma a “renda per capita”, pois quanto maior for esse indicador nos estados em que concorreram, a sua razão de chances de êxito aumenta em 1%. Isto posto, a hipótese da pesquisa foi respondida, pois identificamos que o candidato que gasta mais, tem 1% de chance a mais de êxito. Assim, a hipótese testada foi considerada positiva, aliada ainda com as demais variáveis. Conclui-se que o modelo proposto ofereceu subsídios suficientes para analisar a importância dos aspectos financeiros nas eleições majoritárias dos estados brasileiros.

Palavras-chave: Geografia Política. Geografia Eleitoral. Contabilidade. Eleições Estaduais. Brasil.

ABSTRACT

The relationship between political geography and accounting involves the analysis of how territorial space and power dynamics influence the distribution of financial resources during electoral periods. In this sense, the research aimed to analyze the importance of financial aspects in the majoritarian elections of the Brazilian Federative Units (UFs) in the 2014, 2018 and 2022 elections. Regarding the specific objectives, we sought to: identify the sources of fundraising for the majoritarian electoral campaigns of the UFs; analyze the composition of the expenditures of the majoritarian electoral campaigns of the UFs; and analyze the influence of independent and control variables on the success of the majoritarian electoral campaigns of the UFs. Our hypothesis is that the financial variable is a factor that influences electoral campaigns, enabling greater reach of voters and the electoral success of the candidates. Regarding the technical procedures, historical comparative analysis was adopted and the candidacies of those elected and not elected to the position of governor of the 27 UFs in the 2014, 2018 and 2022 elections were defined as the sample. The data collection was carried out through DivulgaCand (TSE). To verify the spatial behavior of the data through the location, interaction and representation of the phenomena, we used the open software Qgis version 3.32.0. The Logistic Regression (Logit) technique was used to construct the statistical model. As for the dependent variables, it was characterized as the candidates elected and not elected to the position of governor. For the independent variables, revenues and expenses, financial and non-financial, were used. As for the control variables, they were: reelection, gender, candidate's assets, IVS - infrastructure and per capita income. The results showed that the variable "total revenue" received by the candidates did not obtain a good level of significance, that is, it did not influence the case of the elected candidates. Likewise, the "financial income" variable did not obtain a good level of significance. Considering the "total expenditure" variable, it also did not obtain a good level of significance in the case of elected officials. However, the "financial expenditure" variable showed that the more they spend, the probability of being elected increases by 1%. Regarding the control variables, it can be identified that the "assets" of the candidates showed that the greater their resources, the greater the chance of success. Likewise, when a candidate seeks "reelection", their chance ratio increases. In percentage terms, this increase represents a 15.14% greater chance of being elected. Regarding "gender", it was identified that when the candidates are male, their chance ratio of success is greater. Regarding the "IVS - infrastructure dimension", of the cities where the candidates lived during the election period, the higher this index, the greater their chance ratio of success. Likewise, the "per capita income" is also relevant, since the higher this indicator is in the states where candidates compete, the higher their chances of success increase by 1%. That said, the research hypothesis was answered, since we identified that the candidate who spends more has a 1% greater chance of success. Thus, the hypothesis tested was considered positive, together with the other variables. It is concluded that the proposed model provided sufficient support to analyze the importance of financial aspects in the majoritarian elections of the Brazilian states.

Keywords: Political Geography. Electoral Geography. Accounting. State Elections. Brazil.

LISTA DE SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADH	Atlas do Desenvolvimento Humano
DIVULGACAND	Divulgação de Candidaturas e Prestação de Contas Eleitorais
FEFC	Fundo Especial de Financiamento de Campanha
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LOGIT	Modelos de Regressão Logística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
UB	União Brasil
STF	Superior Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UF	Unidade Federativa

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Repasses do Fundo Partidário aos Partidos: Eleições de 2014.....	59
Gráfico 2 – Repasses do Fundo Partidário e do FEFC aos Partidos: Eleições de 2018.....	60
Gráfico 3 – Repasses do Fundo Partidário e do FEFC aos Partidos: Eleições de 2022.....	60
Gráfico 4 – Comparativo do Patrimônio Acima da Média de Candidatos Eleitos em 2014 e 2018.....	80
Gráfico 5 – Comparativo do Patrimônio Acima da Média de Candidatos Eleitos em 2018 e 2022.....	81

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	– Receita Total nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador....	53
Mapa 2	– Receitas Financeiras nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador.....	64
Mapa 3	– Despesas Totais nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador.....	67
Mapa 4	– Despesas Financeiras nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador.....	73
Mapa 5	– Patrimônio dos Candidatos nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Construção da String.....	18
Quadro 2	– Variáveis Independentes: Modalidades de Receitas e Despesas.....	20
Quadro 3	– Variáveis de Controle - Índice de Vulnerabilidade Social (Infraestrutura urbana).....	22
Quadro 4	– Principais Leis Eleitorais.....	47
Quadro 5	– Principais Decretos Eleitorais.....	48
Quadro 6	– Principais Resoluções Eleitorais.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Quantitativo de Candidatos por Estado e Eleição de 2014 a 2022.....	19
Tabela 2	– Modelo Logístico para os Eleitos.....	51
Tabela 3	– Resultados do Método <i>Logit</i>	52
Tabela 4	– Candidatos a Governador que mais Arrecadaram e foram Eleitos por Estado nas Eleições de 2014, 2018 e 2022.....	56
Tabela 5	– Comportamento da Receita Total nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador.....	58
Tabela 6	– Arrecadação Total de Recursos por Estados nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador.....	61
Tabela 7	– Candidatos que mais Gastaram e foram Eleitos por Estado nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador.....	70
Tabela 8	– Comportamento da Despesa Total nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador.....	71
Tabela 9	– Candidatos Eleitos a Governador com Patrimônio acima da Média dos Demais por Estado.....	78
Tabela 10	– Maior IVS – Infraestrutura versus Votação da cidade em que residia o Candidato Eleito.....	94
Tabela 11	– Menor IVS – Infraestrutura versus Votação da cidade em que residia o Candidato Eleito.....	95
Tabela 12	– Arrecadação de Recursos por Estados da Região Norte.....	100
Tabela 13	– Arrecadação de Recursos Estados da Região Sul.....	102
Tabela 14	– Arrecadação de Recursos Estados da Região Sudeste.....	104
Tabela 15	– Arrecadação de Recursos Estados da Região Centro-Oeste.....	105
Tabela 16	– Arrecadação de Recursos Estados da Região Nordeste.....	107

SUMÁRIO

1. CAPÍTULO 1: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	12
2. CAPÍTULO 2: CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS E TEÓRICAS.....	17
2.1 Caracterização da pesquisa	17
2.2 O universo da pesquisa e coleta de dados.....	18
2.3 Construção do modelo estatístico	23
2.4 Concepções teóricas: trilhando caminhos	24
2.5 Delimitando conceitos: território, estado e nação.....	26
2.6 Território brasileiro e pacto federativo	28
2.7 A Geografia Política	31
2.7.1 Geografia Eleitoral: uma ramificação da Geografia Política.....	33
3. CAPÍTULO 3: CONEXÃO ELEITORAL: GEOGRAFIA E CONTABILIDADE.....	37
3.1 Prestação de contas eleitorais	38
3.2 Principais aspectos das normas eleitorais brasileiras	45
4. CAPÍTULO 4: RESULTADOS ALCANÇADOS: ANÁLISE DESCRITIVA, ESTATÍSTICA E CARTOGRÁFICA DAS VARIÁVEIS	51
4.1 Análise descritiva, estatística e cartográfica das variáveis	51
4.1.1 Variável receita total	52
4.1.2 Variável receita financeira.....	63
4.1.3 Variável despesa total.....	66
4.1.4 Variável despesa financeira	72
4.1.5 Variável patrimônio do candidato	74
4.1.6 Variável reeleição	81
4.1.7 Variável gênero	85
4.1.8 Variável IVS – infraestrutura	90
4.1.9 Variável renda per capita	97
4.1.10 Análise empírica por região e estado	99
5. CONCLUSÃO	112
REFERÊNCIAS.....	115
ANEXO I – VARIÁVEIS DA PESQUISA.....	121

CAPÍTULO 1

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

A Geografia Eleitoral estuda a distribuição geográfica dos votos e o comportamento eleitoral em diferentes áreas geográficas. Busca analisar fatores como a demografia, composição socioeconômica, cultura e contexto histórico de uma região e como estas impactam nos resultados das eleições. Através da análise geográfica dos votos, é possível identificar padrões e tendências, como o voto de certos grupos étnicos, a influência de áreas urbanas e áreas rurais, a formação de coalizões políticas regionais, entre outros. Essas informações são cruciais para os partidos políticos e candidatos, ajudando-os a direcionar seus esforços de campanha e adaptando suas estratégias eleitorais de acordo com as características específicas de cada região.

A presente tese justifica-se em razão de que estudos envolvendo a Geografia Eleitoral ainda são recentes, e abrangem aspectos que vão desde a decisão e distribuição do voto, as reformas políticas, a influência de fatores financeiros e sociais nos resultados eleitorais, dentre outros (Pereira, 2014). Por outro lado, pesquisas envolvendo mais detalhadamente a influência demográfica do lugar e o universo da contabilidade eleitoral ainda são pouco exploradas.

A Geografia Política é considerada uma disciplina da Geografia, que inclui temáticas permeadas pela relação entre poder e território, cobrindo desde a Geopolítica até a Geografia Eleitoral. Esta última, vai além da elaboração de seu produto mais conhecido – os cartogramas eleitorais –, de modo a estudar os aspectos geográficos concernentes a todo o processo eleitoral, a partir de categorias como espaço, território e lugar. A Geografia Eleitoral abrange, portanto, o processo de análise espacial e sistemática das eleições, como demonstrado desde seus primeiros estudos de desempenhos eleitorais pautados nas características naturais e culturais das regiões, através de técnicas envolvendo a comparação de mapas (Zolnerkevic, 2018).

Em meados dos anos 1980 passa-se a ter maior inserção dos conceitos da Geografia Eleitoral na teoria social, como no caso da Teoria da Estruturação, de Anthony Giddens. Tal teoria possui perspectiva de análise do comportamento eleitoral baseado nos lugares, ao qual se defendia que os padrões observados através dos resultados eleitorais seriam oriundos de ações e comportamentos das pessoas, que ocorriam e eram estruturados nos lugares (Zolnerkevic, 2018). Nessa abordagem teórica, se busca explicar como a sociedade é estruturada e como os indivíduos agem dentro dessa estrutura.

Portanto, a estrutura social não é apenas um conjunto de regras ou normas externas aos indivíduos, mas é constantemente produzida e reproduzida pelo meio das práticas sociais

(Zolnerkevic, 2018). A sociedade seria, assim, composta por sistemas sociais, como instituições e organizações, que fornecem as regras, recursos e normas para a vida em conjunto. No entanto, esses sistemas sociais não são fixos ou determinantes, mas são moldados e transformados pelas ações dos indivíduos.

Assim, a Geografia Eleitoral passa a contar com uma base teórica que colocou o conceito de lugar em um patamar central nos estudos sobre o comportamento político e eleitoral da sociedade. Com isso, o lugar passou a ser entendido como uma estrutura responsável por mediar a atividade política, criando continuamente os lugares (Castro, 2005; Zolnerkevic, 2018). A relevância dos estudos envolvendo este conceito teórico decorre, principalmente, da ideia de que as características dos lugares acabavam por criar as condições determinantes das escolhas políticas dos cidadãos.

Através dessa base de estudos sociológicos, pesquisadores geógrafos ou não examinam como as características geográficas de um lugar influenciam as atitudes, comportamentos e escolhas políticas dos indivíduos. Ao considerar o lugar como um componente essencial, a Geografia destaca a importância do contexto espacial e das características físicas, socioeconômicas e culturais de uma área na formação de identidades políticas e na participação eleitoral (Castro, 2005). Reconhece, assim, que as pessoas estão imersas em ambientes geográficos específicos que moldam suas experiências políticas.

A partir daí é possível também investigar fatores e suas correlações eleitorais, tais como a composição demográfica de uma região, a distribuição de recursos, as fronteiras geográficas, a acessibilidade e a infraestrutura aplicada às dinâmicas políticas e eleitorais. É, portanto, central explorar a relação entre o lugar e a identidade política, desveladora da conexão afetiva que as pessoas têm com seu lugar de origem ou de residência, e que pode influenciar suas políticas e sua participação cívica (Castro, 2011). O senso de pertencimento a uma comunidade local ou regional pode moldar a forma como os indivíduos se envolvem na política e tomam decisões eleitorais.

Ao incorporar o conceito de lugar, a Geografia Eleitoral fornece uma perspectiva única para entender o comportamento político e eleitoral da sociedade, enfatizando a importância das dimensões espaciais e contextuais na formação das atitudes e ações políticas. Isso contribui para uma compreensão mais abrangente e contextualizada dos processos políticos, auxiliando na elaboração de análises mais completas e controladas.

Neste sentido, os procedimentos a serem executados na presente pesquisa envolvem contribuições da ciência geográfica e das ciências sociais. Com efeito, a análise eleitoral é objeto tanto dos campos da Geografia Política quanto das ciências políticas, saberes que se

utilizam de instrumentos como a estatística e a cartografia para auxiliar na compreensão do processo eleitoral desde a etapa de financiamento de campanha até a etapa da distribuição socioespacial do voto.

Para o propósito de nosso trabalho, também foi importante recorrer aos métodos de pesquisa das ciências contábeis. A área das ciências sociais aplicadas, à qual se vincula a Ciência Contábil, procura unir eixos de conhecimento com intuito de compreender as necessidades sociais e as relações humanas como um todo¹. A Ciência Contábil exerce papel fundamental no estudo das finanças e da contabilidade de campanhas eleitorais. Se concentra na análise das receitas e despesas de campanhas, bem como na prestação de contas financeiras e no cumprimento das normas eleitorais relacionadas ao financiamento. Fornece assim instrumentos e métodos para avaliar a transparência, a legalidade e a integridade das práticas financeiras no processo eleitoral.

Em síntese, a Geografia fornece ferramentas e métodos para analisar a distribuição geográfica de fenômenos políticos, como eleições, movimentos sociais e políticas públicas, permitindo a identificação de padrões espaciais e das desigualdades regionais, bem como o entendimento de como o espaço influencia a política. As ciências sociais analisam as instituições políticas, sejam governamentais, partidos políticos ou sistemas eleitorais, investigando como funcionam e influenciam o comportamento político, moldando a tomada de decisões políticas.

As ciências sociais investigam o comportamento de indivíduos e grupos em relação à política, pois examinam atitudes políticas, participação eleitoral, adesão social, identidade política e fatores que influenciam as escolhas políticas dos indivíduos.

1 A contabilidade é conceituada como uma ciência social aplicada, que surgiu nos primórdios da civilização, através da necessidade dos indivíduos em controlar seu patrimônio, sendo aprimorada constantemente desde seu surgimento. Sua base teórica é definida através de um conjunto de princípios conceituais e pragmáticos, ao qual formam uma base teórica para a investigação da natureza de sua essência, possuindo duas abordagens: a normativa e a positiva (Barroso, 2018).

A abordagem normativa foi construída por meio de uma ideia dedutiva a partir do momento em que os postulados e princípios contábeis serviram como base para as práticas profissionais, que acabou objetivando a recomendação política aos seus praticantes. Possuíam foco nos usuários tomadores de decisões, apresentando a estes como deviam tomar tais atitudes, que acabou servindo como um guia para as práticas contábeis atuais, proporcionando a uniformização dos relatórios contábeis e gerando maior confiança para os envolvidos nas transações contábeis (Barroso, 2018).

Quanto à teoria positiva, seu foco se encontrava em explicar as práticas contábeis, apresentando razões para as ações estudadas. Sua investigação foi baseada através de observações empíricas, partindo de um método predominantemente indutivo de análise, que possuía um embasamento através da formulação de hipóteses para os conceitos desenvolvidos. A formulação dessas hipóteses possuía o objetivo de identificar os fatores que acabavam por influenciar a prática do profissional contábil, validando tais resultados através do empirismo (Barroso, 2018).

Já as ciências contábeis buscam o controle e análise do financiamento político, avaliando a transparência, a prestação de contas e a regulamentação dos recursos financeiros nas campanhas eleitorais. Esta também investiga a origem dos recursos financeiros, os gastos dos candidatos e partidos. A contabilidade ainda desempenha papel crucial na auditoria e controle das finanças públicas e da gestão política, por fornecer garantia para a avaliação da eficiência e eficácia dos gastos públicos, identificação de irregularidades e transparência na prestação de contas.

Assim, a junção entre ciência geográfica, ciências sociais e ciências contábeis oferece uma perspectiva multidisciplinar para o estudo da política, proporcionando uma compreensão mais completa e o controle dos comportamentos eleitorais (institucionalizados ou não) e do mecanismo financeiro das atividades políticas. Entretanto, os estudos acadêmicos mais comumente se concentram na distribuição geográfica do voto, destacando a relação entre este e as estruturas sociais, sendo poucos os trabalhos que abordam os aspectos financeiros. Foram observados poucos trabalhos nesta direção, como Muller (2018) e Soares (2019). Doravante, o presente estudo busca justamente analisar a dimensão do financiamento e o padrão dos gastos das campanhas eleitorais no Brasil, confrontando-os com aspectos geográficos, tendo em vista ser ainda uma abordagem pouco explorada.

Face a contextualização exposta, busca-se com este estudo responder as seguintes questões: *Como as fontes de arrecadação e a composição dos gastos influenciaram nos resultados das eleições majoritárias das Unidades Federativas brasileiras nos pleitos de 2014, 2018 e 2022? Quais outros elementos podem contribuir com o êxito de determinados candidatos nestes pleitos?* Logo, espera-se identificar, analisar e avaliar as normas impostas pelo Estado brasileiro para o financiamento de campanhas eleitorais, envolvendo a regulamentação, a fiscalização eleitoral e a prestação de contas eleitorais para candidatos e partidos políticos.

Neste sentido, foi elaborada a seguinte hipótese de pesquisa: *“A variável financeira é um fator que influencia em campanhas eleitorais, possibilitando maior alcance dos eleitores e influenciando o êxito eleitoral dos candidatos”*. Quanto a seus objetivos, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância dos aspectos financeiros nas eleições majoritárias das UFs brasileiras nos pleitos de 2014, 2018 e 2022, cobrindo desde as fontes de arrecadação até a composição dos gastos de campanha. A escolha destas três eleições visa proporcionar uma ideia de evolução recente desses parâmetros de viabilização das campanhas eleitorais no país.

Para o alcance do objetivo geral, foi necessário a proposição de objetivos específicos, sendo estes:

- a) Identificar as fontes de arrecadação das campanhas eleitorais majoritárias das UFs nas eleições de 2014, 2018 e 2022;
- b) Analisar a composição dos gastos das campanhas eleitorais majoritárias das UFs nas eleições de 2014, 2018 e 2022;
- c) Analisar a influência das variáveis independentes e de controles no êxito das campanhas eleitorais majoritárias das UFs nas eleições de 2014, 2018 e 2022.

Assim, a presente tese visa contribuir para uma análise abrangente da política eleitoral, evidenciando informações cruciais para compreender como fatores geográficos, sociais, demográficos e psicológicos interagem no processo eleitoral, influenciando a escolha dos candidatos e os resultados das eleições. Ao considerar tanto a dimensão socioespacial quanto a dimensão financeira, é possível obter uma visão mais completa e precisa das dinâmicas políticas e dos controles de poder em uma sociedade democrática.

Neste sentido, desse encontro entre aspectos geográficos e contábeis, espera-se contribuir com novos horizontes para a temática da Geografia Eleitoral. Isto suscita a necessidade de maior aprofundamento empírico para abordar a relação entre as fontes de arrecadação, a composição dos gastos e os aspectos demográficos nos resultados de campanhas eleitorais, sobretudo para nosso recorte territorial que é a esfera estadual. Com isso, pretende-se ainda melhorar a compreensão sobre os aspectos financeiros nos períodos eleitorais, observando sua influência na gestão política (García-Sánchez; Mordán; Cuadrado-Ballesteros, 2014).

Isto posto, a pesquisa está organizada em cinco capítulos, cada qual com suas respectivas seções, sendo: o capítulo 1 abordou a contextualização do estudo, os principais objetivos traçados, a hipótese testada, a justificativa para sua realização e a estrutura do trabalho; o capítulo 2 tratou das concepções metodológicas e teóricas, com a caracterização da pesquisa e seu universo, o processo de coleta de dados e a construção do modelo estatístico, além de conceitos teóricos fundamentais para a pesquisa; o capítulo 3 buscou fazer uma conexão teórica entre geografia e contabilidade, abordando os principais aspectos de ambas; o capítulo 4 tratou da análise descritiva, estatística e cartográfica dos dados; e por fim, o capítulo 5 trouxe a conclusão da pesquisa, retomando a uma breve contextualização do trabalho, respondendo a problemática e objetivos que nortearam o estudo, expondo os principais resultados alcançados, as contribuições proporcionadas, além das limitações e sugestões para estudos futuros.

CAPÍTULO 2

CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS E TEÓRICAS

Este capítulo apresenta as concepções metodológicas e teóricas que nortearam o desenvolvimento da pesquisa, abordando as especificações do problema estudado, a definição das variáveis de pesquisa, a construção do modelo econométrico aplicado e os conceitos teóricos centrais acerca da temática.

2.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa científica é um processo sistemático de investigação que visa produzir conhecimento, compreender fenômenos naturais ou sociais, além de resolver problemas específicos por meio de métodos e técnicas empíricas. Gil (2008) destaca que o objetivo principal da pesquisa científica é a busca de respostas fundamentadas, confiáveis e passíveis de verificação a perguntas ou hipóteses, contribuindo assim para a expansão do conhecimento humano.

Assim, para se alcançar o objetivo proposto, o estudo se caracterizou como descritivo, por utilizar da descrição das principais características acerca de uma população ou fenômeno (Gil, 2008), considerando que o pesquisador busca apenas registrar e interpretar os fatos, sem interferir nestes. Adotamos também um levantamento de dados secundários, com o intuito de verificar a relação entre poder financeiro e êxito nas eleições regionais do Brasil, para os candidatos que concorreram ao cargo de governador.

A tese apresentou ainda a tipologia explicativa, pois buscou compreender os fatores que levaram a causar determinada situação, analisando e interpretando os fatos (Prodanov; Freitas, 2013). Quanto aos procedimentos técnicos, se definiu como uma análise comparativa, por efetuar a coleta e análise das informações relacionadas a comparação de dois ou mais processos, documentos ou até mesmo conjunto de dados (Pereira *et al.*, 2018), com intuito de alcançar argumentos que sustentem as diferenças e semelhanças existentes entre a influência de determinados fatores nos resultados das três últimas eleições gerais.

Com relação aos procedimentos adotados, destaca-se o viés estatístico e documental. Estatístico por fundamentar-se na aplicação de uma teoria estatística e documental, utilizando materiais que ainda não receberam tratamento científico, podendo assim serem reelaborados de acordo com o objetivo em questão. Quanto à abordagem, a pesquisa teve cunho quantitativo, pois conforme Menezes *et al.* (2019), esse tipo de pesquisa lida com fatos, cujas variáveis

devem ser rigorosamente determinadas e analisadas por algum método matemático. Nesse caso, as variáveis estatísticas forneceram elementos fundamentais ao desenvolvimento da natureza qualitativa da pesquisa, quando busca evidenciar que há ligações entre os universos subjetivos e objetivos, unindo teorias, variáveis e significados.

Finalmente, foi necessário a utilização de técnicas e *softwares* estatísticos para se alcançar resultados idôneos e que permitiram responder à problemática da pesquisa. Nesta etapa da metodologia, foi realizado o processo de coleta e tratamento de dados, utilizando grandezas por meio da metrologia, colocando dessa maneira os números em suas unidades específicas. Com isso, foi gerado um conjunto de dados que foram analisados e interpretados, possibilitando s conclusões sobre os dados analisados (Pereira *et al.*, 2018).

2.2 O universo da pesquisa e coleta de dados

Na pré-pesquisa da tese, fez-se o levantamento de trabalhos publicados em congressos e periódicos internacionais que envolvessem os temas “contabilidade eleitoral” e “Geografia Política”, como forma de compreender se tal universo é conteúdo frequente em pesquisas científicas. Foram utilizados os termos de busca expostos na Quadro 1, para a construção da *String* em duas plataformas de pesquisas distintas, a *Scopus* e a *Web of Science*. Diversificou-se ao máximo os termos de busca para se obter maior amplitude quanto ao número de periódicos internacionais pesquisados, abrangendo o período de publicação de meados da década de 1990 a 2022.

Quadro 1 - Construção da *String*

<i>Electoral Accounting</i>	<i>“counter”, “elections”, “brazilian elections”, “election campaigns”.</i>
<i>Rendering of Electoral Accounts</i>	<i>“candidates”, “resources”, “revenue sources”, “campaign finance”, “expense breakdown”, “campaign expenses”.</i>
<i>Influence of Accountability on Electoral Results</i>	<i>“election results”, “brazilian election results”.</i>
<i>Political Geography</i>	<i>“brazilian demographic aspects”, “demography”, “brazilian demography”, “social aspects”, “brazilian social aspects”, “political aspects”.</i>
<i>Election Geography</i>	<i>“state”, “brazilian state”, “territory”, “brazilian territory”, “nation”, “brazilian nation”, “federative pact”, “brazilian federative pact”, “federalism”.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Após a aplicação dos termos supracitados, conseguiu-se apenas quatro trabalhos na

plataforma *Scopus*, não sendo localizado nenhum na *Web of Science*, envolvendo a temática das eleições brasileiras com a contabilidade e Geografia Política, contudo, não abrangendo os aspectos abordados na presente pesquisa.

A pesquisa buscou analisar como as fontes de arrecadação e a composição dos gastos de campanha influenciaram nos resultados das eleições majoritárias das UFs brasileiras de 2014 a 2022. Para tanto, foi definido como amostra as candidaturas de eleitos e não eleitos ao cargo de governador, dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, nas eleições de 2014, 2018 e 2022. Com isso, chegou-se a um montante final de 604 candidatos a governadores durante o período em questão, conforme detalhado na Tabela 1. Desses 604 candidatos, 06 tiveram seus registros indeferidos, restando um total de 598 candidatos.

Tabela 1 – Quantitativo de Candidatos por Estado e Eleição de 2014 a 2022

Estados	Quantidade de Candidatos		
	2014	2018	2022
Acre (AC)	4	6	7
Alagoas (AL)	10	6	7
Amapá (AP)	7	5	6
Amazonas (AM)	7	7	8
Bahia (BA)	6	7	6
Ceará (CE)	4	6	6
Distrito Federal (DF)	7	11	12
Espírito Santo (ES)	5	6	7
Goiás (GO)	7	7	9
Maranhão (MA)	6	6	9
Mato Grosso (MT)	6	5	4
Mato Grosso do Sul (MS)	6	6	8
Minas Gerais (MG)	8	10	10
Pará (PA)	6	5	9
Paraíba (PB)	6	5	8
Paraná (PR)	8	10	9
Pernambuco (PE)	7	7	11
Piauí (PI)	7	10	9
Rio de Janeiro (RJ)	7	12	9
Rio Grande do Norte (RN)	5	8	9
Rio Grande do Sul (RS)	8	8	12
Rondônia (RO)	5	9	7
Roraima (RR)	5	5	5
Santa Catarina (SC)	8	9	10
São Paulo	9	13	10
Sergipe (SE)	5	10	9
Tocantins (TO)	7	5	8

Fonte: TSE (2024).

O processo de coleta de dados buscou fundamentar a análise de como as fontes de

arrecadação e a composição dos gastos influenciaram nos resultados das eleições majoritárias dos estados brasileiros. O levantamento dos dados ocorreu por meio da plataforma eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Sistema de Divulgação de Candidaturas e Prestação de Contas Eleitorais – DivulgaCand. Esse portal é responsável pela divulgação das candidaturas e das prestações de contas dos candidatos e dos partidos políticos de todo o país. Por meio do mesmo, é possível consultar o quantitativo de candidaturas e verificar a situação de cada candidato, assim como seus dados biográficos e financeiros, conforme informado à Justiça Eleitoral.

As informações coletadas foram tratadas em planilhas elaboradas por meio da ferramenta Excel. Com isso, foi possível a construção da variável dependente, caracterizada como sendo os candidatos eleitos e não eleitos ao cargo de governador durante os pleitos de 2014, 2018 e 2022. Quanto às variáveis independentes, que permitiram a construção do fator financeiro, empregou-se as receitas e as despesas (que incluem as financeiras e não financeiras). Tais variáveis compuseram a construção do modelo econométrico adotado na pesquisa.

No entanto, no processo de análise descritiva dos dados, se faz relevante destacar as diversas modalidades de arrecadação de receitas e as principais categorias de despesas, como forma de compreender o gasto total de cada candidato. Com isso, o Quadro 2 buscou demonstrar com maior detalhe essas informações, que foram relevantes para a análise descritiva.

Quadro 2 – Variáveis Independentes: Modalidades de Receitas e Despesas

Receitas	Recursos próprios das candidatas ou dos candidatos.
	Doações financeiras ou estimáveis em dinheiro de pessoas físicas.
	Doações de outros partidos políticos e de outras candidatas ou de outros candidatos.
	Comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação realizados diretamente pela candidata ou pelo candidato ou pelo partido político.
	Recursos próprios dos partidos políticos, desde que identificada a sua origem.
	Rendimentos gerados pela aplicação de suas disponibilidades.
	Confecção de material impresso de qualquer natureza.
	Propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação.
	Aluguel de locais para a promoção de atos de campanha eleitoral.
	Despesas com transporte ou deslocamento de candidata ou de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas.
	Correspondências e despesas postais.
	Despesas de instalação, organização e funcionamento de comitês de campanha e serviços necessários às eleições.
	Remuneração ou gratificação de qualquer espécie paga a quem preste serviço a candidatas ou candidatos e a partidos políticos.

Despesas	Montagem e operação de carros de som, de propaganda e de assemelhados.
	Realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura.
	Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita.
	Realização de pesquisas ou testes pré-eleitorais.
	Custos com a criação e a inclusão de páginas na internet e com o impulsionamento de conteúdo.
	Multas aplicadas, até as eleições, às candidatas ou aos candidatos e partidos políticos por infração do disposto na legislação eleitoral.
	Doações para outros partidos políticos ou outras candidatas ou outros candidatos.
	Produção de jingles, vinhetas e slogans para propaganda eleitoral.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Resolução TSE N° 23.607/2019 (2024).

Quanto as variáveis de controle, foram definidas algumas características que auxiliaram na análise da importância dos aspectos financeiros nas eleições, sendo os seguintes pontos:

- a) **Reeleição:** identificação se o candidato está concorrendo a reeleição ou não. Foi utilizado a variável 1 caso a resposta seja sim e 0 para caso seja não;
- b) **Gênero:** identificação do gênero do candidato. Foi utilizado a variável 1 para masculino e a variável 2 para feminino;
- c) **Patrimônio:** identificação do patrimônio declarado pelo candidato no ato de registro de campanha na eleição do ano em questão, através do DivulgaCand;
- d) **Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) – Dimensão Infraestrutura Urbana:** identificação do IVS na dimensão infraestrutura na cidade em que o candidato residia naquela eleição, através do portal Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH);
- e) **Renda Per Capita:** identificação da renda per capita no estado do candidato, considerando as 3 eleições, através do Portal do IBGE.

Com relação ao IVS, convém detalhar o mesmo, que é construído a partir de indicadores do ADH no Brasil, que objetiva dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários. É um índice sintético que reúne indicadores do bloco de vulnerabilidade social, sendo apresentado por meio de cartogramas e estruturados em diferentes dimensões. O mesmo traz indicadores estruturados em três dimensões, sendo: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, ao qual permite um mapeamento singular da exclusão e da vulnerabilidade social para todos os municípios brasileiros (Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, 2023). Essas dimensões

correspondem ao conjunto de ativos, recursos ou estruturas, cujo acesso, ausência ou insuficiência indicam que o padrão de vida das famílias encontra-se baixo, sugerindo, no limite, o não acesso e a não observância dos direitos sociais.

Contudo, para aplicação econométrica do trabalho, foi viável estatisticamente apenas o subíndice que contempla a infraestrutura urbana. Este procura refletir as condições de acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, dois aspectos relacionados ao lugar de domicílio das pessoas e que impactam significativamente em seu bem-estar. Os indicadores desse índice se encontram resumidamente evidenciados na Quadro 3.

Quadro 3 – Variáveis de Controle - Índice de Vulnerabilidade Social (Infraestrutura Urbana)

Índice de Vulnerabilidade	Indicador	Descrição
IVS Infraestrutura Urbana	Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados.	Razão entre o número de pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provém de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica, e a população total residente em domicílios particulares permanentes.
	Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo.	Razão entre a população que vive em domicílios sem coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo é realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço.
	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.	Razão entre o número de pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais de idade, que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, e que gastam mais de uma hora em deslocamento até o local de trabalho, e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, e que retornam diariamente do trabalho.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IVS (2024).

Foram utilizadas ainda técnicas cartográficas, que permitiram verificar o comportamento espacial dos dados através da localização, interação e representação dos fenômenos estudados. A elaboração dos mapas utilizou o software aberto Qgis versão 3.32.0, usando o sistema de coordenadas geográficas SIRGAS 2000, EPSG 4674 SIRGAS 2000, parâmetros utilizados oficialmente no Brasil. Os resultados foram analisados por meio de cartografia temática, após o processamento de dados obtidos das fontes oficiais.

2.3 Construção do modelo estatístico

No processo de avaliação da relação entre essas variáveis e os resultados das eleições, foi elaborada uma combinação de técnicas que permitiram criar uma variável através dos principais indicadores de receitas e despesas. Após idealizada a medida financeira, foi efetuada a análise de causalidade entre o referido indicador e a condição financeiras dos candidatos analisados.

Relacionado ao processo de análise dos dados, a fim de verificar a influência do fator financeiro com as variáveis independentes, dependentes e de controle, foi utilizado a técnica de Regressão Logística (*Logit*), que conforme citado por Ribeiro e Ribeiro (2022), também conhecido como modelo logístico, é uma técnica amplamente utilizada em estatísticas para modelar a probabilidade de uma variável binária. A variável dependente no modelo *Logit* assume dois possíveis valores, geralmente codificados como 0 e 1. Este método é especialmente útil em situações onde se deseja modelar a probabilidade de ocorrência de um evento, como a aprovação de crédito, a presença de uma doença, entre outros.

O modelo *Logit* é fundamentado na função logística, que transforma qualquer valor real em um número entre 0 e 1, tornando-o uma representação adequada para a probabilidade, sendo expressa como:

$$p(x) = \frac{1}{1+e^{-z}} \quad (1)$$

Onde:

$p(x)$ = probabilidade prevista de que a variável dependente seja 1;

z = função linear das variáveis explicativas, $z = \beta_0 + \beta_{1x1} + \beta_{2x2} + \dots + \beta_{kxk}$;

$\beta_0, \beta_1, \dots, \beta_k$ = coeficientes a serem estimados;

e = base do logaritmo natural.

Os coeficientes do modelo *Logit* são geralmente estimados usando o método de máxima verossimilhança. Este método busca os valores dos coeficientes que maximizam a probabilidade de observar os dados e os coeficientes. A função de verossimilhança L para um conjunto de dados com n observações é dada por:

$$L(\beta) = \prod_{i=1}^n p(x_i)^{y_i} (1 - p(x_i))^{1-y_i} \quad (2)$$

Onde:

y_i = valor observado da variável dependente para a i -ésima observação, que pode ser 0 ou 1;

$p(x_i)$ = probabilidade prevista de $y_i = 1$ calculada pela função logística.

Na regressão logística, o exponencial de um valor positivo (+) produz um coeficiente maior do que 1. Contrariamente, um coeficiente negativo (-) retorna um $\text{Exp}(\beta)$ menor do que 1. Um coeficiente de valor zero produz um $\text{Exp}(\beta)$ igual a 1, indicando que a variável independente não afeta a chance de ocorrência da variável dependente. Então, quanto mais distante o coeficiente estiver de um, independente da direção, maior é o impacto de uma determinada variável independente sobre a chance da ocorrência do evento de interesse (Araújo; Vale; Paixão, 2009).

2.4 Concepções teóricas: trilhando caminhos

As perspectivas teóricas da tese se referem às estruturas conceituais e visões do mundo adotadas para compreender, explicar e interpretar características do objeto de estudo. Essas concepções fornecem uma estrutura conceitual para a pesquisa acadêmica e científica, auxiliando na definição das perguntas de pesquisa, na seleção de variáveis relevantes e no desenvolvimento de hipóteses. Assim, as concepções teóricas desempenham um papel crítico no processo de pesquisa, fornecendo uma estrutura conceitual e uma base lógica para conduzir investigações rigorosas e avançar o conhecimento em uma área específica.

Para nossa tese em específico, destacamos Santos (1998) quando menciona que os conceitos de espaço e território são vistos como se fossem objetos, não os objetos mais os sujeitos, mas objetos em sua essência. Isso se originou da noção arcaica que se tinha sobre a Geografia.

Por meio dessas premissas ressurgiu na ciência geográfica o conceito de nação, partindo

do entendimento de que o espaço geográfico é considerado um elemento central na produção de uma teoria social. Compreende-se, assim, que a nação é o resultado de uma longa construção, que a coloca em posição similar a categoria de território (Castro, 2005; Santos, 1998). De modo resumido, tal conceito resulta justamente da união das categorias de Estado e território colocada pela forte influência da evolução do capitalismo que permitiu a relação da nação com o mercado nacional.

Dessa forma, ideias relacionadas ao mercado nacional, ao território e o próprio Estado, aparecem ocultas na ideia de nação. Ideia essa caracterizada por um conjunto de características, como tradições, língua, costumes e diversos outros fatores, que são responsáveis por formar a identidade de um grupo. Nela, os indivíduos se identificam e se consideram parte do mesmo, aderindo as suas características, possuindo um caráter subjetivo e humano, antecedendo os conceitos referentes ao Estado (Castro, 2005; Santos, 1998; Santos, 2005).

Já o Estado corresponde a um conjunto de instituições no campo político, que visam a organização do espaço de um povo ou uma nação. Para isso, ele deve possuir um território e exercer sobre este a sua cidadania, possuindo autoridade máxima sobre o mesmo. Com isso, surgiu a expressão Estado-nação, que segundo Santos (2005) foi um grande marco, por permitir o reconhecimento de uma noção jurídica do território, que foi derivada do conhecimento e da conquista do mundo.

O Estado-nação originalmente é formado por diversas instituições, que constituem uma massa de cidadãos que se consideram parte de uma mesma nação. Nos dias atuais, se entende que todas as sociedades modernas são Estados-nações, sendo dirigidas por um governo que institui e controla suas políticas (Castro, 2005). Isso leva a abordagem de que existe na realidade duas nações, a ativa e a passiva (Santos, 2000).

Reconhece-se por nação ativa as ações que podem ser vistas como algo fluído, veloz e extremamente articulado, possuindo forte atuação nas finanças nacional e internacional da nação, sendo conduzida normalmente pela alta sociedade. Seu discurso tem cunho globalizado, que busca alimentar a prevalência de um sistema ideológico que possa definir as ideias de prosperidade e riqueza, em paralelo com a produção de conformidade. A nação ativa seria assim todos aqueles que aceitam, pregam e conduzem uma modernização em que predomina o interesse no dinheiro e do capital financeiro (Santos, 2000).

Já a nação passiva compreende a maior parte da população e economia de uma nação. Seriam aqueles indivíduos que participam de forma residual do mercado global, que conseguem sobreviver à margem de suas atividades, sem conseguir entrar totalmente para os dados das finanças públicas ou oficiais. Seu público possui maior engajamento na defesa dos interesses e

direitos das maiorias, demonstrando forte insatisfação e inconformismo para com os resultados frequentemente limitados da nação ativa (Santos, 2005). Também é considerada estatisticamente lenta, com raízes locais e orgânicas, ao qual criam relações cotidianas com base em uma cultura própria, reconhecida como uma base sólida para a produção política.

Para Santos (2005), a nação ativa circula pelos lugares - utilizando estes como um recurso - e seus serviços, mesmo sem compromisso, enquanto a nação passiva reside no local onde vive e evolui. Inicialmente se entende que a nação ativa acaba desarticulando a passiva, ao qual não conseguem obter um projeto em conjunto. Contudo, também se compreende que o processo de tomada de consciência que é enraizada pela nação passiva e, principalmente, pela sua escassez, acaba tornando possível a elaboração de tais ações, ao qual sua viabilidade está ligada justamente ao fato de que sua formação é composta pela maior parte da sociedade, tendo ainda um dinamismo próprio, que é fundado em sua existência, enaltecendo assim sua veracidade e riqueza.

Nesse contexto de ideias, se percebe que em cada país coexistem uma nação ativa e passiva, sujeitas a criação de uma nova nação. No passo em que a nação ativa é baseada nas ideias dos modernizadores, que renunciam a projetos de nações e buscam trabalhar em projetos alheios, a nação passiva é composta por aqueles que desejam ter um projeto de nação e não conseguem construí-lo, devido principalmente a sua subordinação e desarticulação (Santos, 2009). Isso leva a entender que uma nova nação surge através de um processo de reconstrução nacional, pois não há como escapar do constante movimento e evolução da própria sociedade (Castro, 2005).

2.5 Delimitando conceitos: território, estado e nação

Pode se dizer que os lugares são partes delimitadas de um espaço, ao qual se relacionam e unificam. Diferenciam-se entre si devido a suas densidades técnicas, informacionais e comunicacionais (Santos; Silveira, 2001). A junção destes lugares os torna cada vez mais diferentes, devido principalmente a mundialização ocorrida nos últimos tempos (Dantas, 2016; Moraes, 1985). Com isso, se entende que quanto mais os lugares forem globalizados, mais estes serão únicos, singulares e específicos.

Considera-se que os lugares são compostos pela combinação entre a produção, circulação, troca e consumo de objetos. Cada lugar terá ainda suas especificidades, com diferenças espaciais, que permitem ou não, a adoção de atividades específicas. Tais particularidades dão características únicas a cada lugar, sendo chamada por Milton Santos como

Lei do Lugar (Dantas, 2016).

É o lugar que determina o tempo e não o inverso. São os lugares que dão origem aos eventos enquanto possibilidades, revelando e os tornando únicos. Cada lugar será uma combinação única de vetores, tanto subjetivos como objetivos, podendo até em certos momentos possuírem conteúdos semelhantes, mas não idênticos. Se define, assim, pela combinação única da ideia de realização e corporização de possibilidades existentes no mundo, que seriam os eventos (Dantas, 2016; Santos, 2005). O lugar também é onde ocorre a funcionalização do mundo, e é por ele que o mundo é reconhecido empiricamente.

Já o conceito de território remete ao espaço que é submetido a uma norma, a um poder, que constitui regras para a execução de ações (Souza, 1995). Visto ainda como um compartimento político e institucional do espaço, determinado por fronteiras que possuem validade em um sistema jurídico amparado na soberania territorial nacional e também em suas divisões internas, colocando o Estado como centro, atribuindo-lhe o papel mais importante dentro da sociedade (Santos, 1998).

Essencialmente, o território é sólido devido a sua constituição técnica, que seriam as qualidades duráveis e fixas do espaço, além da constituição social, que dependerá exclusivamente da técnica (Santos, 1998). Todavia, o conhecimento do território acabou se tornando indispensável, devido a sua grande relevância para o processo de globalização que atinge o mundo contemporâneo (Souza, 2003). É entendido, assim, não apenas como algo que remete ao limite político-administrativo, mas ao espaço que efetivamente é utilizado por toda a sociedade.

Lugar e território possuem assim conceitos semelhantes e, ao mesmo tempo, distintos. O lugar reflete uma realidade, que não possui uma demarcação física definida, ao qual é marcado pela interação dos indivíduos com o seu ambiente, sua cultura e costumes. Já o território é conceituado como um tipo de fronteira, frequentemente definida por intervenção política do estado, como também podendo ser marcado por outros meios de poder, como é o caso das ocupações por determinados grupos, como uma facção criminosa, por exemplo. Assim, o território é demarcado e limitado por questões que envolvem poder ou por convenções humanas, diferentemente da delimitação de lugar.

Entretanto, o uso do território e do lugar são variáveis dependentes, pois seu conjunto de ações viabiliza a sua execução. Como exemplo, se tem a produção de cana, que remete ao uso do território, enquanto a combinação específica de fatores para esse uso seria o lugar. Assim, a produção da cana seria o uso do território, no passo em que o uso do território e as particularidades de cada produção seria dada pela definição de lugar (Santos, 1998; Santos,

2005). O território pode então ser definido como o uso e o lugar a combinação dos fatores para tal uso.

Nesse contexto, compreende-se que o lugar seria o espaço destinado as relações humanas em sua complexidade, enquanto o território seria uma área apropriada, uma porção específica do espaço geográfico em que ocorre uma relação de hierarquia entre sua população (Santos, 1998). Tal conceituação remonta a necessidade de expandir a ideia de território não apenas como um objeto sólido, mas também como um objeto de cunho social, como um território da nação e do país, ampliando o alcance e entendimento sobre seus conceitos na ciência geográfica.

2.6 Território brasileiro e pacto federativo

O território brasileiro é considerado um excelente modelo em escala real para medir as consequências socioeconômicas das transformações do espaço, motivadas principalmente devido ao desenvolvimento do conhecimento técnico da paisagem e de seu sistema de movimentos. Neste, o Estado e o território fazem parte de um mesmo corpo político, possuindo diversas regiões detentoras de uma vasta diversidade histórica e geográfica (Castro, 2005; Souza, 2003).

No entanto, ao efetuar uma análise mais detalhada do território brasileiro, é possível observar desigualdades enormes. Segundo Souza (2016), há pelo menos dois tipos de espaços nesse contexto. O primeiro seria o espaço que manda, que possui poder de dominação, enquanto o outro seria o que obedece, que possui forte subordinação ao seu superior. Estes espaços foram gerados pelo frequente debate entre os conceitos envolvendo a abundância e escassez, considerada um dos maiores fundamentos estudados pela Geografia das desigualdades e que é fortemente visualizado no contexto brasileiro.

Essa assimetria do território brasileiro advém de um processo histórico, tendo sua origem pautada na pluralidade de povos e crenças. Esse contexto natural foi aos poucos sendo atingido por diversos níveis de artificialidade, que passaram assim a compor uma nova história de diferenciação territorial. Inicialmente as formas naturais eram responsáveis pelo processo de distribuição de uma pequena parcela da população nativa e da estrangeira. Já nos dias atuais se tem a combinação de formas tanto naturais como técnicas, que determinam os fluxos e a distribuição das pessoas, coisas e informações pelos variados lugares e regiões do país (Santos; Silveira, 2001).

Há ainda a forte integração do conhecimento digital pelo território brasileiro,

considerado uma incorporação coordenada de diversos pontos selecionados, além de um conhecimento centralizado do território em si. Com isso, se tem a garantia de flexibilidade, agilidade e segurança das ações entre estes, características essas adquiridas pelo movimento acelerado dos diversos eventos naturais e sociais, permitindo maior aprofundamento quanto a densidade histórica do período contemporâneo (Santos, 2005; Santos, 2009).

No entanto, mesmo diante das metrópoles e cidades de médio e grande porte, o processo de ocupação e uso do território brasileiro ainda é considerado altamente desigual, estando distante de atingir quaisquer tipos de estabilidade socioeconômica (Souza, 2016). O território seria assim uma área delimitada através da soberania que é exercida pelo Estado brasileiro, com uma conotação essencialmente política. Seu uso é, de certo modo, uma mera formalização do território, como forma de possibilitar que o mesmo permaneça no comando do viés político, assegurando assim a formalidade e poder do Estado (Santos, 2011).

Neste âmbito de ideias, surge o pacto federativo, que pode ser conceituado como um acordo de base territorial, firmado por diferentes grupos localizados em partes distintas de um determinado território, buscando o atendimento de suas demandas e o consenso na forma de interesses gerais da sociedade que pretendem constituir. No entanto, esse acordo é rodeado de tensões e pressões externas, sendo necessário haver meios institucionais para organizar os interesses e controlar os possíveis conflitos (Castro, 2005; Gallo, 2009). Em linhas gerais, seria um formato político que objetiva preservar a diversidade, buscando unir e conciliar os propósitos dos grupos, frequentemente considerados opostos.

Esse acordo federativo é reconhecido pelas partes como uma evolução vista como necessária, em que os diferentes grupos sociais as impõem e executam. Seria, assim, um acordo, seja este executado por meio de consenso entre as partes ou através de medidas mais violentas. Com isso, o pacto federativo pode ser encarado como um pacto social e territorial, por compreender que os avanços sociais, econômicos e políticos se fazem através do mesmo (Santos, 2011).

Conceitualmente, o pacto federativo ou territorial se classifica em dois tipos. O primeiro diz respeito ao pacto que é apenas funcional, que corresponde ao aspecto da realidade toda. O segundo seria o pacto estrutural, que contempla, porque ainda não houve este, todos os aspectos da realidade. Ainda que este segundo não seja praticado, é necessário que o mesmo seja debatido e estudado, como forma de expansão do conhecimento (Santos, 2005; Santos, 2011).

O pacto federativo originalmente foi pensado como uma forma de solucionar e definir os termos da União das ex-colônias inglesas nos Estados Unidos que declaravam sua independência. A junção dessas colônias deu origem no século XVII aos Estados Unidos da

América, estabelecendo bases institucionais para um governo democrático. O sucesso dessa empreitada foi apoiado pela definição clara dos poderes da União e dos estados, além da separação entre os poderes legislativo, executivo e judiciário (Castro, 2005; Santos, 2011), com objetivo de garantir o pleno exercício de cada esfera governamental. Neste sentido, Castro (2005) destaca que o pacto federativo acabou por estabelecer uma estrutura dualista,

O pacto federativo estadunidense representou o processo de centralização territorial do poder político, ao qual foi necessária para a fundação do Estado. Com isso, houve o reconhecimento do poder supremo da União, concedendo autonomia aos estados para a resolução de questões previamente definidas. No caso do Brasil, a construção da federação se deu através de um movimento contrário. A República acabou adotando a estrutura federativa como uma medida de descentralização do Império, embora igualmente estabelecendo três entes federativos: a municipal, a estadual e a federal.

No entanto, as medidas tomadas não foram suficientes para garantir a autonomia no poder de decisões dessas esferas, não conseguindo assegurar o controle democrático da política. Quando da implantação do pacto federativo, acabaram por surgir situações vistas como contraditórias, com relação à essência e objetivo principal do pacto. Dentre as quais se menciona o fato da convivência com o centralismo, o mandonismo local, além do forte poder autoritário dos órgãos superiores (Castro, 2005; Santos, 2005; Santos, 2011).

O Brasil teve assim sua estrutura federativa estabelecida como um mecanismo de descentralização do poder em um ambiente que já se encontrava territorialmente constituído, povoado e centralizado. Sua origem institucional se deu através da implantação da Constituição Federal, a lei fundamental e suprema do país, responsável pela implantação da soberania indissolúvel do Estado Federal e por definir os princípios e diretrizes necessárias para reger a sociedade (Gallo, 2009).

É reconhecido que a estrutura federativa brasileira foi pensada e elaborada com intuito de conciliar as diferenças territoriais do país, mesmo possuindo problemas no seu modelo político-administrativo (Castro, 2005; Santos, 2011). Contudo, a ligação entre a administração do Estado, seu sistema político e o território, evidencia uma excelente argumentação que tem como base o território como objeto de investigação, sendo utilizada a ciência geográfica como ferramenta de conhecimento estruturado para revelá-lo.

Essa estrutura federativa visa ainda estabelecer um equilíbrio de responsabilidades e recursos, permitindo que cada esfera de governo exerça suas funções de forma eficiente e atenda às demandas da população. Em síntese, seria o conjunto de acordos e princípios que regem as relações entre o governo federal, os estados e os municípios no Brasil, considerado fundamental

para a organização política e administrativa do país, visando o equilíbrio do poder e a autonomia entre os diferentes entes e esferas de governo.

2.7 A Geografia Política

A Geografia Política é um campo de estudo que se concentra nas relações entre o poder político e o espaço geográfico. Castro (2005) destaca que é na relação entre a política e o território que se define o campo da Geografia Política. Enquanto a política seria a expressão e o modo de controle dos conflitos sociais, o território é tido como a base material e simbólica da sociedade, caracterizando-se assim como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da Geografia com a política e vice e versa.

Com isso, entende-se que as questões e os conflitos de interesse acabam surgindo das relações sociais e se territorializam. Esse processo seria a materialização da disputa entre esses grupos e classes sociais, na tentativa de organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, conforme seus interesses. Além disso, quanto maior for a variação e complexidade da sociedade, maior as diferenças entre as necessidades dos seus grupos e classes sociais, incluindo o território ocupado por eles (Castro, 2005).

Originalmente a Geografia Política tinha o ideal de compreender o modo que a política era influenciada pela Geografia. Posteriormente, no final do século XIX, houve a institucionalização do ramo da Geografia e, nesse contexto, a Geografia Política buscou seu marco teórico para explicar a vida política. Como proposto por Trigal e Pozo (1999), a geografia política busca de modo geral o estudo das instituições, envolvendo principalmente o Estado e a Administração Pública, relacionando poder e espaço.

Conceitos diversos podem ser atrelados ao entendimento do que seria o Estado, que basicamente se refere a uma associação política com estrutura própria e que é politicamente organizado, em prol do mais importante de todos os bens, que é a soberania de um país. Logo, o Estado é tido como uma associação política de povos e de fato natural, já que o homem é um ser naturalmente sociável e político (Trigal; Pozo, 1999).

Castro (2005) relaciona ainda que a palavra política em si, refere-se também à ação institucional do Estado. Em um sentido mais amplo, abrange os objetivos e a ação de outros atores sociais e é justamente nessa expansão de seu sentido que pode ser atrelado a política de uma empresa, de uma instituição, de uma igreja, entre outros. É nessa acepção de conceitos que a Geografia é utilizada tanto na filosofia, como na ciência política.

A Geografia Política busca nesse contexto explicar a complexidade da natureza

territorial e social do Estado, compreendendo sua institucionalidade e capacidade de ação sobre a organização do território em seu todo, atrelando ao cotidiano de seus habitantes (Castro, 2005). De um modo geral, seu objetivo consiste basicamente em estudar o espaço político, incluindo as dificuldades referentes às definições de suas categorias, a política e o espaço, e o modo de pensá-las em conjunto.

Neste sentido, a política pode ser associada às atividades que reúnem grupos de pessoas que se organizam para intervir socialmente e territorialmente, objetivando alcançar os interesses que motivaram o grupo. E conforme destaca Castro (2005), podemos compreender que o espaço político seria limitado pelas ações das instituições políticas e suas forças, possuindo efeitos identificáveis e mensuráveis. Para a autora, as instituições políticas seriam aquelas em que as ações são apoiadas por normativos, regulamentos e leis, que atingem diretamente a sociedade. Seus reguladores são, assim, atores sociais, que se organizam para oficializar as demandas dentro dos limites do território legitimamente definido para estas decisões, se estendo em escalas local até à global.

É nesse processo histórico de conflito de interesses entre os grupos em seus territórios, que são elaboradas as engenharias políticas consideradas adequadas, aliadas a um conjunto de normas e entidades que qualificam o sistema político dos Estados. Com isso, pode-se compreender os conflitos e estabelecimento de alianças, mas sem que o Estado perca a centralidade política para o território. Com isso, surgiram diversas formas de estruturação política do território, por serem relevantes no processo histórico de formação dos interesses territorializados (Castro, 2005).

A política como ação das instituições públicas é socialmente e territorialmente abrangente, no passo em que a ação de qualquer outro ator social, afeta apenas áreas e grupos diretamente vinculados (Castro, 2005). Cabe então à Geografia evidenciar que o espaço é uma dimensão inevitável dos interesses, bem como dos conflitos, e de como o território é uma arena fundadora da política e das condições necessárias a existência do Estado. Assim, o pesquisador deve ter em mente como o poder é exercido, distribuído e contestado em diferentes escalas territoriais.

A institucionalização da Geografia Política possibilitou a organização e reprodução do conhecimento por meio do sistema educacional, elaborando conjuntos de conhecimentos sobre a natureza, a população, as atividades econômicas (Castro, 2005). Ao longo do tempo, essa área passou a ter traços modernos, diversificando os temas abordados, com um cunho mais sistemático, aplicando ainda modelos quantitativos e possibilitando o uso dos métodos qualitativos, não se atendo apenas a preocupação ideológica (como o de gravar no imaginário

dos estudantes a ideia de nacionalismo).

Neste sentido, estudos sobre a Geografia Eleitoral, entre outros, passaram a evidenciar o desenvolvimento desse campo de pesquisa, unificando assim os fenômenos do espaço e possibilitando o desenvolvimento de estudos em colaboração com outras ciências. A Geografia Eleitoral busca, assim, estudar a relação entre espaço geográfico e política, explorando como fatores geográficos influenciam os resultados das eleições, e desvelar os padrões eleitorais.

2.7.1 Geografia Eleitoral: uma ramificação da Geografia Política

Para Sánchez (1992), a política em sua dimensão espacial constitui um campo de estudos da Geografia Política. A Geografia Eleitoral surge como um ramo da Geografia Política, que se concentra no estudo da distribuição espacial dos votos e dos padrões eleitorais. Esse segmento analisa como os resultados das eleições são influenciados por fatores geográficos, como a demografia, o ambiente físico, a estrutura socioeconômica e o comportamento político dos eleitores em diferentes regiões (Castro, 2005).

Em outras palavras, a Geografia Eleitoral visa a entender como as características geográficas de uma área, como a densidade populacional, a composição étnica, a renda média e a estrutura urbana, podem afetar a formação de coalizões políticas, o apoio a determinados partidos ou candidatos, e até mesmo os resultados eleitorais em si.

Castro (2005) destaca que a Geografia Eleitoral examina como os eleitores são distribuídos espacialmente e como essa distribuição pode influenciar no desfecho das eleições, já que o espaço geográfico é intrinsecamente político, ou seja, ele é uma arena de conflitos e consequentemente de normas que permitem sua regulação e controle. Assim, quanto maior o nível de organização da sociedade, maior será a possibilidade de influenciar os aspectos políticos da região.

Conforme destaca Trigal e Pozo (1999), a Geografia Eleitoral ganhou força dentro da Geografia em meados dos anos de 1960, possuindo duas vertentes básicas: a análise dos sistemas eleitorais e a análise dos resultados eleitorais com relação aos aspectos espaciais que influenciam o voto. Logo, entende-se que o voto pode ser explicado também pelo espaço, pois o foco central da Geografia Eleitoral é justamente essa compreensão.

A Geografia Eleitoral contribui, assim, com a incorporação do espaço como uma variável explicativa, que é fundamental no entendimento sobre as escolhas dos sistemas eleitorais e seus resultados. É capaz de evidenciar que os interesses sociais são ainda territorializados, ou seja, que acabam por afetar a representação política, residindo nisso uma

territorialização da própria natureza do sistema (Castro, 2005).

Sánchez (1992) contribui afirmando que o território possui uma personalidade sociológica, pois busca também compreender o processo eleitoral através de dois momentos: os aspectos antes da votação e os resultados das eleições. Essa abordagem faz com que a Geografia direcione os estudos para os conceitos de dentro do Estado, fugindo da premissa que a mesma possui em centralizar os estudos apenas nas relações externas dos Estados (Geopolítica Clássica).

A Geografia Eleitoral trata então de duas questões importantes, do sistema eleitoral como um processo de transformação em voz e a interpretação do voto. Enquanto a primeira busca escolher procedimentos que sejam capazes de ajustar a representação política aos conflitos de interesses, do equilíbrio do poder e das possibilidades de mudanças, a segunda tenta compreender as escolhas dos eleitores através das mediações sociais e territoriais (Castro, 2005).

Além disso, possibilita a compreensão e análise do território de várias maneiras, como a delimitação dos distritos eleitorais, a análise do comportamento eleitoral, identificação das divisões territoriais e a formulação de políticas públicas. A delimitação dos distritos ocorre através do estudo da distribuição espacial da população e dos padrões eleitorais, ao qual os especialistas em Geografia Eleitoral podem propor divisões territoriais que garantam uma representação política justa e equitativa. Isso inclui considerar critérios como igualdade de voto, coesão social e identidade regional (Castro, 2005).

Já a análise do comportamento eleitoral examina o comportamento político dos eleitores em diferentes regiões. Isso pode ajudar a entender como fatores geográficos, como a estrutura socioeconômica, a composição demográfica e o ambiente físico, influenciam as preferências e decisões eleitorais, permitindo a identificação de tendências e padrões eleitorais em diferentes partes do território. Na identificação de divisões territoriais, é possível revelar divisões significativas em termos de preferências políticas e alinhamentos partidários. Ao mapear os resultados eleitorais em nível regional, é possível identificar áreas onde determinados partidos ou candidatos têm um forte apoio ou rejeição. Essas divisões podem refletir diferenças econômicas, culturais, étnicas ou outras características geográficas que afetam a dinâmica política e social do território (Castro, 2005).

Neste contexto, os resultados eleitorais e as preferências dos eleitores em diferentes áreas geográficas podem influenciar as prioridades políticas e as decisões de alocação de recursos. Assim, os governantes podem levar em consideração as necessidades e preocupações específicas de determinadas regiões para garantir uma governança mais efetiva e equitativa

(Castro, 2005).

Ainda segundo Castro (2005), os sistemas eleitorais consistem basicamente em dois tipos, majoritários e proporcionais, distintos conforme as características da sociedade que os adota. Nos sistemas majoritários, o território é definido como uma circunscrição ou distrito eleitoral, ao qual os votos de seus eleitores são convertidos em cadeiras no parlamento. Assim, são eleitos os partidos ou candidatos que alcançaram maior número de votos, até completarem sua representação, desprezando ainda os votos dos demais partidos e candidatos. Na prática, esse sistema de distribuição depende do padrão de divisão do território do eleitorado nacional, que vai se distribuir pelos distritos eleitorais e as suas preferências partidárias.

Já nos sistemas proporcionais, as cadeiras parlamentares são ocupadas através do quociente eleitoral, que é definido por meio da divisão do número de eleitores, pelo número de cadeiras a serem preenchidas, e pelo quociente partidário, que é obtido através dos votos recebidos pelos candidatos mais votados do partido, considerando o total de votos recebidos pelos demais candidatos da sigla partidária e o número de cadeiras que ela detém. Essa conjuntura pode fazer com que candidatos mais votados em pequenos partidos não consigam se eleger, enquanto partidos maiores conseguem eleger candidatos com um baixo quantitativo de votos, ocorrendo assim uma distorção do próprio sistema (Castro, 2005).

No Brasil, o sistema eleitoral utilizado é uma combinação do sistema majoritário e do proporcional. O sistema majoritário é empregado nas eleições para presidente, governador, senador e prefeito, enquanto o sistema proporcional é utilizado nas eleições para deputados federais, deputados estaduais/distritais e vereadores. No sistema majoritário, o candidato que obtém a maioria dos votos válidos é eleito, enquanto no proporcional o objetivo é distribuir as vagas disponíveis de forma proporcional aos votos recebidos pelos partidos ou coligações.

Trigal e Pozo (1999) ainda contribuem que a Geografia Eleitoral tomou forma sobre três vertentes, cada uma com sua origem e linhas de trabalhos distintas entre si. A primeira foi a explicação de mapas que buscavam compreender os aspectos envolvendo a votação em áreas específicas, a chamada Geografia do voto. A segunda possuía o papel de analisar estatisticamente os resultados eleitorais por meio dos fatores espaciais para entender o comportamento eleitoral. E, por fim, a terceira vertente relacionava a delimitação dos distritos ou círculos eleitorais, que deu origem assim a representação com resultados notáveis em países que utilizam um sistema eleitoral majoritário.

A Geografia Eleitoral possui uma abordagem estruturalista, ao qual ressalta os processos que afetam de algum modo os indivíduos. O voto é caracterizado como o ponto final de um processo, fruto das diversas influências que o sujeito recebe e de como as interpreta (Sánchez,

1992). O geógrafo eleitoral e demais analistas analisam dados eleitorais, realizam pesquisas de opinião pública, examinam os resultados das eleições passadas e utilizam técnicas de mapeamento e análise espacial para identificar padrões e tendências eleitorais. Essas informações são úteis para os partidos políticos, candidatos, cientistas políticos e formuladores de políticas públicas, pois ajudam a compreender as dinâmicas políticas e eleitorais de uma determinada região ou país.

De modo geral, as temáticas e abordagens envolvendo a Geografia Eleitoral sofreram diversos impactos e contribuições positivas de várias correntes de pensamento que afetaram a Geografia como um todo. Ao longo do tempo ocorreram oscilações, hesitações, bem como diversas experimentações metodológicas, para se chegar aos parâmetros atuais de estudo. Hoje, essa área se preocupa não apenas com as atividades de início e fim do processo eleitoral, mas sim de todo o comportamento partidário e eleitoral, estudando principalmente o impacto das relações entre o poder e espaço nas suas diferentes escalas e as consequências territoriais dentro do sistema eleitoral nas mais diversas democracias.

Pode-se dizer que a Geografia Eleitoral contribui para a visibilidade dos marcos espaciais dos fatores que influenciam o voto dos indivíduos e os resultados das eleições. Assim, os sistemas eleitorais, bem como os resultados das eleições, podem ser estudados e questionados sobre as diversas condições que cercam a existência humana no território, através da localização, densidade demográfica, instituições, entre outras. Uma das ferramentas mais eficazes de evidenciar essas diferenças espaciais no voto é através da cartografia. A junção dessas informações constitui assim um recurso essencial e necessário para a compreensão e até mesmo previsão, dos resultados eleitorais (Castro, 2005). Para que todos os aspectos concernentes as eleições e seus resultados sejam satisfatórios, é necessário seguir uma série de normativos que a regulamentam, sendo uma temática explorada com maior profundidade no tópico seguinte.

CAPÍTULO 3

CONEXÃO ELEITORAL: GEOGRAFIA E CONTABILIDADE

A partir de meados da década de 1960 os estudos de Geografia Política se concentraram em duas vertentes. De um lado se tinha a utilização de métodos de análise estatística, aplicado para examinar os resultados de eleições e outros dados políticos. Os pesquisadores buscavam identificar padrões espaciais de estabilidade e mudança nas preferências políticas e no comportamento eleitoral; e isso envolvia o uso de técnicas estatísticas, como a análise de regressão, análise de cluster e análise espacial. O objetivo era entender como fatores geográficos e socioeconômicos podem influenciar os resultados eleitorais em diferentes regiões (Zolnerkevic, 2018).

A outra vertente concentrou-se na investigação da influência da geografia no comportamento do eleitorado. Isso implicou a análise de como fatores geográficos, como a distribuição de recursos naturais, a demografia e a estrutura de transportes, poderiam afetar as preferências políticas das pessoas e suas escolhas eleitorais. Os pesquisadores examinaram como a geografia física e humana de uma região poderia moldar questões políticas importantes para os eleitores e como isso pode influenciar o voto (Zolnerkevic, 2018).

Essas duas vertentes da Geografia Política contribuíram para uma expansão e compreensão mais profunda das relações entre espaço geográfico e política. Foram consideradas fundamentais para o desenvolvimento de teorias e modelos que ajudaram a explicar como as decisões políticas são tomadas em contextos geográficos específicos e como as características geográficas de uma área podem influenciar a dinâmica política. A partir dessa expansão dos estudos das relações entre geografia e política foi notório o crescente interesse da Geografia Eleitoral por outras ciências.

Nesse contexto, pesquisas que buscam incorporar aspectos que vão além dos geográficos tem se intensificando (Pereira, 2014), sendo que a Ciência Contábil auxilia neste esforço por meio do estudo do processo de prestação de contas eleitorais. Além disso, a conexão eleitoral entre Geografia e Contabilidade refere-se também à análise da distribuição geográfica dos votos em um determinado contexto eleitoral e como isso pode influenciar ou ser influenciado por questões contábeis relacionadas às campanhas políticas.

Com isso, a junção dos estudos da Geografia como as ciências sociais e contábeis oferece contribuições importantes para o campo da política de diversas maneiras. Em conjunto, essas ciências oferecem uma perspectiva multidisciplinar para o estudo da política, proporcionando uma compreensão mais completa e o controle dos processos, comportamentos

eleitorais, instituições e as autoridades financeiras das atividades políticas.

A Geografia fornece ferramentas e métodos para analisar a distribuição geográfica de fenômenos políticos, como eleições, movimentos sociais e políticas públicas, permitindo a identificação de padrões espaciais, desigualdades regionais e procurando entender como o espaço influencia a política. As ciências sociais analisam as instituições políticas (governamentais, partidos políticos e sistemas eleitorais), investigando como funcionam e influenciam o comportamento político, moldando a tomada de decisões políticas. As ciências sociais investigam ainda o comportamento de indivíduos e grupos em relação à política, pois examinam atitudes políticas, participação eleitoral, adesão social, identidade política e fatores que influenciam as escolhas políticas dos indivíduos. Já a Ciência Contábil busca o controle e análise do financiamento do sistema político, avaliando a transparência, a prestação de contas e a regulamentação dos recursos financeiros nas campanhas eleitorais. Também investiga a origem dos recursos financeiros, os gastos dos candidatos e partidos, e ajuda a monitorar possíveis práticas corruptas. A contabilidade ainda desempenha papel crucial na auditoria e controle das finanças públicas e da gestão política, por fornecer garantia para a avaliação da eficiência e eficácia dos gastos públicos, identificando irregularidades e avaliando a transparência na prestação de contas.²

3.1 Prestação de contas eleitorais

No âmbito eleitoral, os partidos políticos são considerados organizações que representam grupos de pessoas com ideologias políticas semelhantes e que buscam influenciar o processo político. Eles são um componente fundamental dos sistemas democráticos, pois fornecem mecanismos para a participação política, a organização de interesses e a formulação de políticas (Albuquerque; Melo, 2019). Para a plena execução de suas atividades, estes necessitam de recursos financeiros, e consequentemente, são obrigados a prestar contas de toda sua movimentação financeira no período eleitoral ou fora dele.

Ao longo do tempo, os órgãos partidários passaram por mudanças em relação às suas

² Convém destacar que a história da contabilidade remonta à Antiguidade, quando o homem buscava meios de controlar suas riquezas. Desde então, passou por diversas mudanças até ser reconhecida como ciência. Atualmente, um de seus principais objetivos consiste em construir informações relevantes que permitam o conhecimento da real situação financeira de uma organização, através de seus registros financeiros (Albuquerque e Melo, 2019). Hoje, a contabilidade desempenha um papel crítico na gestão de negócios, na tomada de decisões financeiras e na prestação de contas a acionistas, governos e outras partes interessadas, como candidatos e partidos políticos na esfera política.

ideologias e conexões sociais, pois possuem a tendência de se adaptarem às transformações sociais e políticas, buscando assim ampliar seu alcance e atrair um público maior de eleitores. Essa adaptação pode incluir a incorporação de novas causas sociais e o engajamento com grupos sociais mais dependentes. Uma das razões para essa mudança pode ser a necessidade de se manterem relevantes e competitivos em um ambiente político em constante evolução. Os partidos passaram, então, a perceber que a adesão a certas causas sociais e o apoio a determinados grupos são importantes para atrair apoiadores que se identificam com essas questões (Krause *et al.*, 2020). Dessa forma, eles expandiram seu leque de conexões sociais e ampliaram seu leque de candidatos.

Além disso, os partidos políticos precisam considerar estratégias relacionadas ao financiamento, pois dependem deste para suas atividades políticas, campanhas eleitorais e funcionamento cotidiano. A busca por financiamento pode influenciar a maneira como estes se posicionam em relação a questões sociais e grupos específicos. No entanto, nem todos os partidos seguem essa abordagem de desvinculação de ideologias fixas e aceitação de causas mais genéricas (Krause *et al.*, 2020). Alguns partidos buscam manter uma identidade ideológica mais sólida e focada, ainda que direcionados para um público eleitoral mais específico. A diversidade de estratégias e abordagens políticas entre os diferentes partidos é uma característica do sistema democrático, refletindo a pluralidade de interesses e visões dentro de uma sociedade.

Os partidos também são responsáveis por recrutar e selecionar candidatos para cargos políticos, além de apresentar propostas e programas de governo aos eleitores durante as eleições. Os candidatos são indivíduos ou representantes de coletivos que se apresentam para concorrer a cargos eletivos em uma eleição, que buscam representar os interesses de um partido político ou de uma plataforma política específica. Os candidatos utilizam uma variedade de estratégias e táticas para ganhar votos durante o período eleitoral, desenvolvendo campanhas para promover suas ideias, ganhar apoio popular e persuadir os eleitores a votação. Para isso, pode ser realizado campanhas publicitárias, comícios e eventos públicos, debates, mobilização de apoiadores, entrevistas, entre outras atividades de campanha (Albuquerque; Melo, 2019; Brasil, 2019; Sallaberry; Vendruscolo; Rodrigues, 2014).

A campanha eleitoral é o período reservado para divulgação das propostas dos partidos políticos e candidatos ao seu eleitorado, o povo. Deve ser pautada na licitude, estabelecendo que seus participantes cumpram com os normativos éticos e eleitorais. Possui, assim, o objetivo de captar, conquistar e atrair o voto da população, por meio de ações durante a campanha. E para tudo isto necessitam de recursos financeiros (Albuquerque; Melo, 2019). A regulação

desses recursos - chamado de financiamento coletivo - dos partidos brasileiros, é marcada por diversas mudanças ao longo do tempo, principalmente devido as contantes alterações no sistema político nacional e a tradicional fragilidade partidária.

A regulação do financiamento de campanhas eleitorais no Brasil passou por várias mudanças significativas ao longo dos anos, em grande parte devido a escândalos de corrupção, pressões da sociedade civil e decisões da justiça eleitoral. Uma dessas mudanças impactantes no marco eleitoral brasileiro incluem, por exemplo a proibição das doações de empresas, ocorrida em 2015. Anteriormente, as empresas tinham um papel significativo no financiamento de candidatos e partidos, o que levou a preocupações sobre a influência do poder econômico nas eleições. Com a proibição das doações empresariais, o financiamento passou a depender principalmente de doações de pessoas físicas e de recursos públicos.

No que se refere aos recursos públicos, houve a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), também conhecido como Fundo Eleitoral. Esse fundo é composto por recursos públicos e é destinado ao financiamento de campanhas políticas. Sua criação teve o objetivo de compensar a proibição das doações empresariais e garantir que os candidatos tivessem acesso a financiamento para suas campanhas (Albuquerque; Melo, 2019). Por outro lado, ocorreu também a limitação das doações de pessoas físicas, seja candidatos ou cidadãos, sendo estabelecidos limites para o valor que tais indivíduos poderiam doar a um candidato ou partido, visando evitar que pessoas ricas exercessem influência desproporcional nas eleições.

As leis de financiamento eleitoral também foram aprimoradas para aumentar a transparência e a prestação de contas. Os candidatos passaram a ser obrigados a divulgar detalhadamente todas as doações recebidas e os gastos de campanha, tornando as informações mais acessíveis ao público. Essas mudanças na regulação do financiamento de campanhas eleitorais no Brasil visaram promover maior transparência, reduzir a influência do dinheiro nas eleições e garantir um processo eleitoral mais justo e igualitário.

Conforme Krause *et al.* (2020), ao longo das diversas fases vivenciadas pela política brasileira, diversos normativos jurídicos foram criados com o objetivo de regulamentar as finanças dos partidos e candidatos políticos em período eleitoral. Várias mudanças foram vivenciadas, ocasionadas principalmente pelos escândalos envolvendo a relação entre público e privado, além da característica de possuir as campanhas eleitorais mais caras, comparado a países mais ricos como os Estados Unidos. Esse alto volume de recursos financeiros acabava por limitar a competitividade justa, restringindo o acesso à política aos grupos sociais menos favorecidos. Por isso, passou-se também a ter maior fiscalização quanto ao uso de recursos financeiros no

sistema político, sendo necessário que toda movimentação seja registrada e enviada em prestação de contas eleitorais, conforme normas impostas pelos órgãos reguladores.

Esse processo de prestação de contas eleitorais é uma obrigação de todos os candidatos e partidos políticos para com a sociedade, incluindo os diretórios municipais, estaduais e nacionais dos partidos. Essa prestação de contas possui o objetivo de apresentar a comprovação de todos os recursos arrecadados e dos gastos realizados por estes, conforme regulamentado pela Resolução nº 23.607/19, ao qual norteia os procedimentos a serem seguidos pelos candidatos e partidos políticos durante o período eleitoral (Brasil, 2019; Sallaberry; Vendruscolo; Rodrigues, 2014).

O processo de prestação de contas é caracterizado como um mecanismo importante para garantir a integridade do processo eleitoral e a confiança dos eleitores no sistema político, por diversos motivos, destacando-se a questão da transparência, que garante que os recursos financeiros utilizados durante a campanha sejam devidamente registrados e divulgados a sociedade (Baldissera; Araújo, 2021). Isso proporciona transparência e permite que os eleitores conheçam a origem do financiamento da campanha, como o dinheiro foi gasto e se estava em conformidade com as leis eleitorais.

Além disso, permite o combate à corrupção, pois ajuda a prevenir práticas corruptas, como o financiamento ilegal de campanhas e a lavagem de dinheiro, tendo em vista que ao exigir a divulgação de todas as receitas recebidas e dos gastos realizados, é possível identificar e investigar possíveis irregularidades e crimes eleitorais. Permite também a equidade e igualdade de oportunidades, pois evita que candidatos com recursos financeiros significativamente maiores tenham uma vantagem injusta sobre os concorrentes menos privilegiados. Devido a obrigatoriedade legal de divulgação das despesas e doações, é possível monitorar e regular a influência do dinheiro nas eleições, promovendo uma competição mais equitativa (Albuquerque; Melo, 2019).

A prestação de contas proporciona ainda maior confiança pública no sistema político e nos candidatos, que por serem transparentes em relação às suas finanças e cumprirem com as obrigações de prestar contas, aumentam a credibilidade do sistema político como um todo. Tal exigência legal ainda gera responsabilidade política, ao permitir que os eleitores avaliem como os candidatos utilizaram os recursos durante a campanha. Dessa forma, eles podem responsabilizar os candidatos eleitos por suas promessas de campanha e pelos gastos realizados (Albuquerque; Melo, 2019).

O desenvolvimento da prestação de contas ainda requer alguns detalhes específicos, como o fato de que a mesma deve ser elaborada por um profissional contábil regularmente

habilitado, que permitirá a elaboração das contas consonante com as diretrizes propostas pela legislação eleitoral, bem como as normativas do Conselho Federal de Contabilidade (Brasil, 2019; Santos Filho, 2020). Este profissional é o responsável por orientar e acompanhar toda a campanha dos seus respectivos candidatos, guiando sobre quais os procedimentos financeiros a serem seguidos para as contas ficarem em conformidade com a legislação eleitoral.

O contabilista é o profissional responsável por registrar e enviar as informações financeiras dos partidos e candidatos, constando toda a movimentação bancária conciliada com as regras do Banco Central, sendo devidamente identificadas através de documentos fiscais idôneos. Exige ainda um planejamento financeiro prévio das despesas a serem realizadas, tendo em vista a exigência de limite de gastos, como forma de cumprir as regras eleitorais, além do controle financeiro da própria campanha, ao qual o candidato deve se planejar baseado na projeção de recursos que o mesmo conseguirá arrecadar para a campanha (Sallaberry *et al.*, 2021). A Ciência Contábil apresenta, neste cenário, um conjunto de instrumentos que servem para a evidenciação das informações eleitorais úteis a sociedade e órgãos eleitorais fiscalizadores.

Portanto, enquanto a Geografia Política se ocupa de fatores como a distribuição da população, a composição demográfica, as divisões territoriais e as características socioeconômicas de uma região podem influenciar os resultados eleitorais; a Contabilidade se dedica à administração financeira das campanhas eleitorais, cobrindo desde as etapas de planejamento e execução das despesas de candidatos e partidos políticos até a contabilização de tais despesas de acordo com as leis e regulamentos eleitorais.

Nossa história social registra que a origem social e geográfica do cidadão acaba por influenciar diretamente na sua decisão de carreira política e no êxito eleitoral. Historicamente, os grupos mais ativos e favorecidos no sistema político do país são compostos por indivíduos brancos, de segmentos sociais elevados, do sexo masculino e que possuem experiência política familiar. Esse nível social e experiência política familiar influenciam na formação de habilidades profissionais específicas, como uma boa oratória e conhecimentos da legislação; e tudo isto acaba atribuindo vantagem considerável dentro do ambiente altamente competitivo que é a política (Bolognesi; Perissinotto; Codato, 2016; Bueno *et al.*, 2020).

A pesquisa de Bolognesi, Perissinotto e Codato (2016) relaciona, por exemplo, que nas eleições gerais de 2010, foram eleitos 43 deputados federais negros ou menos de 10% do total das cadeiras disponíveis. Já nas eleições gerais de 2014, do total das 1.723 candidatas do sexo feminino, o maior contingente de profissões declaradas por estas foi de “donas de casa” (6,4%), e a grande maioria das ocupações poderiam ser classificadas como nenhuma ou baixa

disposição para um desempenho bem-sucedido na política eleitoral.

A referida pesquisa ainda mostrou que, em contrapartida, no caso dos candidatos do sexo masculino, à medida que se avançava para profissões com alta vocação para política, o contingente masculino aumentava, enquanto que havia uma redução do contingente feminino. Mesmo nas profissões consideradas menos dispostas a carreira política, como publicitários, professores de nível superior, servidores públicos, entre outros, o percentual de candidatos do sexo masculino foi bastante superior ao sexo feminino (Bolognesi; Perissinotto; Codato, 2016).

Bueno *et al.* (2020) também evidenciaram em seu estudo que a relação entre os recursos financeiros e o êxito eleitoral é forte em ambos os sexos. Os autores analisaram diversos fatores envolvendo a representação da mulher na política brasileira, durante as eleições municipais de 2008, 2012 e 2016, nos municípios brasileiros de médio e grande porte. Foi observado que os candidatos do sexo masculino obtiveram êxito eleitoral oito (8) vezes maior que as candidatas do sexo feminino, além de que os fatores de ocupação e grau de instrução para essas candidatas sofreram influência maior que nos candidatos masculinos. Ou seja, as candidatas com menor grau de escolarização e menor especialização ocupacional, possuem mais dificuldade de êxito eleitoral do que os homens que possuem o mesmo perfil.

Embora representem mais da metade do eleitorado brasileiro nas últimas eleições ocorridas a nível municipal, as mulheres representavam em média apenas 30% das candidaturas e conseguiram eleger apenas 10% dessas candidatas (Bueno *et al.*, 2020). Na tentativa de amenizar estas desigualdades históricas, recentemente foram criadas algumas políticas afirmativas, como a lei de cotas que estabelece que no mínimo 30% e no máximo 70% das candidaturas políticas devem ser destinadas a indivíduos de ambos os sexos. Porém, tal ação afirmativa tem usado as candidaturas femininas apenas para cumprir o exigido em lei, o que denotaria a falta de um interesse real na sua representatividade (Bueno *et al.*, 2020). Os partidos políticos alegam o baixo interesse feminino em se lançar candidatas, enquanto que os grupos feministas alegam fatores como ambientes institucionais machistas e falta de ações de estímulo à maior inclusão feminina na disputa eleitoral.

Conforme dados do TSE, os cerca de 14 mil candidatos brancos nas eleições de 2022 receberam, em média, R\$ 170 mil de seus partidos, enquanto os 10 mil pardos alcançaram R\$ 95 mil e os 4 mil negros obtiveram R\$ 74 mil. Ou seja, os candidatos negros recebem em média 47% menos verbas dos partidos do que brancos³.

³ Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/candidatos-negros-recebem-em-media-47-menos-verbas-dos-partidos-do-que-brancos/> Acesso em 28 jun. 2024.

Estes fatores evidenciam que a política brasileira ainda é caracterizada por uma forte tradição elitista (Castro, 2011) e discriminatória, representando apenas uma pequena parcela dos cidadãos. Em suma, fatores ligados às desigualdades socioeconômicas (como renda e nível de escolaridade) e à questão de gênero, dentre outros, influenciam diretamente na composição dos representantes políticos da sociedade (Gitirana; Kreuz, 2020; Santos, 2011). Essa compreensão das complexas relações estabelecidas entre o sistema político e o sistema social pode ser facilitada pela conexão entre a Geografia Política e a contabilidade eleitoral, pois indivíduos e partidos tendem a doar mais para candidatos que consideram mais relevantes para suas áreas de atuação ou que possam beneficiar seus interesses, desconsiderando grupos sociais menos favorecidos (Albuquerque; Melo, 2019). Assim, por exemplo, a análise contábil das prestações de contas pode permitir a identificação de padrões geográficos nas contribuições recebidas e nas distribuições de gastos.

Alegando serem estratégias de campanha, os candidatos, muitas vezes, adotam ações específicas para diferentes regiões, com base em suas características geográficas e demográficas (Albuquerque; Melo, 2019; Santos Filho, 2020). Por exemplo, um candidato pode direcionar seus recursos de campanha para áreas onde seu apoio é tradicionalmente forte, ou concentrar esforços em áreas onde precisa conquistar eleitores. A contabilidade eleitoral pode identificar essas estratégias expressas na alocação de recursos financeiros de acordo com as prioridades geográficas.

Essa conexão eleitoral e contábil permite ainda a análise de resultados eleitorais em nível geográfico, ao fornecer percepções importantes sobre como diferentes regiões votaram e quais fatores influenciaram esses padrões (Albuquerque; Melo, 2019; Santos Filho, 2020). A combinação dos resultados eleitorais com os dados contábeis das campanhas pode ajudar a entender como os gastos e estratégias financeiras podem ter impactado os resultados em diferentes áreas. A análise da distribuição dos votos aliada às questões contábeis das campanhas políticas pode fornecer informações valiosas para candidatos, partidos políticos e pesquisadores interessados na compreensão da dinâmica eleitoral de uma determinada região.

Nesse contexto, compreende-se que a ciência contábil pode contribuir com a Geografia Política na construção de um modelo eleitoral democrático e mais justo (Sallaberry; Vendruscolo; Rodrigues, 2014), promovendo a transparência, o controle de recursos, a equidade financeira e a avaliação socioeconômica perante a sociedade.

3.2 Principais aspectos das normas eleitorais brasileiras

A história das eleições no Brasil registra várias fases ao longo dos anos, sendo marcada por desafios, avanços e retrocessos. Com isso, foram criados diversos normativos jurídicos que regulamentaram o processo eleitoral.

Durante o período imperial (1822-1889), as eleições eram restritas e pouco democráticas. O direito de voto era restrito a uma parcela reduzida da população, como proprietários de terras, altos funcionários do governo e membros da nobreza. Mulheres, escravos, assalariados, entre outros, não possuíam o direito ao voto. As declarações de voto eram indiretas, ou seja, os eleitores votavam em representantes que escolhiam o imperador e membros do poder legislativo (Amaral; Cunha, 2006).

Na República Velha (1889-1930), houve uma extensão gradual do direito de voto. Se anteriormente o voto era censitário para homens alfabetizados e com renda mínima, a República desenvolveria uma série de reformas eleitorais que ampliaram o sufrágio. No entanto, as eleições ainda eram fortemente influenciadas por fraudes e pelo coronelismo, ao qual os líderes políticos locais exerciam grande controle sobre o processo eleitoral (Amaral; Cunha, 2006).

Na Era Vargas (1930-1945) foram promovidas novas reformas no sistema eleitoral. Dentre elas o voto feminino, que foi estabelecido em 1932, embora tenha sido efetivamente exercido apenas a partir de 1934. Além disso, o voto secreto e obrigatório também foi apresentado (Amaral; Cunha, 2006). No entanto, o regime de Vargas também foi marcado por medidas autoritárias e restrições às liberdades democráticas, com um forte caráter centralizador.

No período democrático de 1945-1964, que se deu após a queda de Vargas, o Brasil viveu um período de redemocratização e seu sistema eleitoral se baseava em eleições diretas e proporcionais. Amaral e Cunha (2006) relacionam que as eleições se tornaram mais competitivas nesse período, com a participação de diversos partidos políticos. Em 1960, ocorreu, então, a primeira eleição presidencial por voto direto.

No período do regime militar (1964-1985), num primeiro momento as eleições foram suspensas e houve a imposição de um regime autoritário, com crescentes restrições de direitos civis e políticos. O executivo passou a ser governado por militares, que nomeavam presidentes e governadores, e os legisladores eram escolhidos pelo voto entre apenas dois partidos políticos permitidos (Amaral; Cunha, 2006).

Com a redemocratização advinda do fim do regime militar (1985) aos dias atuais, foram implantadas novas reformas políticas e eleitorais, visando a reconstrução de um sistema mais democrático. A Constituição de 1988 trouxe avanços importantes, garantindo direitos políticos

e estabelecendo a realização de eleições diretas, além de criar o TSE como órgão responsável pela organização e fiscalização do processo eleitoral. Desde então, o Brasil realiza eleições regulares para cargos executivos e legislativos, com a participação de diversos partidos políticos.

O processo eleitoral brasileiro é regido por leis, decretos e resoluções que desempenham papéis distintos e complementares, com diferentes níveis de autoridade e aplicação. As leis são normas jurídicas gerais e abstratas aprovadas pelo poder legislativo (parlamento) em nível federal, estadual ou municipal. As leis eleitorais são protegidas por meio de processos legislativos, como emendas constitucionais, leis ordinárias ou leis complementares. Essas leis estabelecem os princípios fundamentais, as regras e os procedimentos eleitorais que devem ser seguidos durante a eleição. Possuem alcance amplo e se aplicam a todos os aspectos do processo eleitoral, como o registro de candidatos, a organização das eleições, a campanha eleitoral, o financiamento político e as irregularidades eleitorais. Para serem aprovadas, as leis eleitorais geralmente exigem a aprovação do parlamento (TSE, 2024).

Os decretos são atos normativos emitidos pelo poder executivo, geralmente pelo presidente ou governador (no caso do âmbito estadual). No contexto eleitoral, os decretos podem ser usados para regulamentar e detalhar as leis eleitorais existentes. Eles fornecem instruções e diretrizes mais específicas sobre como as leis eleitorais devem ser implementadas e executadas. A título de exemplo, um decreto pode estabelecer o calendário eleitoral, determinar os procedimentos de votação, definir os requisitos para o registro de candidatura ou estabelecer as regras para a propaganda eleitoral. Estes possuem força de lei, mas não podem contrariar as leis existentes e são emitidos pelo poder executivo com base em sua autoridade constitucional (TSE, 2024).

As resoluções são normas restritas aos órgãos administrativos, como tribunais eleitorais ou comissões eleitorais, para regulamentar questões específicas relacionadas ao processo eleitoral. Elas têm um escopo mais limitado em comparação com as leis e decretos. Podem ser usadas para interpretar, complementar ou detalhar as leis e decretos existentes. Elas geralmente abordam questões práticas e operacionais relacionadas à condução das eleições, como a organização dos locais de votação, a formação das mesas eleitorais, a contagem dos votos, o tratamento de impugnações e recursos eleitorais, entre outros. As resoluções são aprovadas pelas autoridades eleitorais competentes e devem estar em conformidade com as leis e decretos em vigor (TSE, 2024).

Resumidamente, as leis estabelecem a base e os princípios gerais do sistema eleitoral, os decretos regulamentam as leis existentes e fornecem instruções mais específicas sobre sua

implementação, enquanto as resoluções são normas restritas por órgãos administrativos para tratar de questões operacionais específicas relacionadas às eleições. As leis mais importantes do sistema eleitoral brasileiro estão relacionadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Principais Leis Eleitorais

Leis	Objetivo
Constituição Federal (arts. 14 a 17 e 118 a 121)	Institui o Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.
Código Eleitoral - Lei nº 4.737/1965	Considerada a principal legislação eleitoral do Brasil. Ela estabelece normas gerais sobre o processo eleitoral, incluindo a organização da Justiça Eleitoral, os direitos e deveres dos eleitores, as regras para registro de candidaturas, o funcionamento das eleições e a apuração dos resultados.
Lei Etelvino Lins - Lei nº 6.091/74	Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências.
Lei das Inelegibilidades - Lei Complementar nº 64/90	Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.
Lei dos Partidos Políticos - Lei nº 9.096/1995	Regula a criação, organização e funcionamento dos partidos políticos no Brasil. Estabelece as regras para o registro dos partidos, a distribuição do Fundo Partidário, o acesso gratuito ao rádio e à televisão, entre outros aspectos.
Lei das Eleições - Lei nº 9.504/1997	Estabelece normas para as eleições no Brasil, incluindo as eleições presidenciais, estaduais e municipais. Ela trata de temas como propaganda eleitoral, financiamento de campanha, arrecadação e gastos eleitorais, prestação de contas, pesquisas eleitorais, entre outros.
Lei da Ficha Limpa - Lei Complementar nº 135/2010	Estabelece critérios de inelegibilidade para candidatos a cargos eletivos, com o objetivo de evitar a candidatura de pessoas que tenham condenações por crimes eleitorais, de corrupção, abuso de poder econômico, entre outros.
Reforma Eleitoral de 2015 - Lei nº 13.165/2015	Estabeleceu várias alterações no sistema eleitoral brasileiro, incluindo mudanças nas regras de registro de candidaturas, tempo de campanha, financiamento eleitoral, propaganda eleitoral, entre outros aspectos.

Fonte: TSE (2024).

É importante mencionar que o sistema eleitoral brasileiro passou por diversas modificações ao longo dos anos, com leis sendo criadas, alteradas ou revogadas, visando aprimorar o processo eleitoral e garantir a transparência e legitimidade das eleições no país. Existem ainda os decretos que complementam ou detalham aspectos específicos do processo eleitoral. O Quadro 5 relaciona alguns decretos importantes que foram relevantes para o sistema eleitoral brasileiro.

Quadro 5 – Principais Decretos Eleitorais

Decretos	Objetivo
Decreto nº 21.076/1932	Esse decreto regulamentou o Código Eleitoral de 1932, estabelecendo as normas e procedimentos para a realização das eleições naquela época.
Decreto nº 21.076-A/1932	Esse decreto complementou o Decreto nº 21.076/1932, estabelecendo regras adicionais para a realização das eleições e detalhando questões específicas do processo eleitoral.
Decreto nº 52.886/1963	Esse decreto regulamentou a Lei nº 4.737/1965, que instituiu o Código Eleitoral vigente no Brasil. O decreto estabeleceu detalhes sobre o funcionamento das eleições, a organização da Justiça Eleitoral e outros aspectos relevantes.
Decreto nº 5.682/2006	Esse decreto regulamentou a Lei nº 9.096/1995, que trata dos partidos políticos no Brasil. Ele estabeleceu regras para o registro, organização e funcionamento dos partidos políticos, incluindo questões como prestação de contas, filiação partidária, entre outras.

Fonte: TSE (2024).

As resoluções complementam a legislação eleitoral existente e estabelecem normas e procedimentos específicos para as eleições. O Quadro 6 tem um compilado com as principais resoluções no contexto histórico eleitoral.

Quadro 6 – Principais Resoluções Eleitorais

Resoluções	Objetivo
Resolução TSE nº 22.261/2006	Essa resolução regulamentou a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, estabelecendo as regras para a distribuição do tempo de propaganda entre os partidos e candidatos, bem como os critérios para sua veiculação.
Resolução TSE nº 23.404/2014	Essa resolução disciplinou o processo de prestação de contas dos candidatos, partidos políticos e comitês financeiros nas eleições, estabelecendo as normas e os prazos para apresentação das contas eleitorais para aquelas eleições e posteriores.

Resolução TSE nº 23.551/2017	Essa resolução consolidou todas as regras para a realização das eleições gerais no Brasil, incluindo normas sobre o alistamento eleitoral, registro de candidaturas, mesários, locais de votação, apuração dos votos, entre outros aspectos
Resolução TSE nº 23.571/2018	Disciplina a criação, organização, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.
Resolução TSE nº 23.607/2019	Essa resolução dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatas ou candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições para as eleições de 2020 e posteriores.
Resolução TSE nº 23.665/2021	Alterou a Resolução-TSE nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições.

Fonte: TSE (2024).

O TSE tem editado resoluções sobre diversos aspectos do processo eleitoral, como registro de candidaturas, arrecadação e gastos de campanha, propaganda eleitoral na internet, entre outros. É importante mencionar que estas são editadas para complementar a legislação eleitoral existente, detalhando e atualizando as normas e procedimentos para as eleições e possuem força normativa e devem ser seguidas pelos partidos políticos, candidatos, eleitores e demais envolvidos no processo eleitoral.

Cabe ainda relacionar alguns aspectos gerais sobre as eleições brasileiras, que foram instituídos através dos normativos supracitados. As eleições ocorrem de forma regular a cada dois anos, sendo de quatro em quatro as eleições gerais para eleger presidente, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais e as eleições municipais para prefeitos e vereadores. Já o voto é obrigatório para cidadãos alfabetizados com idade entre 18 e 70 anos e para os analfabetos; e para os maiores de 70 anos e os jovens entre 16 e 18 anos o voto é facultativo.

O Brasil adota o sistema eleitoral proporcional para a eleição de deputados federais, deputados estaduais e vereadores. Já para a eleição de presidente, governadores e senadores, utiliza-se o sistema majoritário. No sistema majoritário, o candidato que obtém a maioria dos votos válidos é eleito (Castro, 2005). Em eleições para presidente, governador e prefeito, é comum a utilização do segundo turno, caso nenhum candidato atinja a maioria absoluta (mais de 50% dos votos válidos) no primeiro turno. No segundo turno, apenas os dois candidatos mais votados participam, e o que obtiver a maioria dos votos válidos é eleito.

No sistema proporcional, o objetivo é distribuir as vagas disponíveis de forma proporcional aos votos recebidos pelos partidos ou coligações. Nesse sistema, o eleitor vota no

partido ou na coligação, e não diretamente no candidato. As vagas são distribuídas de acordo com a votação recebida por cada partido ou coligação, seguindo uma fórmula estabelecida pela legislação eleitoral. Os candidatos mais votados de cada partido ou coligação são eleitos para ocupar as vagas disponíveis (Castro, 2005).

Antes de concorrerem as eleições, os candidatos devem registrar suas candidaturas junto ao TSE ou aos tribunais regionais eleitorais, de acordo com o cargo em disputa. É necessário cumprir uma série de requisitos estabelecidos pela legislação eleitoral para ser elegível. Após o registro e quando do início do período eleitoral, pode ser iniciada a propaganda eleitoral. A mesma é regulamentada pelo TSE e possui regras específicas que devem ser seguidas pelos candidatos (TSE, 2024). Existem restrições quanto ao uso de recursos, propaganda paga na mídia, horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, entre outros aspectos.

Foram ainda adotadas medidas antifraude para evitar e garantir a transparência do processo eleitoral, como a utilização de urnas eletrônicas, a fiscalização por parte dos partidos políticos e a presença de observadores internacionais (TSE, 2024).

Nesse contexto, é notório que as normas eleitorais brasileira visam garantir maior organização, transparência e legitimidade dos processos eleitorais no país, assegurando a igualdade de oportunidades entre os candidatos, a livre manifestação da vontade popular e a proteção dos direitos políticos dos cidadãos. Com isso, as diversas mudanças ocorridas no sistema eleitoral buscaram assim garantir maior segurança e integridade as eleições.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS ALCANÇADOS: ANÁLISE DESCRITIVA, ESTATÍSTICA E CARTOGRÁFICA DAS VARIÁVEIS

Este capítulo destina-se à discussão dos dados coletados na pesquisa, através das análises descritiva, estatística e cartográfica das variáveis adotadas na metodologia da pesquisa.

4.1 Análise descritiva, estatística e cartográfica das variáveis

Inicialmente, tem-se o número de 598 observações (candidatos ao governo estadual e distrital), onde 81 foram os candidatos eleitos e 517 foram os candidatos não eleitos, nas eleições de 2014, 2018 e 2022. A Tabela 2 apresenta o modelo logístico para os candidatos eleitos. O modelo apresentou uma capacidade de acertar em 88,46%, percentual considerado muito satisfatório.

Tabela 2 – Modelo Logístico para os Eleitos

Classified	D	~D	Total
+	33	21	54
-	48	496	544
Total	81	517	598
Classified + if predicted $\Pr(D) \geq .5$			
True D defined as eleito != 0			
Sensitivity	$\Pr(+ D)$		40.74%
Specificity	$\Pr(- \sim D)$		95.94%
Positive predictive value	$\Pr(D +)$		61.11%
Negative predictive value	$\Pr(\sim D -)$		91.18%
False + rate for true ~D	$\Pr(+ \sim D)$		4.06%
False - rate for true D	$\Pr(- D)$		59.26%
False + rate for classified +	$\Pr(\sim D +)$		38.89%
False - rate for classified -	$\Pr(D -)$		8.82%
Correctly classified			88.46%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Para a análise da relação entre as variáveis financeiras e não financeiras e o êxito em campanhas eleitorais, foi observado estatisticamente a probabilidade de eleição dos candidatos nos pleitos eleitorais. Os resultados das regressões estão expostos na Tabela 3.

Tabela 3 – Resultados do Método *Logit*

Eleito	Coef.	Desvio Padrão	z	P > z	dy/ dx	Razão Chance
receitatotal	3.31e-09	3.80e-08	0.09	0.931	2.61e-10	1
receitaфинan	2.99e-08	2.68e-08	1.12	0.264	2.35e-09	1
despesatotal	1.60e-08	3.28e-08	0.49	0.626	1.26e-09	1
despфинan	2.83e-08	1.41e-08	2.01	0.045	2.23e-09	1
REELEIÇÃO	2.717318	.3723295	7.30	0.000	.467329	15.13967
genero	.9751146	.5355303	1.82	0.069	.0585824	2.651471
patrimonio	4.49e-09	2.20e-09	2.04	0.041	3.54e-10	1
ivsinfraestrutura	-2.25124	1.338502	-1.68	0.030	-.1773272	.1052686
rendapercapita	-.0006499	.0002997	-2.17	0.041	-.0000512	.9993503

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

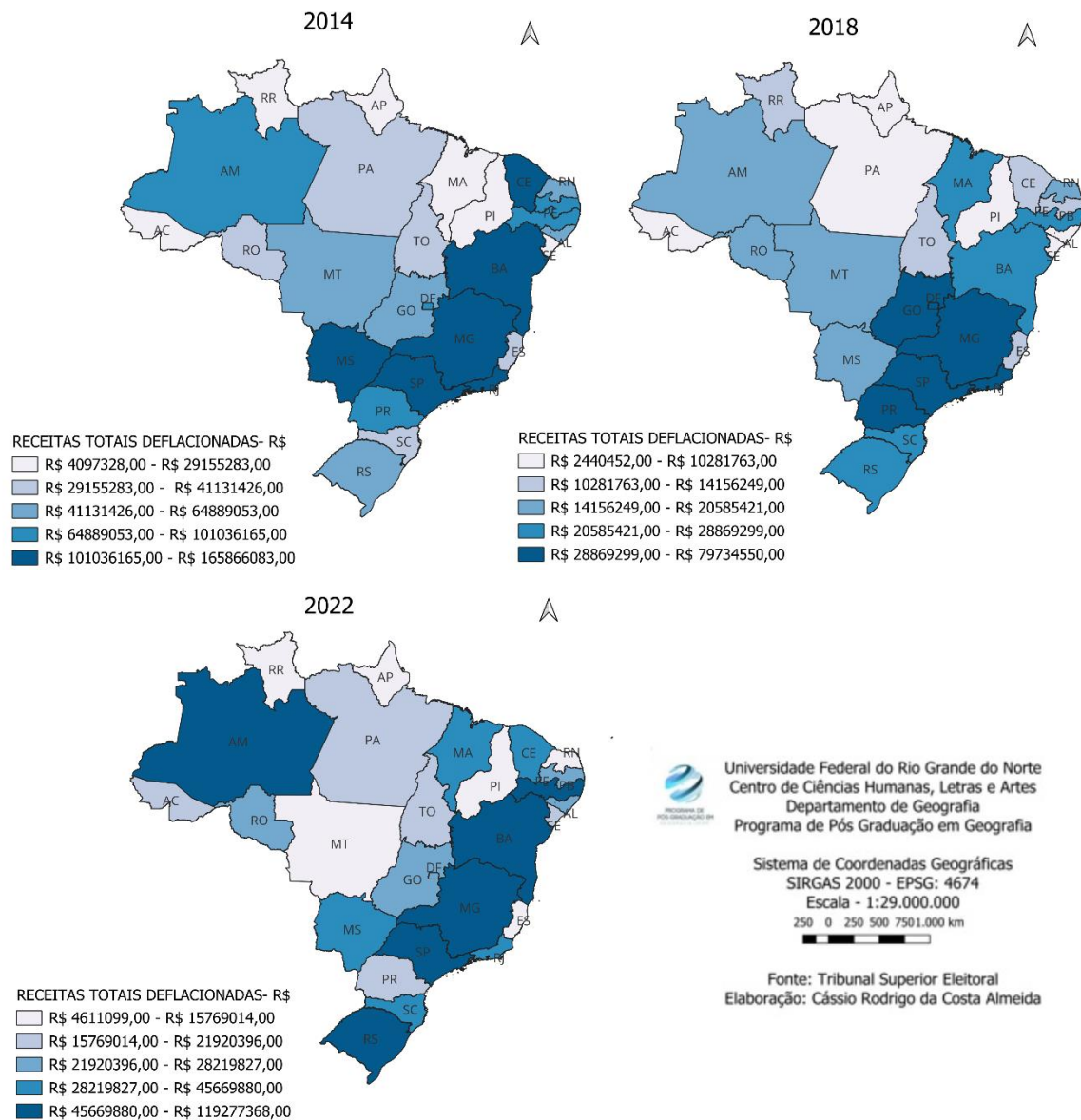
Para responder aos objetivos específicos propostos, fez-se a análise descritiva das variáveis receita total e despesa total, também com o propósito de se conhecer o comportamento da arrecadação de recursos e dos gastos de campanha nas eleições de 2014, 2018 e 2022. As variáveis financeiras foram deflacionadas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Ele é produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para medir a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumida pela população. Ele é considerado o índice oficial que mede a inflação pelo governo federal.

Para deflacionar os valores foram utilizados três períodos: o primeiro correspondeu ao do mês de novembro de 2014 a abril de 2024; o segundo correspondeu do mês de novembro de 2018 a abril de 2024; e o terceiro correspondeu do mês de novembro de 2022 a abril de 2024, sendo cada período correspondendo o mês posterior a cada eleição trazendo para a data da atualização e realização do cálculo na pesquisa, sendo, portanto, em abril de 2024.

4.1.1 Variável receita total

Admitindo-se um nível de significância de 10%, a variável independente “receita total” obteve um valor $P > 0,10$, sendo 0,931. Com isso, temos que a receita total recebida pelos candidatos a governador não obteve um bom nível de significância para os candidatos eleitos. Isso pode ser explicado pelo fato de que na receita total estão incluídas todas as doações, financeiras e as estimáveis em dinheiro (não financeiras). E, também, pelo fato de as campanhas terem um limite de gastos que, tornando-as mais equilibradas em relação à arrecadação de recursos. O Mapa 1 reflete a receita total arrecadada por todos os candidatos em cada estado da federação.

Mapa 1 - Receita Total nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Nas eleições estaduais de 2014 para governador das UFs, as receitas estimáveis em dinheiro totalizaram o montante de R\$ 355.271.286,56, representando 20,24% dos recursos totais arrecadados, sendo este o montante R\$ 1.755.702.029,44.

Esse processo de arrecadação de recursos possuiu papel crucial no cenário político brasileiro, pois a maneira como as campanhas foram financiadas chamou muito a atenção de toda a sociedade, mais exigente por transparência e integridade política. Durante as eleições daquele ano, as campanhas foram financiadas por doações de pessoas físicas, empresas e fundo

partidário. No pleito de 2014, observou-se que as doações de empresas totalizaram o montante de R\$ 474.718.102,79, o que representa 27,04% dos recursos totais arrecadados para os cargos de governador no país, considerado um alto percentual.

Naquela época, a legislação brasileira ainda permitia que empresas contribuíssem ao financiamento das campanhas eleitorais, o que levantou muitas discussões sobre como essas doações poderiam influenciar as decisões dos políticos eleitos. Essas contribuições poderiam ser consideradas pragmáticas, com o objetivo de se obter retornos financeiros por partes dos empresários, assim como também retorno ideológico, como forma de influenciar os resultados eleitorais. Ambos os tipos de motivação poderiam ter consequências políticas e econômicas, porque as contribuições de campanha ficaram conhecidas como forma de facilitar o acesso aos representantes eleitos, podendo assim ser utilizadas para influenciar decisões nos processos de elaboração de políticas públicas (Mariath; Baraldi; Martins, 2022).

Essa prática, embora legal à época, levantou questionamentos sobre a autonomia dos representantes eleitos, pois o financiamento realizado por corporações poderia criar uma relação de dependência entre os eleitos e seus doadores, influenciando a formulação de políticas públicas voltadas à interesses privados em detrimento dos interesses coletivos. Sob esse prisma, o financiamento de campanhas não é apenas uma questão de ordem financeira, mas uma dinâmica que reflete a distribuição desigual de poder no território brasileiro, onde certas regiões e grupos econômicos têm maior capacidade de influenciar o processo eleitoral e, por consequência, as decisões governamentais que afetam o espaço público (Castro, 2005). Esse processo destaca a importância de debates sobre a transparência e integridade do financiamento eleitoral, essenciais para a preservação da justiça e equidade no processo democrático.

Um dos problemas identificados foi a maneira desigual com que os recursos foram distribuídos entre os candidatos. Aqueles que pertenciam a partidos mais estruturados e com melhor acesso a recursos financeiros geralmente ganhavam mais destaque na mídia e conseguiam conduzir campanhas mais fortes, o que levou a questionamentos sobre a justiça do processo eleitoral. Nesse sentido, diversos atores políticos tiveram participação na reforma que culminou com a proibição de financiamento de campanhas políticas por parte de empresas, por compreender que tal prática viola os princípios básicos de igualdade garantidos pela própria Constituição brasileira (Speck, 2016).

Já nas eleições de 2018, para governador dos estados brasileiros, as receitas estimáveis em dinheiro totalizaram o montante de R\$ 32.522.976,70, representando 5,77% dos recursos totais arrecadados, que foram de R\$ 563.577.549,64. Nesse pleito, a arrecadação de recursos de campanha reduziu em 67,9%, em relação a eleição de 2014. Tal fato pode ser explicado por

dois motivos: a) proibição das doações por parte das pessoas jurídicas no Brasil nas eleições de 2016, sendo que a mudança foi introduzida pela Reforma Eleitoral (Lei nº 13.165/2015), que ratificou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), na análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4650, de declarar inconstitucionais os dispositivos legais que autorizavam esse tipo de contribuição; b) criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que é um fundo público destinado ao financiamento das campanhas eleitorais dos candidatos (Speck, 2016).

O pleito de 2018 representou um momento significativo de adaptação às novas regras eleitorais, especialmente por colocar em evidência como os partidos e candidatos se ajustaram para atender às demandas por mais equidade e transparência no processo eleitoral. O FEFC, juntamente com as doações de pessoas físicas e recursos dos próprios candidatos, formou a base dos recursos eleitorais. Contudo, o processo de distribuição do FEFC é com base no tamanho das bancadas de cada partido no Congresso, o que levantou discussões sobre se os recursos estavam sendo distribuídos de forma justa e qual o impacto dessa distribuição na competitividade das eleições naquele ano (Krause *et al.*, 2020).

Analisando os números de 2018, o valor do FEFC distribuído entre os partidos foi de R\$ 1.716.209.431,00, valor disponibilizado pelo Tesouro Nacional ao TSE em 1º de junho de 2018, nos termos da Lei nº 9.504/1997, art. 16-C, § 2º. Krause *et al.* (2020) destacaram em sua pesquisa que, dessa forma, o vazio deixado pela proibição das doações por parte das pessoas jurídicas, foi preenchido pelo orçamento público federal, que por sua vez não possuía critérios específicos por lei para distribuição interna de recursos. Assim, tais valores comumente eram destinados aos candidatos com maior propensão de se eleger, bem como aos diretórios partidários com maior relevância no pleito.

Adentrando nas especificações das eleições de 2022 para governador de estado, as receitas estimáveis em dinheiro vieram a ter uma nova queda, quando comparadas com o pleito de 2014, totalizando o montante de R\$ 14.435.075,05, representando apenas 1,67% dos recursos totais arrecadados (R\$ 866.490.096,63). Já com relação aos recursos do FEFC, o montante destinado aos partidos fora de aproximadamente R\$ 4,9 bilhões, previstos na Lei Orçamentária Anual de 2022, representando considerável aumento quando comparado com o pleito de 2018. Dessa forma, em 2022, os candidatos possuíam três fontes principais de financiamento de campanha: o FEFC, doações de pessoas físicas e os recursos próprios.

A relação entre os recursos arrecadados e aqueles candidatos que foram eleitos é uma área de estudo crítica, que proporciona questionamentos sobre as dinâmicas de poder e influência no cenário político. Song (2020) observou que a capacidade de arrecadar fundos

significativos é frequentemente vista como um importante indicativo de êxito eleitoral, pois permite uma campanha mais abrangente e visível. Este fenômeno foi particularmente evidente nas eleições mais recentes, onde a correlação entre financiamento e resultados eleitorais oferece diversas percepções sobre as práticas democráticas e a equidade no acesso ao poder político.

Diversas pesquisas demonstram uma associação positiva entre os recursos de campanha e o êxito eleitoral. Por exemplo, estudos nos Estados Unidos mostraram que candidatos ao Congresso que gastam significativamente mais do que seus oponentes tendem a ter uma maior probabilidade de vitória. No entanto, a magnitude do efeito pode variar dependendo do tipo de eleição, da regulamentação eleitoral e da cultura política de cada região (Strömberg, 2008).

No entanto, no Brasil existem algumas estratégias que visaram minimizar a influência da receita total nas eleições, como o fato de ter sido fixado um limite de gastos para os candidatos. Esse limite foi fixado através da Lei nº 13.165/2015, conhecida como a "Minirreforma Eleitoral", que alterou dispositivos da Lei das Eleições, estabelecendo que os limites de gastos seriam fixados pelo TSE para cada eleição, com base em critérios específicos (Brasil, 2015). Além disso, se tem o fato de os candidatos em disputa estão em um mesmo nível de arrecadação.

Ao analisar os candidatos que mais arrecadaram e foram eleitos por estado no Brasil nas últimas eleições para o cargo de governador, tais dados refletem a influência do financiamento de campanhas no processo eleitoral, conforme exposto na Tabela 4. Em 2014, a maioria dos governadores eleitos obteve grande parte de seus recursos de doações empresariais, fator determinante para suas vitórias. Esse cenário mudou a partir de 2015, com a proibição do financiamento empresarial de campanhas, afetando as eleições subsequentes.

Tabela 4 – Candidatos a Governador que mais Arrecadaram e foram Eleitos por Estado nas Eleições de 2014, 2018 e 2022

Estados	Candidatos Eleitos		
	2014	2018	2022
Acre (AC)	-	Gladson Cameli	Gladson Cameli
Alagoas (AL)	Renan Filho	Renan Filho	-
Amapá (AP)	Waldez	-	-
Amazonas (AM)	José Melo	-	Wilson Lima
Bahia (BA)	Rui Costa	Rui Costa	-
Ceará (CE)	-	Camilo	Elmano
Distrito Federal (DF)	-	Ibaneis	Ibaneis
Espírito Santo (ES)	-	Renato Casagrande	Renato Casagrande
Goiás (GO)	Marcone Perillo	Ronaldo Caiado	Ronaldo Caiado
Maranhão (MA)	-	-	-
Mato Grosso (MT)	Pedro Taques	-	Mauro Mendes

Mato Grosso do Sul (MS)	Reinaldo	-	Eduardo Riedel
Minas Gerais (MG)	Fernando	-	Zema
Pará (PA)	-	-	Helder
Paraíba (PB)	-	-	-
Paraná (PR)	Beto Richa	Ratinho Jr.	Ratinho Jr.
Pernambuco (PE)	-	Paulo Câmara	Raquel Lyra
Piauí (PI)	Wellington Dias	Wellington Dias	-
Rio de Janeiro (RJ)	Pezão	-	Cláudio Castro
Rio Grande do Norte (RN)	Robinson Faria	Fátima Bezerra	Fátima Bezerra
Rio Grande do Sul (RS)	-	Eduardo Leite	-
Rondônia (RO)	Confúcio Moura	-	Coronel Marcos
Roraima (RR)	-	-	-
Santa Catarina (SC)	Raimundo	-	Jorginho Mello
São Paulo	Alckmin	-	Tarcísio
Sergipe (SE)	-	-	Fábio
Tocantins (TO)	-	-	-

Fonte: TSE (2024).

Nas eleições de 2018, a primeira após a proibição do financiamento empresarial, observou-se um aumento nas doações de pessoas físicas e no autofinanciamento. O candidato João Doria, em São Paulo, se destacou tanto pela arrecadação de recursos quanto pela eleição ao cargo de governador, visto que São Paulo é considerado o maior colégio eleitoral do país, responsável por movimentar a maior quantia de recursos financeiros em campanhas eleitorais gerais (TSE, 2024).

Em 2022, o panorama mostrou um amadurecimento do novo modelo de financiamento. Governadores como Tarcísio de Freitas, em São Paulo, e Cláudio Castro, no Rio de Janeiro, continuaram a demonstrar que a arrecadação de fundos, agora oriundos principalmente de doações de indivíduos e do autofinanciamento, continuou a ser um fator crítico para o êxito eleitoral. Foi observado que, embora o formato de financiamento tenha mudado, a capacidade de arrecadar recursos permaneceu crucial para a competitividade nas campanhas eleitorais.

Fazendo uma análise descritiva da receita total, destacamos as três maiores modalidades de receitas em cada eleição, conforme exposto na Tabela 5. Analisando tais valores nas eleições de 2014, tem-se que a maior arrecadação de recursos veio através dos partidos políticos, que doaram o valor de R\$ 1.131.824.182,32 aos candidatos e que representou 64,47% da receita total arrecadada, que foi de R\$ 1.755.702.029,44. Na sequência tem-se a arrecadação por pessoa jurídica no valor de R\$ 474.718.102,79, representando 27,03% da receita total, e a arrecadação por pessoa física no valor de R\$ 92.789.223,42, representando 5,29% da receita total.

Tabela 5 – Comportamento da Receita Total nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador

Modalidades de Receita	Eleição		
	2014	2018	2022
Pessoa Jurídica	474.718.102,79	-	
Pessoa Física	92.789.223,42	113.230.845,34	104.530.477,88
Candidatos	18.520.879,13	29.557.004,31	20.107.710,70
Partidos	1.131.824.182,32	375.804.199,46	732.324.220,38
Rec. Próprios	32.982.376,39	42.654.326,33	11.625.197,24
Financiamento coletivo	-	1.655.239,42	1.502.668,40

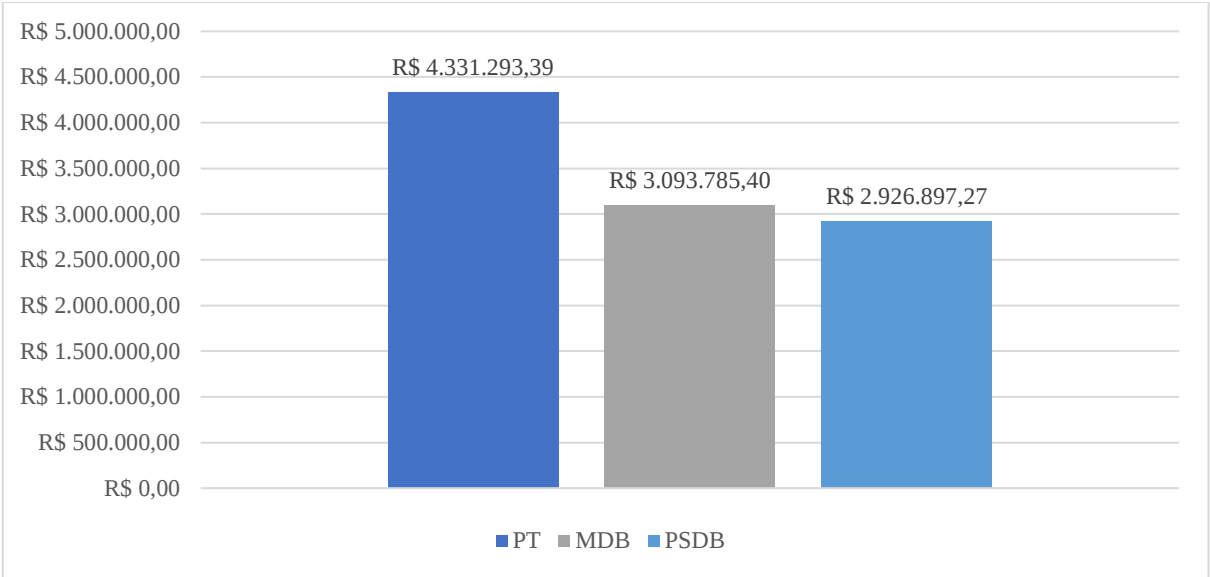
Fonte: TSE (2024).

Analizando a receita total nas eleições de 2018, tem-se que a maior arrecadação de recursos também veio através dos partidos políticos, que doaram o montante de R\$ 375.804.199,46 aos candidatos e que representou 66,68% da receita total arrecadada de R\$ 563.577.549,64. Na sequência tem-se a arrecadação por pessoa física, no valor de R\$ 113.230.845,34, representando 20,09% da receita total, e a arrecadação por recursos próprios, no valor de R\$ 42.654.326,33, representando 5,57% da receita total.

Analizando a receita total nas eleições de 2022, tem-se que a maior arrecadação de recursos também veio através dos partidos políticos, que doaram o valor de R\$ 732.324.220,38 aos candidatos e que representou 84,52% da receita total arrecadada de R\$ 866.490.096,63. Na sequência tem-se a arrecadação por pessoa física, no valor de R\$ 104.530.477,88, representando 12,06% da receita total, e a arrecadação por candidatos, no valor de R\$ 20.107.710,70, representando 2,32% da receita total.

Em termos de arrecadação de recursos, ao longo do período compreendendo as eleições estudadas, houve uma compensação das doações de empresas para as doações dos partidos, ou seja, o Estado passou a ser o grande financiador das campanhas eleitorais no Brasil a partir das eleições de 2018. Em 2014, os 32 partidos políticos registrados no TSE receberam um total de R\$ 25.668.968,02, referente a repasses do Fundo Partidário. O maior valor, de R\$ 4.331.293,39, foi distribuído ao Partido dos Trabalhadores (PT). O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) recebeu o segundo maior montante, de R\$ 3.093.785,40, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) recebeu o terceiro maior montante, no valor de R\$ 2.926.897,27, conforme consta no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Repasses do Fundo Partidário aos Partidos: Eleições de 2014

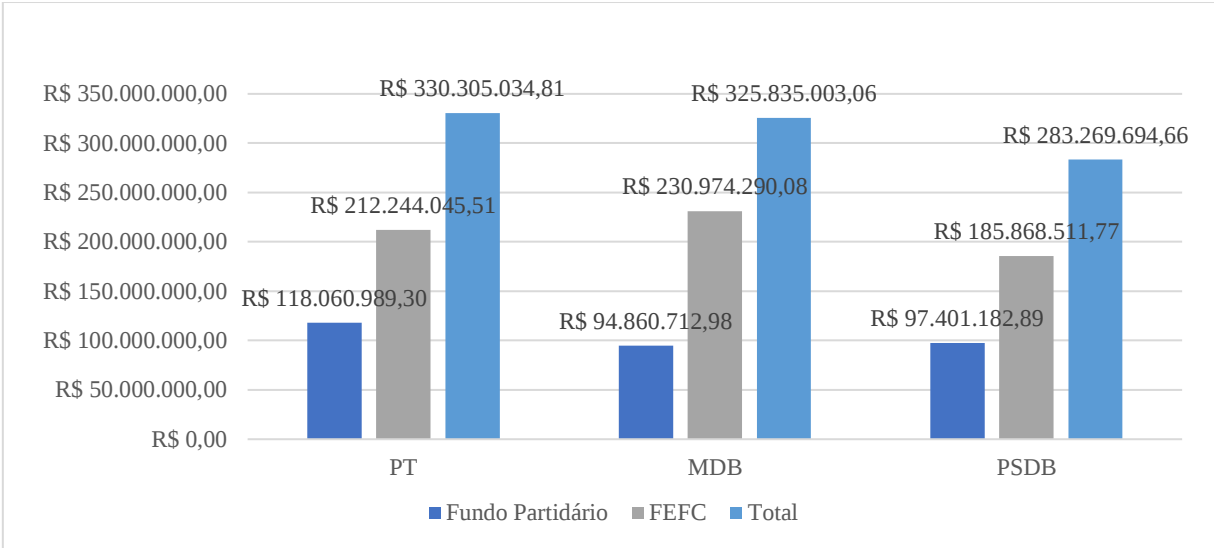


Fonte: TSE (2024).

Nas eleições de 2018, os 35 partidos políticos receberam o montante de R\$ 1.513.535.035,73 do FEFC. Os valores das cotas individuais de cada partido foram apurados de acordo com os critérios fixados na Lei nº 9.504/1997, art. 16-D, e aprovados pelo Plenário do TSE, cujos valores são os constantes do anexo da Resolução TSE nº 23.568/2018, alterada pela Resolução nº 23.581/2018. Destaque para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que recebeu o valor de R\$ 230.974.290,08; seguido do PT, com R\$ 212.244.045,51; e do PSDB, com R\$ 185.868.511,77.

Especificamente em relação ao Fundo Partidário, o partido que mais arrecadou foi o PT, com R\$ 118.060.989,30; seguido do PSDB, que recebeu um montante de R\$ 97.401.182,89; e do MDB com R\$ 94.860.712,98. Portanto, nas eleições de 2018, os partidos que mais arrecadaram recursos públicos foram o PT, que arrecadou o montante total de R\$ 330.305.034,81; seguido do MDB, que recebeu R\$ 325.835.003,06; e do PSDB, com R\$ 283.269.694,66, conforme pode ser percebido no Gráfico 2.

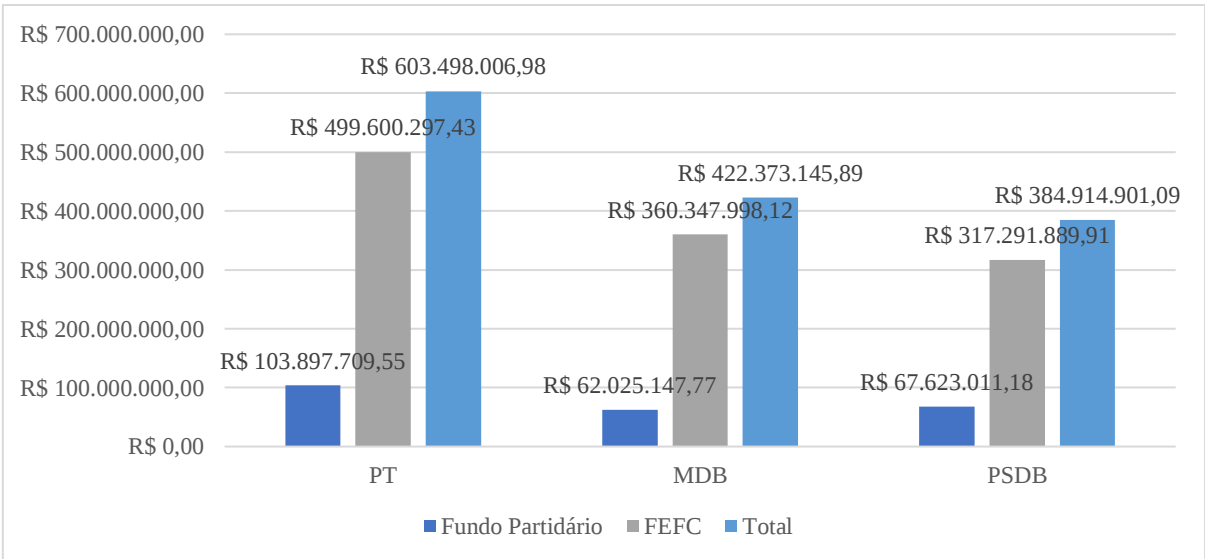
Gráfico 2 - Repasses do Fundo Partidário e do FEFC aos Partidos: Eleições de 2018



Fonte: TSE (2024).

Quanto às eleições de 2022, os 35 partidos políticos receberam um montante de R\$ 5.056.486.129,43 do FEFC. Destaque para o partido União Brasil (UB), que recebeu o valor de R\$ 757.970.221,27; seguido do PT, com R\$ 499.600.297,43; e do MDB, com R\$ 360.347.998,12. Em relação ao Fundo Partidário, o partido que mais arrecadou foi novamente o UB, que alcançou o valor de R\$ 166.717.526,00; seguido do PT, com R\$ 103.897.709,55; e do PSDB, com R\$ 67.623.011,18. Assim, nas eleições de 2022, os partidos que mais arrecadaram recursos públicos foram o UB, seguido do PT e do MDB, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 - Repasses do Fundo Partidário e do FEFC aos Partidos: Eleições de 2022



Fonte: TSE (2024).

Nesse contexto, resumidamente, a Tabela 6 evidencia o montante da receita total (financeira e estimável) de todos os candidatos por estado e em cada eleição, possibilitando a análise do volume total de recursos utilizados no período.

Tabela 6 – Arrecadação Total de Recursos por Estados nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador

Estados	Valor (R\$)		
	2014	2018	2022
Acre (AC)	4.097.327,97	5.700.238,18	17.671.127,07
Alagoas (AL)	44.429.882,14	2.440.452,15	23.410.088,38
Amapá (AP)	8.443.503,87	9.244.301,69	8.238.620,57
Amazonas (AM)	100.613.799,34	19.821.935,75	47.755.284,98
Bahia (BA)	102.627.244,32	21.936.367,65	46.290.453,46
Ceará (CE)	157.197.650,92	12.850.189,12	37.334.757,79
Distrito Federal (DF)	66.663.653,53	31.546.807,41	28.202.186,18
Espírito Santo (ES)	38.932.455,38	12.416.232,04	13.287.915,54
Goiás (GO)	62.975.493,34	29.815.049,61	24.781.777,14
Maranhão (MA)	27.519.758,61	24.634.590,25	28.231.587,04
Mato Grosso (MT)	64.746.181,69	15.565.141,68	4.611.098,71
Mato Grosso do Sul (MS)	101.141.756,90	16.183.644,75	37.931.782,70
Minas Gerais (MG)	165.866.082,48	38.385.063,84	51.102.675,57
Pará (PA)	35.697.379,92	10.244.997,06	15.830.454,44
Paraíba (PB)	65.244.952,61	13.216.987,92	22.744.157,66
Paraná (PR)	100.200.880,69	31.379.803,46	21.371.221,65
Pernambuco (PE)	64.984.299,81	21.444.852,46	72.425.772,89
Piauí (PI)	8.903.500,10	9.606.024,36	15.753.654,03
Rio de Janeiro (RJ)	111.306.610,01	38.397.380,40	43.187.586,28
Rio Grande do Norte (RN)	61.313.108,03	18.493.943,64	9.247.381,44
Rio Grande do Sul (RS)	53.444.487,39	25.086.296,20	59.572.798,05
Rondônia (RO)	38.868.082,43	16.295.069,20	27.442.401,43
Roraima (RR)	24.116.028,35	12.812.164,37	9.633.523,90
Santa Catarina (SC)	36.703.977,92	21.094.411,53	36.835.399,93
São Paulo	161.790.759,79	79.734.550,18	119.277.367,71
Sergipe (SE)	9.011.916,84	5.255.271,18	20.083.028,65
Tocantins (TO)	38.861.255,07	10.428.824,26	21.167.082,06
Total	1.755.702.029,44	541.180.401,23	850.133.269,70

Fonte: TSE (2024).

Conforme demonstrado, na eleição de 2014 para governador, os candidatos arrecadaram um total de R\$ 1.755.702.029,44 em todas as UFs. Na região norte o destaque foi o estado do Amazonas (AM), que arrecadou R\$ 100.613.799,34. O candidato eleito foi José Melo, identificado como o que mais arrecadou, sendo a quantia R\$ 50.130.030,34. O segundo colocado foi o candidato Eduardo Braga, que arrecadou R\$ 48.298.784,33. Na região sul o destaque foi o estado do Paraná (PR), que arrecadou R\$ 100.200.880,69. O candidato eleito foi Beto Richa, sendo o que mais arrecadou: R\$ 44.619.188,68. O segundo colocado foi o

candidato Roberto Requião, que arrecadou R\$ 17.676.107,48. Na região centro-oeste o destaque foi o estado do Mato Grosso do Sul (MS), que arrecadou R\$ 101.141.756,90. O candidato eleito foi Reinaldo Azambuja e foi o que mais arrecadou: R\$ 43.583.448,00. O segundo colocado foi o candidato Delcídio do Amaral, que arrecadou R\$ 42.306.171,86. Na região sudeste o destaque foi o estado de São Paulo (SP), que arrecadou R\$ 79.734.550,18. O candidato eleito foi João Dória e foi o segundo que mais arrecadou: R\$ 25.304.848,61. O segundo colocado foi o candidato Márcio França, que arrecadou R\$ 27.033.252,90, considerado o candidato que mais gastou. Na região nordeste o destaque foi o estado do Ceará (CE), que arrecadou R\$ 157.197.650,92. O candidato eleito foi Camilo Santana e foi o segundo que mais arrecadou: R\$ 68.709.362,96. O segundo colocado foi o candidato Eunício Oliveira, que arrecadou R\$ 84.826.568,40, considerado o candidato que mais gastou.

Quanto as eleições de 2018, os candidatos arrecadaram um total de R\$ 541.180.401,23. Na região norte o destaque foi o estado do Amazonas (AM), que arrecadou R\$ 19.821.935,75. O candidato eleito foi Wilson Lima e foi o segundo que mais arrecadou: R\$ 2.607.764,64. O segundo colocado foi o candidato Amazonino Mendes, que arrecadou R\$ 9.455.819,17. Na região sul o destaque foi o estado do Paraná (PR), que arrecadou R\$ 31.379.803,46. O candidato eleito foi Ratinho Júnior e foi o que mais arrecadou: R\$ 12.110.675,77. A segunda colocada foi a candidata Cida Borghetti, que arrecadou R\$ 10.698.892,468. Na região centro-oeste o destaque foi o Distrito Federal (DF), que arrecadou R\$ 31.546.807,41. O candidato eleito foi Ibaneis Rocha e foi o que mais arrecadou: R\$ 8.282.657,27. O segundo colocado foi o candidato Rodrigo Rollemberg, que arrecadou R\$ 5.965.191,28. Na região sudeste o destaque foi o estado de São Paulo (SP), que arrecadou R\$ 79.734.550,18. O candidato eleito foi João Dória e foi o segundo que mais arrecadou: R\$ 25.304.848,61. O segundo colocado foi o candidato Márcio França, que arrecadou R\$ 27.033.252,90. Na região nordeste o destaque foi o estado do Maranhão (MA), que arrecadou R\$ 24.634.590,25. O candidato eleito foi Flávio Dino e foi o segundo que mais arrecadou: R\$ 9.437.449,52. A segunda colocada foi a candidata Roseana Sarney, que arrecadou R\$ 11.398.238,80.

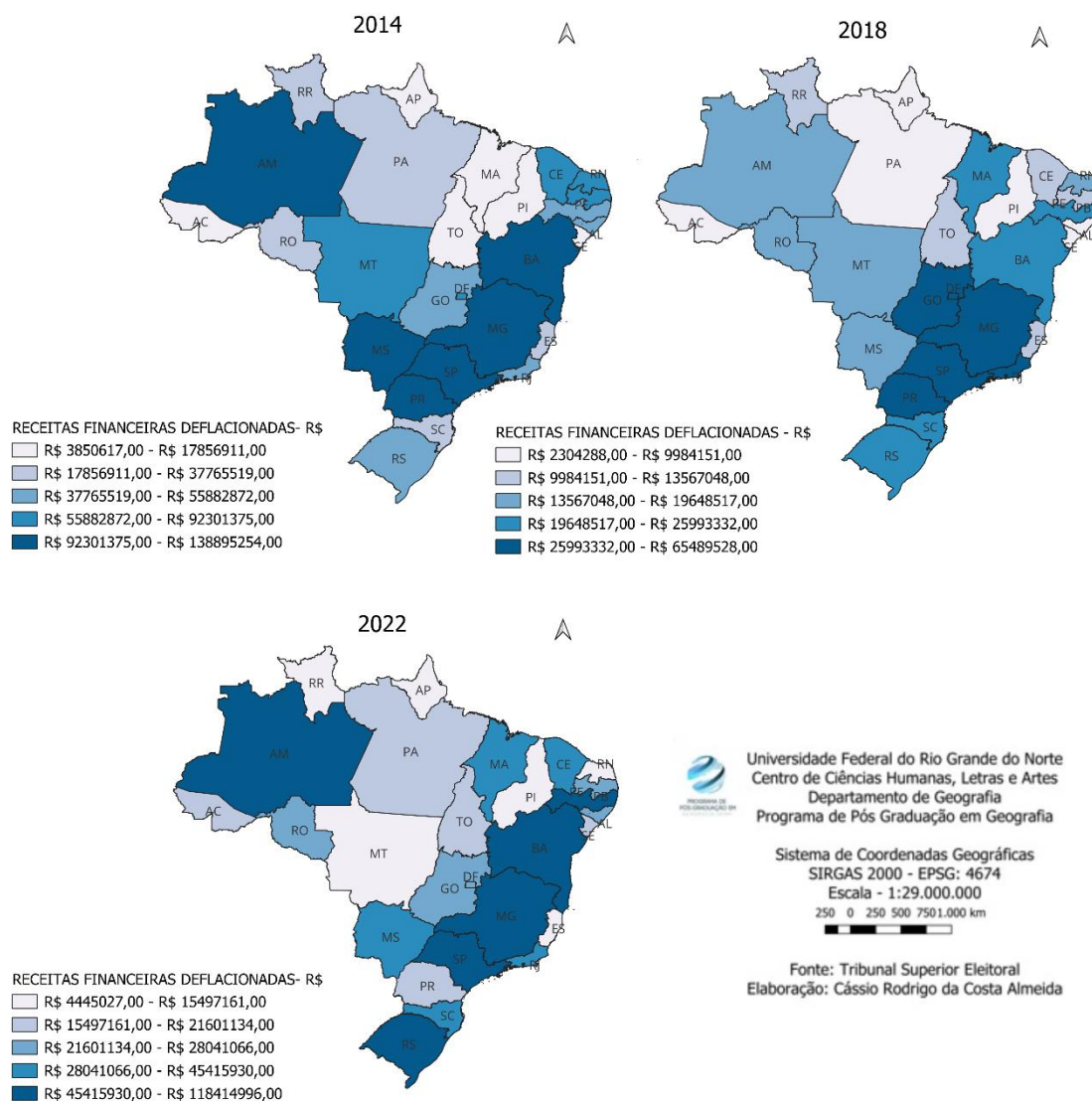
Na eleição de 2022, os candidatos arrecadaram um total de R\$ 850.133.269,70. Na região norte o destaque foi o estado do Amazonas (AM), que arrecadou R\$ 47.755.284,98. O candidato eleito foi Wilson Lima e foi o que mais arrecadou: R\$ 11.179.299,63. O segundo colocado foi o candidato Eduardo Braga, que arrecadou R\$ 9.147.577,05. Na região sul o destaque foi o estado do Rio Grande do Sul (RS), que arrecadou R\$ 59.572.798,05. O candidato eleito foi Eduardo Leite e foi o segundo que mais arrecadou: R\$ 15.866.923,82. O segundo colocado foi o candidato Onix Lorenzoni, que arrecadou R\$ 17.853.764,24. Na região centro-

oeste o destaque foi o Mato Grosso do Sul (MS), que arrecadou R\$ 37.931.782,70. O candidato eleito foi Eduardo Riedel e foi o que mais arrecadou: R\$ 10.158.991,42. O segundo colocado foi o candidato Capitão Contar, que arrecadou R\$ 2.649.372,60. Na região sudeste o destaque foi o estado de São Paulo (SP), que arrecadou R\$ 119.277.367,71. O candidato eleito foi Tarcísio de Freitas e foi o que mais arrecadou: R\$ 41.631.209,86. O segundo colocado foi o candidato Fernando Haddad, que arrecadou R\$ 36.209.083,20. Na região nordeste o destaque foi o estado de Pernambuco (PE), que arrecadou R\$ 72.425.772,89. A candidata eleita foi Raquel Lyra e foi a que mais arrecadou: R\$ 18.485.290,05. A segunda colocada foi a candidata Marília Arraes, que arrecadou R\$ 15.222.186,65.

4.1.2 Variável receita financeira

Admitindo-se um nível de significância de 10%, a variável independente “receita financeira” obteve um valor $P > 0,10$, sendo 0,264, conforme Tabela 3. Com isso, temos que a receita financeira recebida pelos candidatos a governador não obteve um bom nível de significância, ou seja, não influenciou no caso dos candidatos eleitos. Isso pode ser explicado pelo fato de que nas últimas campanhas a arrecadação financeira de recursos vêm se tornando cada vez mais equilibrada entre os candidatos, principalmente devido ao limite de gastos imposto pela legislação eleitoral. O Mapa 2 reflete a receita financeira arrecadada por todos os candidatos em cada estado da federação.

Mapa 2 - Receitas Financeiras nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quando observamos os candidatos a governador que utilizaram a receita financeira em suas campanhas eleitorais, as suas razões de chances de vitória aumentam. Em termos percentuais, os candidatos que arrecadam mais com recursos financeiros, aumentam em 1% (um por cento) a probabilidade de serem eleitos. Nas eleições de 2014, as receitas financeiras totalizaram o montante de R\$ 1.358.120.030,80, representando 77,35% dos recursos totais arrecadados pelos candidatos de R\$ 1.755.702.029,44.

As doações financeiras recebidas foram fundamentais no processo eleitoral, com um impacto direto na capacidade dos candidatos de comunicar suas plataformas, alcançar eleitores

e mobilizar apoio, influenciando significativamente os resultados eleitorais. Nos estados onde os candidatos receberam doações substanciais, a vantagem competitiva foi evidente. Com mais recursos, os candidatos puderam investir em campanhas publicitárias abrangentes em rádios, televisões, jornais e mídias digitais, aumentando sua visibilidade (Gamermann; Antunes, 2018; Krause *et al.*, 2020; Mariath; Baraldi; Martins, 2022).

Como cita Speck (2016) e Song (2020) em seus estudos, a origem e a transparência das doações financeiras também influenciaram a percepção pública dos candidatos. Grandes doações de empresas e indivíduos ricos levantaram questões sobre a influência do dinheiro nas políticas propostas, gerando preocupações sobre possíveis conflitos de interesse. Em 2014, a transparência e a origem das doações tornaram-se temas importantes nas campanhas eleitorais, com os eleitores exigindo mais clareza e responsabilidade dos candidatos em relação às suas fontes de financiamento.

No viés da geografia política, o impacto das doações financeiras no processo eleitoral revela uma interseção entre o poder econômico e a organização territorial do poder político. A distribuição desigual de recursos financeiros entre os candidatos, especialmente em estados onde as doações foram mais expressivas, reflete uma concentração de poder em determinados espaços geográficos. Candidatos com maior capacidade de arrecadação em áreas urbanas ou economicamente privilegiadas puderam mobilizar maior apoio e influenciar o eleitorado com maior eficácia, ampliando sua visibilidade e capacidade de articulação política.

Além disso, a geografia política destaca como a origem das doações financeiras também pode delinear relações de poder que transcendem as fronteiras territoriais, envolvendo atores corporativos e elites econômicas que, embora localizados em certas regiões, exercem influência em múltiplas escalas territoriais, desde o nível local até o nacional (Leal, 1976). Essa dinâmica gera um desequilíbrio no jogo democrático, em que candidatos com acesso a grandes doações acabam favorecendo interesses específicos em detrimento das demandas mais amplas da população. A exigência crescente por transparência nas campanhas, observada em 2014, reflete a consciência coletiva de que o financiamento eleitoral, quando atrelado a grandes grupos econômicos, pode moldar políticas públicas de forma a beneficiar setores privilegiados, reforçando assim as desigualdades regionais e de classe no cenário político.

Nas eleições para governador de 2018, as receitas financeiras totalizaram o montante de R\$ 508.897.995,36, representando 94,03% do total de recursos arrecadados (R\$ 541.180.401,23). Nesse pleito, as receitas financeiras reduziram em 60,15% em relação às eleições de 2014, devido as mudanças nas regras de financiamento eleitoral, bem como da implantação de limite de gastos.

A capacidade de adaptação rápida às mudanças no cenário eleitoral proporcionou uma vantagem significativa aos candidatos que conseguiram uma boa arrecadação de recursos. Por outro lado, candidatos com menor apoio financeiro enfrentaram diversos desafios. A falta de recursos limitou a capacidade de competição igualitária, especialmente em estados maiores, onde a logística e o alcance da campanha exigem investimentos substanciais. Esses candidatos acabam por depender de estratégias de base, como voluntariado e boca a boca. Embora eficazes em certos contextos, essas abordagens são menos impactantes em termos de alcance e visibilidade comparadas às campanhas financiadas por grandes doações (Speck, 2016; Gamermann; Antunes, 2018; Song, 2020).

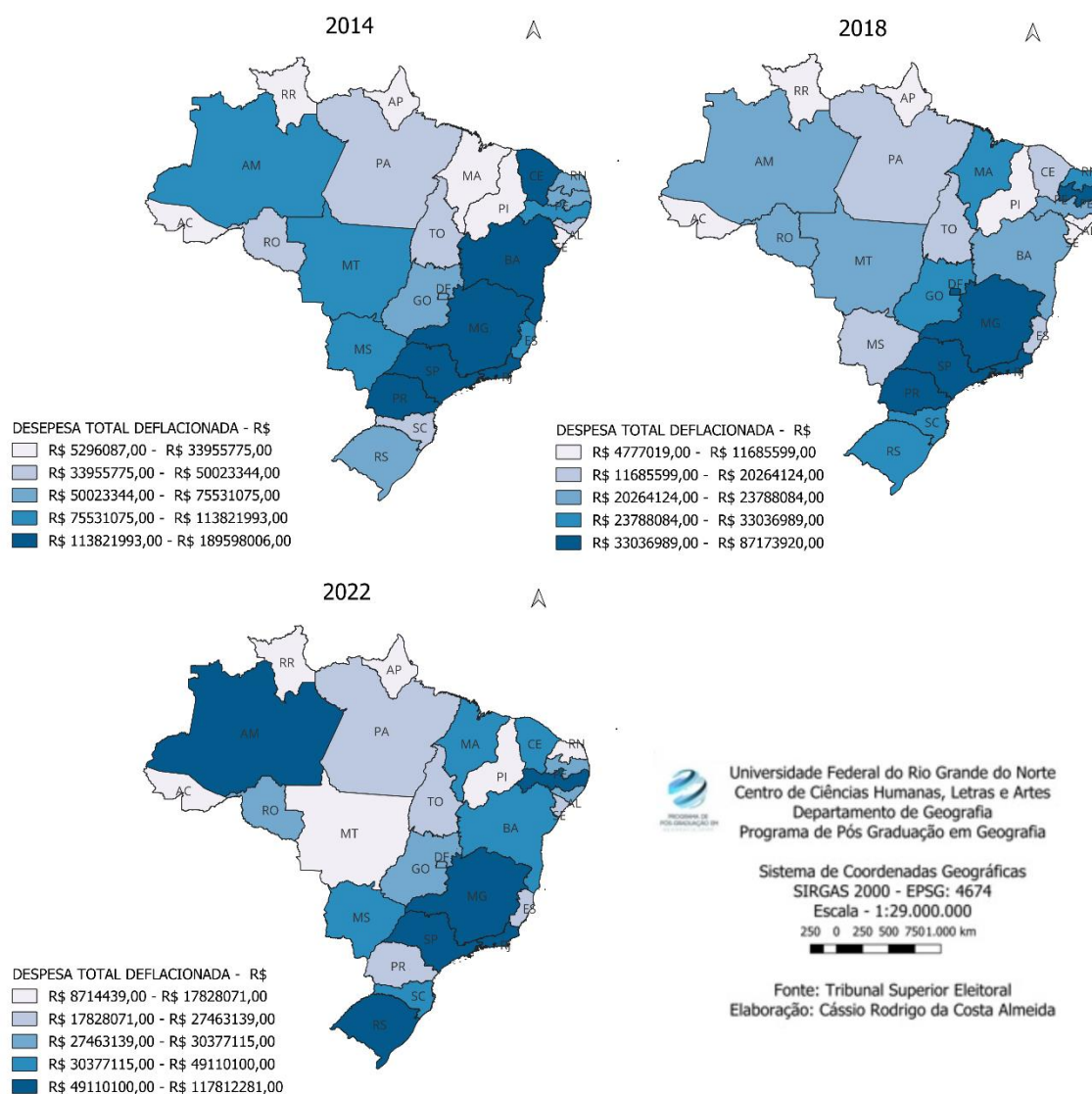
No entanto, o impacto das doações financeiras nas eleições de 2018 não se limitou apenas à capacidade de campanha. Escândalos de corrupção e a gestão administrativa dos governadores em exercício também desempenharam papéis cruciais nas decisões dos eleitores. Em estados onde houve escândalos de corrupção ou má gestão dos recursos públicos, a influência negativa sobre os candidatos associados a esses problemas superou o benefício das doações financeiras elevadas, mostrando que a integridade e a competência administrativa são igualmente importantes para o êxito eleitoral (Baldissera; Araújo, 2021; Sallaberry *et al.*, 2021).

Quanto as eleições de 2022, as receitas financeiras totalizaram o montante de R\$ 839.030.544,80, representando 98,69% dos gastos totais efetuados (R\$ 850.133.269,70). Em relação às eleições de 2018, houve um aumento de 64,87%. A arrecadação de recursos financeiros nessa eleição foi bastante influenciada pelas mudanças nas regras de financiamento eleitoral, além de acontecerem em um contexto de significativa polarização política. As mudanças normativas incluíram novas regras para a distribuição de recursos do fundo partidário e para a prestação de contas, exigindo maior transparência e responsabilidade dos candidatos e partidos.

4.1.3 Variável despesa total

Considerando a variável independente “despesa total”, exposta na Tabela 3, e admitindo-se um nível de significância de 10%, a mesma obteve um valor $P > 0,10$, sendo 0,626. Com isso, temos que a despesa total dos candidatos a governador não obteve um bom nível de significância, ou seja, não influenciou no caso dos candidatos eleitos. Isso pode ser explicado pelo fato de que na despesa total estão incluídas as doações estimáveis em dinheiro (bens e serviços). O Mapa 3 reflete a despesa total efetuada por todos os candidatos em cada estado da federação.

Mapas 3 - Despesas Totais nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Observando os números das eleições de 2014, as despesas estimáveis em dinheiro totalizaram o montante de R\$ 355.271.286,56, representando 17,82% dos recursos utilizados por todos os candidatos (R\$ 1.993.136.153,63). Os dados revelaram uma grande disparidade nos gastos entre diferentes estados, refletindo diferenças no número de eleitores com a competitividade e estratégias de campanha. Estados com maior população, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, apresentaram maior volume de gastos. No entanto, estados como Ceará, de quantitativo de eleitores bastante inferior aos supracitados, se destacaram pelo seu total de gastos bastante elevado, quando comparado com regiões com maior densidade populacional.

Já nas eleições de 2018, as despesas estimáveis em dinheiro dos candidatos a governador totalizaram o montante de R\$ 32.522.976,70, representando 5,03% dos recursos totais gastos (R\$ 646.197.532,52). Nesse pleito, os gastos totais de campanha reduziram em 67,58% em relação às eleições anteriores, justificado pelo fato da imposição do limite de gastos em campanhas eleitorais, fixado pela Lei nº 13.488/17. Para Avis *et al.* (2022), tal limite surgiu diante os altos custos de campanha, que geraram preocupações sobre a influência do poder econômico nos resultados eleitorais e a possibilidade de financiamento ilícito.

Além disso, investigações policiais, como no caso da Operação Lava Jato, revelaram esquemas de corrupção envolvendo grandes empresas e políticos, destacando a necessidade urgente de haver uma reforma no sistema eleitoral brasileiro (Nunes; Melo, 2017). Como consequência, foi aprovada a reforma eleitoral que introduziu limites de gastos para as campanhas políticas, visando aumentar a transparência, combater a corrupção e reduzir a influência do dinheiro nas eleições. A reforma buscou assim promover uma disputa mais justa e democrática, garantindo que candidatos com menos recursos financeiros tivessem chances reais de competir, promovendo maior equidade no processo eleitoral.

Segundo dados do TSE (2024), os limites de gastos para campanhas de governador variaram significativamente de acordo com o estado, refletindo o número de eleitores e as condições locais. Por exemplo, o limite para a campanha ao governo de São Paulo foi de aproximadamente R\$ 21 milhões no primeiro turno e R\$ 10 milhões no segundo turno em 2018. Enquanto que em 2014, período em que ainda não havia o limite de gastos, o estado teve candidatos que gastaram mais de R\$ 40 milhões, enquanto outros candidatos não alcançaram nem a marca dos R\$ 100 mil. Já em estados com menor densidade populacional, como Ceará, ao qual tinha em 2018 o limite de gastos estimado em R\$ 9,1 milhões para o 1º turno, teve em 2014 dois candidatos que gastaram em torno de R\$ 50 milhões, evidenciando uma alta discrepância entre os dois períodos eleitorais.

A reforma eleitoral implementada após os escândalos revelados pela Operação Lava Jato trouxe mudanças significativas no sistema político brasileiro, com implicações diretas para a geografia política do país. A introdução de limites de gastos nas campanhas eleitorais visou reduzir a desigualdade financeira entre os candidatos e promover uma competição mais equilibrada. No entanto, a geografia política revela que essa reforma também reflete as diferenças regionais do Brasil. Estados como São Paulo, com maior número de eleitores e maior peso econômico, continuam a permitir maiores limites de gastos, o que reflete a desigualdade estrutural entre as regiões do país.

Essa variação nos limites de gastos com base no número de eleitores e nas condições

locais aponta para a existência de uma geopolítica do financiamento eleitoral, onde estados mais ricos e populosos possuem campanhas mais caras e sofisticadas, enquanto estados menores e menos populosos enfrentam condições mais restritas. Embora a reforma tenha buscado reduzir a influência do poder econômico, a disparidade regional ainda persiste, o que evidencia a dificuldade de alcançar uma verdadeira equidade no processo eleitoral em um país de dimensões continentais como o Brasil. Essa questão destaca a importância de continuar o debate sobre como equilibrar o financiamento eleitoral e assegurar que as regras de campanha levem em consideração as desigualdades regionais e sociais que permeiam o território brasileiro.

Alguns estudos mostram ainda que aqueles candidatos que investiram mais recursos em suas campanhas, tiveram um desempenho eleitoral mais robusto nas eleições citadas, embora isso não tenha se transformado em êxito, ou seja, na vitória no pleito eleitoral (Avis *et al.*, 2022). De modo geral, podemos identificar os principais gastos eleitorais nesse período, com destaque para a produção de conteúdo audiovisual para propaganda eleitoral, abrangendo a produção de programas de rádio, televisão e vídeos, reforçando o entendimento de que atualmente um dos maiores investimentos em campanha se dá através das propagandas eleitorais (Krause *et al.*, 2020).

Tem-se ainda a publicidade por materiais impressos, que ocorre através da distribuição de santinhos, panfletos, cartazes e outros materiais gráficos, representando um gasto significativo. Além dos próprios eventos de promoção da candidatura, como comícios, encontros com eleitores e outros eventos públicos, que exige investimentos em infraestrutura, segurança, som, palco, transporte e pessoal. Além desses, ainda se tem as despesas com pessoal de campanha, que são os coordenadores, assessores, marqueteiros e outros profissionais envolvidos, incluindo também as despesas com locação de veículos para o transporte dos candidatos, equipes e materiais de campanha.

Quanto aos aspectos das despesas totais nas eleições de 2022 para o governo, as estimáveis em dinheiro totalizaram o montante de R\$ 14.435.075,05, representando apenas 1,58% dos gastos totais efetuados de R\$ 914.110.687,67. Novamente, observou-se uma grande variação nos gastos entre os estados, possuindo aumento considerável quando comparado com 2018. Locais com populações maiores e cenários políticos mais agitados mostraram os maiores volumes de gastos. Percebeu-se também que, embora os candidatos que mais investiram tendiam a ter melhores desempenhos, essa relação não era garantida.

Esse aumento dos gastos pode ser atribuído a vários fatores. Primeiramente, a inflação foi um dos principais motivadores. Os limites de gastos de 2018 foram ajustados pelo IPCA, refletindo a desvalorização do poder de compra e o aumento dos custos gerais ao longo do

tempo (TSE, 2024). Além da inflação, houve um aumento nas despesas com publicidade digital e produção de conteúdo audiovisual. Com a crescente importância das redes sociais e da internet nas estratégias de campanha, os candidatos investiram mais em anúncios online, criação de vídeos e gerenciamento de plataformas digitais (Brito; Meira; Adeodato, 2021). Esses investimentos foram essenciais para alcançar um público mais amplo e diversificado, especialmente em um cenário onde o consumo de mídia digital estava em alta, principalmente após as eleições municipais de 2020, que ocorreram no período da pandemia da Covid-19.

Outro fator significativo foi a complexidade crescente das campanhas. A necessidade de uma estrutura de campanha mais robusta, incluindo maior número de comícios, eventos e viagens, também contribuiu para o aumento dos custos. A contratação de profissionais especializados em marketing, comunicação e estratégia política tornou-se mais comum, resultando em despesas adicionais substanciais. Além desses fatores, as novas regulamentações eleitorais e a maior fiscalização sobre o uso de recursos públicos e privados nas campanhas também influenciaram os gastos. As campanhas precisaram se adaptar às novas regras de transparência e prestação de contas, o que implicou em investimentos em *compliance* e em sistemas de gestão financeira mais avançados (Speck, 2016; Brito; Meira; Adeodato, 2021).

A combinação desses fatores explica o aumento dos gastos de campanha para o cargo de governador nas eleições de 2022, quando comparamos com 2018, refletindo tanto a evolução do cenário político e econômico quanto as mudanças nas estratégias de campanha e nas exigências legais. Analisando os estados em que o candidato a governador que mais arrecadou venceu, temos os seguintes dados expostos na Tabela 7.

Tabela 7 – Candidatos que mais Gastaram e foram Eleitos por Estado nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador

Estados	Candidatos Eleitos		
	2014	2018	2022
Acre (AC)	-	-	Gladson Cameli
Alagoas (AL)	Renan Filho	Renan Filho	-
Amapá (AP)	Waldez	-	-
Amazonas (AM)	José Melo	-	Wilson Lima
Bahia (BA)	Rui Costa	Rui Costa	-
Ceará (CE)	Camilo	Camilo	Elmano
Distrito Federal (DF)	-	Ibaneis	-
Espírito Santo (ES)	Paulo Hartung	Renato Casagrande	Renato Casagrande
Goiás (GO)	Marcone Perillo	Ronaldo Caiado	Ronaldo Caiado
Maranhão (MA)	-	-	-
Mato Grosso (MT)	Pedro Taques	-	Mauro Mendes
Mato Grosso do Sul (MS)	-	Reinaldo	Eduardo Riedel
Minas Gerais (MG)	Fernando	-	Zema

Pará (PA)	-	Helder	Helder
Paraíba (PB)	-	-	-
Paraná (PR)	Beto Richa	Ratinho Jr.	Ratinho Jr.
Pernambuco (PE)	-	Paulo Câmara	Raquel Lyra
Piauí (PI)	Wellington Dias	Wellington Dias	-
Rio de Janeiro (RJ)	Pezão	-	Claudio Castro
Rio Grande do Norte (RN)	-	Fátima Bezerra	Fátima Bezerra
Rio Grande do Sul (RS)	-	Eduardo Leite	-
Rondônia (RO)	Cafuncio Moura	-	-
Roraima (RR)	-	-	-
Santa Catarina (SC)	Raimundo	-	Jorginho Mello
São Paulo	-	João Dória	Tarcísio
Sergipe (SE)	-	-	Fábio
Tocantins (TO)	-	-	-

Fonte: TSE (2024).

Conforme demonstrado na Tabela 7, em 11 dos 27 estados brasileiros os candidatos eleitos não foram os que mais gastaram em seu estado. Em contrapartida, observamos estados em que durante o período estudado, os candidatos eleitos sempre foram os que mais gastaram

Fazendo a análise descritiva desta variável, destacamos as cinco maiores modalidades de despesas em cada eleição, conforme exposto na Tabela 8. Analisando a despesa total nas eleições de 2014, tem-se que o maior gasto efetuado pelos candidatos foi com a produção de programas de rádio e tv, no montante de R\$ 335.147.688,16 e que representou 18,82% da despesa total de R\$ 1.993.136.153,63. Na sequência, tem-se os gastos com pessoal, no valor de R\$ 251.187.956,51, representando 12,60% da despesa total; gastos com os serviços de terceiros, no valor de R\$ 186.739.440,27, representando 9,37% da despesa total; gastos com publicidade por material impresso, no valor de R\$ 184.467.060,19, representando 9,25% da despesa total; e gastos com doações financeiras, no valor de R\$ 96.656.092,99, representando 4,85% da despesa total.

Tabela 8 – Comportamento da Despesa Total nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador

Modalidades de Receita	Eleição		
	2014	2018	2022
Prod. Prog. Rádio e TV	335.147.688,16	185.453.662,09	179.413.377,41
Pessoal	251.187.956,51	23.479.362,90	-
Doação Financeira	96.656.092,99	-	-
Public. por Mat. Impresso	184.467.060,19	73.198.702,67	125.127.228,47
Serviços de Terceiros	186.739.440,27	114.668.531,70	184.849.912,77
Publicidade por Adesivos	-	31.092.291,98	60.575.686,80
Impulsionamento de Conteúdo	-	-	50.237.185,77

Fonte: TSE (2024).

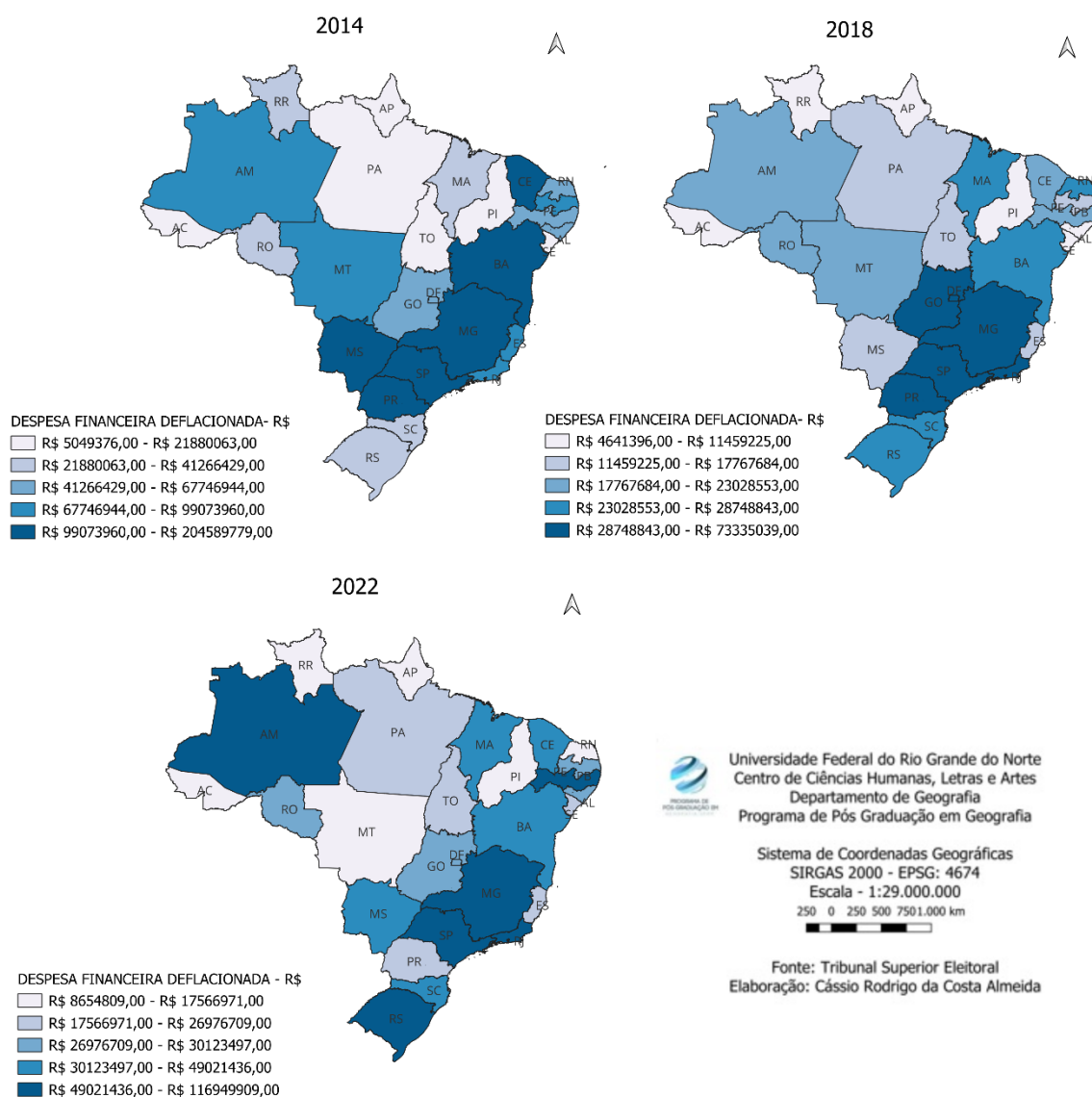
Analisando a despesa total nas eleições de 2018, tem-se que o maior gasto efetuado pelos candidatos foi com a produção de programas de rádio e tv, no montante de R\$ 185.453.662,09 e que representou 28,70% da despesa total de R\$ 646.197.532,52. Na sequência, tem-se os gastos com os serviços de terceiros, no valor de R\$ 114.668.531,70 ou 17,74% da despesa total; gastos com publicidade por material impresso, no valor de R\$ 73.198.702,67 ou 11,33% da despesa total; gastos com publicidade por adesivos, no valor de R\$ 31.092.291,98 ou 4,81% da despesa total; e gastos com pessoal, no valor de R\$ 23.479.362,90 ou 3,63% da despesa total.

Já em relação às eleições de 2022, tem-se que o maior gasto efetuado pelos candidatos foi o gasto com os serviços de terceiros, no valor de R\$ 184.849.912,77 ou 28,61% da despesa total (R\$ 646.197.532,52). Na sequência, tem-se os gastos com a produção de programas de rádio e tv, no montante de R\$ 179.413.377,41 ou 27,76% da despesa total; gastos com publicidade por material impresso, no valor de R\$ 125.127.228,47 ou 19,36% da despesa total; gastos com publicidade por adesivos, no valor de R\$ 60.575.686,80 ou 9,37% da despesa total; e gastos com impulsionamento de conteúdo, no valor de R\$ 50.237.185,77 ou 7,77% da despesa total.

4.1.4 Variável despesa financeira

Em termos percentuais, os candidatos que gastam mais com despesas financeiras, aumentam em 1% a probabilidade de serem eleitos. Ou seja, admitindo que um candidato tenha uma despesa financeira de R\$ 1,00 a mais, por exemplo o candidato “A” desembolsou R\$ 1.000,00 e o candidato “B” desembolsou R\$ 1.001,00. Diante de uma razão de chances estimada para a despesa financeira de R\$ 1,00, tem-se que o candidato B tem 1% a mais de chance de se eleger em relação ao candidato A, que gastou um valor menor. Portanto, a razão de chances mostra quem tem maior chance de ser eleito. O Mapa 4 reflete a despesa financeira efetuada por todos os candidatos em cada estado da federação.

Mapa 4 - Despesas Financeiras nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Nas eleições estaduais de 2014 para o cargo de governador, as despesas financeiras totalizaram o montante de R\$ 1.655.958.606,80, representando 83,08% do total de recursos utilizados de R\$ 1.993.136.153,63. Como supracitado, os altos gastos de campanha para essa eleição refletiram as disparidades econômicas nas campanhas políticas entre as diferentes regiões brasileira.

O papel do dinheiro nas eleições é uma questão central para entender como as campanhas eleitorais funcionam. Estas precisam de recursos para alcançar eleitores em todo no maior espaço territorial que conseguirem, com intuito de ampliar a visibilidade do candidato

para todo o eleitorado. Comumente, quando se possui mais recursos, os candidatos conseguem se manter presentes nos mais diversos tipos de mídia, como a televisão e as redes sociais. Isso é especialmente importante no Brasil, um país com dimensões continentais, onde o acesso aos meios de comunicação varia consideravelmente de uma região para outra (Krause *et al.*, 2020; Avis *et al.*, 2022).

No entanto, é crucial compreender que ter mais dinheiro numa campanha eleitoral, não garante seu êxito nas urnas. A popularidade do candidato, a relevância de suas propostas, o contexto econômico e político e como os eleitores veem o uso desses recursos também são fatores decisivos (Baldissera; Araújo, 2021; Avis *et al.*, 2022). Em alguns casos, candidatos com menos recursos conseguiram vencer candidatos com campanhas mais ricas, principalmente quando conseguem se conectar de forma genuína com as necessidades e desejos dos eleitores.

Adentro nas eleições de 2018, as despesas financeiras totalizaram o montante de R\$ 590.991.213,98, representando 91,46% dos recursos totais gastos de R\$ 646.197.532,52. Nessa eleição, as despesas financeiras de campanha reduziram 64,31%, em relação às eleições de 2014. Reflexo da nova realidade no quesito financiamento eleitoral, além da implantação do limite de gastos, ocasionando impacto significativo na estrutura e estratégia de financiamento das campanhas.

Nas eleições de 2022, as despesas financeiras totalizaram o montante de R\$ 901.070.964,70, representando 97,13% do total de gastos efetuados de R\$ 914.110.687,67. Em relação às eleições de 2018, houve um aumento de 41,46%. Tais gastos foram bastante influenciados por mudanças nas regras de financiamento eleitoral e o estabelecimento do FEFC. Essas mudanças aconteceram em um contexto de significativa polarização política e alterações nas normas eleitorais que influenciaram estratégias de campanha e, por consequência, os gastos.

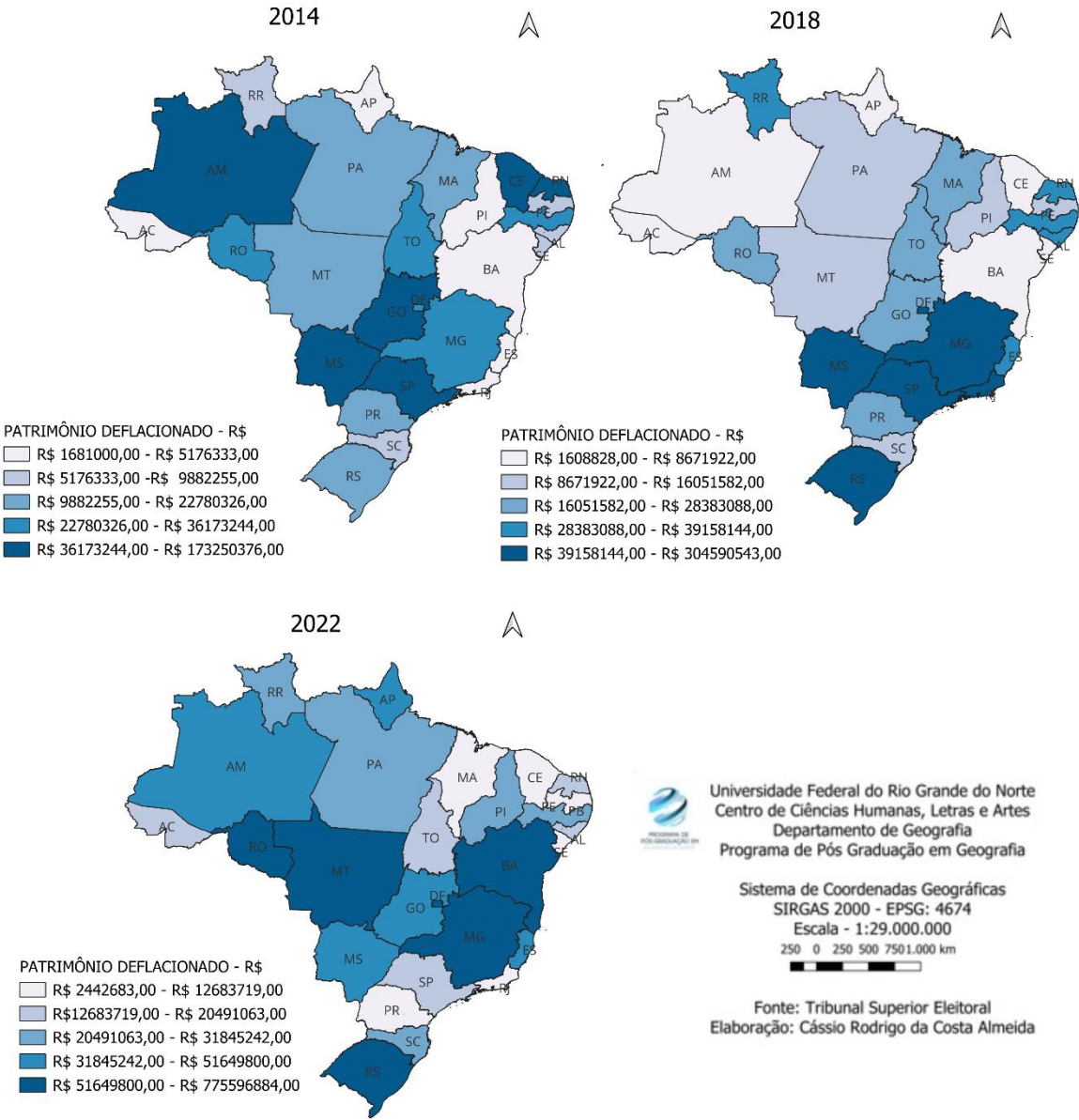
A campanha de 2022 teve um cenário político e social único, que foi marcado pela recuperação pós-pandemia e por transformações significativas no comportamento eleitoral e na forma de coordenação das campanhas. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que as despesas financeiras foram e continuam sendo um elemento central nas campanhas eleitorais, proporcionando aos candidatos a capacidade de alcançar uma ampla gama de eleitores através de múltiplos canais de comunicação.

4.1.5 Variável patrimônio do candidato

Ao observar a variável “patrimônio” dos candidatos, quanto maior forem seus recursos, maior será a razão de chances de êxito nas campanhas eleitorais. Em termos percentuais, os

candidatos que possuem um patrimônio maior, aumentam em 1% a probabilidade de serem eleitos. Ou seja, admitindo que um candidato tenha um patrimônio de R\$ 1,00 a mais, por exemplo o candidato “A” possui um patrimônio de R\$ 1.000,00 reais e o candidato “B” possui um patrimônio de R\$ 1.001,00. Diante de uma razão de chances estimada para o patrimônio de R\$ 1,00 a mais, tem-se que o candidato B tem 1% a mais de chance de se eleger em relação ao candidato A, que possui um patrimônio menor. Portanto, a razão de chances mostra quem tem maior chance de ser eleito. O Mapa 5 reflete o valor do patrimônio declarado por todos os candidatos em cada estado da federação.

Mapas 5 - Patrimônio dos Candidatos nas Eleições de 2014, 2018 e 2022 para o cargo de Governador



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Analisando as eleições de 2014, o patrimônio dos candidatos que concorreram ao cargo de governador nos estados brasileiros totalizou um montante de R\$ 761.167.676,30, representando 38,19% de todos os recursos utilizados de R\$ 1.993.136.153,63. Tais números fazem uma correlação significativa entre o patrimônio declarado dos candidatos e suas chances de serem eleitos.

Os resultados indicam que candidatos com maior patrimônio declarado tendem a ter mais êxito eleitoral, já que dos 27 candidatos eleitos, 11 possuíam patrimônio consideravelmente superior à média dos demais concorrentes. Essa tendência foi evidenciada por uma correlação positiva entre o patrimônio declarado e a porcentagem de votos recebidos, que reforça os resultados da pesquisa de Gamermann e Antunes (2018). Exemplos como os candidatos Reinaldo Azambuja, em Mato Grosso do Sul, e Fernando Pimentel, em Minas Gerais, ambos com patrimônios substanciais que permitiram campanhas robustas e uma presença marcante na mídia.

Essa relação entre patrimônio e êxito eleitoral pode ser atribuída a diversos fatores. Primeiramente, candidatos com maior patrimônio têm acesso a mais recursos financeiros, permitindo campanhas mais amplas e sofisticadas. Além disso, esses recursos possibilitam uma presença midiática mais forte, aumentando a visibilidade e o reconhecimento do candidato entre os eleitores. No entanto, Haime, Vallejo e Schwindt-Bayer (2022) concluíram em seu estudo que outro fator nessa relação é a percepção de competência e experiência dos candidatos no cargo ao qual concorrem e não apenas o seu porte patrimonial. Foi observado no estudo que os candidatos que concorreram, mas perderam, têm maior probabilidade de vencer quando concorrem em futuras eleições para o mesmo cargo e cargos de classificação inferior, em comparação com candidatos sem experiência eleitoral.

Por tais motivos, é importante reconhecer que o patrimônio não é o único fator determinante para o êxito eleitoral. Outros elementos, como a estrutura partidária, alianças e experiência políticas, bem como o contexto socioeconômico, desempenham papéis cruciais no processo eleitoral. Em relação às eleições de 2018, o patrimônio dos candidatos que concorreram ao cargo de governador totalizou um montante de R\$ 1.164.660.903,12. Tais valores representam um aumento de 53,01% em 2018, com relação ao patrimônio declarado pelos candidatos em 2014.

A relação entre patrimônio e êxito eleitoral revela importantes nuances da geografia política. O acesso a recursos financeiros mais elevados permite que os candidatos conduzam campanhas com maior alcance e sofisticação, utilizando a mídia para ampliar sua visibilidade, principalmente em regiões urbanas e economicamente privilegiadas. Esse fenômeno cria uma geopolítica eleitoral onde candidatos com maior patrimônio conseguem mobilizar recursos de forma mais eficaz, potencializando seu alcance em determinadas áreas geográficas.

Foi identificado que dos 27 candidatos eleitos, 13 possuíam patrimônio superiores à média dos demais concorrentes, o que indica tendência por uma correlação positiva entre o patrimônio declarado e a porcentagem de votos recebidos. Exemplos notáveis incluem Romeu

Zema, em Minas Gerais, João Doria, em São Paulo, e Reinaldo Azambuja, em Mato Grosso do Sul, todos com patrimônio elevado, que permitiram campanhas robustas, mesmo diante das limitações quanto aos valores que os mesmos poderiam doar para si próprio no período eleitoral.

Os candidatos que possuíam maior patrimônio conseguiam mais recursos para investir em suas campanhas, o que gerou maior alcance e visibilidade, por permitir a realização de mais comícios, visitas a comunidades com difícil acesso e comunicação, além de diversas outras atividades de cunho eleitoral. Percebe-se que há uma relação positiva e extremamente robusta entre o êxito eleitoral e o patrimônio declarado pelos candidatos, corroborando com o resultado da pesquisa de Sousa e Xavier Júnior (2023).

Nas eleições de 2022, o patrimônio dos candidatos ao governo totalizou um montante de R\$ 2.052.432.231,29, representando aumento de 76,23% em relação a 2018, crescimento patrimonial considerável para o período em questão. O estudo de Schaefer (2020) mostrou que o nível de riqueza de um indivíduo que se lança na política, normalmente tende a se correlacionar com o valor de recursos próprios investidos e seu êxito na campanha eleitoral, mesmo possuindo variações entre o patrimônio do candidato e a sua decisão de se autofinanciar. Além desses fatores, sua experiência política permite a compreensão e implantação de limites sobre o entendimento de até onde vale a pena continuar investindo seus recursos em uma campanha eleitoral.

Em 2022, a polarização política e a influência das redes sociais também tiveram impacto significativo nos resultados eleitorais. A Tabela 9 evidencia os candidatos que foram eleitos e que possuíam o patrimônio acima da média dos demais candidatos.

Tabela 9 – Candidatos Eleitos a Governador com Patrimônio acima da Média dos Demais por Estado

Estados	Candidatos Eleitos		
	2014	2018	2022
Acre (AC)	-	Gladson Cameli	Gladson Cameli
Alagoas (AL)	Renan Filho	Renan Filho	Paulo Dantas
Amapá (AP)	-	-	-
Amazonas (AM)	-	-	-
Bahia (BA)	-	-	-
Ceará (CE)	-	Camilo	-
Distrito Federal (DF)	-	Ibaneis	Ibaneis
Espírito Santo (ES)	Paulo Hartung	-	-
Goiás (GO)	-	Ronaldo Caiado	Ronaldo Caiado
Maranhão (MA)	-	-	-
Mato Grosso (MT)	-	-	Mauro Mendes
Mato Grosso do Sul (MS)	Reinaldo Azambuja	Reinaldo Azambuja	Eduardo Riedel
Minas Gerais (MG)	Fernando Pimentel	Romeu Zema	Zema

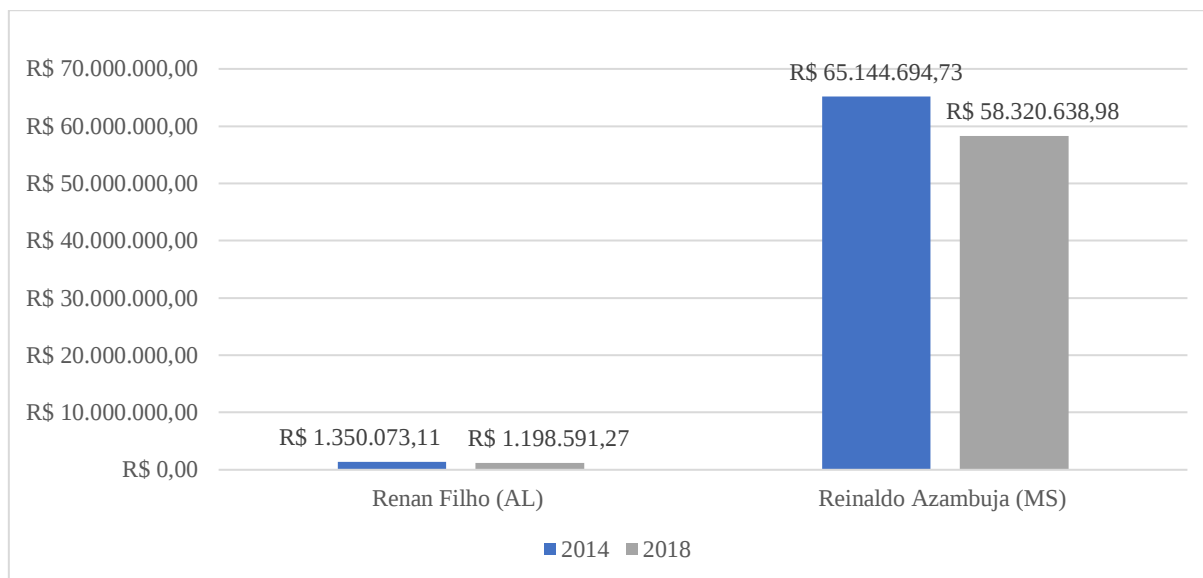
Pará (PA)	Simão Jatene	Helder	Helder
Paraíba (PB)	Ricardo Coutinho	-	João Azevêdo
Paraná (PR)	Beto Richa	Ratinho Jr.	-
Pernambuco (PE)	-	-	-
Piauí (PI)	Wellington Dias	-	-
Rio de Janeiro (RJ)	-	-	-
Rio Grande do Norte (RN)	Robinson Faria	-	-
Rio Grande do Sul (RS)	-	-	-
Rondônia (RO)	Cafuncio Moura	-	-
Roraima (RR)	-	Antônio Denarium	Antônio Denarium
Santa Catarina (SC)	Raimundo Colombo	Comandante Moisés	-
São Paulo	-	João Dória	Tarcisio
Sergipe (SE)	-	Belivaldo	Fábio
Tocantins (TO)	-	-	Wanderlei Barbosa

Fonte: TSE (2024).

Tais resultados mostram que em alguns casos, candidatos com grandes patrimônios podem ser percebidos como distantes das necessidades e preocupações da população comum, o que pode gerar rejeição, além da percepção de que candidatos mais ricos não entendem ou não representam os interesses desse grupo de eleitores (Gamermann; Antunes, 2018; Haime; Vallejo; Schwindt-Bayer, 2022). Outro fator relevante é a formação de alianças estratégicas políticas e partidárias, que tende a ser fator determinante no êxito eleitoral, independentemente do patrimônio individual dos candidatos, principalmente em estados com maior número de eleitores, possuindo maior diversidade no perfil destes (Krause *et al.*, 2020).

Ao comparar a eleição de 2018 com 2014, foi observado que dois candidatos que tiveram patrimônio acima da média dos demais, foram reeleitos. Entretanto, ambos mostraram redução patrimonial, sendo eles: i) Renan Filho, no estado de Alagoas, que reduziu seu patrimônio em R\$ 151.481,84 (11,22%); e ii) Reinaldo Azambuja, no Mato Grosso do Sul, que reduziu seu patrimônio em R\$ 6.824.055,75 (10,48%), conforme mostra o Gráfico 4.

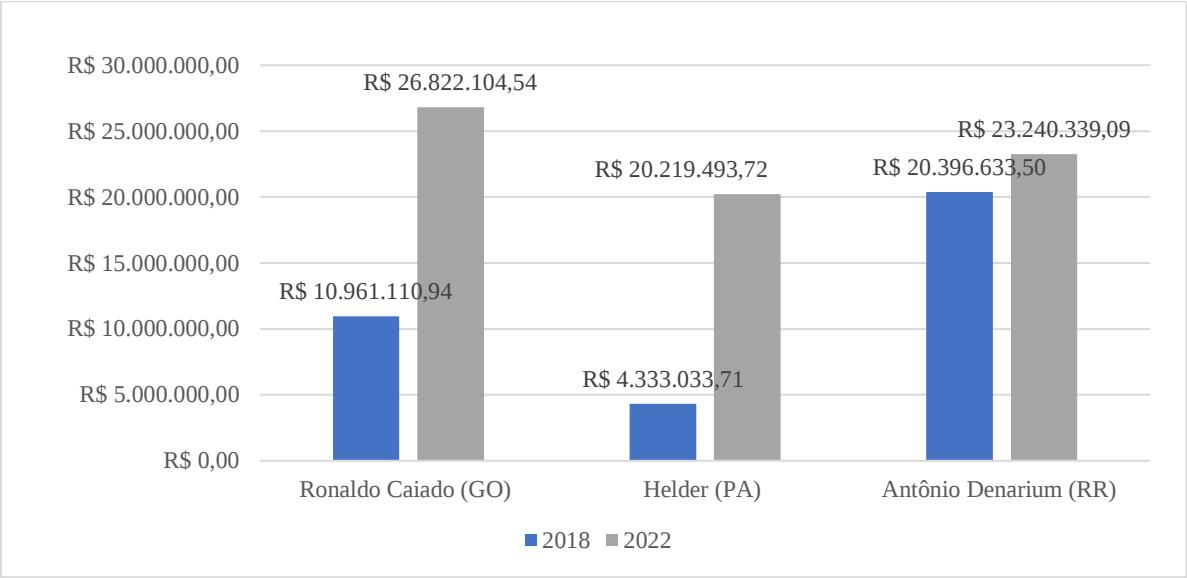
Gráfico 4 – Comparativo do Patrimônio Acima da Média de Candidatos Eleitos em 2014 e 2018



Fonte: TSE (2024).

Já na eleição de 2022, quando comparada com 2018, dentre os reeleitos três candidatos tiveram patrimônio acima da média dos demais, sendo estes: i) Helder, no estado do Pará, que aumentou seu patrimônio em R\$ 15.886.460,01 (366,64%); ii) Ronaldo Caiado, no estado do Goiás, que aumentou o seu patrimônio em R\$ 15.860.993,60 (144,70%); e Antônio Denarium, no estado de Roraima, que aumentou o seu patrimônio em R\$ 2.843.705,59 (13,94%), de acordo com o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Comparativo do Patrimônio Acima da Média de Candidatos Eleitos em 2018 e 2022



Fonte: TSE (2024).

Quando comparamos a evolução patrimonial do período em questão e observamos os candidatos que tiveram o patrimônio acima da média dos demais, é notório que em 2018 estes tiveram redução patrimonial, mas em 2022, os candidatos mostraram aumento considerável de seu patrimônio.

4.1.6 Variável reeleição

Adentrando nas variáveis de controle, quando um candidato pleiteia a sua “reeleição” para o governo, sua razão de chances aumenta. Em termos percentuais, tentar a reeleição aumenta em 15,14% a probabilidade de ser eleito. Admita que o candidato “A” esteja tentando a reeleição e o candidato “B” não seja candidato a reeleição. Assim, dada a razão de chances estimada, tem-se que o candidato A tem 15% mais chance de se eleger do que o candidato B. Logo, aquele candidato que tenta a reeleição tem uma maior chance de se reeleger.

Os aspectos que envolvem a reeleição de um candidato, seja qual for o cargo, é uma temática amplamente estudada nas ciências políticas. Diversos elementos, como o seu desempenho durante o mandato, a economia, a aprovação popular, as estratégias de campanha e o cenário político local e nacional, influenciam diretamente as chances de reeleição.

Estudos como os de Burnett e Kogan (2017) e Baldissera e Araújo (2021) mostram que governadores que implementam políticas eficazes, como a melhoria da infraestrutura e da

segurança pública, geralmente têm mais chances de conquistar o apoio dos eleitores. Além disso, pesquisas de opinião pública são frequentemente utilizadas para medir a satisfação dos eleitores e indicar o apoio ao candidato, onde a situação econômica do estado durante o mandato do governador também é um fator analisado.

A reeleição de candidatos, especialmente governadores, reflete uma dinâmica complexa de interações entre fatores políticos, econômicos e territoriais que podem ser analisados sob a perspectiva da geografia política. A eficácia das políticas públicas, como melhorias em infraestrutura e segurança, possui uma dimensão territorial evidente, uma vez que tais intervenções tendem a ser mais visíveis e impactantes em determinadas regiões do estado. Governadores que direcionam investimentos para áreas estratégicas, muitas vezes concentradas em regiões urbanas ou economicamente centrais, podem obter maior apoio eleitoral dessas áreas, o que reflete uma geopolítica de alocação de recursos e poder.

Além disso, o cenário econômico de uma região durante o mandato do governador é um fator crucial que influencia as chances de reeleição. Governadores que conseguem melhorar indicadores econômicos locais, como a geração de empregos ou o crescimento do PIB estadual, frequentemente consolidam sua base eleitoral, sobretudo em áreas que se beneficiam diretamente dessas melhorias. A geografia política também ajuda a entender como o desempenho econômico regional e as estratégias de campanha são adaptadas para diferentes contextos locais, variando de acordo com as necessidades e características específicas de cada parte do território.

Portanto, a geopolítica da reeleição revela como o sucesso eleitoral de governadores é fortemente condicionado pela distribuição espacial de políticas públicas e pela percepção de eficiência em áreas estratégicas. Dessa forma, o desempenho de um governador não se limita apenas a questões gerais de governança, mas é moldado pela capacidade de responder a desafios territoriais específicos e pela forma como essas respostas são percebidas pelos eleitores em diferentes regiões do estado.

Para Castro (2021) e Burnett e Kogan (2017), as estratégias de campanha também são essenciais, pois aqueles candidatos que já estão no cargo têm a vantagem de serem mais conhecidos e podem usar os recursos disponíveis para promover suas realizações. Campanhas eficazes, que utilizam mídia social, publicidade e mobilização de eleitores, podem aumentar significativamente as chances de reeleição. Debates e eventos públicos são oportunidades para reforçar suas propostas e responder a críticas. O contexto político local e nacional também influencia as chances de reeleição. A popularidade do partido do governador, alianças políticas e a presença de adversários fortes são fatores determinantes. Em anos de eleições presidenciais,

a relação com o governo federal pode impactar a dinâmica eleitoral nos estados.

Nas eleições de 2014, 18 das 27 UFs possuíam candidatos que concorreram à reeleição. Destes, em 11 UFs os candidatos à reeleição foram vitoriosos: Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Paraíba, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Sergipe, Goiás e Rio de Janeiro. O êxito eleitoral desses candidatos pode ser compreendido de diversas formas. Primeiramente, os mesmos têm a vantagem da visibilidade pública e do acesso a recursos administrativos e financeiros, que podem ser usados para promover suas realizações durante o próprio mandato. Além da visibilidade pública, uma vez que governadores em exercício aparecem frequentemente na mídia, facilitando a comunicação de suas ações e políticas aos eleitores.

Ademais, estar no cargo permite que os governantes construam uma base sólida de apoio através de políticas públicas que beneficiem a população. Políticas bem-sucedidas em áreas como saúde, educação e segurança pública tendem a aumentar a aprovação popular e, consequentemente, as chances de reeleição. A capacidade de lidar com crises e eventos imprevistos de maneira eficaz também pode fortalecer a imagem do governante como um líder competente. Outro fator relevante é o desempenho econômico durante o mandato, e os governantes que conseguem criar empregos e promover o crescimento econômico, geralmente ganham maior apoio popular, pois a estabilidade econômica está frequentemente associada à estabilidade política, o que favorece os candidatos à reeleição (Gamermann; Antunes, 2018; Barberia; Avelino; Zanolenssi, 2019; Castro, 2021).

Observando as eleições de 2018, seus resultados mostraram que houve leve redução na reeleição dos candidatos a governador, quando comparado com as eleições de 2014, ao qual dos 20 estados que possuíam candidatos nessa condição, 10 estados conseguiram reeleger seus governantes, ou seja, a metade. Isso corrobora a tendência de que estar no cargo oferece uma vantagem significativa nas eleições. No entanto, essa tendência pode variar de acordo com o contexto político e econômico de cada estado, bem como com a dinâmica das campanhas eleitorais.

Dentre os estados onde os candidatos obtiveram êxito no pleito, temos Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Tocantins. Já os estados que não reelegeram seus governadores foram: Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo.

A eleição de 2018 resultou na menor taxa de reeleição desde 2006. Naquele ano, de 20 que tentaram se reeleger, apenas 6 não conseguiram. Quatro anos depois, em 2010, 20 governadores tentaram reeleição e 13 conseguiram. Em 2014, 18 candidatos tentaram a reeleição e 11 foram bem sucedidos, conforme supracitado. Alguns motivos levaram à baixa

taxa de reeleição, como o sentimento de mudança entre os eleitores, que buscavam renovação política em meio a escândalos de corrupção e crise econômica. Incluindo o desgaste político, pois muitos governantes enfrentaram problemas significativos em seus mandatos, seja por falhas na gestão, crises fiscais ou insatisfação popular (Hunter; Power, 2019; Rangel; Dultra, 2019).

Rangel e Dultra (2019) e Rennó (2020) destacaram em suas pesquisas que o cenário político turbulento a nível nacional, incluindo o impacto da Operação Lava Jato, afetou a imagem e a confiança em muitos políticos vinculados. Por sua vez, lideranças políticas oposicionistas conseguiram conduzir campanhas eficazes, aproveitando o desejo de mudança e apresentação de propostas que ressoaram na população.

Analisando as eleições de 2022, observamos que a maioria dos governadores que concorreram à reeleição conseguiram manter seus cargos, confirmando a tendência de que estar no cargo oferece uma vantagem significativa nas eleições. Foram 20 candidatos que concorreram à reeleição, ao qual 18 conseguiram se reeleger, sendo os casos de Acre, Amazonas, Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Paraíba, Pará, Paraná, Roraima, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins.

Em 2022, o número de reeleições superou os de 2006, considerada assim a maior taxa de reeleição desde 2006. Naquele ano, dos 20 candidatos que tentaram a reeleição, 14 obtiveram êxito. Tal êxito nas eleições de 2022 comumente é atrelado ao fato de que os governadores que geriram bem o estado durante a pandemia da Covid-19, implementando medidas eficazes e demonstrando liderança, conseguiram conquistar a confiança e o apoio dos eleitores, incluindo a boa administração dos recursos de saúde e a coordenação eficaz das campanhas de vacinação. No extremo oposto, Fonseca *et al.* (2021) destacaram que o discurso político e o fracasso na liderança da gestão no período pandêmico para alguns governantes, abriram precedentes negativos em seus mandatos políticos, enfraquecendo sua popularização e apoio social nas eleições seguintes.

Outro fator relevante foi a implantação e continuidade de programas sociais e econômicos, que ajudaram a aliviar os efeitos da pandemia e a promover o desenvolvimento local, desempenhando papel crucial na economia regional. Essas ações influenciaram na recuperação econômica mais rápida e eficiente no processo após a crise da pandemia. Dessa forma, entende-se que a reeleição tem um impacto significativo no êxito dos candidatos ao governo, proporcionando vantagens estratégicas que podem ser determinantes para o resultado eleitoral. No entanto, essas vantagens devem ser vistas juntamente de outros fatores, como o

desempenho no cargo, a situação econômica e a qualidade dos adversários, que juntos moldam o cenário eleitoral e influenciam o êxito dos candidatos à reeleição.

4.1.7 Variável gênero

Observando a variável “gênero”, estatisticamente foi identificado que quando os candidatos para o governo das UFs são do gênero masculino, suas chances de vitória são maiores. Em termos percentuais, os candidatos do gênero masculino têm 2,65% a mais de chances de serem eleitos em relação as candidatas do gênero feminino. Admita que o candidato “A” seja do gênero masculino e a candidata “B” seja do gênero feminino. Assim, dada a razão de chances estimada, tem-se que o candidato A tem 2,65% mais chance de se eleger do que a candidata B. Logo, aquele candidato que possui gênero masculino tem uma maior chance de se reeleger.

A influência do gênero nos resultados das eleições de 2014 para o governo das UFs é um tema que revela muito sobre a nossa sociedade e a participação das mulheres na política. Tradicionalmente, a política no Brasil sempre foi um território dominado por homens, mas nas últimas décadas se tem visto um aumento gradual da presença feminina. No entanto, essa presença ainda enfrenta muitos desafios e barreiras, refletindo-se nos resultados eleitorais.

Bolognesi, Perissinotto e Codato (2016) e Santos (2021) falam que a representação feminina na política brasileira aconteceu tardiamente em relação aos homens. A título de exemplo, citamos a implementação do voto feminino no Brasil que aconteceu apenas na década de 1930, sendo este até então uma exclusividade dos homens, em um contexto de uma sociedade patriarcal e conservadora.

A análise da influência do gênero nas eleições de 2014 para o governo estadual revela importantes questões sobre a geografia política e a desigualdade de gênero na política brasileira. A política brasileira, historicamente dominada por homens, ainda reflete uma distribuição territorial desigual de poder. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para ingressar e progredir na política ainda são evidentes, especialmente nas regiões onde estruturas conservadoras e patriarcais permanecem fortes. Nessas áreas, a resistência cultural à liderança feminina é mais pronunciada, resultando em uma menor presença de candidatas e uma competitividade desigual nas disputas eleitorais (Castro, 2005; Castro, 2011).

A geografia política ajuda a compreender como essa desigualdade de gênero está geograficamente distribuída. Estados com maior desenvolvimento econômico e acesso à educação, particularmente nas Regiões Sul e Sudeste, tendem a apresentar maior inclusão

feminina na política, enquanto regiões menos desenvolvidas economicamente, como Norte e Nordeste, ainda demonstram maior resistência à igualdade de gênero nas esferas de poder. O contexto histórico de implementação tardia do voto feminino no Brasil, apenas na década de 1930, também contribui para essa realidade. Mesmo com avanços nas últimas décadas, a estrutura patriarcal da sociedade brasileira ainda impõe desafios significativos para a participação das mulheres na política, o que reflete nas disparidades de gênero observadas nas eleições para cargos executivos.

O movimento sufragista no Brasil ganhou força a partir do início do século XX, influenciado pelos movimentos feministas internacionais e pelas mudanças sociais e econômicas que ocorreram no período. Em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, foi promulgado o novo Código Eleitoral, que pela primeira vez incluiu o direito ao voto feminino. No entanto, esse direito era restrito a mulheres casadas (desde que com a autorização dos maridos), viúvas e solteiras com renda própria (Bueno *et al.*, 2020; Rocha, 2020).

Foi apenas em 1934, com a promulgação da nova Constituição, que o voto feminino passou a ser garantido sem restrições de estado civil ou renda. Esta foi uma conquista importante para as mulheres brasileiras e representou um passo fundamental na luta por igualdade de gênero. A implementação desse direito trouxe diversas consequências para a política brasileira. Primeiramente, houve um aumento significativo do eleitorado feminino, o que ampliou a base de representação popular, fazendo com que a participação das mulheres nas eleições e nos processos decisórios começassem a mudar gradualmente a dinâmica política do país (Bueno *et al.*, 2020; Rocha, 2020; Santos, 2021).

Segundo Gilardi (2015) e Ramos e Silva (2020), embora inicialmente a presença feminina em cargos eletivos fosse tímida, essa participação foi crescendo. Mulheres começaram a ser eleitas para cargos legislativos e executivos, trazendo novas perspectivas e pautas para o debate político, como direitos reprodutivos, igualdade salarial, combate à violência doméstica e políticas de assistência social. Além disso, a inclusão das mulheres no processo eleitoral fomentou a conscientização política e cívica, incentivando maior participação e engajamento nos assuntos públicos entre as mesmas. Essa mudança também provocou transformações na cultura política, desafiando estereótipos de gênero e abrindo espaço para uma maior diversidade na representação política.

Contudo, apesar dos avanços, a participação feminina na política brasileira ainda enfrenta muitos desafios. Em 2014, a disputa para governadores dos estados brasileiros contou com uma esmagadora maioria de candidatos homens. Dos 175 candidatos, apenas 21 eram mulheres ou 12% do total de candidatos. Esse desequilíbrio revela as dificuldades que as

mulheres ainda enfrentam para se firmar na política, desde preconceitos culturais até a falta de apoio financeiro e estrutural dentro dos partidos. Nessas eleições apenas uma mulher foi eleita governadora: Suely Campos, em Roraima. Esse resultado não indica uma mudança significativa, mas sim uma exceção em um cenário ainda amplamente dominado por homens.

Diversos fatores contribuíram para essa disparidade. Primeiro, a estrutura partidária e a cultura política no Brasil, que tendem a favorecer candidatos homens. As mulheres frequentemente encontram dificuldades para obter espaço dentro dos partidos, acesso a financiamento de campanha e visibilidade na mídia. Além disso, a percepção pública sobre a capacidade de liderança das mulheres ainda é influenciada por estereótipos de gênero, o que pode afetar negativamente a opinião dos eleitores (Bolognesi; Perissinotto; Codato, 2016; Bueno *et al.*, 2020).

Neste cenário, Ramos e Silva (2020) destacam que a implementação da cota de gênero na política brasileira representou um importante passo na promoção da igualdade de gênero e na democratização do sistema político do país. No contexto internacional, a ideia de implementar cotas de gênero para aumentar a participação feminina na política começou a ganhar força a partir das décadas de 1970 e 1980, com diversos países adotando medidas para corrigir a sub-representação das mulheres. No Brasil, o debate sobre cotas de gênero ganhou relevância na década de 1990, culminando na criação de uma legislação específica.

A Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, estabeleceu pela primeira vez uma cota mínima de 20% para candidaturas femininas nas eleições proporcionais (vereadores, deputados estaduais e federais). Esta lei foi pioneira, mas ainda apresentava limitações, como a ausência de sanções para partidos que não cumprissem a cota. Em 1997, a Lei nº 9.504, conhecida como Lei das Eleições, aumentou essa cota para 30% e introduziu a obrigatoriedade de sua aplicação, exigindo que os partidos políticos reservassem no mínimo 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada gênero (Brasil, 1995; Brasil, 1997).

Essa implementação de cotas teve como objetivo principal corrigir a histórica sub-representação feminina na política brasileira, garantindo maior diversidade e equidade na composição dos órgãos legislativos (Bolognesi; Perissinotto; Codato, 2016). No entanto, a efetividade da lei ainda enfrenta desafios significativos. Em muitos casos, os partidos políticos de todos os espectros políticos apresentavam dificuldades em preencher as cotas mínimas com candidatas viáveis. Em alguns casos temos candidaturas fictícias ou “laranjas”, onde mulheres são inscritas sem a intenção real de competir, apenas para cumprir a exigência legal.

Estudos mostram que as candidatas mulheres, muitas vezes, enfrentam uma cobertura midiática enviesada, onde são avaliadas com base em atributos pessoais ou estéticos, em vez de

suas propostas políticas e habilidades de liderança (Van Der Pas; Aaldering, 2020). Esse viés pode influenciar a percepção do eleitorado e reduzir as chances de êxito eleitoral. Além disso, a violência política de gênero é uma realidade que afeta muitas candidatas. Essa violência pode se manifestar de várias formas, desde ataques verbais e difamações até ameaças físicas, e tem o objetivo de intimidar e desestimular a participação feminina na política.

Nas eleições de 2018, a influência do gênero nos resultados para os governos estaduais refletiu novamente a persistente desigualdade de gênero na política nacional, embora alguns progressos tenham sido observados. Dos 201 candidatos a governador, apenas 29 eram mulheres ou cerca de 14% do total. Embora essa porcentagem represente um aumento em relação a 2014, o número ainda é baixo e indica que as barreiras para a participação política feminina permaneciam fortes.

Tais resultados evidenciaram leve aumento no número de mulheres eleitas governadoras, em comparação com as eleições de 2014. Três mulheres foram eleitas governadoras: Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte), Regina Sousa (Piauí, como vice-governadora que assumiu o governo) e Suely Campos (reeleita em Roraima). Embora esses resultados representem um avanço, eles ainda são insuficientes para alcançar uma representatividade equilibrada de gênero.

Um ponto marcante para essa eleição, foi que TSE e o STF, reforçaram a aplicação das cotas de gênero, determinando que a distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do tempo de propaganda eleitoral gratuita também obedecesse à proporção mínima de 30% para candidaturas femininas. Esta medida buscou não apenas garantir a presença de mulheres nas listas de candidaturas, mas também assegurar que elas tivessem condições reais de competir, com acesso a financiamento e visibilidade equivalentes aos candidatos masculinos (Almeida; Pereira, 2020).

Silveira e Andreatta (2020) destacam em sua pesquisa que essa alteração teve um impacto significativo no cenário político nacional, com um aumento no número de candidaturas femininas viáveis, mais mulheres recebendo recursos para suas campanhas e tendo maior acesso à mídia. Esse aumento de candidaturas viáveis resultou em um crescimento no número de mulheres eleitas, embora a sub-representação feminina ainda tenha persistido.

Os resultados das eleições de 2018 mostraram um aumento no número de mulheres eleitas não apenas para o cargo de governador, mas também para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas estaduais. Ao comparar com eleições anteriores, o número de deputadas federais eleitas subiu significativamente, num indicativo de que a aplicação mais rigorosa das cotas de gênero, associada à alocação de recursos, contribuíram para uma maior

inclusão das mulheres na política.

Já nas eleições de 2022, o número de mulheres candidatas aos governos das UFs aumentou em comparação com eleições anteriores, refletindo uma mobilização crescente pela inclusão feminina na política. No entanto, a participação feminina esteve longe de ser igualitária. Dos 223 candidatos aos governos estaduais, apenas 26 foram mulheres, representando 12,76% do total.

Os resultados destas eleições ainda foram insuficientes para uma mudança significativa. Apenas duas mulheres foram eleitas governadoras: Raquel Lyra, em Pernambuco, e Fátima Bezerra, reeleita no Rio Grande do Norte. A eleição dessas governadoras é um passo positivo, mas a persistente sub-representação feminina nos governos estaduais destaca a necessidade de medidas mais eficazes para promover a equidade de gênero na política.

Uma das principais mudanças nas eleições de 2022 foi a consolidação e a ampliação das medidas adotadas em 2018, onde o TSE reforçou a necessidade de uma distribuição equitativa dos recursos do Fundo Partidário, do FEFC e do tempo de propaganda eleitoral entre candidatos homens e mulheres. Esta política visou não apenas aumentar a participação numérica de mulheres nas eleições, mas também garantir que essas candidaturas fossem viáveis e competitivas.

Além disso, novas resoluções e orientações foram emitidas para assegurar a transparência e a efetividade na aplicação das cotas de gênero. O TSE, juntamente com organizações da sociedade civil, intensificou a fiscalização sobre as candidaturas "laranjas", prática onde mulheres são registradas apenas para cumprir a cota, sem intenções reais de participação efetiva. Esse aumento na fiscalização teve como objetivo garantir que as candidaturas femininas fossem genuínas e recebessem o apoio necessário para competir em igualdade de condições com os homens.

Outro aspecto significativo nas eleições de 2022 foi a crescente conscientização e mobilização social em torno da importância da representatividade feminina. Movimentos feministas e organizações de defesa dos direitos das mulheres realizaram campanhas e ações para incentivar a participação política das mulheres, educando eleitores e pressionando partidos políticos a cumprirem e respeitarem as cotas de gênero de forma efetiva. Portanto, a influência do gênero nos resultados eleitorais vai além da representatividade numérica, demonstrando como as relações de poder se articulam territorialmente, e revelando que o acesso das mulheres à política é condicionado por fatores econômicos, culturais e regionais que perpetuam a desigualdade de gênero.

4.1.8 Variável IVS – infraestrutura

Quando observamos a variável “IVS - infraestrutura”, dos municípios de residência dos candidatos para o governo no período eleitoral, quanto maior tal índice, maior a sua razão de chances de vitória. Em termos percentuais, quando o local de residência do candidato apresenta maior IVS de infraestrutura, tem-se a eleição com 0,08% a mais de chances de êxito. Admita que o candidato “A” resida num município com o IVS maior do que o reside o candidato “B”. Assim, dada a razão de chances estimada, tem-se que o candidato “A” tem 0,08% mais chance de se eleger do que a candidata B. Logo, aquele candidato que reside em um município com maior valor de IVS tem uma maior chance de se reeleger.

A eleição de 2014 para governador apresentou um cenário político complexo e multifacetado, onde diversos fatores influenciaram o desempenho dos candidatos. Um desses foi o IVS relacionado à infraestrutura, que é uma medida que avalia a vulnerabilidade das populações com base em diversas dimensões, incluindo a infraestrutura, como acesso a saneamento básico, eletricidade, transporte e outros serviços essenciais. A influência do IVS infraestrutura nas eleições pode ser observada em vários estados, refletindo as desigualdades regionais e o impacto direto na vida cotidiana dos eleitores.

Nos estados com altos índices de vulnerabilidade social e deficiência de infraestrutura, os candidatos que apresentaram propostas concretas e viáveis para melhorar esses aspectos conseguiram angariar mais votos. Isso ocorreu porque, segundo Rezende (2016), a população das áreas com maior vulnerabilidade em infraestrutura, tem uma percepção clara dos desafios diários enfrentados. Dessa forma, promessas de melhorias em saneamento básico, transporte público e acesso a serviços essenciais tornaram-se decisivos nas plataformas políticas de muitos candidatos.

A relação entre vulnerabilidade social e resultados eleitorais, observada em estados com deficiências de infraestrutura, revela importantes aspectos da geografia política. A percepção dos eleitores em regiões com altos índices de vulnerabilidade é moldada diretamente pelos desafios cotidianos que enfrentam, como falta de saneamento básico, transporte público precário e acesso limitado a serviços essenciais. Nessas áreas, as promessas políticas que abordam diretamente essas carências têm um peso maior nas decisões eleitorais, pois representam uma possibilidade concreta de melhoria da qualidade de vida.

Do ponto de vista da geografia política, essa dinâmica reflete a distribuição espacial das necessidades sociais e a maneira como os candidatos adaptam suas plataformas de acordo com o contexto local. Regiões com maior vulnerabilidade tendem a ser espaços onde o poder político

e econômico é mais difuso, e onde a população está mais exposta às consequências da desigualdade territorial. Como resultado, candidatos que compreendem essas necessidades locais e apresentam propostas viáveis para enfrentar esses problemas de infraestrutura têm maior chance de sucesso eleitoral.

Além disso, essas regiões muitas vezes estão distantes dos grandes centros urbanos, onde os recursos são mais concentrados. A geografia política acaba por destacar a disparidade no desenvolvimento territorial e como ela influencia as prioridades eleitorais. Candidatos que conseguem estabelecer uma conexão com essas áreas e alinhar suas propostas com as demandas locais têm a oportunidade de consolidar uma base eleitoral significativa. A política, assim, torna-se um reflexo das desigualdades regionais e da forma como o poder se articula geograficamente no território nacional (Taylor; Johnston, 1979).

Na campanha eleitoral de 2014, ficou demonstrado que o marketing político e o uso estratégico de dados socioeconômicos, como o IVS, foram cruciais. Candidatos que utilizaram esses dados para direcionar suas campanhas e propostas de governo de forma mais precisa conseguiram estabelecer uma conexão mais forte com os eleitores (Krause *et al.*, 2020). Isso foi particularmente evidente em estados como Maranhão e Pará, onde candidatos que focaram em planos de desenvolvimento de infraestrutura tiveram desempenho eleitoral significativo.

Por outro lado, em estados com menores índices de vulnerabilidade social e melhor infraestrutura, a influência do IVS infraestrutura foi menos pronunciada. Para Rezende (2016) e Guerra e Zucherato (2021), nos locais com baixo índice de vulnerabilidade, outros fatores, como a economia, segurança e educação, comumente possuem um peso maior na decisão da população. No entanto, a infraestrutura ainda permaneceu um tema relevante, especialmente em áreas urbanas periféricas, onde a qualidade dos serviços ainda é deficiente.

Dessa forma, a influência do IVS infraestrutura na eleição de 2014 para governador evidenciou a importância das condições de vida locais na decisão eleitoral. Candidatos que conseguiram identificar e abordar as necessidades específicas relacionadas à infraestrutura obtiveram uma vantagem competitiva. Essa dinâmica reforçou a necessidade de políticas públicas focadas em reduzir as desigualdades regionais e melhorar a qualidade de vida da população, garantindo que todos tenham acesso a uma infraestrutura adequada e funcional.

Nas eleições de 2014, dentre os municípios nos quais os candidatos a governador residiam, os que obtiveram maior IVS foram: São Luís/MA (0,498); Murici/AL (0,469); Manaus/AM (0,458); Curitiba/PR (0,401); e Salvador/BA (0,426). Já os que obtiveram menor índice foram: Araguaiana/TO (0,146); Arquimedes/RO (0,149); Boa Vista/RR (0,157); Macapá/AM (0,271); e Rio Branco/AC (0,276).

Um alto IVS de infraestrutura indica que a cidade possui maiores deficiências em serviços básicos como saneamento, eletricidade, transporte, habitação e acesso a serviços públicos essenciais (Alem *et al.*, 2021). A eleição de 2014, serviu como um indicativo claro de que melhorias em infraestrutura são uma prioridade para muitos eleitores brasileiros, especialmente nas áreas mais vulneráveis, como podemos observar pelo resultado desse indicador.

Já nas eleições de 2018, dentre os municípios em que os candidatos a governador residiam, os que obtiveram maior IVS foram: São Luís/MA (0,498); Manaus/AM (0,458); Cruzeiro do Sul/AC (0,445); Salvador/BA (0,426); e Rio de Janeiro/RJ (0,407). Já os que obtiveram menor índice foram: Pelotas/RS (0,095); Araxá/MG (0,122); Vitória/ES (0,159); Barbalha/CE (0,177) e João Pessoa/PB (0,238).

Essas cidades que apresentaram um indicador alto, comumente enfrentam sérios desafios relacionados à infraestrutura básica, o que ocasiona diversos problemas, como a questão do saneamento básico: difícil acesso à água potável e sistemas de esgoto. Muitas dessas áreas podem não ter cobertura de rede de esgoto ou ter tratamento inadequado dos resíduos, resultando em problemas de saúde pública. Além do fornecimento de energia elétrica de modo precário, que afeta a qualidade de vida e a atividade econômica. Frequentemente esses problemas estão ligados aos grandes centros urbanos que possuem uma ampla faixa de habitação inadequada para sua população, como moradias precárias e construídas com materiais de baixa qualidade, além de sua localização em áreas de riscos, como encostas e favelas (Hummell; Cutter; Emrich, 2016; Roncancio; Nardocci, 2016).

Na cidade de São Luiz, por exemplo, desafios com a urbanização desordenada e problemas crônicos de saneamento, além das áreas periurbanas com infraestrutura deficiente influenciaram no aumento deste indicador. Já em Manaus, sua localização na Amazônia afeta diretamente a logística de fornecimento de serviços básicos, incluindo as comunidades ribeirinhas e periféricas que enfrentam diversos desafios devido sua localização. Em Salvador e no Rio de Janeiro, é notória a desigualdade acentuada entre as áreas turísticas bem desenvolvidas e os bairros periféricos, como as favelas e os assentamentos informais, que possuem uma alta densidade populacional com a falta de serviços básicos, como saneamento e água potável.⁴

Nos estados com altos índices do IVS e deficiências significativas em infraestrutura, os

⁴ Disponível em: <https://mareonline.com.br/desigualdade-no-saneamento-e-falta-de-investimentos-penalizam-as-favelas/>. Acesso em 29 de jun. 2024.

candidatos que apresentaram propostas sólidas e exequíveis para melhorar essas condições obtiveram maior êxito eleitoral. A população dessas regiões, que enfrenta dificuldades cotidianas devido à precariedade de serviços básicos, mostrou uma tendência a apoiar candidatos que prometeram melhorias concretas em áreas como saneamento, transporte público e acesso a serviços essenciais. Isso se deve ao impacto direto que essas condições têm na qualidade de vida dos eleitores, tornando a infraestrutura um tema central nas suas escolhas políticas.

Observando as eleições de 2022, dentre os municípios em que os candidatos a governador residiam, os que obtiveram maior IVS infraestrutura foram: Colinas/MA (0,615); Manaus/AM (0,458); Caucaia/CE (0,458); Cruzeiro do Sul/AC (0,445) e Salvador/BA (0,426). Já os que obtiveram menor índice foram: Herval D'oeste/SC (0,061); Pelotas/RS (0,095); Caruaru/PE (0,105); Boa Vista/RR (0,157) e Vitória/ES (0,159).

Municípios como Manaus e Salvador, foram destaques durante os três períodos eleitorais estudados, sempre se mantendo com tal indicador elevado, o que implica na necessidade de investimentos e políticas públicas focadas em melhorar a infraestrutura básica. Isso inclui saneamento, eletricidade, habitação, transporte e acesso a serviços públicos essenciais para reduzir a vulnerabilidade social e promover uma melhor qualidade de vida para seus residentes.

Em contrapartida, um baixo índice de IVS de infraestrutura nos municípios indica que essas áreas possuem uma infraestrutura básica bem desenvolvida e acessível. Conforme mencionado nas pesquisas de Hummell, Cutter e Emrich (2016) e Guerra e Zucherato (2021), isso significa que essas cidades apresentam bom acesso a saneamento básico, com a maioria das residências tendo acesso a água potável e a redes de esgoto adequadas, o que reduz os riscos de doenças transmitidas pela água e melhora a saúde pública. Além disso, essas cidades têm um fornecimento de energia elétrica confiável, com cobertura quase universal e um fornecimento regular e estável, essencial para a vida cotidiana e o funcionamento de empresas e serviços.

A habitação nessas cidades é adequada, com moradias construídas com materiais de boa qualidade, em boas condições e localizadas em áreas seguras, longe de riscos naturais como deslizamentos ou inundações. O transporte é relativamente eficiente, com uma boa rede de transporte público, acesso fácil e frequente, além de ruas e estradas bem mantidas que facilitam a mobilidade urbana. O acesso a serviços públicos essenciais é também garantido, com os residentes tendo fácil acesso a serviços de saúde, educação e segurança, com instalações bem equipadas e de boa qualidade (Hummell; Cutter; Emrich, 2016; Guerra; Zucherato, 2021).

O impacto de um baixo IVS de infraestrutura se traduz em uma melhor qualidade de

vida, onde a população usufrui de um ambiente mais seguro, saudável e confortável, com menos preocupações relacionadas a problemas de infraestrutura. Isso também promove o desenvolvimento socioeconômico, atraindo investimentos, gerando empregos e promovendo o crescimento econômico, além de melhorar a produtividade. As desigualdades são reduzidas, proporcionando oportunidades mais equitativas para todos os residentes, e as cidades se tornam mais resilientes, estando mais preparadas para enfrentar desastres naturais e outras emergências devido à robustez e qualidade de seus sistemas e serviços básicos (Rezende, 2016; Roncancio; Nardocci, 2016).

A Tabela 10 buscou relacionar os maiores índices observados nas cidades, durante o período das três eleições, fazendo uma relação com o quantitativo de votos que o candidato eleito obteve em cada pleito eleitoral.

Tabela 10 – Maior IVS – Infraestrutura versus Votação da cidade em que residia o Candidato Eleito

Município onde o candidato reside	Votação dos candidatos eleitos (%)			
	IVS - Infraestrutura	2014	2018	2022
São Luiz (MA)	0,498	14,44 %	15,60 %	-
Murici (AL)	0,469	1,09 %	-	-
Manaus (AM)	0,458	44,96 %	49,56 %	35,41 %
Salvador (BA)	0,426	14,32 %	17,54 %	12,44 %
Curitiba (PR)	0,401	15,45 %	-	-
Cruzeiro do Sul (AC)	0,445	-	11,78 %	12,53 %
Rio de Janeiro (RJ)	0,407	-	25,36 %	-
Colinas (MA)	0,615	-	-	0,80 %
Caucaia (CE)	0,458	-	-	19,43 %

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IVS (2024) e TSE (2024).

Os valores apresentados de IVS – Infraestrutura são referentes ao ano de 2010, conforme a última atualização do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). De acordo com a Tabela 10, na eleição de 2014, temos os maiores valores do IVS – Infraestrutura, no município onde residia o candidato que venceu as eleições: i) No estado do Maranhão venceu o candidato Flávio Dino, obtendo 14,44% da sua votação no município em que residia - São Luiz; ii) No estado de Alagoas venceu o candidato Renan Filho, obtendo 1,09% da sua votação no município em que residia – Murici; iii) No estado do Amazonas venceu o candidato José Melo, obtendo 44,96% da sua votação no município em que residia – Manaus; iv) No estado da Bahia venceu o candidato Rui Costa, obtendo 14,32% da sua votação no município em que residia – Salvador; e v) No estado do Paraná venceu o candidato Beto Richa, obtendo 15,45% da sua votação no

município em que residia – Curitiba.

Na eleição de 2018, temos os maiores valores do IVS – Infraestrutura, no município onde residia o candidato que venceu as eleições: i) No estado do Maranhão venceu o candidato Flávio Dino, obtendo 15,60% da sua votação no município em que residia - São Luiz; ii) No estado do Amazonas venceu o candidato Wilson Lima, obtendo 49,56% da sua votação no município em que residia – Manaus; iii) No estado da Bahia venceu o candidato Rui Costa, obtendo 17,54% da sua votação no município em que residia – Salvador; iv) No estado do Acre venceu o candidato Gladson Cameli, obtendo 12,53% da sua votação no município em que residia – Cruzeiro do Sul; e v) No estado do Rio de Janeiro venceu o candidato Wilson Witzel, obtendo 25,36% da sua votação no município em que reside – Rio de Janeiro.

Na eleição de 2022, temos os maiores valores do IVS – Infraestrutura, no município onde residia o candidato que venceu as eleições: i) No estado do Amazonas venceu o candidato Wilson Lima, obtendo 35,41% da sua votação no município em que residia - São Luiz; ii) No estado da Bahia venceu o candidato Jerônimo Rodrigues, obtendo 12,44% da sua votação no município em que residia – Salvador; iii) No estado do Acre venceu o candidato Gladson Cameli, obtendo 11,78% da sua votação no município em que residia – Cruzeiro do Sul; e iv) No estado do Maranhão venceu o candidato Carlos Brandão, obtendo 0,80% da sua votação no município em que residia – Colinas; e v) No estado do Ceará venceu o candidato Elmano Freitas, obtendo 19,43% da sua votação no município em que residia – Caucaia.

Já a Tabela 11 relacionou os menores índices observados nas cidades, durante o período das três eleições, fazendo uma relação com o quantitativo de votos que o candidato eleito obteve em cada pleito eleitoral.

Tabela 11 – Menor IVS – Infraestrutura versus Votação da cidade em que residia o Candidato Eleito

Município onde o candidato reside	Votação dos candidatos eleitos (%)			
	IVS - Infraestrutura	2014	2018	2022
Araguaiana (TO)	0,146	8,83 %	-	-
Arquimedes (RO)	0,149	6,88 %	-	-
Boa Vista (RR)	0,157	51,59 %	-	52,10 %
Macapá (AP)	0,271	39,33 %	-	-
Rio Branco (AC)	0,276	50,54 %	-	-
Pelotas (RS)	0,095	-	3,99 %	2,03 %
Araxá (MG)	0,122	-	0,63 %	
Vitória (ES)	0,159	-	9,11 %	8,58 %
Barbalha (CE)	0,177	-	0,71 %	
João Pessoa (PB)	0,159	-	17,39 %	

Herval D' oeste (SC)	0,061	-	-	0,28 %
Caruaru (PE)	0,105	-	-	2,99 %

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IVS (2024) e TSE (2024).

Conforme descrito na Tabela 11, na eleição de 2014, temos os menores valores do IVS – Infraestrutura, no município onde residia o candidato que venceu as eleições: i) No estado do Tocantins venceu o candidato Marcelo Miranda, obtendo 8,83% da sua votação no município em que residia - Araguaiana; ii) No estado de Rondônia venceu o candidato Confúcio Moura, obtendo 6,88% da sua votação no município em que residia – Arquimedes; iii) No estado de Roraima venceu a candidata Suely Campos, obtendo 51,59% da sua votação no município em que residia – Boa Vista; iv) No estado do Amapá venceu o candidato Waldez, obtendo 39,33% da sua votação no município em que residia – Macapá; e v) No estado do Acre venceu o candidato Tião Viana, obtendo 50,54% da sua votação no município em que residia – Rio Branco.

Na eleição de 2018, temos os menores valores do IVS – Infraestrutura, no município onde residia o candidato que venceu as eleições: i) No estado do Rio Grande do Sul venceu o candidato Eduardo Leite, obtendo 3,99% da sua votação no município em que residia – Pelotas; ii) No estado de Minas Gerais venceu o candidato Romeu Zema, obtendo 0,63% da sua votação no município em que residia – Araxá; iii) No estado de Espírito Santo venceu o candidato Renato Casagrande, obtendo 9,11% da sua votação no município em que residia – Vitória; iv) No estado do Ceará venceu o candidato Camilo Santana, obtendo 0,71% da sua votação no município em que reside – Barbalha; e v) No estado da Paraíba venceu o candidato João Azevêdo, obtendo 17,39% da sua votação no município em que reside – João Pessoa.

Na eleição de 2022, temos os menores valores do IVS – Infraestrutura, no município onde residia o candidato que venceu as eleições: i) No estado de Santa Catarina venceu o candidato Jorginho Mello, obtendo 0,28% da sua votação no município em que residia – Herval D' oeste; ii) No estado do Rio Grande do sul venceu o candidato Eduardo Leite, obtendo 2,03% da sua votação no município em que residia – Pelotas; iii) No estado de Pernambuco venceu a candidata Raquel Lyra, obtendo 2,99% da sua votação no município em que residia – Caruaru; iv) No estado de Roraima venceu o candidato Antônio Denarium, obtendo 52,10% da sua votação no município em que residia – Boa Vista; e v) No estado do Espírito Santo venceu o candidato Renato Casagrande, obtendo 8,58% da sua votação no município em que reside – residia.

Quando analisamos as eleições de 2014, os candidatos que concorreram à reeleição, foram eleitos e tiveram destaque quanto ao IVS infraestrutura em seus domicílios eleitorais,

foram: i) Geraldo Alckmin em São Paulo, com IVS Infraestrutura de 0,405; ii) Beto Richa, no Paraná, IVS Infraestrutura de 0,401; e iii) Simão Jatene, no Pará, IVS Infraestrutura de 0,371. Já nas eleições de 2018, os candidatos que concorreram à reeleição, foram eleitos e tiveram destaque quanto ao IVS Infraestrutura em seus domicílios eleitorais foram: i) Flávio Dino, no Maranhão, com IVS Infraestrutura de 0,498; ii) Ibaneis Rocha, no Distrito Federal, com IVS Infraestrutura de 0,412; e iii) Renan Filho, em Alagoas, IVS Infraestrutura de 0,399.

Já nas eleições de 2022, os candidatos que concorreram à reeleição, foram eleitos e tiveram destaque quanto ao IVS Infraestrutura em seus domicílios eleitorais foram: i) Carlos Brandão, no Maranhão, com IVS Infraestrutura de 0,615; ii) Simão Jatene, no Pará, com IVS Infraestrutura de 0,483; e iii) Wilson Lima, no Amazonas, IVS Infraestrutura de 0,458.

Assim, a importância do IVS infraestrutura nas eleições para o governo é evidente, pois ele fornece uma base sólida para a formulação de políticas e estratégias de campanha que respondam às necessidades reais da população. Ao focar na melhoria da infraestrutura, os candidatos podem não apenas ganhar eleições, mas também contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das regiões mais vulneráveis do país.

4.1.9 Variável renda per capita

Observando a variável “renda per capita”, quanto maior for esse indicador nos estados em que concorreram os candidatos para o governo, a sua razão de chances de êxito na campanha eleitoral aumenta. Em termos percentuais, quando a renda per capita aumenta em uma unidade, a probabilidade de eles serem eleitos aumenta em 1%. A renda per capita mede a média de renda dos habitantes de um estado, desempenhando papel interessante e complexo nas eleições para governadores do Brasil. Essa métrica não só reflete o nível econômico de uma região, mas também pode influenciar diretamente como as pessoas escolhem seus líderes.

Nos estados com renda per capita mais alta, onde o acesso à informação e educação é mais amplo, os eleitores tendem a priorizar candidatos cujas plataformas destacam políticas de eficiência econômica e controle fiscal. Isso reflete uma maior preocupação com a estabilidade econômica e a gestão racional dos recursos públicos, aspectos geralmente mais valorizados por populações que já desfrutam de uma infraestrutura básica consolidada e têm menor dependência de políticas assistenciais do governo.

Por outro lado, em estados com menor renda per capita, o comportamento eleitoral tende a ser moldado por necessidades imediatas e pela dependência de programas sociais. Nesses territórios, a política de transferência de renda e outras formas de assistência social

desempenham um papel central na relação entre eleitores e candidatos (Taylor; Johnston, 1979). Esse vínculo é reforçado pela percepção de que tais políticas representam soluções concretas para a redução da pobreza e o alívio de dificuldades econômicas cotidianas. Assim, candidatos que defendem programas de assistência social são mais atraentes para eleitores em regiões de baixa renda, onde a vulnerabilidade socioeconômica é maior.

Nos estados onde a renda per capita é mais alta, os eleitores tendem a ter maior nível de informação, bem como maior acesso à educação, o que normalmente leva a preferência por candidatos que promovem políticas de eficiência econômica e controle fiscal. Por outro lado, em estados com menor renda per capita, os eleitores podem ser mais atraídos por candidatos que oferecem programas de assistência social e transferência de renda, que criam um vínculo importante com a população de baixa renda (Arvate; Avelino; Tavares, 2009).

Nas eleições de 2014, essa dinâmica foi claramente observada nos estados das Regiões Norte e Nordeste do Brasil, que possuem renda mais baixa que a média brasileira, fazendo com que os eleitores apoiem candidatos que defendam políticas sociais robustas. No entanto, a relação entre renda per capita e escolha eleitoral não é simples e direta. Em estados com renda per capita intermediária, outros fatores como a gestão pública, questões de segurança, infraestrutura e corrupção também influenciam as decisões dos eleitores. Portanto, enquanto a renda per capita ajuda a entender as tendências gerais, é essencial olhar para outros fatores socioeconômicos e contextuais como forma de se ter uma visão completa (Oliveira, 2001; Arvate; Avelino; Tavares, 2009).

Assim, o estado de São Paulo, por exemplo, que possuía a segunda maior renda per capita do país em 2014, teve o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido de centro-direita, reeleito, refletindo a preferência por políticas econômicas conservadoras. Em contraste, no Maranhão, estado com a menor renda per capita do país, foi eleito o candidato do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com ideias que defendem maior intervenção estatal e programas sociais. Nesse contexto, os estados mais ricos possuíam tendência em apoiar candidatos de centro-direita, enquanto os estados mais pobres preferiam candidatos de centro-esquerda, devido à importância das políticas sociais.

Em 2018, novamente os estados com renda per capita mais alta, como São Paulo e Santa Catarina, optaram por candidatos de partidos mais ao centro ou à direita, como PSDB e MDB. Já nos estados com menor renda per capita, candidatos de partidos mais à esquerda ou centro-esquerda, como PT e PSB, tiveram êxito significativo. No entanto, no Rio de Janeiro, um estado com grandes disparidades de renda e marcado por crises de segurança e corrupção, os eleitores optaram por um candidato que prometia medidas rigorosas contra o crime e reformas

estruturais, independentemente da renda per capita média do estado.

Além disso, as redes sociais e a comunicação digital tiveram um impacto significativo nessas eleições, onde a disseminação de informações através dessas plataformas alcançou eleitores de todas as classes econômicas, influenciando suas percepções e decisões de voto. A capacidade dos candidatos de engajar eleitores digitalmente, com mensagens direcionadas que abordavam as preocupações econômicas e sociais de diferentes grupos, foi um fator crucial nessas eleições (Krause *et al.*, 2020).

Já nas eleições de 2022, os resultados seguiram a tendência das eleições anteriores. Contudo, nos estados de maior renda per capita, nem sempre os mesmos conseguiram se eleger já no primeiro turno. Estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, tiveram seus representantes eleitos no segundo turno da votação. Já nos estados com a menor renda per capita, como Maranhão, Alagoas e Piauí, tais resultados foram variáveis, tendo candidatos eleitos e reeleitos no primeiro e segundo turno. Esses dados mostram que houve uma diversidade nas preferências eleitorais nesse período. Essas dinâmicas destacam a complexidade da relação entre condições econômicas e comportamento eleitoral.

Do ponto de vista geográfico, essa dinâmica evidencia como as preferências eleitorais são moldadas pelas disparidades territoriais e socioeconômicas. A distribuição desigual de renda no território brasileiro resulta em distintas formas de interação entre eleitores e o processo político, com regiões mais ricas favorecendo uma agenda tecnocrática, enquanto regiões mais pobres priorizam a inclusão social e o apoio estatal. Essas diferenças mostram que as campanhas políticas devem ser ajustadas ao contexto local, levando em consideração as especificidades socioeconômicas de cada região, o que reforça a importância do espaço geográfico na construção de estratégias eleitorais.

4.1.10 Análise empírica por região e estado

Ao efetuar uma análise empírica sobre os resultados encontrados, conseguimos observar o contexto eleitoral por macrorregiões e estados. Conforme demonstrado na Tabela 12, na Região Norte, os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 250.697.376,95 nas eleições de 2014; um montante total de R\$ 84.547.530,51 nas eleições de 2018; e um montante total de R\$ 147.738.494,45 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 41,07% no tocante aos recursos arrecadados.

Tabela 12 – Arrecadação de Recursos por Estados da Região Norte

Estados	2014	2018	2022	Valor	%
Amazonas (AM)	100.613.799,34	19.821.935,75	47.755.284,98	168.191.020,07	52,54
Pará (PA)	35.697.379,92	10.244.997,06	15.830.454,44	61.772.831,42	55,65
Acre (AC)	4.097.327,97	5.700.238,18	17.671.127,07	27.468.693,22	331,28
Roraima (RR)	24.116.028,35	12.812.164,37	9.633.523,90	46.561.716,62	60,05
Rondônia (RO)	38.868.082,43	16.295.069,20	27.442.401,43	82.605.553,06	29,40
Amapá (AP)	8.443.503,87	9.244.301,69	8.238.620,57	25.926.426,13	2,43
Tocantins (TO)	38.861.255,07	10.428.824,26	21.167.082,06	70.457.161,39	45,53
Total	250.697.376,95	84.547.530,51	147.738.494,45	482.983.401,91	41,07

Fonte: Elaborado pelo autor com base no TSE (2024).

No estado do Amazonas (AM), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 100.613.799,34 nas eleições de 2014; um montante total de R\$ 19.821.935,75 nas eleições de 2018; e de R\$ 47.755.284,98 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 52,54% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Tião Viana (PT) no segundo turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Márcio Bittar (PSDB), o candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Gladson Cameli (PP) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Marcus Alexandre (PT), o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Gladson Cameli (PP) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Jorge Viana (PT), o quarto candidato que mais arrecadou recursos.

No estado do Pará (PA), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 35.697.379,92 nas eleições de 2014; R\$ 10.244.997,06 nas eleições de 2018; e R\$ 15.830.454,44 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 55,65% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Simão Jatene (PSDB) no segundo turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Helder Barbalho (MDB), o candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Helder Barbalho (MDB) no segundo turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Marcio Miranda (DEM), o terceiro candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Helder Barbalho (MDB) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Zequinha Marinho (PL), o segundo candidato que mais arrecadou recursos.

No estado do Acre (AC), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 4.097.327,97 nas eleições de 2014; R\$ 5.700.238,18 nas eleições de 2018; e R\$

17.671.127,07 nas eleições de 2022. No período analisado houve um aumento de 331,28% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Tião Viana (PT) no segundo turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Márcio Bittar (PSDB), o candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Márcio Bittar (PSDB) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Marcus Alexandre (PT), o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Márcio Bittar (PSDB) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Jorge Viana (PT), o quinto candidato que mais arrecadou recursos.

No estado de Roraima (RR), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 24.116.028,35 nas eleições de 2014; R\$ 12.812.164,37 nas eleições de 2018; e R\$ 9.633.523,90 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 60,05% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleita a candidata Suely Campos (PP) no segundo turno, a terceira candidata que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Chico Rodrigues (PSB), o candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Antônio Denarium (PSL) no segundo turno, o quarto candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Anchieta Júnior (PSDB), o candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Antônio Denarium (PP) no primeiro turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou a candidata Teresa Surita (MDB), a candidata que mais arrecadou recursos.

No estado de Rondônia (RO), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 38.868.082,43 nas eleições de 2014; R\$ 16.295.069,20 nas eleições de 2018; e R\$ 27.442.401,43 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 29,40% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Expedito Júnior (PSDB) no segundo turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Confúcio Moura (PMDB), o candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Marcos Rocha (PSL) no segundo turno, o quarto candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Expedito Júnior (PSDB), o candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Coronel Marcos Rocha (UB) no segundo turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Marcos Rogério (PL), o segundo candidato que mais arrecadou recursos.

No estado do Amapá (AP), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 8.443.503,87 nas eleições de 2014; R\$ 9.244.301,69 nas eleições de 2018; e R\$ 8.238.620,57 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 2,43% no

tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Waldez Góes (PDT) no segundo turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Camilo Capiberibe (PSB), o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Waldez Góes (PDT) no segundo turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato João Capiberibe (PSB), o terceiro candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Clécio Luís (SD) no segundo turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Jaime Nunes (PSD), o candidato que mais arrecadou recursos.

No estado do Tocantins (TO), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 38.861.255,07 nas eleições de 2014; R\$ 10.428.824,26 nas eleições de 2018; e R\$ 21.167.082,06 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 45,53% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Marcelo Miranda (PMDB) no primeiro turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Sandoval Cardoso (SD), o candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Mauro Carlesse (PHS) no primeiro turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Carlos Amastha (PSB), o candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Wanderlei Barbosa (Republicanos) no primeiro turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Rinaldo Dimas (PL), o terceiro candidato que mais arrecadou recursos.

Na região, a Tabela 13, mostra que os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 190.349.346,00 nas eleições de 2014; R\$ 77.560.511,19 nas eleições de 2018; e R\$ 117.779.419,63 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 38,12% no tocante aos recursos arrecadados.

Tabela 13 – Arrecadação de Recursos Estados da Região Sul

Estados	2014	2018	2022	Valor	%
Paraná (PR)	100.200.880,69	31.379.803,46	21.371.221,65	152.951.905,80	78,67
Santa Catarina (SC)	36.703.977,92	21.094.411,53	36.835.399,93	94.633.789,38	0,36
Rio Grande do Sul (RS)	53.444.487,39	25.086.296,20	59.572.798,05	138.103.581,64	11,47
Total	190.349.346,00	77.560.511,19	117.779.419,63	385.689.276,82	38,12

Fonte: Elaborado pelo autor com base no TSE (2024).

No estado do Paraná (PR), os candidatos a governador arrecadaram um montante total

de R\$ 100.200.880,69 nas eleições de 2014; R\$ 31.379.803,46 nas eleições de 2018; e R\$ 21.371.221,65 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 78,67% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Beto Richa (PSDB) no primeiro turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Roberto Requião (PMDB), o terceiro candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Ratinho Júnior (PSD) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou a candidata Cida Borghetti (PP), a segunda candidata que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Ratinho Júnior (PSD) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Roberto Requião (PT), o segundo candidato que mais arrecadou recursos.

No estado de Santa Catarina (SC), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 36.703.977,92 nas eleições de 2014; R\$ 21.094.411,53 nas eleições de 2018; e R\$ 36.835.399,93 nas eleições de 2022. No período analisado houve um aumento de 0,36% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Raimundo Colombo (PSD) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Paulo Bauer (PSDB), o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Carlos Moisés (PSL) no segundo turno, o quarto candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Gelson Merisio (PSD), o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Jorginho Mello (PL) no segundo turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Décio Lima (PT), o quinto candidato que mais arrecadou recursos.

No estado do Rio Grande do Sul (RS), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 53.444.487,39 nas eleições de 2014; R\$ 25.086.296,20 nas eleições de 2018; e R\$ 59.572.798,05 nas eleições de 2022. No período analisado houve um aumento de 11,47% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato José Sartori (PMDB) no segundo turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Tarso Genro (PT), o candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Eduardo Leite (PSDB) no segundo turno, o quarto candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato José Sartori (MDB), o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Eduardo Leite (PSDB) no segundo turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Onix Lorenzoni (PL), o candidato que mais arrecadou recursos.

Na Região Sudeste, a Tabela 14 evidencia que os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 312.029.825,18 nas eleições de 2014; R\$ 130.548.162,62 nas eleições

de 2018; e R\$ 175.752.869,53 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 43,67% no tocante aos recursos arrecadados.

Tabela 14 – Arrecadação de Recursos Estados da Região Sudeste

Estados	2014	2018	2022	Valor	%
São Paulo (SP)	161.790.759,79	79.734.550,18	119.277.367,71	360.802.677,68	26,28
Rio de Janeiro (RJ)	111.306.610,01	38.397.380,40	43.187.586,28	192.891.576,69	61,20
Espírito Santo (ES)	38.932.455,38	12.416.232,04	13.287.915,54	64.636.602,96	65,87
Minas Gerais (MG)	165.866.082,48	38.385.063,84	51.102.675,57	255.353.821,89	69,19
Total	312.029.825,18	130.548.162,62	175.752.869,53	618.330.857,33	43,67

Fonte: Elaborado pelo autor com base no TSE (2024).

No estado de São Paulo (SP), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 161.790.759,79 nas eleições de 2014; R\$ 79.734.550,18 nas eleições de 2018; e R\$ 119.277.367,71 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 26,28% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Geraldo Alckmin (PSDB) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Paulo Skaf (PMDB), o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato João Dória (PSDB) no segundo turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Márcio França (PSB), o candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Tarcísio de Freitas (Republicanos) no segundo turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Fernando Haddad (PT), o segundo candidato que mais arrecadou recursos.

No estado do Rio de Janeiro (RJ), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 111.306.610,01 nas eleições de 2014; R\$ 38.397.380,40 nas eleições de 2018; e R\$ 43.187.586,28 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 61,20% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Luiz Fernando Pezão (PMDB) no segundo turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Marcelo Crivella (PRB), o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Wilson Witzel (PSC) no primeiro turno, o quinto candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Eduardo Paes (DEM), o candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Cláudio Castro (PL) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Marcelo Freixo (PSB), o terceiro candidato que mais arrecadou recursos.

No estado do Espírito Santo (ES), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 38.932.455,38 nas eleições de 2014; R\$ 12.416.232,04 nas eleições de 2018; e R\$ 13.287.615,54 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 65,87% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Paulo Hartung (PMDB) no primeiro turno, o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Renato Casagrande (PSB), o candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Renato Casagrande (PSB) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Carlos Manato (PSL), o quinto candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Renato Casagrande (PSB) no segundo turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Carlos Manato (PSL), o terceiro candidato que mais arrecadou recursos.

No estado de Minas Gerais (MG), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 165.866.082,48 nas eleições de 2014; R\$ 38.385.063,84 nas eleições de 2018; e R\$ 51.102.675,57 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 69,19% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Fernando Pimentel (PT) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Pimenta da Veiga (PSDB), o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Romeu Zema (Novo) no segundo turno, o terceiro candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Antônio Anastasia (PSDB), o candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Romeu Zema (Novo) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Alexandre Kalil (PSD), o segundo candidato que mais arrecadou recursos.

Conforme demonstrado na Tabela 15, na Região Centro-Oeste, os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 228.863.431,93 nas eleições de 2014; R\$ 61.563.836,04 nas eleições de 2018; e R\$ 67.324.658,55 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 70,58% no tocante aos recursos arrecadados.

Tabela 15 – Arrecadação de Recursos Estados da Região Centro-Oeste

Estados	2014	2018	2022	Valor	%
Goiás (GO)	62.975.493,34	29.815.049,61	24.781.777,14	117.572.320,09	60,65
Mato Grosso (MT)	64.746.181,69	15.565.141,68	4.611.098,71	84.922.422,08	92,88
Mato Grosso do Sul (MS)	101.141.756,90	16.183.644,75	37.931.782,70	155.257.184,35	62,50
Distrito Federal (DF)	66.663.653,53	31.546.807,41	28.202.186,18	126.412.647,12	57,69
Total	228.863.431,93	61.563.836,04	67.324.658,55	357.751.926,52	70,58

Fonte: Elaborado pelo autor com base no TSE (2024).

No estado de Goiás (GO), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 62.975.493,34 nas eleições de 2014; R\$ 29.815.049,61 nas eleições de 2018; e R\$ 24.781.777,14 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 60,65% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Marconi Perillo (PSDB) no segundo turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Iris Rezende (PMDB), o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Ronaldo Caiado (DEM) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Daniel Vilela (MDB), o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Ronaldo Caiado (UB) no primeiro turno, o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Gustavo Mendanha (Patriota), o terceiro candidato que mais arrecadou recursos.

No estado do Mato Grosso (MT), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 64.746.181,69 nas eleições de 2014; R\$ 15.565.141,68 nas eleições de 2018; e R\$ 4.611.098,71 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 92,88% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Pedro Taques (PDT) no primeiro turno. Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Lúdio Cabral (PT). Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Mauro Mendes (DEM) no primeiro turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Wellington Fagundes (PR). Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Mauro Mendes (UB) no primeiro turno. Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou a candidata Márcia Pinheiro (PV). Ela foi a segunda candidata que mais arrecadou recursos.

No estado do Mato Grosso do Sul (MS), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 101.141.756,90 nas eleições de 2014; R\$ 16.183.644,75 nas eleições de 2018; e R\$ 37.931.782,70 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 62,50% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Reinaldo Azambuja (PSDB) no primeiro turno. Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Delcídio Amaral (PT). Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Reinaldo Azambuja (PSDB) no segundo turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Odilon de Oliveira (PDT). Ele foi o terceiro candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Eduardo Riedel (PSDB) no segundo turno. Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou a candidata Capitão Contar

(PRTB). Ele foi o quarto candidato que mais arrecadou recursos.

No Distrito Federal (DF), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 66.663.653,53 nas eleições de 2014; R\$ 31.546.807,41 nas eleições de 2018; e R\$ 28.202.186,18 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 57,69% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Rodrigo Rollemberg (PSB) no segundo turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Jofran Frejat (PR). Ele foi o quinto candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Ibaneis Rocha (MDB) no segundo turno. Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Rodrigo Rollemberg (PSB). Ele foi o terceiro candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Ibaneis Rocha (MDB) no primeiro turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Leandro Grass (PV). Ele foi o quarto candidato que mais arrecadou recursos.

Por fim, a Tabela 16 mostra os dados da Região Nordeste, ao qual os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 304.254.777,38 nas eleições de 2014; R\$ 37.227.008,92 nas eleições de 2018; e R\$ 107.035.299,63 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 64,82% no tocante aos recursos arrecadados.

Tabela 16 – Arrecadação de Recursos Estados da Região Nordeste

Estados	2014	2018	2022	Valor	%
Alagoas (AL)	44.429.882,14	2.440.452,15	23.410.088,38	70.280.422,67	47,31
Bahia (BA)	102.627.244,32	21.936.367,65	46.290.453,46	170.854.065,43	54,89
Ceará (CE)	157.197.650,92	12.850.189,12	37.334.757,79	207.382.597,83	76,25
Maranhão (MA)	27.519.758,61	24.634.590,25	28.231.587,04	80.385.935,90	2,59
Paraíba (PB)	65.244.952,61	13.216.987,92	22.744.157,66	101.206.098,19	65,14
Pernambuco (PE)	64.984.299,81	21.444.852,46	72.425.772,89	158.854.925,16	11,45
Piauí (PI)	8.903.500,10	9.606.024,36	15.753.654,03	34.263.178,49	76,94
Rio Grande do Norte (RN)	61.313.108,03	18.493.943,64	9.247.381,44	89.054.433,11	84,92
Sergipe (SE)	9.011.916,84	5.255.271,18	20.083.028,65	34.350.216,67	122,85
Total	304.254.777,38	37.227.008,92	107.035.299,63	448.517.085,93	64,82

Fonte: Elaborado pelo autor com base no TSE (2024).

No estado de Alagoas (AL), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 44.429.882,14 nas eleições de 2014; R\$ 2.440.452,15 nas eleições de 2018; e R\$ 23.410.088,38 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 47,31% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Renan Filho (PMDB) no

primeiro turno. Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Benedito e Lira (PP). Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Renan Filho (MDB) no primeiro turno. Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Josan Leite (PSL). Ele foi o quinto candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Paulo Dantas (MDB) no segundo turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Rodrigo Cunha (UB). Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos.

No estado da Bahia (BA), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 102.627.244,32 nas eleições de 2014; R\$ 21.936.367,35 nas eleições de 2018; e R\$ 46.290.453,46 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 54,89% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Rui Costa (PT) no primeiro turno. Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Paulo Souto (DEM). Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Rui Costa (PT) no primeiro turno. Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato José Ronaldo (DEM). Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Jeronimo (PT) no segundo turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Antônio Carlos Magalhães Neto (UB). Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos.

No estado do Ceará (CE), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 157.197.650,92 nas eleições de 2014; R\$ 12.850.189,12 nas eleições de 2018; e R\$ 37.334.757,79 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 76,25% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Camilo Santana (PT) no segundo turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Eunício Oliveira (PMDB). Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Camilo Santana (PT) no primeiro turno. Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Teóphilo (PSDB). Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Elmano (PT) no primeiro turno. Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Wagner (UB). Ele foi o terceiro candidato que mais arrecadou recursos.

No estado do Maranhão (MA), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 27.519.758,61 nas eleições de 2014; R\$ 24.634.590,25 nas eleições de 2018; e R\$ 28.231.587,04 nas eleições de 2022. No período analisado houve um aumento de 2,59% no

tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Flávio Dino (PCdoB) no primeiro turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Lobão Filho (PMDB). Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Flávio Dino (PCdoB) no primeiro turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou a candidata Roseana Sarney (PMDB). Ela foi a candidata que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Carlos Brandão (PSB) no primeiro turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Lahesio Bonfim (PSC). Ele foi o quarto candidato que mais arrecadou recursos.

No estado da Paraíba (PB), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 65.244.952,61 nas eleições de 2014; R\$ 13.216.987,92 nas eleições de 2018; e R\$ 22.744.157,66 nas eleições de 2022. No período analisado houve uma redução de 65,14% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Ricardo Coutinho (PSB) no segundo turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Cassio Cunha Lima (PSDB). Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato João Azevedo (PSB) no primeiro turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Lucélio Cartaxo (PV). Ele foi o terceiro candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato João Azevedo (PSB) no segundo turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Pedro Cunha Lima (PSDB). Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos.

No estado de Pernambuco (PE), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 64.984.299,81 nas eleições de 2014; R\$ 21.444.852,46 nas eleições de 2018; e R\$ 72.425.772,89 nas eleições de 2022. No período analisado houve um aumento de 11,45% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Paulo Câmara (PSB) no primeiro turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Armando Monteiro (PTB). Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Paulo Câmara (PSB) no primeiro turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Armando Monteiro (PTB). Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleita a candidata Raquel Lyra (PSDB) no segundo turno. Ela foi a candidata que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou a candidata Marília Arraes (SD). Ela foi a segunda candidata que mais arrecadou recursos.

No estado do Piauí (PI), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de

R\$ 8.903.500,10 nas eleições de 2014; R\$ 9.606.024,36 nas eleições de 2018; e R\$ 15.753.654,03 nas eleições de 2022. No período analisado houve um aumento de 76,54% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Wellington Dias (PT) no primeiro turno. Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Moraes Filho (PMDB). Ele foi o quinto candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Wellington Dias (PT) no primeiro turno. Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato José Pessoa (SD). Ele foi o quarto candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Rafael Fonteles (PT) no primeiro turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Silvio Mendes (UB). Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos.

No estado do Rio Grande do Norte (RN), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 61.313.108,03 nas eleições de 2014; R\$ 18.493.943,64 nas eleições de 2018; e R\$ 9.247.381,44 nas eleições de 2022. No período analisado houve um aumento de 84,92% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Robinson Faria (PSD) no segundo turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Henrique Alves (PMDB). Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleita a candidata Fátima Bezerra (PT) no segundo turno. Ela foi a candidata que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Carlos Eduardo (PDT). Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleita a candidata Fátima Bezerra (PT) no primeiro turno. Ela foi a candidata que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Fábio Dantas (SD). Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos.

No estado de Sergipe (SE), os candidatos a governador arrecadaram um montante total de R\$ 9.011.916,84 nas eleições de 2014; R\$ 5.255.271,18 nas eleições de 2018; e R\$ 20.083.028,65 nas eleições de 2022. No período analisado houve um aumento de 122,85% no tocante aos recursos arrecadados. Em 2014, foi eleito o candidato Jackson Barreto (PMDB) no primeiro turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Eduardo Amorim (PSC). Ele foi o candidato que mais arrecadou recursos. Em 2018, foi eleito o candidato Belivaldo Chagas (PSD) no segundo turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Valadares Filho (PSB). Ele foi o terceiro candidato que mais arrecadou recursos. Nas eleições de 2022, foi eleito o candidato Fábio Mitidieri (PSD) no segundo turno. Ele foi o segundo candidato que mais arrecadou recursos. Em segundo lugar ficou o candidato Rogério Carvalho (PT). Ele foi o

terceiro candidato que mais arrecadou recursos.

CONCLUSÃO

Compreender a diversidade e relevância dos estudos que envolvem a Geografia e a Ciência Contábil, se tornou oportuno diante dos aspectos que envolvem políticas eleitorais e financeiras, unindo essas duas áreas do conhecimento. Enquanto a Geografia está ligada à área das ciências humanas, que procura estudar a complexidade e peculiaridades da sociedade, compreendendo suas relações e fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais, a Ciência Contábil, vinculada a área das ciências sociais aplicadas, procura unir eixos de conhecimento com intuito de compreender as necessidades derivadas da organização social.

Seguindo essa ideia, o trabalho teve o objetivo de analisar a importância dos aspectos financeiros nas eleições majoritárias das Unidades Federativas brasileiras nos pleitos de 2014, 2018 e 2022, cobrindo desde as fontes de arrecadação e a composição dos gastos de campanha, até variáveis de cunho geográfico, por meio da construção de um método estatístico. Além disso, a pesquisa buscou comprovar a hipótese de que “A variável financeira é um fator que influencia em campanhas eleitorais, possibilitando maior alcance dos eleitores e influenciando o êxito eleitoral dos candidatos”. O foco foi identificar a relevância de variáveis financeiras, como fontes de arrecadação e despesas de campanha, na probabilidade de êxito dos candidatos. Adicionalmente, o trabalho buscou entender a influência de variáveis de controle, como patrimônio, gênero e índice de desenvolvimento, sobre o resultado das eleições.

Os resultados obtidos permitiram uma avaliação detalhada das dinâmicas envolvidas nas campanhas eleitorais majoritárias, oferecendo uma visão clara da relação entre financiamento e sucesso eleitoral. Atendendo à hipótese e aos objetivos propostos, foi possível analisar a influência das variáveis financeiras e não financeiras no êxito eleitoral dos candidatos no período estudado. Com isso, foi observado que a variável independente “receita total” recebida pelos candidatos a governador, não obteve um bom nível de significância, ou seja, não influenciou decisivamente no caso dos candidatos eleitos. Da mesma forma, a variável “receita financeira” não obteve um bom nível de significância, ou seja, não influenciou no caso dos candidatos eleitos.

Esse achado sugere que, apesar das diferenças nas fontes de arrecadação, o limite de gastos imposto pela legislação eleitoral tem equilibrado a capacidade financeira dos concorrentes, diminuindo a importância dessa variável. Além disso, nas últimas campanhas a arrecadação financeira vêm se tornando cada vez mais equilibrada entre os candidatos, principalmente devido ao limite de gastos imposto pela legislação eleitoral.

No entanto, ao analisarmos as despesas de campanha, identificamos um fator relevante.

Embora a "despesa total" também não tenha demonstrado influência decisiva no resultado eleitoral, a "despesa financeira", relacionada diretamente aos gastos mais relevantes das campanhas, revelou-se significativa. Os candidatos que investem mais em despesas financeiras aumentam em 1% sua probabilidade de vitória. Esse dado sugere que, embora a arrecadação não seja um fator determinante, o uso eficiente dos recursos financeiros, direcionado a despesas essenciais, pode influenciar positivamente o êxito eleitoral. Tal indicador mostra que a tendência é de que, quanto mais se gasta em termos financeiros, maior a chance de se eleger.

Entre as variáveis de controle analisadas, o "patrimônio" dos candidatos mostrou uma relação interessante com o sucesso nas eleições. Candidatos com maior patrimônio têm mais chances de serem eleitos, o que indica que, mesmo indiretamente, o poder econômico exerce uma influência nas eleições, seja pela percepção de sucesso associada ao patrimônio do candidato ou por mecanismos simbólicos que influenciam a opinião pública. Embora esta seja uma variável de controle, entende-se que indica de alguma forma a influência do poder econômico nas eleições, que se não for direta, pode ser na forma do poder simbólico que o sucesso patrimonial pode representar entre os eleitores. A variável "reeleição" também se destacou, indicando que candidatos que buscam a recondução ao cargo de governador têm 15,14% mais chances de serem eleitos, o que reforça o poder da continuidade no cenário político.

Outra variável de controle significativa foi o "gênero". Homens candidatos ao governo apresentaram 2,65% mais chances de serem eleitos em comparação com as mulheres. Esse dado reforça a desigualdade de gênero nas disputas eleitorais, evidenciando um viés estrutural que ainda persiste na política brasileira. Além disso, a análise da variável "IVS - dimensão infraestrutura" e da "renda per capita" dos estados revelou que contextos socioeconômicos mais favoráveis aumentam a probabilidade de vitória dos candidatos que disputam as eleições nessas regiões, pois quanto maior for esse indicador nos estados em que concorreram os candidatos para o governo, a sua razão de chances de êxito na campanha eleitoral aumenta em 1%.

Isto posto, a hipótese da pesquisa pôde ser respondida, pois foi possível identificar que, o candidato que gasta mais, tem 1% de chance a mais de êxito no pleito eleitoral. Assim, a hipótese testada foi considerada positiva, aliada ainda com as demais variáveis estudadas. Foi possível analisar a importância dos aspectos financeiros nas eleições majoritárias das Unidades Federativas brasileiras nos pleitos de 2014, 2018 e 2022, bem como identificar as fontes de arrecadação das campanhas, a sua composição dos gastos, além de conseguir analisar a influência das variáveis independentes e de controle no êxito das campanhas eleitorais no período em análise.

Diante dos resultados, conclui-se que, embora os aspectos financeiros não tenham se mostrado decisivos em termos de arrecadação total para o sucesso nas eleições majoritárias, o uso direcionado dos recursos financeiros e a despesa financeira têm impacto positivo nas chances de êxito. Além disso, variáveis de controle como patrimônio, reeleição e gênero influenciam significativamente os resultados eleitorais, demonstrando que fatores simbólicos e socioeconômicos desempenham papéis essenciais no processo eleitoral.

A análise dos pleitos de 2014, 2018 e 2022 revelou a importância de se considerar tanto os aspectos econômicos quanto os contextos sociais e políticos ao avaliar o desempenho dos candidatos. Contudo, algumas limitações foram identificadas durante a execução da pesquisa, pois apesar de considerarmos diversas variáveis independentes e de controle, pode haver outras variáveis que não foram consideradas e que podem influenciar nos resultados das campanhas eleitorais, como fatores culturais, sociais e tecnológicos. Além disso, fatores externos, como eventos políticos inesperados, mudanças na legislação eleitoral ou crises econômicas, podem impactar os resultados eleitorais e não terem sido plenamente considerados na análise. Diante dessa complexidade, os resultados desta tese não podem ser generalizados.

Nesse contexto, como sugestão para pesquisas futuras, tem-se a ampliação da amostra, tanto com relação ao período, como também com relação aos cargos, podendo ser expandido para deputados federais, senadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Assim, este trabalho contribui para o entendimento da complexa relação entre financiamento de campanhas e sucesso eleitoral, oferecendo subsídios valiosos para discussões e estudos sobre o financiamento de campanhas no Brasil, ao qual essas descobertas têm o potencial de informar futuras reformas eleitorais e debates sobre o financiamento público e privado de campanhas, bem como sobre a igualdade de oportunidades nas disputas políticas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. V.; MELO, A. C. I. O exercício do profissional de contabilidade á frente das exigências do TSE nas campanhas eleitorais. **Revista Multidisciplinar do Sertão**, v. 1, n. 1, p. 143-156, 2019.
- ALEM, D.; BONILLA-LONDONO; H. F.; BARBOSA-POVOA, A. P.; RELVAS, S.; FERREIRA, D.; MORENO, A. Building disaster preparedness and response capacity in humanitarian supply chains using the Social Vulnerability Index. **European Journal of Operational Research**, v. 292, n. 1, p. 250-275, 2021.
- ALMEIDA, E.; PEREIRA, W. S. Propaganda “Igualdade na política”: reformulação e memória. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, v. 23, n. 46, p. 152-179, 2020.
- AMARAL, R.; CUNHA, S. S. **Manual das Eleições**. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- ARAÚJO, A. F. V.; VALE, L. O.; PAIXÃO, A. N. **Determinantes das chances de reeleição municipal**: o caso das eleições municipais do Tocantins – 2004. In: Encontro Nacional da ABER, 2009.
- ARVATE, P. R.; AVELINO, J.; TAVARES, J. Fiscal conservatism in a new democracy: “Sophisticated” versus “naïve” voters. **Economics Letters**, v. 102, n. 2, p. 125-127, 2009.
- AVIS, E.; FERRAZ, C.; FINAN, F.; VARJÃO, C. Money and politics: the effects of campaign spending limits on political entry and competition. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 14, n. 4, p. 167-199, 2022.
- BALDISSERA, J. F.; ARAÚJO, M. P. Características políticas e eleitorais e o efeito no endividamento dos estados brasileiros. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 13, n. 1, 2021.
- BARBERIA, L.; AVELINO, G.; ZANLORENSSI, G. Economic voting in Brazil’s gubernatorial elections, 1994–2014. **Publius: The Journal of Federalism**, v. 49, n. 2, p. 250-270, 2019.
- BARROSO, D. V. **Teoria da contabilidade**. Salvador: UFBA, 2018.
- BOLOGNESI, B.; PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. Reclutamiento político en Brasil: mujeres, negros y partidos en las elecciones federales de 2014. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 61, n. 226, p. 247-278, 2016.
- BRASIL. Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 1995.
- BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 1997.
- BRASIL. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e a Lei nº 4.737, de 15 de julho de

1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 2015.

BRASIL. Resolução nº 23.607 de 17 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 2019.

BRITO, K. S.; MEIRA, S. R. L.; ADEODATO, P. J. L. Correlations of social media performance and electoral results in Brazilian presidential elections. **Information Polity**, v. 26, n. 4, p. 417-439, 2021.

BUENO, A. A. M.; JUNCKES, I. J.; HOROCHOVSKI, R. R.; CLEMENTE, A. J. Gênero e política: a (sub) representação das mulheres nas eleições de 2008, 2012 e 2016 nos municípios de médio e grande porte no Brasil. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 35-59, 2020.

BURNETT, C. M.; KOGAN, V. The politics of potholes: service quality and retrospective voting in local elections. **The Journal of Politics**, v. 79, n. 1, p. 302-314, 2017.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, I. E. As bases territoriais da democracia e as questões do sistema eleitoral no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. especial, p. 1-18, 2011.

CASTRO, L. I. Duração de mandatos, reeleição e plebiscito de destituição. *In: Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro e XI Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, 2021.

DANTAS, A. Circuito espacial de produção e lugar. **Sociedade e Território**, v. 28, n. 1, p. 193-199, 2016.

DIVULGAÇÃO DE CANDIDATURAS E CONTAS ELEITORAIS – DIVULGACAND. **Site Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>. Acesso em: 03 de nov. de 2023.

FONSECA, E. M.; NATTRASS, N.; LÁZARO, L. L. B.; BASTOS, F. I. Political discourse, denialism and leadership failure in Brazil's response to Covid-19. **Global Public Health**, v. 16, n. 8-9, p. 1251-1266, 2021.

GALLO, F. **Território nacional e pacto federativo brasileiro: uma análise geográfica das transferências de recursos entre os entes federados**. *In: Encuentro de Geógrafos de América Latina - EGAL*, 11, 2009.

GAMERMANN, D.; ANTUNES, F. L. Statistical analysis of Brazilian electoral campaigns via Benford's law. **Physica A: Statistical Mechanics and its Applications**, v. 496, p. 171-188, 2018.

GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M.; MORDÁN, N.; CUADRADO-BALLESTEROS, B. Do electoral

cycles affect local financial health? **Policy Studies**, v. 35, n. 6, p. 533-556, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILARDI, F. The temporary importance of role models for women's political representation. **American Journal of Political Science**, v. 59, n. 4, p. 957-970, 2015.

GITIRANA, J. H. S.; KREUZ, L. R. C. Ministras de Estado: uma análise prosopográfica das mulheres nos cargos máximos da República de 1985 a 2019. **Revista da Faculdade de Direito**, n. 43, p. 245-266, 2020.

GUERRA, F. C.; ZUCHERATO, B. A comparative analysis of social indicators from the vulnerability cartography between Bragança Paulista and Campos do Jordão (São Paulo—Brazil). **Elsevier**, p. 131-155, 2021.

HAIME, A.; VALLEJO, A.; SCHWINDT-BAYER, L. Candidate experience and electoral success. **Latin American Research Review**, v. 57, n. 1, p. 170-187, 2022.

HUMMELL, B. M. L.; CUTTER, S. L.; EMRICH, C. T. Social vulnerability to natural hazards in Brazil. **International Journal of Disaster Risk Science**, v. 7, p. 111-122, 2016.

HUNTER, W.; POWER, T. J. Bolsonaro and Brazil's illiberal backlash. **Journal of Democracy**, v. 30, p. 68, 2019.

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL - IVS. **Site do Atlas do Índice de Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 03 de jun. de 2024.

KRAUSE, S.; SCHAEFER, B. M.; BARBOSA, T. A. L.; CORRÊA, C. P.; TELLES, H. La elección brasileña de 2018: nuevos patrones de financiación, desafección política y redes sociales. **Ediciones Universidad de Salamanca**, v. 9, n. 1, p. 91-117, 2020.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

MARIATH, A. B.; BARALDI, L. G.; MARTINS, A. P. B. Electoral campaign contributions: an obstacle to sugary drink industry regulation in Brazil? **Public Health Nutrition**, v. 25, n. 11, p. 3215-3224, 2022.

MENEZES, A. H. N.; DUARTE, F. R.; CARVALHO, L. O. R.; SOUZA, T. U. S. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. Universidade Federal do Vale do São Francisco: Petrolina-PE, 2019.

MORAES, A. C. R. **Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço**. São Paulo, 1985.

MULLER, M. **Ainda o século do clientelismo no Brasil?** Uma análise de condicionantes demográficas, socioeconômicas e culturais. 2018. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- NUNES, F.; MELO, R. C. Impeachment, political crisis and democracy in Brazil. **Revista de Ciencia Política**, v. 37, n. 2, p. 281-304, 2017.
- OLIVEIRA, J. B. **Renda per capita, desigualdades de renda e educacional, e participação política no Brasil**. 2001. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- PEREIRA, B. M. **Geografia eleitoral: análise espacial dos votos dos deputados estaduais de Goiás nas eleições de 2006 e 2010**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás.
- PEREIRA, A. S. P.; SHITSUDA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUDA, R. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria: UFSM, NTE, 2018.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RAMOS, L. O.; SILVA, V. A. The gender gap in Brazilian politics and the role of the electoral court. **Politics & Gender**, v. 16, n. 2, p. 409-437, 2020.
- RANGEL, P.; DULTRA, E. V. Elections in times of neo-coupism and populism: a short essay on Brazil's right-wing presidential candidates' plans for governance and their proposals for gender and Afro-Brazilians. **Irish Journal of Sociology**, v. 27, n. 1, p. 72-79, 2019.
- RENNÓ, L. R. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian presidential elections. **Latin American Politics and Society**, v. 62, n. 4, p. 1-23, 2020.
- REZENDE, G. B. Social vulnerability index: a methodological proposal for application in the cities of Barra do Garças—MT, Pontal Do Araguaia—MT and Aragarças—GO, Brazil. **Open Journal of Social Sciences**, v. 4, n. 12, p. 32-45, 2016.
- RIBEIRO, J. B.; RIBEIRO, V. S. Determinantes do sucesso eleitoral: uma análise das disputas para governador de 2022, 2006 e 2010. **Revista Sítio Novo**, v. 6, n. 3, p. 60-72, 2022.
- ROCHA, B. S. Análise da participação da mulher na política como instrumento para a evolução da democracia brasileira. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, p. 87127-87144, 2020.
- RONCANCIO, D. J.; NARDOCCI, A. C. Social vulnerability to natural hazards in São Paulo, Brazil. **Natural Hazards**, v. 84, p. 1367-1383, 2016.
- SALLABERRY, J. D.; QUAESNER, L. S.; COSTA, C. M.; FLACH, L. Percepção da confiabilidade nas eleições de 2018: uma análise sob a ótica contábil. **Revista Agenda Política**, v. 9, n. 2, p. 185-215, 2021.
- SALLABERRY, J. D.; VENDRUSCOLO, M. I.; RODRIGUES, L. F. Receitas eleitorais: da teoria contábil à prática. **Revista Contexto**, v. 14, n. 26, p. 56-65, 2014.
- SÁNCHEZ, J. E. **Geografia política**. Madrid: Editorial Síntesis, 1992.
- SANTOS FILHO, H (Coord.). **Contabilidade eleitoral: aspectos contábeis e jurídicos** –

eleições 2020. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2020.

SANTOS, M. **Nação, estado e território**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2000.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: Observatório Social da América Latina, ano 6, n. 16. Buenos Aires, 2005.

SANTOS, M. **Território, espaço banal, lugar-comum**. Jornal da Tarde, São Paulo, 2009.

SANTOS, M. Geografia e planejamento: o uso do território – geopolítica. **Revista Tempo, Técnica, Território**, v. 2, n. 2, 2011.

SANTOS, P. A. G. Gendered path dependency: women's representation in 20th-century Brazil. **European Journal of Politics and Gender**, v. 4, n. 3, p. 441-458, 2021.

SCHAEFER, B. M. Autofinanciamento eleitoral no Brasil: caso dos governadores (2014-2018). In: **13º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, João Pessoa, online, 2020.

SILVEIRA, D. B.; ANDREATTA, C. Cotas de gênero: eleições de 2014 e 2018 para deputados no sul do Brasil. **Academia de Direito**, v. 2, p. 228-251, 2020.

SOARES, R. M. **Um voto na geografia eleitoral: análise do território para as eleições presidenciais brasileiras entre 1998 e 2002**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

SONG, B. K. The effect of public financing on candidate reemergence and success in elections. **European Journal of Political Economy**, v. 65, p. 101919, 2020.

SOUSA, E. H. O.; XAVIER JÚNIOR, A. E. **Uma análise do efeito do patrimônio declarado dos candidatos a governador nos resultados eleitorais entre 2014 e 2022**. Artigo (Graduação em Ciência Contábeis) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Mossoró, 2023.

SOUZA, M. A. A. Razão global/ razão local/ razão clandestina/ razão migrante - reflexos sobre a cidadania e o migrante: relendo (sempre) e homenageando Milton Santos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 20, n. 1, 1995.

SOUZA, M. A. A. **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SPECK, B. W. Game over: veinte años de financiación de campañas por empresas privadas en Brasil. **Revista de Estudios Brasileños – REB**, v. 3, n. 4, 125-135, 2016.

STRÖMBERG, D. How the electoral college influences campaigns and policy: the probability of being Florida. **American Economic Review**, v. 98, n. 3, p. 769-807, 2008.

TAYLOR, P. J.; JOHNSTON, R. J. **The Geography of elections**. Harmondsworth: Penguin, 1979

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. **Site do Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/#/>. Acesso em: 03 de mai. de 2024.

TRIGAL, L. L.; POZO, P. B. D. **Geografia política**. Ediciones Cátedra, 1999.

VAN DER PAS, D. J.; AALDERING, L. Gender differences in political media coverage: a meta-analysis. **Journal of Communication**, v. 70, n. 1, p. 114-143, 2020.

ZOLNERKEVIC, A. **A geografia e os estudos eleitorais: a influência do contexto no comportamento eleitoral**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ANEXO I – VARIÁVEIS DA PESQUISA

	RECEITATOTAL	RECEITATOTAL(D)	RECEITAFINAN	RECCEITAFIN(D)	DESPESATOTAL	DESPESATOTAL(D)	DESPFINAN	DESPFINAN(D)	ELEITO	REELEIÇÃO	GENERO	PATRIMONIO	PATRIMONIO(D)	IVS - INFRAESTRUTURA	RENDAPERCAPITA
2014															
ACRE														0.338	670
ANTONIOROCHA	8.550,00	14.715,41	2.800,00	4.819,08	8.518,40	14.661,02	2.768,40	4.764,69	0	0	1	RS 52.000,00	RS 89.497,20	0.276	670
BOCALOM	26.895,00	46.288,98	0,00	0,00	26.895,00	46.288,98	0,00	0,00	0	0	1	RS 893.000,00	RS 1.536.942,30	0.276	670
MARCIOBITTAR	2.150.861,68	3.701.848,04	2.109.500,00	3.630.660,45	2.856.804,61	4.916.846,41	2.815.442,93	4.845.658,83	0	0	1	RS 1.579.724,31	RS 2.718.863,51	0.276	670
TIAOVIANA	194.338,24	334.475,54	125.000,00	184.934,19	215.137,50	318.290,23	115.595,95	198.952,19	1	1	1	RS 476.611,85	RS 820.296,66	0.276	670
TOTAL	2.380.644,92	4.097.327,97	2.237.300,00	3.850.617,03	3.077.152,20	5.296.086,65	2.933.807,28	5.049.375,71				3.001.336,16	RS 5.165.599,66		
AMAZONAS														0.252	739
ABELALVES	105.878,22	182.227,00	81.950,00	141.044,15	106.341,12	183.023,70	82.412,40	141.839,98	0	0	1	RS 274.000,00	RS 471.581,40	0.458	739
CHICOPRETO	339.487,80	584.292,45	288.000,00	495.676,80	339.487,80	584.292,45	288.000,00	495.676,80	0	0	1	RS 511.508,49	RS 880.357,26	0.458	739
EDUARDOBRAGA	28.062.741,46	48.298.784,33	26.784.750,00	46.099.233,23	28.061.920,59	48.297.371,53	26.783.929,13	46.097.820,43	0	0	1	RS 27.268.765,65	RS 46.932.272,56	0.458	739
HERBERTAMAZONAS	3.725,00	6.411,10	500,00	860,55	3.725,00	6.411,10	500,00	860,55	0	0	1	RS 10.000,00	RS 17.211,00	0.458	739
JOSEMELO	29.126.738,91	50.130.030,34	28.850.559,30	49.654.697,61	29.314.522,07	50.453.223,93	29.038.342,46	49.977.891,21	1	0	1	RS 699.008,50	RS 1.203.063,53	0.458	739
LUIZNAVARRO	47.824,00	82.309,89	37.200,00	64.024,92	47.824,00	82.309,89	37.200,00	64.024,92	0	0	1	RS 330.000,00	RS 567.963,00	0.458	739
MARCELORAMOS	772.613,00	1.329.744,23	729.613,00	1.255.736,93	772.605,56	1.329.731,43	729.605,56	1.255.724,13	0	0	1	RS 321.425,20	RS 553.204,91	0.458	739
TOTAL	58.459.008,39	100.613.799,34	56.772.572,30	97.711.274,19	58.646.426,14	100.936.364,03	56.959.989,55	98.033.838,01				29.414.707,84	RS 50.625.653,66		
AMAPÁ														0.122	753
BRUNOMINEIRO	308.900,00	531.647,79	297.000,00	511.166,70	308.900,00	531.647,79	295.000,00	507.724,50	0	0	1	RS 529.000,00	RS 910.461,90	0.271	753
CAMILOCAPIBERIBE	734.410,90	1.263.994,60	715.368,14	1.231.220,11	740.415,01	1.274.328,27	721.372,25	1.241.553,78	0	0	1	RS 277.182,68	RS 477.059,11	0.271	753
DECIOGOMES	6.900,00	11.875,59	5.900,00	10.154,49	6.850,00	11.789,54	5.850,00	10.068,44	0	0	1	RS 62.000,00	RS 106.708,20	0.271	753
GENIVALCRUZ	5.340,10	9.190,85	0,00	0,00	5.340,10	9.190,85	0,00	0,00	0	0	1	RS 0,00	RS 0,00	0.271	753
JORGEAMANAJAS	451.900,00	777.765,09	128.300,00	220.817,13	451.864,30	777.703,65	128.264,30	220.755,69	0	0	1	RS 3.518,00	RS 6.054,83	0.271	753
LUCASBARRETO	464.684,00	799.767,63	365.000,00	628.201,50	464.568,15	799.568,24	364.884,15	628.002,11	0	0	1	RS 90.000,00	RS 154.899,00	0.271	753
WALDEZ	2.933.741,40	5.049.262,32	2.407.008,40	4.142.702,16	2.890.559,18	4.974.941,40	2.363.826,18	4.068.381,24	1	1	1	RS 15.000,00	RS 25.816,50	0.271	753
TOTAL	4.905.876,40	8.443.503,87	3.918.576,54	6.744.262,08	4.868.496,74	8.379.169,74	3.879.196,88	6.676.485,75				976.700,68	RS 1.680.999,54		
PARÁ														0.281	631
ELTONBRAGA	16.500,00	28.398,15	16.650,00	28.656,32	16.650,00	28.656,32	16.650,00	28.656,32	0	0	1	RS 0,00	RS 0,00	0.488	631
HELDERBARBALHO	12.638.851,40	21.752.727,14	11.848.870,00	20.393.090,16	12.928.722,33	22.251.624,00	12.138.740,93	20.891.987,01	0	0	1	RS 2.337.676,77	RS 4.023.375,49	0.483	631
MARCOANTONIO	509.470,00	876.848,82	191.570,00	329.711,13	509.470,00	876.848,82	191.570,00	329.711,13	0	0	1	RS 0,00	RS 0,00	0.321	631
MARCOCARREIRA	34.789,16	59.875,62	10.800,00	18.587,88	35.732,51	61.499,22	11.743,35	20.211,48	0	0	1	RS 224.000,00	RS 385.526,40	0.321	631
SIMÃOJATENE	7.031.945,48	12.102.681,37	0,00	0,00	7.040.945,48	12.118.171,27	9.000,00	15.489,90	1	1	1	RS 3.218.362,52	RS 5.539.123,73	0.321	631
ZECARLOSOPV	509.470,00	876.848,82	191.570,00	329.711,13	509.470,00	876.848,82	191.570,00	329.711,13	0	0	1	RS 50.000,00	RS 86.055,00	0.321	631
TOTAL	20.741.026,04	35.697.379,92	12.259.460,00	21.099.756,61	21.040.990,32	36.213.648,44	12.559.274,28	21.615.766,96				5.830.039,29	RS 10.034.080,62		
RONDÔNIA														0.042	762
CAFUNCIOMOURA	13.480.732,04	23.201.687,91	8.332.448,01	14.340.976,27	16.813.342,31	28.937.443,45	11.665.058,28	20.076.731,81	1	1	1	RS 6.514.675,89	RS 11.212.408,67	0.149	762
EXPEDITOJUNIOR	4.993.789,94	8.594.811,87	4.043.086,91	6.958.556,88	6.096.337,80	10.492.406,99	5.145.634,77	8.856.152,00	0	0	1	RS 1.614.212,17	RS 2.778.220,57	0.372	762
JAQUELINECASSOL	3.510.834,68	6.042.497,57	3.258.958,60	5.608.993,65	3.510.834,68	6.042.497,57	3.258.958,60	5.608.993,65	0	0	0	RS 5.162.728,57	RS 8.885.572,14	0.372	762
PADRETON	576.730,77	992.611,33	420.195,17	723.197,91	576.729,97	992.609,95	420.194,37	723.196,53	0	0	1	RS 246.681,59	RS 424.563,68	0.240	762
PIMENTADERONDONIA	21.192,12	36.473,76	0,00	0,00	21.192,12	36.473,76	0,00	0,00	0	0	1	RS 120.000,00	RS 206.532,00	0.372	762
TOTAL	22.583.279,55	38.868.082,43	16.054.688,69	27.631.724,70	27.018.436,88	46.501.431,71	20.489.846,02	35.265.073,99				13.658.298,22	RS 23.507.297,07		
RORAIMA														0.311	871
ANGELAPORTELA	4.001.281,06	6.886.604,83	3.650.040,00	6.282.083,84	4.387.655,27	7.551.593,49	4.036.414,21	6.947.072,50	0	0	0	RS 698.246,84	RS 1.201.752,64	0.157	871
CHICORODRIGUES	8.990.466,31	15.473.491,57	8.965.500,00	15.430.522,05	8.787.927,68	15.124.902,33	8.762.961,37	15.081.932,81	0	0	1	RS 1.765.047,16	RS 3.037.822,67	0.157	871
HAMILTON	4.865,00	8.373,15	2.390,00	4.113,43	4.858,40	8.361,79	2.383,40	4.102,07	0	0	1	RS 22.000,00	RS 37.864,20	0.157	871
NEUDOCAMPOS	472.336,15	812.937,75	432.336,15	744.093,75	472.114,65	812.556,52	432.114,65	743.712,52	0	0	1	RS 576.523,36	RS 992.254,35	0.157	871
SUELYCAMPOS	543.037,04	934.621,05	412.137,04	709.329,06	673.037,04	1.158.364,05	542.137,04	933.072,06	1	0	0	RS 114.400,00	RS 196.893,84	0.157	871
TOTAL	14.011.985,56	24.116.028,35	13.462.403,19	23.170.142,13	14.325.593,04	24.655.778,18	13.776.010,67	23.709.891,96				3.176.217,36	RS 5.466.587,70		
TOCANTINS														0.133	765
ATAÍDES OLIVEIRA	3.333.297,33	5.736.938,03	2.808.507,00	4.833.721,40	3.412.854,47	5.873.863,83	2.888.064,14	4.970.647,19	0	0	1	RS 28.113,50	RS 48.386,14	0.244	765
EULA ANGELIM	15.418,94	26.537,54	7.618,94	13.112,96	15.418,94	26.537,54	7.618,94	13.112,96	0	0	0	RS 290.000,00	RS 499.119,00	0.244	765
JOAQUIM ROCHA	900,00	1.548,99	0,00	0,00	900,00	1.548,99	0,00	0,00	0	0	1	RS 1.860.000,00	RS 3.201.246,00	0.244	765
LUÍS CLÁUDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1	RS 0,00	RS 0,00	0.093	765
MARCELO MIRANDA	7.153.914,23	12.312.601,78	1.405.700,00	2.419.350,27	7.153.914,23	12.312.601,78	1.405.700,00	2.419.350,27	1	0	1	RS 2.065.620,78	RS 3.555.139,92	0.146	765
POTENGY	3.893,57	6.701,22	0,00	0,00	3.893,57	6.701,22	0,00	0,00	0	0	1	RS 132.000,00	RS 227.185,20	0.096	765
SANDOVA CARDOSO	12.071.888,62	20.776.927,50	2.748.981,50	4.731.272,06	12.070.881,62	20.775.194,36	2.748.942,50	4.731.204,94	0	0	1	RS 14.172.651,56	RS 24.392.550,60	0.107	765
TOTAL	22.579.312,69	38.861.255,07	6.970.807,44	11.997.456,68	22.657.862,83	38.996.447,72	7.050.325,58	12.134.315,36				18.548.385,84	RS 31.923.626,87		
ALAGOAS														0.266	604
BIU BENEDITO DE LIRA	7.363.742,80	12.673.737,73	7.269.990,80	12.512.381,17	9.336.011,76	16.068.209,84	9.242.259,76	15.906.853,27	0	0	1	RS 723.220,66	RS 1.244.735,08	0.40	604
CORONELGOULART	16.690,00	28.725,16	6.690,00	11.514,16	18.190,00	31.306,81	8.190,00	14.095,81	0	0	1	RS 420.000,00	RS 722.862,00	0.40	604
EDUARDO TAVARES	1.200.000,00	2.065.320,00	1.200.000,00	2.065.320,00	1.138.014,53	1.958.636,81	1.138.014,53	1.958.636,81	0	0	1	RS 441.147,81	RS 759.259,50	0.40	604
GOLBERLYSSA	6.240,00	10.739,66	6.240,00	10.739,66	5.747,36	9.891,78	5.747,36	9.891,78	0	0	1	RS 261.300,00	RS 449.723,43	0.40	604
JEFFERSONPONES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1	RS 0,00	RS 0,00	0.40	604
JOATHASALBUQUERQUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1	RS 0,00	RS 0,00	0.40	604
JULIOCEZAR	339.650,00	584.571,62	339.000,00	583.452,90	554.539,50	954.417,93	553.889,50	953.299,22	0	0	1	RS 455.000,00	RS 783.100,50	0.305	604
LUCIANO BALBINO	16.500,00	28.398,15	1.000,00	1.721,10	18.000,00	30.979,80	2.890,00	4.302,75	0	0	1	RS 0,00	RS 0,00	0.377	604
MARIOAGRA	38.896,00	66.943,91	36.486,00	62.796,05	38.896,00	67.098,80	36.486,00	62.796,05	0	0					

BAHIA			24.641.779,63											0,206	697
DALUZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1	RS 31.500,00	RS 54.214,65	0,426	697
LIDICEDAMATA	5.720.550,02	9.845.638,64	5.573.700,00	9.592.895,07	8.013.195,01	13.791.509,93	7.866.344,99	13.538.766,36	0	0	0	RS 567.567,78	RS 976.840,91	0,426	697
MARCOSMENDES	20.500,00	35.282,55	10.000,00	17.211,00	20.500,00	35.282,55	10.000,00	17.211,00	0	0	1	RS 315.000,00	RS 542.146,50	0,426	697
PAULOSOUTO	21.657.630,34	37.274.947,58	20.849.270,00	35.883.678,60	21.655.110,63	37.270.610,91	20.846.750,29	35.879.341,92	0	0	1	RS 1.543.816,62	RS 2.657.062,78	0,426	697
RENATAMALLET	33.464,78	57.596,23	0,00	0,00	33.464,78	57.596,23	0,00	0,00	0	0	0	RS 170.000,00	RS 292.587,00	0,426	697
RUICOSTA	32.196.722,63	55.413.779,32	29.224.750,00	50.298.717,23	46.784.650,39	80.521.061,79	43.812.677,76	75.405.999,69	1	0	1	RS 189.544,00	RS 326.224,18	0,426	697
TOTAL	59.628.867,77	102.627.244,32	55.657.720,00	95.792.501,89	76.506.920,81	131.676.061,41	72.535.773,04	124.841.318,98				2.817.428,40	RS 4.849.076,02		
CEARÁ														0,206	616
AILTONLOPES	62.477,00	107.529,16	61.977,00	106.668,61	61.815,93	106.391,40	61.315,93	105.530,85	0	0	1	RS 28.058,93	RS 48.292,22	0,374	616
CAMILO	39.921.772,68	68.709.362,96	39.548.622,81	68.067.134,72	51.060.436,54	87.880.117,33	50.687.286,67	87.237.889,09	1	0	1	RS 534.576,65	RS 920.059,87	0,177	616
ELIANE NOVAIS	2.065.069,08	3.554.190,39	1.804.981,80	3.106.554,18	3.128.994,02	5.385.311,61	2.868.906,74	4.937.675,39	0	0	0	RS 1.077.236,00	RS 1.854.030,88	0,374	616
EUNÍCIO	49.286.252,05	84.826.568,40	4.100.000,00	7.056.510,00	49.284.151,97	84.822.953,96	4.097.899,92	7.052.895,55	0	0	1	RS 99.022.714,17	RS 170.427.993,36	0,374	616
TOTAL	91.335.570,81	157.197.650,92	45.515.581,61	78.336.867,51	103.535.398,46	178.194.774,29	57.715.409,26	99.333.990,88				100.662.585,75	RS 173.250.376,33		
MARANHÃO														0,303	461
FLAVIODINO	6.084.927,17	10.472.768,15	532.474,00	916.441,00	9.497.218,46	16.345.662,69	3.956.093,86	6.808.833,14	1	0	1	RS 933.605,93	RS 1.606.829,17	0,498	461
LOBÃO FILHO	9.869.433,16	16.986.281,41	9.350.000,00	16.092.285,00	9.868.689,70	16.985.001,84	9.349.256,54	16.091.005,43	0	0	1	RS 9.905.422,29	RS 17.048.222,30	0,498	461
PEDROSA	17.455,00	30.041,80	8.455,00	14.551,90	17.448,40	30.030,44	8.448,40	14.540,54	0	0	1	RS 149.298,00	RS 256.956,79	0,498	461
PROF. JOSIVALDO	3.000,00	5.163,30	3.000,00	5.163,30	2.968,40	5.108,91	2.968,40	5.108,91	0	0	1	RS 20.000,00	RS 34.422,00	0,614	461
SAULO ARCANGELI	14.818,40	25.503,95	10.318,40	17.759,00	14.818,00	25.503,26	10.318,00	17.758,31	0	0	1	RS 330.000,00	RS 567.963,00	0,498	461
ZELUISLAGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1	RS 1.120.000,00	RS 1.927.632,00	0,498	461
TOTAL	15.989.633,73	27.519.758,61	9.904.247,40	17.046.200,20	19.401.142,96	33.391.307,15	13.327.085,20	22.937.246,34				12.458.326,22	RS 21.442.025,26		
PARAIBA														0,185	682
ANTONIORADICAL	3.250,00	5.593,58	2.500,00	4.302,75	3.249,40	5.592,54	2.499,40	4.301,72	0	0	1	RS 0,00	RS 0,00	0,238	682
CASSIO CUNHALIMA	15.131.399,72	26.042.652,06	14.675.250,00	25.257.572,78	16.701.690,50	28.745.279,52	16.245.540,78	27.960.200,24	0	0	1	RS 874.430,46	RS 1.504.982,26	0,123	682
MAJORFABIO	38.230,00	65.797,65	18.200,00	31.324,02	38.148,40	65.657,21	31.348,40	53.953,73	0	0	1	RS 339.000,00	RS 583.452,90	0,238	682
RICARDO COUTINHO	13.028.775,59	22.423.825,67	12.519.444,00	21.547.215,07	14.114.831,15	24.293.035,89	13.605.499,56	23.416.425,29	1	1	1	RS 1.405.603,81	RS 2.419.184,72	0,238	682
TÁRCIO	17.899,31	30.806,50	15.121,31	26.025,29	17.899,31	30.806,50	15.121,31	26.025,29	0	0	1	RS 252.928,00	RS 435.314,38	0,238	682
VITAL	9.689.313,32	16.676.277,16	9.616.134,00	16.550.328,23	9.679.469,42	16.659.334,82	9.679.469,42	16.659.334,82	0	0	1	RS 976.556,45	RS 1.680.751,31	0,238	682
TOTAL	37.908.867,94	65.244.952,61	36.846.649,31	63.416.768,13	40.555.288,18	69.799.706,49	39.579.478,87	68.120.241,08				3.848.518,72	RS 6.623.685,57		
PERNAMBUCO														0,235	802
ARMANDO MONTEIRO	19.736.207,21	33.967.986,23	19.485.673,46	33.536.792,59	26.301.734,64	45.267.915,49	26.051.200,89	44.836.721,85	0	0	1	RS 14.917.614,75	RS 25.674.706,75	0,308	802
JAIR PEDRO	3.725,00	6.411,10	0,00	0,00	3.725,00	6.411,10	0,00	0,00	0	0	1	RS 0,00	RS 0,00	0,308	802
MIGUEL ANACLETO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1	RS 600.000,00	RS 1.032.660,00	0,308	802
PANTALEÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1	RS 0,00	RS 0,00	0,308	802
PAULOCAMARA	17.986.657,10	30.956.835,53	12.397.673,46	21.337.635,79	19.064.378,64	32.811.702,08	12.965.959,00	22.315.712,03	1	0	1	RS 364.299,89	RS 626.996,54	0,308	802
ZEGOMES	22.813,13	39.263,68	19.573,13	33.687,31	22.813,13	39.263,68	19.573,13	33.687,31	0	0	1	RS 3.200,00	RS 5.507,52	0,308	802
ZEMIGUEL	8.020,03	13.803,27	0,00	0,00	8.530,03	14.681,03	510,00	877,76	0	0	1	RS 0,00	RS 0,00	0,341	802
TOTAL	37.757.422,47	64.984.299,81	31.902.920,05	54.908.115,70	45.401.181,44	78.139.973,38	39.037.243,02	67.186.998,96				15.885.114,64	RS 27.339.870,81		
PIAUÍ														0,150	659
DANIELSOLON	16.306,40	28.064,95	670,00	1.153,14	15.786,40	27.169,97	150,00	258,17	0	0	1	RS 136.000,00	RS 234.069,60	0,227	659
LOURDESMELO	1.218,33	2.096,87	0,00	1.218,33	2.096,87	0,00	0,00	0,00	0	0	0	RS 172.000,00	RS 296.029,20	0,227	659
MAKLANDEL	32.253,40	55.511,33	10.380,00	17.865,02	32.214,43	55.444,26	10.341,03	17.797,95	0	0	1	RS 0,00	RS 0,00	0,227	659
MÃO SANTA	222.986,98	383.782,89	161.994,00	278.807,87	222.890,19	383.616,31	161.897,21	278.641,29	0	0	1	RS 19.755,40	RS 34.001,02	0,257	659
NETOSAMBAIBA	15.000,00	25.816,50	15.000,00	18.071,55	15.000,00	25.816,50	18.071,55	15.000,00	0	0	1	RS 60.000,00	RS 103.266,00	0,227	659
WELLINGTON DIAS	4.870.380,03	8.382.411,07	4.413.050,00	7.595.300,36	4.828.823,39	8.310.887,94	4.371.493,36	7.523.777,22	1	0	1	RS 551.654,68	RS 949.452,87	0,227	659
ZÉ FILHO	15.000,00	25.816,50	15.000,00	18.071,55	15.000,00	25.816,50	15.000,00	18.071,55	0	0	1	RS 1.948.660,30	RS 3.353.839,24	0,227	659
TOTAL	5.173.145,14	8.903.500,10	4.607.094,00	7.929.269,48	5.130.932,74	8.830.848,34	4.564.881,60	7.856.617,72				2.888.070,38	RS 4.970.657,93		
RIO GRANDE DO NORTE														0,285	695
ARAKEN	12.704,30	21.865,37	9.204,30	15.841,52	12.664,40	21.796,70	9.164,40	15.772,85	0	0	1	RS 376.650,00	RS 648.252,32	0,287	695
HENRIQUE ALVES	23.185.067,13	39.903.819,04	22.522.063,79	38.762.723,99	26.783.434,40	46.096.968,95	26.120.431,06	44.955.873,90	0	0	1	RS 12.414.049,98	RS 21.365.821,42	0,287	695
PROFESSOR ROBERTO PAULINO	45.913,25	79.021,29	14.016,95	24.124,57	45.923,25	79.038,51	14.016,95	24.124,57	0	0	1	RS 353.276,30	RS 608.023,84	0,287	695
ROBINSON FARIAS	12.359.496,00	21.271.928,57	11.907.000,00	20.493.137,70	12.224.302,41	21.039.246,88	11.771.806,41	20.260.456,01	1	0	1	RS 8.333.819,99	RS 14.343.337,58	0,287	695
SIMONEDUTRA	21.192,12	36.473,76	0,00	0,00	21.192,12	36.473,76	0,00	0,00	0	0	0	RS 157.000,00	RS 270.212,70	0,173	695
TOTAL	35.624.372,80	61.313.108,03	34.452.285,04	59.295.827,78	39.087.516,58	67.273.524,79	37.915.418,82	65.256.227,33				21.634.796,27	RS 37.235.647,86		
SERGIPE														0,143	758
AIRTON DACOSTA	49.174,00	84.633,37	25.000,00	43.027,50	48.174,00	82.912,27	25.000,00	43.027,50	0	0	1	RS 263.000,00	RS 452.649,30	0,260	758
BETINHO	1.000,00	1.721,10	0,00	0,00	31.000,00	53.354,10	30.000,00	51.633,00	0	0	1	RS 1.358.000,00	RS 2.337.253,80	0,480	758
EDUARDO AMORIM	3.322.109,32	5.717.682,35	2.505.900,00	4.312.904,49	8.306.024,52	14.295.498,80	7.489.815,20	12.890.720,94	0	0	1	RS 283.701,28	RS 488.278,27	0,260	758
JACKSON BARRETO	1.803.635,52	3.104.237,09	1.331.950,00	1.799.685,85	3.097.439,32	1.328.000,33	2.285.621,37	1	0	1	RS 453.016,18	RS 779.686,15	0,260	758	
PROF. SONIA MEIRE	60.219,00	103.642,92	35.650,00	61.357,22	59.630,16	102.629,47	35.061,16	60.343,76	0	0	0	RS 674.800,00	RS 1.161.398,28	0,260	758
TOTAL	5.236.137,84	9.011.916,84	3.898.500,00	6.709.708,35	10.244.514,53	17.631.833,96	8.907.876,69	15.331.346,57				3.032.517,46	RS 5.219.265,80		
DISTRITO FEDERAL														0,386	2055
AGNELO QUEIROZ	16.651.626,02	28.659.113,54	16.123.755,00	27.750.594,73	18.465.823,52	31.781.528,86	17.937.952,50	30.873.010,05	0	0	1	RS 906.583,95	RS 1.560.321,64	0,412	2055
ARRUDA	4.177.971,10	7.190.706,06	858.154,57	1.476.969,83	4.181.971,10	7.197.590,46	862.154,57	1.483.854,23	0	0	1	RS 1.509.296,63	RS 2.597.650,43	0,412	2055
JOFRAN FREJAT	2.088.255,90	3.594.097,23	1.993.002,90	3.430.157,29	2.087.908,74	3.593.499,73									

ALEXANDREMAGALHÃES	115.080,00	198.064,19	115.000,00	197.926,50	114.803,71	197.588,67	114.723,71	197.450,98	0	0	1	R\$ 9.246.180,00	R\$ 15.913.600,40	0.412	1031
ANTONIOGOMIDE	1.797.901,45	3.094.368,19	0,00	0,00	1.797.901,45	3.094.368,19	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 1.157.657,72	R\$ 1.992.444,70	0.159	1031
IRISESENDE	8.967.499,63	15.433.963,61	8.716.560,19	15.002.071,74	8.939.736,63	15.386.180,71	8.688.797,19	14.954.288,84	0	0	0	R\$ 19.241.514,98	R\$ 33.116.571,43	0.412	1031
MARCONEPERILLO	25.291.671,97	43.529.496,63	21.298.998,00	36.657.705,46	24.192.360,40	41.637.471,48	20.199.686,43	34.765.680,31	1	0	1	R\$ 3.781.522,15	R\$ 6.508.377,77	0.412	1031
MARTAJANE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	R\$ 30.000,00	R\$ 51.633,00	0.478	1031
PROFESSORWESLEI	23.798,00	40.958,74	20.550,00	35.368,61	23.798,00	40.958,74	20.550,00	35.368,61	0	0	1	R\$ 130.000,00	R\$ 223.743,00	0.438	1031
VANDERLANCARDOSO	394.307,12	678.641,98	4.200,00	7.228,62	4.528.657,70	7.794.272,77	4.199.550,58	7.227.846,50	0	0	1	R\$ 30.011.401,21	R\$ 51.652.622,62	0.412	1031
TOTAL	36.590.258,17	62.975.493,34	30.155.308,19	51.900.300,93	39.597.257,89	68.150.840,55	33.223.307,91	57.180.635,24				63.598.276,06	R\$ 109.458.992,93		
MATO GROSSO DO SUL														0.237	1053
DELÍCIO	24.580.891,21	42.306.171,86	24.021.500,00	41.343.403,65	26.513.042,46	45.631.597,38	25.953.651,25	44.668.829,17	0	0	1	R\$ 3.387.170,77	R\$ 5.829.659,61	0.325	1053
EVANDERVENDRAMINI	104.680,00	180.164,75	99.100,00	170.561,01	104.638,78	180.093,80	99.058,78	170.490,07	0	0	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0.236	1053
NELSINHOTRAD	8.752.674,00	15.064.227,22	8.734.676,00	15.033.250,86	9.388.934,00	16.159.294,31	9.370.936,00	16.128.317,95	0	0	1	R\$ 2.908.834,10	R\$ 5.006.394,37	0.325	1053
PRO.MONJE	1.208,07	2.079,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 163.586,33	R\$ 281.548,43	0.236	1053
PROFESSORSIDNEYMELO	3.292,00	5.665,86	300,00	516,33	3.292,00	5.665,86	300,00	516,33	0	0	1	R\$ 15.500,00	R\$ 26.677,05	0.325	1053
REINALDOAZAMBUJA	25.323.019,00	43.583.448,00	24.316.210,00	41.850.629,03	25.322.189,29	43.582.019,99	25.242.432,18	43.444.750,02	1	0	1	R\$ 37.850.615,73	R\$ 65.144.694,73	0.325	1053
TOTAL	58.765.764,28	101.141.756,90	57.171.786,00	98.398.360,88	61.333.304,60	105.560.750,55	60.666.378,21	104.412.903,54				44.325.706,93	R\$ 76.288.974,20		
MATO GROSSO														0.314	1032
DR.JOSÉROBERTO	97.787,06	168.301,31	0,00	0,00	97.787,06	168.301,31	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 66.000,00	R\$ 113.592,60	0.304	1032
JANETERIVA	2.489.239,85	4.284.230,71	2.429.240,03	4.180.965,02	4.213.870,34	7.252.492,24	4.153.870,52	7.149.226,55	0	0	0	R\$ 4.064.543,52	R\$ 6.995.485,85	0.130	1032
LÚDIOCABRAL	4.335.808,69	7.462.360,34	3.684.667,00	6.341.680,37	7.064.250,76	12.158.281,98	6.413.109,07	11.037.602,02	0	0	1	R\$ 233.228,07	R\$ 401.408,83	0.304	1032
MUVUCA	11.248,00	19.358,93	9.800,00	16.866,78	11.248,00	19.358,93	9.800,00	16.866,78	0	0	1	R\$ 150.000,00	R\$ 258.165,00	0.304	1032
PEDROTAQUES	27.106.542,33	46.653.070,00	25.709.427,19	44.248.495,14	29.323.934,46	50.469.423,60	27.976.819,32	48.150.903,73	1	0	1	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.721.100,00	0.304	1032
RIVA	3.578.444,25	6.158.860,40	3.379.357,00	5.816.211,33	5.755.555,79	9.905.887,07	5.566.468,54	9.563.238,00	0	0	1	R\$ 1.925.634,76	R\$ 3.314.209,99	0.304	1032
TOTAL	37.619.070,18	64.746.181,69	35.212.491,22	60.604.218,64	46.466.646,41	79.973.745,14	44.110.067,45	75.917.837,09				7.439.406,35	R\$ 12.803.962,27		
ESPÍRITOSANTO														0.205	1052
CAMILAVALADÃO	30.180,00	51.942,80	35.180,00	60.548,30	39.133,34	67.352,39	35.133,34	60.467,99	0	0	0	R\$ 34.000,00	R\$ 58.517,40	0.162	1052
CASAGRANDE	12.698.798,83	21.855.902,67	12.382.681,72	21.311.833,51	15.339.899,95	26.401.501,80	15.023.782,84	25.857.432,65	0	1	1	R\$ 555.607,74	R\$ 956.256,48	0.162	1052
MAURORIBEIRO	3.000,00	5.163,30	3.000,00	5.163,30	3.000,00	5.163,30	3.000,00	5.163,30	0	0	1	R\$ 70.000,00	R\$ 120.477,00	0.162	1052
PAULOHARTUNG	8.877.038,77	15.278.271,43	8.456.748,72	14.554.910,22	28.208.091,10	48.548.945,59	27.787.801,05	47.825.584,39	1	0	1	R\$ 979.023,35	R\$ 1.684.997,09	0.162	1052
ROBERTOCARLOS	1.011.664,16	1.741.175,19	730.143,96	1.256.650,77	2.020.664,16	3.477.765,09	1.739.143,96	2.993.240,67	0	0	1	R\$ 420.480,00	R\$ 723.688,13	0.412	1052
TOTAL	22.620.681,76	38.932.455,38	21.607.754,40	37.189.106,10	45.610.788,55	78.500.728,17	44.588.861,19	76.741.888,99				2.059.111,09	R\$ 3.543.936,10		
MINASGERAIS														0.140	1049
ANDREALVES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 1.845.000,00	R\$ 3.175.429,50	0.405	1049
CLEIDEONARIA	1.218,33	2.096,87	0,00	0,00	1.218,33	2.096,87	0,00	0,00	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0.405	1049
EDUARDOFERREIRA	12.400,00	21.341,64	12.400,00	21.341,64	12.400,00	21.341,64	22.530,00	38.776,38	0	0	1	R\$ 30.000,00	R\$ 51.633,00	0.405	1049
FERNANDOPIMENTEL	53.413.190,03	91.929.441,36	28.917.730,00	49.770.305,10	52.171.169,65	89.791.800,08	76.666.629,68	131.950.936,34	1	0	1	R\$ 2.466.747,01	R\$ 4.245.518,28	0.405	1049
FIDELIS	17.522,27	30.157,58	13.620,00	23.441,38	17.478,67	30.082,54	13.576,40	23.366,34	0	0	1	R\$ 2.000,00	R\$ 3.442,20	0.405	1049
PIMENTADA VEIGA	40.398.648,82	69.530.114,48	37.686.418,92	64.862.095,60	42.397.057,67	72.969.575,96	39.684.827,77	68.301.557,07	0	0	1	R\$ 10.504.849,42	R\$ 18.079.896,34	0.405	1049
PROFESSORTULIOLOPES	1.858,91	3.199,37	1.000,00	1.721,10	1.843,28	3.172,47	843,28	1.451,37	0	0	1	R\$ 7.000,00	R\$ 12.047,70	0.405	1049
TARCISIODELGADO	2.527.297,18	4.349.731,18	2.481.198,08	4.270.390,02	2.529.215,18	4.353.032,25	2.483.116,08	4.273.691,09	0	0	1	R\$ 397.302,19	R\$ 683.796,80	0.281	1049
TOTAL	96.372.135,54	165.866.082,48	69.112.367,00	118.949.294,84	97.140.512,78	167.188.536,55	118.871.523,21	204.589.778,60				15.252.898,62	R\$ 26.251.763,81		
RIODEJANEIRO														0.414	1193
DAYSEOLIVEIRA	11.100,54	19.105,14	0,00	0,00	11.100,54	19.105,14	0,00	0,00	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0.464	1193
GAROTINHO	5.476.067,87	9.424.860,41	3.889.768,00	6.694.679,70	5.470.481,31	9.415.245,38	3.884.181,44	6.685.064,68	0	0	1	R\$ 303.538,65	R\$ 522.420,37	0.244	1193
LINDBERGFARIAS	7.268.499,75	12.509.814,92	5.845.000,00	10.059.829,50	19.309.026,98	33.232.766,34	17.842.027,23	30.707.913,07	0	0	1	R\$ 189.456,15	R\$ 326.072,98	0.447	1193
LUISFERNANDOPEZAO	45.150.556,49	77.708.622,77	13.919.307,09	23.956.519,43	45.083.483,73	77.593.183,85	13.852.234,33	23.841.080,51	1	0	1	R\$ 252.768,40	R\$ 435.039,69	0.156	1193
MARCELOCRIVELLA	6.669.257,59	11.478.459,24	5.955.961,94	10.250.806,09	7.326.369,19	12.609.414,01	6.613.073,54	11.381.760,87	0	0	1	R\$ 734.509,78	R\$ 1.264.164,78	0.407	1193
NEYNUNES	29.200,00	50.256,12	28.450,00	48.965,30	29.112,00	50.104,66	28.362,00	48.813,84	0	0	1	R\$ 514.000,00	R\$ 884.645,40	0.407	1193
TARCISIOMOTTA	67.103,25	115.491,40	54.982,61	94.630,57	65.486,34	112.708,54	53.365,70	91.847,71	0	0	1	R\$ 3.856,51	R\$ 6.637,44	0.407	1193
TOTAL	64.671.785,49	111.306.610,01	29.693.469,64	51.105.430,60	77.295.060,09	133.032.527,92	42.273.244,24	72.756.480,66				1.998.129,49	R\$ 3.438.980,67		
SÃO PAULO														0.390	1432
GERALDOALCKMIN	40.394.953,03	69.523.753,66	40.392.373,51	69.519.314,05	40.394.332,54	69.522.685,73	1.321.959,03	2.275.223,69	1	1	1	R\$ 1.069.498,27	R\$ 1.840.713,47	0.405	1432
GILBERTONATALINI	776.381,14	1.336.229,58	309.910,00	533.386,10	776.381,14	1.336.229,58	309.910,00	533.386,10	0	0	1	R\$ 842.237,68	R\$ 1.449.575,27	0.405	1432
LAERCIOBENKO	636.431,34	1.095.361,98	491.500,00	845.920,65	635.925,91	1.094.492,08	490.994,57	845.050,75	0	0	1	R\$ 3.015.518,43	R\$ 5.190.008,77	0.405	1432
MARINGONI	186.748,06	321.412,09	63.180,00	108.739,10	186.575,98	321.115,92	63.007,92	108.442,93	0	0	1	R\$ 25.000,00	R\$ 43.027,50	0.405	1432
PADILHA	22.710.944,76	39.087.807,03	13.084.171,46	22.519.167,50	47.967.360,88	82.556.624,81	38.340.587,58	65.987.985,28	0	0	1	R\$ 530.553,57	R\$ 913.135,75	0.405	1432
RAIMUNDASENA	1.218,33	2.096,87	0,00	0,00	1.218,33	2.096,87	0,00	0,00	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0.405	1432
SKAF	29.207.565,77	50.269.141,45	26.357.658,17	45.364.165,48	20.109.150,66	34.609.859,20	17.259.243,06	29.704.883,23	0	0	1	R\$ 17.732.021,76	R\$ 30.518.582,65	0.405	1432
WAGNERFARIAS	2.650,00	4.560,92	2.650,00	4.560,92	2.617,85	4.505,58	2.617,85	4.505,58	0	0	1	R\$ 6.000,00	R\$ 10.326,60	0.405	1432
WALTERCIGLIONI	87.383,78	150.396,22	0,00	0,00	87.383,78	150.396,22	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 43.000,00	R\$ 74.007,30	0.405	1432
TOTAL	94.004.276,21	161.790.759,79	80.701.443,14	138.895.253,79	110.160.947,07	189.598.006,00	57.788.320,01	99.459.477,57				23.263.829,71	R\$ 40.039.377,31		
PARANÁ														0.125	1210
BERNARDOPILOTO	6.170,00	10.619,19	6.170,00	10.619,19	6.042,40	10.399,57	6.042,40	10.399,57	0	0	1	R\$ 115.146,44	R\$ 198.178,54	0.401	1210
BETORICA	25.924.808,95	44.619.188,68	24.678.395,31	42.473.986,17	29.625.670,99	50.988.742,34	28.379.257,35	48.843.539,83							

ANAAMÉLIALEMOS	6.410.289,43	11.032.749,14	6.012.000,00	10.347.253,20	6.343.569,88	10.917.918,12	5.945.280,45	10.232.422,18	0	0	0	R\$ 5.125.983,92	R\$ 8.822.330,92	0,087	1318
ESTIVALENTE	15.350,00	26.418,89	5.750,00	9.896,33	15.350,00	26.418,89	5.750,00	9.896,33	0	0	1	R\$ 331.500,00	R\$ 570.544,65	0,177	1318
HUMBERTOCARVALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 1.259.000,00	R\$ 2.166.864,90	0,322	1318
JOAACARLOSRODRIGUES	32.372,00	55.715,45	500,00	860,55	32.872,00	56.576,00	1.000,00	1.721,10	0	0	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,038	1318
JOAOIVOSARTORI	10.835.891,18	18.649.652,31	3.449.500,00	5.936.934,45	10.683.552,25	18.387.461,78	3.297.161,07	5.674.743,92	1	0	1	R\$ 1.138.060,01	R\$ 1.958.715,08	0,124	1318
ROBERTOROBAINA	186.025,66	320.168,76	181.225,66	311.907,48	274.474,22	472.397,58	269.674,22	464.136,30	0	0	1	R\$ 149.000,00	R\$ 256.443,90	0,322	1318
TARCOGENRO	11.452.103,24	19.710.214,89	10.725.852,00	18.460.263,88	11.292.151,35	19.434.921,69	10.565.900,11	18.184.970,68	0	1	1	R\$ 2.731.057,40	R\$ 4.700.422,89	0,322	1318
VEIIRADACUNHA	2.120.485,71	3.649.567,96	2.070.200,00	3.563.021,22	2.120.088,91	3.648.885,02	2.069.803,20	3.562.338,29	0	0	1	R\$ 475.998,49	R\$ 819.241,00	0,322	1318
TOTAL	31.052.517,22	53.444.487,39	22.445.027,66	38.630.137,11	30.762.058,61	52.944.579,07	22.154.569,05	38.130.228,79				11.210.599,82	R\$ 19.294.563,35		
SANTACATARINA														0,043	1245
AFRANIOBOPRE	24.894,00	42.845,06	21.070,00	36.263,58	18.570,79	31.962,19	14.746,79	25.380,70	0	0	1	R\$ 830.753,36	R\$ 1.429.809,61	0,294	1245
CLAUDIOVIGNATTI	1.723.031,10	2.965.508,83	1.337.878,36	2.302.622,45	1.722.999,25	2.965.454,01	1.337.846,51	2.302.567,63	0	0	1	R\$ 1.538.881,79	R\$ 2.648.569,45	0,115	1245
ELPIDIONEVES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 359.013,13	R\$ 617.897,50	0,294	1245
GILMARSGALGADO	8.948,33	15.400,97	4.200,00	7.228,62	8.572,90	14.754,82	3.824,57	6.582,47	0	0	1	R\$ 220.000,00	R\$ 378.642,00	0,294	1245
JANAINADEITOS	32.570,00	56.056,23	21.070,00	36.263,58	32.570,00	56.056,23	21.070,00	36.263,58	0	0	0	R\$ 25.000,00	R\$ 43.027,50	0,294	1245
MARLENESOCCAS	3.115,45	5.362,00	0,00	0,00	3.115,45	5.362,00	0,00	0,00	0	0	0	R\$ 368.000,00	R\$ 633.364,80	0,060	1245
PAULOBauer	6.846.500,00	11.783.511,15	6.759.000,00	11.632.914,90	6.844.294,33	11.779.714,97	6.756.794,33	11.629.118,72	0	0	1	R\$ 929.560,75	R\$ 1.599.867,01	0,333	1245
RAIMUNDOCOLOMBO	12.686.824,52	21.835.293,68	11.383.372,63	19.591.922,63	12.686.825,02	21.835.294,54	11.383.373,13	19.591.923,49	1	1	1	R\$ 1.411.806,60	R\$ 2.429.860,34	0,294	1245
TOTAL	21.325.883,40	36.703.977,92	19.526.590,99	33.607.215,75	21.316.947,74	36.688.598,76	19.517.655,33	33.591.836,59				5.683.015,63	R\$ 9.781.038,20		
RECETA TOTAL	1.020.104.601,38	1.755.702.029,44	789.100.012,14	1.358.120.030,89	1.158.059.469,89	1.993.136.153,63	962.151.302,54	1.655.958.606,80				442.256.508,22	761.167.676,30		
2018		355271286,6		355271286,6	20.2352837	337.177.546,83	16.91693496	29.11573676							
ACRE														0,322	909
CORONELULYSSES	150.999,00	204.150,65	147.499,00	199.418,65	150.999,00	204.150,65	147.499,00	199.418,65	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,276	909
DAVIDHALL	600,00	811,20	0,00	0,00	600,00	811,20	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 19.000,00	25.688,00	0,276	909
GLADSONCAMELI	2.349.098,01	3.175.980,51	2.171.938,01	2.936.460,19	2.348.921,02	3.175.741,22	2.171.761,02	2.936.220,90	1	0	1	R\$ 2.921.383,79	3.949.710,88	0,445	909
JANAINA FURTADO	12.300,00	16.629,60	11.500,00	15.548,00	12.300,00	16.629,60	11.500,00	15.548,00	0	0	0	R\$ 275.830,96	372.923,46	0,276	909
MARCUSALEXANDRE	1.703.155,49	2.302.666,22	1.525.167,49	2.062.026,45	2.743.237,22	3.708.856,72	2.565.249,22	3.468.216,95	0	0	1	R\$ 653.761,00	883.884,87	0,276	909
TOTAL	4.216.152,50	5.700.238,18	3.856.104,50	5.213.453,28	5.256.057,24	7.106.189,39	4.896.009,24	6.619.404,49				3.869.975,75	5.232.207,21		
ALAGOAS														0,167	714
BASILE	60.041,32	81.175,86	59.105,16	79.910,18	61.707,89	83.429,07	60.771,73	82.163,38	0	0	1	R\$ 166.181,33	224.677,16	0,399	714
FERNANDOCOLLOR	771.577,09	1.043.172,23	740.000,00	1.000.480,00	767.642,38	1.037.852,50	736.465,29	995.701,07	0	0	1	R\$ 20.683.101,57	27.963.553,32	0,399	714
JOSANLEITE	45.250,00	61.178,00	45.250,00	61.178,00	44.100,15	59.623,40	44.100,15	59.623,40	0	0	1	R\$ 2.444.300,00	3.304.693,60	0,399	714
MELQUEZEDEQUE	600,00	811,20	0,00	0,00	600,00	811,20	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,399	714
PINTODELUNA	110.400,00	149.260,80	80.000,00	108.160,00	110.215,49	149.011,34	79.815,49	107.910,54	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,399	714
RENANFILHO	817.199,75	1.104.854,06	780.000,00	1.054.560,00	2.549.032,23	3.446.291,57	2.511.832,48	3.395.997,51	1	1	1	R\$ 1.198.591,27	1.620.495,40	0,399	714
TOTAL	1.805.068,16	2.440.452,15	1.704.355,16	2.304.288,18	3.533.298,14	4.777.019,09	3.432.985,14	4.641.395,91				24.492.174,17	33.113.419,48		
AMAPÁ														0,057	857
CAP140	1.433.711,82	1.938.378,38	1.406.613,55	1.901.741,52	2.038.307,69	2.755.792,00	2.011.401,05	2.719.414,22	0	0	1	R\$ 231.951,66	313.598,64	0,271	857
CIRILOFERNANDES	16.254,00	21.975,41	12.254,00	16.567,41	16.254,00	21.975,41	12.254,00	16.567,41	0	0	1	R\$ 180.000,00	243.360,00	0,271	857
DAVI	2.751.000,00	3.719.352,00	2.730.000,00	3.690.960,00	2.744.899,49	3.711.104,11	2.729.899,49	3.690.824,11	0	0	1	R\$ 770.009,69	1.041.053,10	0,271	857
GIANFRANCO	1.475,00	1.994,20	0,00	0,00	1.475,00	1.994,20	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 8.000,00	10.816,00	0,271	857
WALDEZ	2.635.060,43	3.562.601,70	2.566.760,43	3.470.260,10	2.634.651,71	3.562.049,11	2.566.351,71	3.469.707,51	1	1	1	R\$ 0,00	0,00	0,271	857
TOTAL	6.837.501,25	9.244.301,69	6.715.627,98	9.079.529,03	7.435.587,89	10.052.914,83	7.319.906,25	9.896.513,25				1.189.961,35	1.608.827,75		
AMAZONAS														0,320	791
AMAZONINOMENDES	6.993.949,09	9.455.819,17	6.217.352,89	8.405.861,11	6.993.118,78	9.454.696,59	6.216.522,58	8.404.738,53	0	1	1	R\$ 3.426.478,85	4.632.599,41	0,458	791
BERGDAUGT	25.310,00	34.219,12	14.345,00	19.394,44	26.010,00	35.165,52	15.045,00	20.340,84	0	0	1	R\$ 65.000,00	87.880,00	0,458	791
DAVIDALMEIDA	1.840.068,29	2.487.772,33	1.753.001,58	2.370.058,14	2.127.877,67	2.876.890,61	2.040.810,96	2.759.176,42	0	0	1	R\$ 582.000,00	786.864,00	0,458	791
LUCIAANTONY	160.962,15	217.620,83	159.762,15	215.998,43	152.327,31	205.946,52	151.127,31	204.324,12	0	0	0	R\$ 225.817,09	305.304,71	0,458	791
OMARAZIZ	3.708.335,55	5.013.669,66	3.499.903,55	4.731.869,60	4.070.446,06	5.503.243,07	3.862.014,06	5.221.443,01	0	0	1	R\$ 1.559.070,62	2.107.863,48	0,458	791
SIDNEYCABRAL	3.750,00	5.070,00	3.250,00	4.394,00	3.718,00	5.026,74	3.218,00	4.350,74	0	0	1	R\$ 163.000,00	220.376,00	0,458	791
WILSONLIMA	1.928.820,00	2.607.764,64	1.681.130,00	2.272.887,76	2.508.947,63	3.392.097,20	2.261.257,63	3.057.220,32	1	0	1	R\$ 225.954,02	305.489,84	0,458	791
TOTAL	14.661.195,08	19.821.935,75	13.328.745,17	18.020.463,47	15.882.445,45	21.473.066,25	14.549.995,54	19.671.593,97				6.247.320,58	8.446.377,42		
BAHIA														0,134	841
CELIASACRAMENTO	50.301,15	68.007,15	50.301,15	68.007,15	50.301,15	68.007,15	50.301,15	68.007,15	0	0	0	R\$ 1.198.000,00	1.619.696,00	0,426	841
JOAOHENRIQUE	1.500,00	2.028,00	1.000,00	1.352,00	1.500,00	2.028,00	1.000,00	1.352,00	0	0	1	R\$ 1.502.885,55	2.031.901,26	0,426	841
JOAOSANTANA	3.386.600,00	4.578.683,20	3.386.600,00	4.578.683,20	3.379.195,35	4.568.672,11	3.379.195,35	4.568.672,11	0	0	1	R\$ 320.541,42	433.372,00	0,426	841
MARCOSMENDES	113.141,87	152.967,81	88.841,87	120.114,21	112.758,95	152.450,10	88.458,95	119.596,50	0	0	1	R\$ 315.000,00	425.880,00	0,426	841
ORLANDOANDRADE	1.350,00	1.825,20	0,00	0,00	1.350,00	1.825,20	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,281	841
RUICOSTA	7.476.031,00	10.107.593,91	7.442.758,77	10.062.609,86	7.478.760,99	10.111.284,86	7.445.488,76	10.066.300,80	1	1	1	R\$ 674.317,43	911.677,17	0,426	841
ZERONALDO	5.196.199,98	7.025.262,37	5.165.999,98	6.984.431,97	6.347.359,74	8.581.630,37	6.347.359,74	8.581.630,37	0	0	1	R\$ 2.110.905,72	2.853.944,53	0,281	841
TOTAL	16.225.124,00	21.936.367,65	16.135.501,77	21.815.198,39	17.371.226,18	23.485.897,80	17.311.803,95	23.405.558,94				6.121.650,12	8.276.470,96		
CEARÁ														0,150	855
AILTONLOPES	121.543,80	164.327,22	121.543,80	164.327,22	117.902,20	159.403,77	117.902,20	159.403,77	0	0	1	R\$ 116.922,81	158.079,64	0,374	855
CAMILO	4.863.841,50	6.575.913,71	4.803.796,50	6.494.732,87	8.481.377,15	11.466.821,91	8.421.332,15	11.385.641,07	1	0	1	R\$ 795.403,25	1.075.385,19	0,177	855
GENERALTHEOPHILO	4.430.962,00	5.990.660,62	4.430.962,00	5.990.660,62	5.705.646,35	7.714.033,87	5.705.646,35	7.714.033,87	0	0	1	R\$ 1.203.695,99	1.627.396,98	0,374	855
GONZAGA															

ELIANAPEDROSA	3.881.967,89	5.248.420,59	3.250.909,89	4.395.230,17	4.239.647,89	5.732.003,95	3.608.589,89	4.878.813,53	0	0	0	R\$ 4.288.460,49	5.797.998,58	0.412	2460
FATIMASOUSA	93.659,05	126.627,04	86.890,76	117.476,31	87.970,17	118.935,67	83.201,88	112.488,94	0	0	0	R\$ 3.284.559,51	4.440.724,46	0.412	2460
GENERALPAULO	80.976,36	109.480,04	80.625,90	110.223,77	110.223,77	110.223,77	79.110,27	106.957,09	0	0	1	R\$ 129.496,04	175.078,65	0.412	2460
GUILLAN	3.616,93	4.890,09	0,00	0,00	3.616,93	4.890,09	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 380.000,00	513.760,00	0.412	2460
IBANEIS	6.126.225,79	8.282.657,27	5.608.910,00	7.583.246,32	5.954.826,38	8.050.925,27	5.437.510,59	7.351.514,32	1	1	1	R\$ 94.100.602,57	127.224.014,67	0.412	2460
JULIOMIRAGAYA	535.744,13	724.326,06	519.244,13	702.018,06	533.287,38	721.004,54	516.787,38	698.696,54	0	0	1	R\$ 1.688.206,75	2.282.455,53	0.412	2460
RENANROSA	600,00	811,20	0,00	0,00	600,00	811,20	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 448.000,00	605.696,00	0.412	2460
RODRIGOROLLEMBERG	4.412.123,73	5.965.191,28	3.996.505,55	5.403.275,50	5.684.394,25	7.685.301,03	5.268.776,07	7.123.385,25	0	1	1	R\$ 930.152,75	1.257.566,52	0.412	2460
ROGERIOROSSO	3.367.891,72	4.553.389,61	1.067.238,92	1.442.907,02	3.807.393,29	5.147.595,73	1.506.740,49	2.037.113,14	0	0	1	R\$ 607.805,72	821.753,33	0.412	2460
TOTAL	23.333.437,43	31.546.807,41	19.420.956,98	26.257.133,84	25.468.890,06	34.433.939,36	21.576.343,88	29.171.216,93				111.872.990,99	151.252.283,82		
ESPIRITOSANTO														0.185	1295
ANDREMOREIRA	89.134,91	120.510,40	78.436,91	106.046,70	93.049,77	125.803,29	82.351,77	111.339,59	0	0	1	R\$ 450.079,62	608.507,65	0.159	1295
JACKELINERROCHA	928.749,35	1.255.669,12	927.651,69	1.254.185,08	928.749,35	1.255.669,12	927.651,69	1.254.185,08	0	0	0	R\$ 170.000,00	229.840,00	0.057	1295
MANATO	516.853,32	698.785,69	513.853,32	694.729,69	899.653,88	1.216.332,05	896.653,88	1.212.276,05	0	0	1	R\$ 2.198.550,32	2.972.440,03	0.159	1295
PROFESSORARIDELMO	669.736,00	905.483,07	669.036,00	904.536,67	669.736,00	905.483,07	669.036,00	904.536,67	0	0	1	R\$ 17.287.793,43	23.373.096,72	0.159	1295
RENATOCASAGRANDE	5.129.650,00	6.935.286,80	5.010.780,00	6.774.574,56	5.105.743,01	6.902.964,55	4.988.873,01	6.742.252,31	1	0	1	R\$ 1.522.547,24	2.058.483,87	0.159	1295
ROSEDEFREITAS	1.849.480,00	2.500.496,96	1.685.400,00	2.278.660,80	2.838.690,82	3.837.909,99	2.674.610,82	3.616.073,83	0	1	0	R\$ 694.922,66	939.535,44	0.159	1295
TOTAL	9.183.603,58	12.416.232,04	8.885.157,92	12.012.733,51	10.535.622,83	14.244.162,07	10.237.177,17	13.840.663,53				22.323.893,27	30.181.903,70		
GOIAS														0.269	1323
ALDALUCIA	2.350,00	3.177,20	0,00	0,00	2.350,00	3.177,20	0,00	0,00	0	0	0	R\$ 0,00	0,00	0.412	1323
DANIELVILELA	5.592.083,59	7.560.497,01	5.375.154,59	7.267.209,01	5.595.009,52	7.564.452,87	5.378.080,52	7.271.164,86	0	0	1	R\$ 1.122.603,25	1.517.759,59	0.412	1323
KATIAMARIA	2.550.161,20	3.447.817,94	2.542.300,00	3.437.189,60	2.543.889,52	3.439.338,63	2.536.028,32	3.428.710,29	0	0	0	R\$ 283.350,00	383.089,20	0.412	1323
MARCELOLIRA	14.065,32	19.016,31	14.065,32	19.016,31	13.175,06	17.812,68	13.175,06	17.812,68	0	0	1	R\$ 268.919,50	363.579,16	0.412	1323
RONALDOCAIADO	8.541.317,54	11.547.861,31	8.323.575,37	11.253.473,90	8.540.398,26	11.546.618,45	8.322.656,09	11.252.231,03	1	0	1	R\$ 8.107.330,58	10.961.110,94	0.412	1323
WESLEIGARCIA	15.986,33	21.613,52	14.417,13	19.491,96	15.986,33	21.613,52	14.417,13	19.491,96	0	0	1	R\$ 130.000,00	175.760,00	0.438	1323
ZEELITON	5.336.587,51	7.215.066,31	5.274.600,00	7.131.259,20	5.320.309,40	7.193.058,31	5.258.321,89	7.109.251,20	0	1	1	R\$ 4.878.905,97	6.596.280,87	0.412	1323
TOTAL	22.052.551,49	29.815.049,61	21.544.112,41	29.127.639,98	22.031.118,09	29.786.071,66	21.522.679,01	29.098.662,02				14.791.109,30	19.997.579,77		
MARANHAO														0.256	605
FLAVIODINO	6.980.362,07	9.437.449,52	6.823.500,00	9.225.372,00	7.858.472,19	10.624.654,40	7.701.610,12	10.412.576,88	1	1	1	R\$ 885.534,54	1.197.242,70	0.498	605
MAURAJORGE	237.200,00	320.694,40	220.200,00	297.710,40	237.200,00	320.694,40	237.200,00	297.710,40	0	0	0	R\$ 930.193,18	1.257.621,18	0.498	605
ODIVIONETO	12.579,51	17.007,50	11.476,01	15.515,57	12.579,51	17.007,50	11.476,01	15.515,57	0	0	1	R\$ 50.000,00	67.600,00	0.498	605
RAMONZAPATA	10.046,00	13.582,19	10.046,00	13.582,19	10.046,00	13.582,19	10.046,00	13.582,19	0	0	1	R\$ 103.500,00	139.932,00	0.491	605
ROBERTOROCHA	2.550.013,20	3.447.617,85	2.550.013,20	3.447.617,85	3.218.897,23	4.351.949,05	3.218.897,23	4.351.949,05	0	0	1	R\$ 2.286.531,13	3.091.390,09	0.498	605
ROSEANASARNEY	8.430.650,00	11.398.238,80	8.422.800,00	11.387.625,60	8.430.650,00	11.398.238,80	8.422.800,00	11.387.625,60	0	0	0	R\$ 11.427.380,30	15.449.818,17	0.498	605
TOTAL	18.220.850,78	24.634.590,25	18.038.035,21	24.387.423,60	19.767.844,93	26.726.126,35	19.585.029,36	26.478.959,69				15.683.139,15	21.203.604,13		
MATOGROSSO														0.230	1386
ARTHURNOGUEIRA	42.606,73	57.604,30	42.466,73	57.415,02	42.604,61	57.601,43	42.464,61	57.412,15	0	0	1	R\$ 228.840,22	309.391,98	0.304	1386
MAUROMENDES	4.137.621,06	5.594.063,67	4.037.496,20	5.458.694,86	5.487.747,03	7.419.433,98	5.404.622,17	7.307.049,17	1	0	1	R\$ 113.453,96	153.389,75	0.304	1386
MOISESFRANZ	14.610,47	19.753,36	11.000,00	14.872,00	14.610,47	19.753,36	11.000,00	14.872,00	0	0	1	R\$ 77.500,00	104.780,00	0.304	1386
PEDROTAQUES	2.553.075,00	3.451.757,40	2.486.175,00	3.361.308,60	4.873.554,97	6.589.046,32	4.806.654,97	6.498.597,52	0	1	1	R\$ 361.712,58	489.035,41	0.304	1386
WELLIGTONFAGUNDES	4.764.765,50	6.441.962,96	4.430.832,00	5.990.484,86	5.579.162,51	7.543.027,71	5.245.229,01	7.091.549,62	0	0	1	R\$ 8.984.864,52	12.147.536,83	0.304	1386
TOTAL	11.512.678,76	15.565.141,68	11.007.969,93	14.882.775,35	15.997.679,59	21.628.862,81	15.509.970,76	20.969.480,47				9.766.371,28	13.204.133,97		
MATOGROSSODOSUL														0.136	1439
HUMBERTOAMADUCCI	478.034,00	646.301,97	471.834,00	637.919,57	477.433,82	645.490,52	471.233,82	637.108,12	0	0	1	R\$ 447.423,48	604.916,54	0.072	1439
JOAOALFREDO	26.055,88	35.227,55	26.055,88	35.227,55	26.055,88	35.227,55	26.055,88	35.227,55	0	0	1	R\$ 6.654.000,00	8.996.208,00	0.307	1439
JUIZODILON	2.224.356,00	3.007.329,31	2.150.048,00	2.906.864,90	2.224.340,56	3.007.308,44	2.150.032,56	2.906.844,02	0	0	1	R\$ 1.599.131,35	2.162.025,59	0.325	1439
JUNIORMICHI	4.889.960,35	6.611.226,39	4.889.960,35	6.611.226,39	4.889.930,61	6.611.186,18	4.889.930,61	6.611.186,18	0	0	1	R\$ 1.453.722,57	1.965.432,91	0.095	1439
MARCELOBLUMA	299.857,00	405.406,66	295.000,00	398.840,00	299.845,39	405.390,97	294.988,39	398.824,30	0	0	1	R\$ 1.374.352,05	1.858.123,97	0.325	1439
REINALDOAZAMBUJA	4.051.888,21	5.478.152,86	4.036.388,21	5.457.196,86	4.551.838,21	6.154.085,26	4.536.338,21	6.133.129,26	1	1	1	R\$ 38.698.697,47	52.320.638,98	0.325	1439
TOTAL	11.970.151,44	16.183.644,75	11.850.392,28	16.021.730,36	12.469.444,47	16.858.688,92	12.349.685,31	16.696.774,54				50.227.326,92	67.907.346,00		
MINAS GERAIS														0.128	1322
ADALCLEVERLOPES	1.426.236,25	1.928.271,41	1.222.000,00	1.652.144,00	1.536.436,25	2.077.261,81	1.332.000,00	1.800.864,00	0	0	1	R\$ 38.075,41	51.477,95	0.405	1322
ALEXANDREFLACH	1.350,00	1.825,20	0,00	0,00	1.350,00	1.825,20	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 100.000,00	135.200,00	0.405	1322
ANTONIOANASTASIA	12.710.724,48	17.184.899,50	12.581.674,24	17.010.423,57	15.397.632,19	20.817.598,72	15.268.581,95	20.643.122,80	0	0	1	R\$ 1.315.319,25	1.778.311,63	0.405	1322
CLAUDINEYDULIM	331.894,67	448.721,59	204.367,29	276.304,58	331.894,67	448.721,59	204.367,29	276.304,58	0	0	1	R\$ 820.000,00	1.108.640,00	0.405	1322
DIRLENEMARQUES	178.773,46	241.701,72	2.412,00	3.261,02	177.154,90	239.513,42	793,44	1.072,73	0	0	0	R\$ 1.072.903,00	1.450.564,86	0.405	1322
FERNANDOPIMENTEL	7.805.152,58	10.552.566,29	7.673.974,60	10.375.213,66	9.689.024,33	12.975.560,89	9.597.258,35	12.975.493,29	0	1	1	R\$ 1.874.016,45	2.533.670,24	0.405	1322
JOAOBATISTA	80.275,70	108.532,75	59.390,00	80.295,28	80.274,88	108.531,64	59.389,18	80.294,17	0	0	1	R\$ 2.438.037,57	3.296.226,79	0.367	1322
JORDANOMETALURGICO	49.966,00	67.554,03	46.966,00	63.498,03	49.664,55	67.146,47	46.664,55	63.090,47	0	0	1	R\$ 125.000,00	169.000,00	0.119	1322
ROMEUSEMA	5.806.946,27	7.850.991,36	5.673.660,50	7.670.789,00	5.811.676,02	7.857.385,98	5.665.848,25	7.660.226,83	1	0	1	R\$ 69.752.863,96	94.305.872,07	0.122	1322
TOTAL	28.391.319,41	38.385.063,84	27.464.444,63	37.131.929,14	33.075.107,79	44.717.545,73	32.174.903,01	43.500.468,87				77.536.215,64	104.828.963,55		
PARÁ														0.170	863
CLEBERRABELO	35.213,20	47.608,25	29.433,20	39.793,69	35.176,85	47.559,10	29.396,85	39.744,54	0	0	1	R\$ 13.500,00	18.252,00	0.321	863

TARCIOTEIXEIRA	29.591,07	40.007,13	15.960,50	21.578,60	18.027.764,34	24.373.537,39	15.933,77	21.542,46	0	0	1	R\$ 299.157,64	404.461,13	0,238	898
ZEMARANHÃO	4.230.520,00	5.719.663,04	4.141.000,00	5.598.632,00	5.381.628,64	7.275.961,92	5.292.108,64	7.154.930,88	0	0	1	R\$ 8.037.673,96	10.866.935,19	0,238	898
TOTAL	9.775.878,64	30.686.552,60	13.216.987,92	41.488.219,12	30.686.552,60	41.488.219,12	12.242.239,55	16.551.507,87	0	0	1	10.150.135,71	13.722.983,48		
PARANÁ														0,168	1607
CIDABORGHETTI	7.913.382,00	10.698.892,46	7.897.382,00	10.677.260,46	8.407.249,16	11.366.600,86	8.391.249,16	11.344.968,86	0	1	0	R\$ 481.287,30	650.700,43	0,072	1607
DRROSINHA	909.631,20	1.229.821,38	871.631,20	1.178.445,38	941.149,51	1.272.434,14	903.149,51	1.221.058,14	0	0	1	R\$ 768.662,67	1.039.231,93	0,401	1607
GEONISIOMARINHO	21.700,00	29.338,40	1.000,00	1.352,00	21.700,00	29.338,40	1.000,00	1.352,00	0	0	1	R\$ 35.900,00	48.536,80	0,401	1607
JOAOARRUDA	5.237.429,26	7.081.004,36	5.060.446,75	6.841.724,01	6.530.938,65	8.829.829,05	6.353.956,14	8.590.548,70	0	0	1	R\$ 1.253.355,69	1.694.536,89	0,401	1607
OGHERBUCHI	18.000,00	24.336,00	18.000,00	24.336,00	25.353,87	34.278,43	25.353,87	34.278,43	0	0	1	R\$ 2.800.000,00	3.785.600,00	0,401	1607
PRISCILAEBARA	1.600,00	2.163,20	0,00	0,00	1.600,00	2.163,20	0,00	0,00	0	0	0	R\$ 10.000,00	13.520,00	0,401	1607
PROFESSORIVAN	1.310,00	1.771,12	1.310,00	1.771,12	1.966,95	2.659,32	1.966,95	2.659,32	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,142	1607
PROFESSORJORGE	130.981,00	177.086,31	130.356,00	176.241,31	130.936,00	177.025,47	130.311,00	176.180,47	0	0	1	R\$ 1.348.782,01	1.823.553,28	0,401	1607
PROFESSORPIVA	18.279,92	24.714,45	16.029,92	21.672,45	18.279,92	24.714,45	16.029,92	21.672,45	0	0	1	R\$ 530.000,00	716.560,00	0,408	1607
RATINHOJUNIOR	8.957.600,42	12.110.675,77	8.813.765,57	11.916.211,05	8.957.600,22	12.110.675,50	8.813.765,57	11.916.211,05	1	0	1	7.227.987,67	9.772.239,33	0,401	1607
TOTAL	23.209.913,80	31.379.803,46	22.809.921,44	30.839.013,79	25.036.774,28	33.849.718,83	24.636.782,12	33.308.929,43				14.455.975,34	19.544.478,66		
PERNAMBUCO														0,273	871
ANAPATICA	600,00	811,20	0,00	0,00	600,00	811,20	0,00	0,00	0	0	0	R\$ 0,00	0,00	0,491	871
ARMANDOMONTEIRO	6.818.380,92	9.218.451,00	6.818.380,92	9.218.451,00	6.818.287,80	9.218.325,11	6.818.287,80	9.218.325,11	0	0	1	R\$ 16.754.720,50	22.652.382,12	0,308	871
DANIPOORTELA	129.494,83	175.077,01	98.760,83	133.524,64	129.427,35	174.985,78	98.693,35	133.433,41	0	0	0	R\$ 0,00	0,00	0,355	871
JULIOLOSSIO	212.885,81	287.821,62	209.333,81	212.818,36	209.266,36	282.928,12	209.266,36	282.928,12	0	0	1	R\$ 2.206.390,83	2.983.040,40	0,173	871
MAURICIORANDS	662.350,00	895.497,20	661.700,00	894.618,40	662.185,50	895.274,80	661.535,50	894.396,00	0	0	1	R\$ 4.465.620,83	6.037.519,36	0,308	871
PAULOCÂMARA	8.000.045,70	10.816.061,79	7.996.045,70	10.810.653,79	8.793.448,20	11.888.741,97	8.789.448,20	11.883.333,97	1	0	1	R\$ 272.879,91	368.933,64	0,308	871
SIMONEFONTANA	37.820,00	51.132,64	37.820,00	51.132,64	37.445,60	50.626,45	37.445,60	50.626,45	0	0	0	R\$ 5.000,00	6.760,00	0,308	871
TOTAL	15.861.577,26	21.444.852,46	15.822.041,26	21.391.399,78	16.654.212,81	22.516.495,72	16.614.676,81	22.463.043,05				23.704.612,07	32.048.635,52		
PIAUI														0,127	817
DRPRESSOA	547.295,00	739.942,84	472.400,00	638.684,80	494.423,17	668.460,13	472.313,17	638.567,41	0	0	1	R\$ 1.047.014,32	1.415.563,36	0,227	817
ELMANOTRABALHADOR	837.192,90	1.131.884,80	801.203,90	1.083.227,67	833.991,22	1.127.556,13	798.002,22	1.078.899,00	0	0	1	R\$ 1.554.359,81	2.101.494,46	0,227	817
FABIOSERVIO	50.225,80	67.905,28	30.097,60	40.691,96	38.097,60	51.507,96	30.097,60	40.691,96	0	0	1	R\$ 580.000,00	784.160,00	0,227	817
LOURDESMELO	1.600,00	2.163,20	0,00	0,00	1.600,00	2.163,20	0,00	0,00	0	0	0	R\$ 400.000,00	540.800,00	0,227	817
LUCIANESANTOS	800,00	1.081,60	800,00	1.081,60	800,00	1.081,60	800,00	1.081,60	0	0	0	R\$ 50.000,00	67.600,00	0,227	817
LUCIANO	2.704.386,18	3.656.330,12	2.474.380,00	3.345.361,76	2.704.300,38	3.656.214,11	2.474.294,20	3.345.245,76	0	0	1	R\$ 1.823.426,57	2.465.272,72	0,227	817
PROFESSORASUELI	22.875,00	30.927,00	22.875,00	30.927,00	20.833,06	28.166,30	20.833,06	28.166,30	0	0	0	R\$ 240.000,00	324.480,00	0,227	817
ROMUALDOSENO	71.200,00	96.262,40	65.200,00	88.150,40	71.076,47	96.095,39	65.076,47	87.983,39	0	0	1	R\$ 305.000,00	412.360,00	0,257	817
VALTERALENCAR	142.000,00	191.984,00	130.000,00	175.760,00	141.987,41	191.966,98	129.987,41	175.742,98	0	0	1	R\$ 1.750.522,59	2.366.706,54	0,227	817
WELLINGTONDIAS	2.727.472,72	3.687.543,12	2.584.516,99	3.494.266,97	3.182.547,08	4.302.803,65	3.081.791,35	4.166.581,91	1	1	1	R\$ 716.575,99	968.810,74	0,227	817
TOTAL	7.105.047,60	9.606.024,36	6.581.473,49	8.898.152,16	7.489.656,39	10.126.015,44	7.073.195,48	9.562.960,29				8.466.899,28	11.447.247,83		
RIODEJANEIRO														0,406	1689
ANDREMONTEIRO	64.844,23	87.669,40	40.350,00	54.553,20	67.586,73	91.377,26	43.092,50	58.261,06	0	0	1	R\$ 195.000,00	263.640,00	0,407	1689
DAYSEOLIVEIRA	43.297,44	58.538,14	37.591,44	50.823,63	43.006,90	58.145,33	37.300,90	50.430,82	0	0	0	R\$ 0,00	0,00	0,464	1689
EDUARDO PAES	7.825.800,00	10.580.481,60	7.825.800,00	10.580.481,60	14.137.441,60	19.113.821,04	14.137.441,60	19.113.821,04	0	0	1	R\$ 325.678,17	440.316,89	0,407	1689
GAROTINHO	107.490,00	145.326,48	107.490,00	145.326,48	157.394,83	212.797,81	157.394,83	212.797,81	0	0	1	R\$ 205.174,20	277.395,52	0,407	1689
INDIO	3.831.743,60	5.180.517,35	3.830.000,00	5.178.160,00	3.473.541,63	4.696.228,28	3.471.798,03	4.693.870,94	0	0	1	R\$ 12.297.846,44	16.626.688,39	0,407	1689
LUIZEUGENIO	1.350,00	1.825,20	0,00	0,00	1.350,00	1.825,20	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 305.000,00	412.360,00	0,120	1689
MARCELOTRINDADE	2.258.319,15	3.053.247,49	2.258.319,15	3.053.247,49	2.258.319,15	3.053.247,49	2.258.319,15	3.053.247,49	0	0	1	R\$ 82.956.391,33	112.157.041,08	0,407	1689
MARCIAITIBURI	5.368.109,14	7.257.683,56	5.368.109,14	7.254.979,56	5.358.093,45	7.244.142,34	5.356.093,45	7.241.438,34	0	0	0	R\$ 711.000,00	961.272,00	0,407	1689
PEDROFERNANDES	1.485.218,19	2.008.014,99	1.332.364,00	1.801.356,13	1.484.753,92	2.007.387,30	1.331.899,73	1.800.728,43	0	0	1	R\$ 1.971.353,42	2.665.269,82	0,407	1689
ROMARIO	4.059.097,13	5.487.899,32	3.941.137,45	5.328.417,83	4.049.857,49	5.475.407,33	3.931.897,81	5.315.925,84	0	0	1	R\$ 5.583.493,30	7.548.882,94	0,407	1689
TARCISIOMOTTA	483.056,91	653.092,94	453.101,91	612.593,78	487.008,75	658.435,83	457.053,75	617.936,67	0	0	1	R\$ 10.000,00	13.520,00	0,407	1689
WILSONWITZEL	2.872.103,50	3.883.083,93	2.804.606,00	3.791.827,31	5.019.841,13	6.786.825,21	5.002.343,63	6.763.168,59	1	0	1	R\$ 400.000,00	540.800,00	0,407	1689
TOTAL	28.400.429,29	38.397.380,40	27.996.869,09	37.851.767,01	36.538.195,58	49.399.640,42	36.184.635,38	48.921.627,03				104.960.936,86	141.907.186,63		
RIOGRADEDONORTE														0,170	956
BRENNOQUEIROGA	279.341,16	377.669,25	0,00	0,00	279.341,16	377.669,25	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 975.000,00	1.318.200,00	0,287	956
CARLOSEDUARDO	3.751.330,00	5.071.798,16	3.703.530,00	5.007.172,56	5.550.965,15	7.504.904,88	5.503.165,15	7.440.279,28	0	0	1	R\$ 3.522.502,89	4.762.423,91	0,287	956
DARIOBARBOSA	49.440,00	66.842,88	29.440,00	39.802,88	29.255,70	39.553,71	26.255,70	35.497,71	0	0	1	R\$ 215.000,00	290.680,00	0,287	956
FATIMABEZERRA	5.559.653,70	7.516.651,80	5.538.114,10	7.487.530,26	6.958.589,14	9.408.012,52	6.937.049,54	9.378.890,98	1	0	0	R\$ 807.668,42	1.091.967,70	0,287	956
FREITASJUNIOR	3.004,00	4.061,41	2.050,00	2.771,60	3.629,00	4.906,41	2.675,00	3.616,60	0	0	1	R\$ 1.103,20	1.491,53	0,287	956
HEROBEZERRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,287	956
PROFESSORCARLOS	284.424,83	384.542,37	262.220,95	354.522,72	284.319,83	384.400,41	262.115,95	354.380,76	0	0	1	R\$ 4.922.716,02	6.655.512,06	0,287	956
ROBINSONFARIA	3.751.758,71	5.072.377,78	3.733.892,05	5.048.222,05	5.383.981,97	7.279.143,62	5.368.115,31	7.257.691,90	0	1	1	R\$ 10.586.005,00	14.312.278,76	0,287	956
TOTAL	13.678.952,40	18.493.943,64	13.269.247,10	17.940.022,08	18.490.081,95	24.998.590,80	18.099.376,65	24.470.357,23				21.029.995,53	28.432.553,96		
RIOGRADEDOSUL														0,240	1705
EDUARDOLEITE	6.179.609,63	8.354.832,22	6.162.109,63	8.331.172,22	7.475.583,28	10.106.988,59	7.463.083,28	10.090.088,59	1	0	1	R\$ 32.517,10	43.963,12	0,095	1705
JAIROJORGE	3.751.330,00	5.071.798,16	3.703.530,00	5.007.172,56	3.668.497,37	4.959.808,44	3.668.497,37	4.959.808,44	0	0	1	R\$ 1.323.679,98	1.789.615,33	0,280	1705
JOSIEVO	4.055.381,83	5.482.876,23	4.053.031,83	5.479.699,03	4.563.8										

COMENDADORVALCLEI	2.163,23	2.924,69	0,00	0,00	4.326,46	5.849,37	2.163,23	2.924,69	0	0	1	R\$ 340.000,00	459.680,00	0,372	1113
CORONELCHARLON	453.005,00	612.462,76	438.305,00	592.588,36	452.914,06	612.339,81	438.214,06	592.465,41	1	0	1	R\$ 1.156.000,00	1.562.912,00	0,372	1113
CORONELMARCOS	613.678,68	829.693,58	553.368,00	748.153,54	576.094,55	778.879,83	515.783,87	697.339,79	0	0	1	R\$ 281.000,00	379.912,00	0,372	1113
EXPEDITOJUNIOR	4.975.289,00	6.726.590,73	4.525.000,00	6.117.800,00	6.734.889,80	9.105.571,01	6.284.600,80	8.496.780,28	0	1	1	R\$ 384.502,57	519.847,47	0,372	1113
MAURODECARVALHO	3.077.345,32	4.160.570,87	2.872.495,32	3.883.613,67	4.558.702,24	6.163.365,43	4.353.852,24	5.886.408,23	0	0	1	R\$ 2.040.632,30	2.758.934,87	0,372	1113
PEDRONAZARENO	35.450,68	47.929,32	2.000,00	2.704,00	35.450,68	47.929,32	2.000,00	2.704,00	0	0	1	R\$ 40.000,00	54.080,00	0,372	1113
PIMENTADERONDONIA	107.528,35	145.378,33	91.628,35	123.881,53	107.401,40	145.206,69	91.501,40	123.709,89	0	0	1	R\$ 120.000,00	162.240,00	0,372	1113
VINICIUSMIGUEL	26.704,00	36.103,81	25.704,00	34.751,81	26.704,00	36.103,81	25.704,00	34.751,81	0	0	1	R\$ 722.005,47	976.151,40	0,372	1113
TOTAL	12.052.565,98	16.295.069,20	10.923.513,02	14.768.589,60	16.727.620,75	22.615.743,25	15.598.567,79	21.089.263,65				16.426.880,36	22.209.142,25		
RORAIMA														0,197	1204
ANCHIETA	4.975.289,00	6.726.590,73	4.525.000,00	6.117.800,00	3.689.152,62	4.987.734,34	3.648.377,62	4.932.606,54	0	0	1	R\$ 2.543.141,46	3.438.327,25	0,157	1204
ANTONIODENARIUM	1.429.200,00	1.932.278,40	1.383.200,00	1.870.086,40	1.428.795,96	1.931.732,14	1.382.795,96	1.869.540,14	1	0	1	R\$ 15.086.267,38	20.396.633,50	0,157	1204
FABIO	29.895,50	40.418,72	0,00	0,00	29.895,50	40.418,72	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 61.000,00	82.472,00	0,157	1204
SUELYCAMPOS	1.521.518,44	2.057.092,93	1.484.518,44	2.007.068,93	1.521.518,44	2.057.092,93	1.484.518,44	2.007.068,93	0	1	0	R\$ 523.721,31	708.071,21	0,157	1204
TELMARIOMOTA	1.520.550,00	2.055.783,60	1.520.000,00	2.055.040,00	1.520.261,40	2.055.393,41	1.519.711,40	2.054.649,81	0	0	1	R\$ 3.527.000,00	4.768.504,00	0,157	1204
TOTAL	9.476.452,94	12.812.164,37	8.912.718,44	12.049.995,33	8.189.623,92	11.072.371,54	8.035.403,42	10.863.865,42				21.741.130,15	29.394.007,96		
SANTACATARINA														0,098	1660
ANGELOCASTRO	600,00	811,20	0,00	0,00	600,00	811,20	0,00	0,00		0	1	R\$ 250.000,00	338.000,00	0,294	1660
CAMASAO	137.697,69	186.167,28	135.197,69	182.787,28	142.403,22	192.529,15	139.903,22	189.149,15	0	0	1	R\$ 13.578,00	18.357,46	0,294	1660
COMANDANTEMOISES	828.908,00	1.120.683,62	734.746,00	993.376,59	806.341,13	1.090.173,21	712.249,13	962.960,82	1	0	1	R\$ 1.838.000,00	2.484.976,00	0,294	1660
DECIO LIMA	1.710.587,87	2.312.714,80	1.709.837,87	2.311.700,80	1.933.842,69	2.614.555,32	1.933.092,69	2.613.541,32	0	0	1	R\$ 2.070.471,91	2.799.278,02	0,272	1660
GELSONMERISIO	6.172.207,16	8.344.824,08	6.063.052,66	8.197.247,20	8.110.870,92	10.965.897,48	8.001.716,42	10.818.320,60	0	0	1	R\$ 722.844,59	977.285,89	0,294	1660
INGRIDASSIS	2.450,00	3.312,40	2.450,00	3.312,40	953,20	1.288,73	953,20	1.288,73	0	0	0	R\$ 0,00	0,00	0,294	1660
JESSEPEREIRA	3.493,78	4.723,59	1.300,00	1.757,60	3.493,78	4.723,59	1.300,00	1.757,60	0	0	1	R\$ 743.514,92	1.005.232,17	0,016	1660
MAUROMARIANI	6.743.410,07	9.117.090,41	6.686.110,07	9.039.620,81	6.742.406,62	9.115.733,75	6.686.106,62	9.039.616,15	0	0	1	R\$ 1.568.423,82	2.120.509,00	0,294	1660
PORTANOVA	3.020,82	4.084,15	3.020,82	4.084,15	2.832,25	3.829,20	2.832,25	3.829,20	0	0	1	R\$ 560.670,84	758.026,98	0,294	1660
TOTAL	15.602.375,39	21.094.411,53	15.335.715,11	20.733.886,83	17.743.743,81	23.989.541,63	17.478.153,53	23.630.463,57				7.767.504,08	10.501.665,52		
SAOPAULO														0,328	1898
EDSONDORTA	600,00	811,20	0,00	0,00	600,00	811,20	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,404	1898
JOAODORIA	18.716.604,00	25.304.848,61	18.694.604,00	25.275.104,61	22.157.193,23	29.956.525,25	22.135.193,23	29.926.781,25	1	0	1	R\$ 189.859.904,76	256.690.591,24	0,405	1898
LILIANMIRANDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	R\$ 0,00	0,00	0,405	1898
LUIZMARINHO	5.937.300,00	8.027.229,60	5.912.700,00	7.993.970,40	5.939.859,53	8.030.690,08	5.915.459,53	7.997.701,28	0	0	1	R\$ 64.520,00	87.231,04	0,406	1898
MAJORCOSTAESILVA	40.798,40	55.159,44	6.800,00	9.193,60	40.072,55	54.178,09	6.074,15	8.212,25	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,405	1898
MARCELOCANDIDO	1.651.450,00	2.232.760,40	1.579.750,00	2.135.822,00	2.051.562,48	2.773.712,47	1.979.862,48	2.676.774,07	0	0	1	R\$ 400.000,00	540.800,00	0,416	1898
MARCIOFRANÇA	19.995.009,54	27.033.252,90	9.791.609,12	13.238.255,53	21.658.514,75	29.282.311,94	11.755.514,33	15.893.455,37	0	1	1	R\$ 427.944,87	578.581,46	0,405	1898
PAULOSKAF	10.648.708,64	14.397.054,08	10.610.878,64	14.345.907,92	10.646.708,64	14.394.350,08	10.608.878,64	14.343.203,92	0	0	1	R\$ 23.837.496,00	32.228.294,59	0,405	1898
PROFESSORCLAUDIO	32.755,00	44.284,76	27.955,00	37.795,16	32.755,00	44.284,76	27.955,00	37.795,16	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,249	1898
PROFESSORALISETE	249.718,44	337.619,33	173.242,17	234.223,41	248.623,32	336.138,73	171.947,05	232.472,41	0	0	0	R\$ 813.704,15	1.100.128,01	0,404	1898
RODRIGOTAVARES	153.191,78	207.115,29	123.740,00	167.296,48	153.130,49	207.032,42	123.678,71	167.213,62	0	0	1	R\$ 185.000,00	250.120,00	0,404	1898
ROGERIOCHEQUER	1.461.173,61	1.975.506,72	1.437.342,66	1.943.287,28	1.460.950,33	1.947.985,14	1.437.119,38	1.942.985,00	0	0	1	R\$ 9.002.477,61	12.171.349,73	0,405	1898
TONINHO FERREIRA	87.949,60	118.907,86	80.378,60	108.671,87	87.781,50	118.680,59	80.210,50	108.444,60	0	0	1	R\$ 697.815,42	943.446,45	0,276	1898
TOTAL	58.975.259,01	79.734.550,18	48.439.000,19	65.489.528,26	64.477.751,82	87.173.920,46	54.241.893,00	73.335.039,34				225.288.862,81	304.590.542,52		
SERGIPE														0,144	906
BELIVALDO	3.324.538,32	4.494.775,81	3.271.234,53	4.422.709,08	4.420.681,60	5.976.761,52	4.367.377,81	5.904.694,80	1	1	1	R\$ 2.054.385,18	2.777.528,76	0,260	906
DREMERSON	79.766,21	107.843,92	32.410,14	43.818,51	79.766,21	107.843,92	32.410,14	43.818,51	0	0	1	R\$ 1.290.395,22	1.744.614,34	0,260	906
EDUARDOAMORIM	3.615.451,00	4.888.089,75	3.600.000,00	4.867.200,00	4.433.777,39	5.994.467,03	4.418.326,39	5.973.577,28	0	0	1	R\$ 319.116,26	431.445,18	0,260	906
EDUARDO CASSINI	500,00	676,00	0,00	0,00	500,00	676,00	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,260	906
GILVANISANTOS	42.258,20	57.133,09	29.433,20	39.793,69	42.224,55	57.087,59	29.399,55	39.748,19	0	0	1	R\$ 200.000,00	270.400,00	0,260	906
JOAOTARANTELLA	19.601,00	26.500,55	12.601,00	17.036,55	19.601,00	26.500,55	12.601,00	17.036,55	0	0	1	R\$ 1.037.685,49	1.402.950,78	0,260	906
MARCIO SOUZA	51.867,69	70.125,12	34.767,69	47.005,92	51.774,82	69.999,56	34.674,82	46.880,36	0	0	1	R\$ 185.000,00	250.120,00	0,176	906
MENDONÇA PRADO	896.300,00	1.211.797,60	857.000,00	1.158.664,00	807.396,14	1.091.599,58	768.096,14	1.038.465,98	0	0	1	R\$ 659.932,24	892.228,39	0,260	906
MILTON ANDRADE	183.927,00	248.669,30	172.797,00	233.621,54	183.927,00	248.669,30	172.797,00	233.621,54	0	0	1	R\$ 3.771.861,63	5.099.556,92	0,260	906
VALADARES FILHO	2.754.940,21	3.724.679,16	2.642.163,61	3.572.205,20	3.499.696,62	4.731.589,83	3.386.920,02	4.579.115,87	0	0	1	R\$ 602.900,90	815.122,02	0,260	906
TOTAL	3.887.034,90	5.255.271,18	3.706.728,30	5.011.496,66	4.542.794,58	6.141.858,27	4.362.487,98	5.898.083,75				5.219.694,77	7.057.027,33		
TOCANTINS														0,177	1045
BERNADETTE APARECIDA	30.396,05	41.095,46	3.600,00	4.867,20	30.396,05	41.095,46	3.600,00	4.867,20	0	0	0	R\$ 0,00	0,00	0,244	1045
CARLOS AMASTHA	4.882.422,00	6.601.034,54	4.849.822,00	6.556.959,34	4.898.387,25	6.622.619,56	4.865.787,25	6.578.544,36	0	0	1	R\$ 16.693.331,91	22.569.384,74	0,244	1045
CESAR SIMONI	44.717,85	60.458,53	36.817,85	49.777,73	44.717,85	60.458,53	36.817,85	49.777,73	0	0	1	R\$ 1.598.861,13	2.161.660,25	0,244	1045
MARLON REIS	297.813,20	402.643,45	289.813,20	391.827,45	1.046.046,74	1.414.255,19	1.038.046,74	1.403.439,19	0	0	1	R\$ 840.000,00	1.135.680,00	0,244	1045
MAURO CARLESSE	2.458.278,31	3.323.592,28	2.352.186,31	3.180.155,89	4.437.929,39	6.000.080,54	4.331.837,39	5.856.644,15	1	0	1	R\$ 1.806.334,90	2.442.164,78	0,244	1045
TOTAL	7.713.627,41	10.428.824,26	7.532.239,36	10.183.587,61	10.457.477,28	14.138.509,28	10.276.089,23	13.893.272,64				20.938.527,94	28.308.889,77		
TOTAL ELEIÇÕES 2018	400.281.361,86	541.180.401,23	376.403.842,72	508.897.995,36	477.956.754,82	646.197.532,52	437.123.678,98	590.991.213,98				861.435.579,23	1.164.660.903,12		
2022															
ACRE														0,353	1038
DAVID HALL	100.000,00	107.830,00	100.000,00	107.830,00	105.9										

AMAZONAS														0.343	965
AMAZONIOMENDES	5.061.900,00	5.458.246,77	R\$ 5.061.900,00	5.458.246,77	5.140.692,35	5.543.208,56	5.140.692,35	5.543.208,56	0	0	1	R\$ 3.908.118,95	4.214.124,66	0.458	965
CAROLBRAZ	6.923.464,21	7.465.571,46	R\$ 6.759.934,91	7.289.237,81	8.478.441,57	9.142.303,54	8.314.912,27	8.965.969,90	0	0	1	R\$ 640.786,35	690.959,92	0.458	965
DRISRAELTUYUKA	214.649,42	231.456,47	R\$ 213.285,92	229.986,21	211.499,05	228.059,43	210.135,55	226.589,16	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0.356	965
EDUARDOBRAGA	8.483.332,14	9.147.577,05	R\$ 8.456.932,14	9.119.109,93	8.552.521,22	9.222.183,63	8.526.121,22	9.193.716,51	0	0	1	R\$ 35.789.885,79	38.592.233,85	0.458	965
HENRIQUEOLIVEIRA	7.015.000,00	7.564.274,50	R\$ 7.015.000,00	7.564.274,50	7.014.728,08	7.563.981,29	7.014.728,08	7.563.981,29	0	0	1	R\$ 744.800,00	803.117,84	0.458	965
NAIRBLAIR	400.000,00	431.320,00	R\$ 400.000,00	431.320,00	400.000,00	431.320,00	400.000,00	431.320,00	0	0	0	R\$ 5.330.000,00	5.747.339,00	0.458	965
RICARDONCOLAU	5.821.700,00	6.277.539,11	R\$ 5.821.700,00	6.277.539,11	5.821.700,00	6.277.539,11	5.821.700,00	6.277.539,11	0	0	1	R\$ 141.000,00	152.040,30	0.458	965
WILSONLIMA	10.367.522,61	11.179.299,63	R\$ 9.800.000,00	10.567.340,00	11.365.483,61	12.255.400,98	10.819.261,00	11.666.409,14	1	1	1	R\$ 225.954,02	243.646,22	0.458	965
TOTAL	44.287.568,38	47.755.284,98	43.528.752,97	46.937.054,33	46.985.065,88	50.663.996,54	46.247.550,47	49.868.733,67				46.780.545,11	50.443.461,79		
AMAPÁ														0.055	1177
CLECIO	2.987.400,00	3.221.313,42	R\$ 2.941.500,00	3.171.819,45	3.431.706,38	3.700.408,99	3.385.806,38	3.650.915,02	1	0	1	R\$ 88.520,23	95.451,36	0.271	1177
GISELDEOLIVEIRA	1.233,00	1.329,54	R\$ 1.233,00	1.329,54	1.233,00	1.329,54	1.233,00	1.329,54	0	0	1	R\$ 160.000,00	172.528,00	0.271	1177
GIANFRANCO	17.250,00	18.600,68	R\$ 17.250,00	18.600,68	17.250,00	18.600,68	17.250,00	18.600,68	0	0	1	R\$ 265.000,00	285.749,50	0.271	1177
GILVAMBORGES	500.000,00	539.150,00	R\$ 500.000,00	539.150,00	499.811,30	538.946,52	499.811,30	538.946,52	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0.271	1177
JAIMENUNES	4.131.495,90	4.454.992,03	R\$ 4.111.095,90	4.432.994,71	4.116.645,80	4.438.979,17	4.110.245,80	4.432.078,05	0	1	1	R\$ 35.774.294,92	38.575.422,21	0.271	1177
JAIROPALHETA	3.000,00	3.234,90	R\$ 0,00	0,00	3.000,00	3.234,90	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0.271	1177
TOTAL	7.640.378,90	8.238.620,57	7.571.078,90	8.163.894,38	4.131.495,90	8.714.439,40	4.131.495,90	8.654.809,41				36.287.815,15	39.129.151,08		
PARÁ														0.208	1061
ADOLFOOLIVEIRA	515.134,77	555.469,82	R\$ 508.199,77	547.991,81	515.113,57	555.446,96	508.178,57	547.968,95	0	0	1	R\$ 491.000,00	529.445,30	0.321	1061
CLEBERRABELO	25.000,00	26.957,50	R\$ 25.000,00	26.957,50	24.997,50	26.954,80	24.997,50	26.954,80	0	0	1	R\$ 40.000,00	43.132,00	0.321	1061
DRFELIPE	15.430,00	16.638,17	R\$ 7.430,00	8.011,77	15.420,00	16.627,39	7.420,00	8.000,99	0	0	1	R\$ 1.720.422,89	1.855.132,00	0.321	1061
HELDER	8.747.647,30	9.432.588,08	R\$ 8.700.000,00	9.381.210,00	10.157.281,24	10.952.596,36	10.109.633,94	10.901.128,28	1	1	1	R\$ 18.751.269,33	20.219.493,72	0.483	1061
MAJORMARCONY	198.000,00	213.503,40	R\$ 179.000,00	193.015,70	199.014,28	214.597,10	180.014,28	194.109,40	0	0	1	R\$ 2.771.291,72	2.988.283,86	0.321	1061
PAULOROSEIRA	6.425,00	6.928,08	R\$ 6.425,00	6.928,08	6.106,74	6.584,90	6.106,74	6.584,90	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0.321	1061
SHIRLEYHELENAROLIMDESOUZA	0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	R\$ 0,00	0,00	0.321	1061
SOFIACOUTO	8.300,00	8.949,89	R\$ 8.300,00	8.949,89	8.300,00	8.949,89	8.300,00	8.949,89	0	0	0	R\$ 286.690,46	309.138,32	0.321	1061
ZEQUINHAMARINHO	5.165.000,00	5.569.419,50	R\$ 5.165.000,00	5.569.419,50	6.147.656,54	6.629.018,05	6.147.656,54	6.629.018,05	0	0	1	R\$ 2.261.665,20	2.438.753,59	0.321	1061
TOTAL	14.680.937,07	15.830.454,44	14.599.354,77	15.742.484,25	17.073.889,87	18.410.775,45	16.992.307,57	18.322.805,25				26.322.339,60	28.383.378,79		
RODÔNIA														0.061	1365
COMENDADORVALQUEIROZ	0,00		R\$ 0,00		0,00		0,00		0	0	1	R\$ 3.160.000,00		0.372	1365
CORONELMARCOSROCHA	9.804.344,31	10.572.024,47	R\$ 9.804.344,31	10.572.024,47	9.794.047,15	10.560.921,04	9.794.047,15	10.560.921,04	1	0	1	R\$ 1.010.000,00	1.089.083,00	0.372	1365
DANIELPEREIRA	505.088,40	544.636,82	R\$ 90.000,00	97.047,00	505.088,40	544.636,82	90.000,00	97.047,00	0	0	1	R\$ 6.600.000,00	7.116.780,00	0.372	1365
IVOCASSOL	466.895,94	503.453,89	R\$ 462.896,07	499.140,83	466.895,94	503.453,89	462.896,07	499.140,83	0	0	1	R\$ 134.363.530,78	144.884.195,24	0.372	1365
LEOMORAES	6.203.412,66	6.689.139,87	R\$ 5.445.712,66	6.772.890,16	6.015.190,16	6.486.179,55	6.015.190,16	6.486.179,55	0	0	1	R\$ 1.983.172,03	2.138.454,40	0.372	1365
MARCOSROGERIO	8.150.663,42	8.788.860,37	R\$ 7.474.721,57	8.059.992,27	10.028.339,67	10.813.558,67	9.383.507,82	10.118.236,48	0	0	1	R\$ 2.327.000,00	2.509.204,10	0.372	1365
PIMENTADERONDONIA	319.285,92	344.286,01	R\$ 305.285,92	329.189,81	319.148,26	305.148,26	329.041,37	305.148,26	0	0	1	R\$ 120.000,00	129.396,00	0.372	1365
TOTAL	25.449.690,65	27.442.401,43	23.582.960,53	25.429.506,34	27.886.409,58	30.069.915,45	26.050.789,46	28.090.566,27				146.403.702,81	157.867.112,74		
RORAIMA														0.235	1242
ANTONIODENARIUM	3.412.000,00	3.679.159,60	R\$ 3.400.000,00	3.666.220,00	3.407.687,08	3.674.508,98	3.395.687,08	3.661.569,38	1	1	1	R\$ 21.552.758,13	23.240.339,09	0.157	1242
FABIOALMEIDA	319.285,92	344.286,01	R\$ 305.285,92	329.189,81	219.745,50	236.951,57	213.245,50	229.942,62	0	0	1	R\$ 26.000,00	28.035,80	0.157	1242
JURACIESCURINHO	1.514.867,38	1.633.481,50	R\$ 1.514.867,38	1.633.481,50	1.679.219,75	1.557.284,38	1.679.219,75	1.557.284,38	0	0	1	R\$ 2.250.000,00	2.426.175,00	0.547	1242
RUDSONLEITE	155.839,00	168.041,19	R\$ 153.839,00	165.884,59	174.423,01	188.080,33	172.423,01	185.923,73	0	0	1	R\$ 1.200.000,00	1.293.960,00	0.157	1242
TERESASURITA	3.532.000,00	3.808.555,60	R\$ 3.532.000,00	3.808.555,60	3.527.226,07	3.803.407,87	3.527.226,07	3.803.407,87	0	0	0	R\$ 922.231,43	994.442,15	0.157	1242
TOTAL	8.933.992,30	9.633.523,90	9.633.523,90	9.603.331,50	8.886.366,04	9.582.168,50	8.865.866,04	9.560.063,35				25.950.989,56	27.982.952,04		
TOCANTINS														0.184	1379
CARMENHANNUD	3.000,00	3.234,90	R\$ 0,00	0,00	3.000,00	3.234,90	0,00	0,00	0	0	0	R\$ 108.342,92	116.826,17	0.146	1379
CORONELRICARDOMACEDO	18.351,00	19.787,88	R\$ 18.351,00	19.787,88	26.551,00	28.629,94	23.951,00	25.826,36	0	0	1	R\$ 905.000,00	975.861,50	0.096	1379
DRLUCIANODOOSWALDOCRUZ	561.761,44	605.747,36	R\$ 78.713,60	84.876,87	127.021,44	136.967,22	78.713,60	84.876,87	0	0	1	R\$ 3.856.900,00	4.158.895,27	0.244	1379
IRAIA	6.924.228,02	7.466.395,07	R\$ 6.800.964,70	7.333.480,24	7.143.007,67	7.702.305,17	7.019.744,35	7.569.390,33	0	0	1	R\$ 2.051.587,15	2.212.226,42	0.244	1379
KAROLCHAVES	214.285,92	231.064,51	R\$ 213.285,92	229.986,21	214.091,40	230.854,76	213.091,40	229.776,46	0	0	1	R\$ 66.000,00	71.167,80	0.244	1379
PAULOMOURAO	2.183.000,00	2.353.928,90	R\$ 2.140.000,00	2.307.562,00	2.208.320,28	2.381.231,76	2.465.320,28	2.658.354,86	0	0	1	R\$ 6.686.462,39	7.210.012,40	0.244	1379
RONALDODIMAS	3.131.250,00	3.376.426,88	R\$ 3.036.150,00	3.273.880,55	7.017.054,48	7.566.489,85	6.921.954,48	7.463.943,52	0	0	1	R\$ 548.208,90	591.133,66	0.146	1379
WANDERLEIBARBOSA	6.594.172,83	7.110.496,56	R\$ 6.508.672,83	7.018.301,91	6.745.726,20	7.273.916,56	6.660.226,20	7.181.721,91	1	1	1	R\$ 2.200.646,94	2.372.957,60	0.244	1379
TOTAL	19.630.049,21	21.167.082,06	18.796.138,05	20.267.875,66	23.484.772,47	25.323.630,15	23.383.001,31	25.213.890,31				16.423.148,30	17.709.080,81		
ALAGOAS														0.196	935
BOMBEIROLUCIANOFONTES	0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 6.500,00	7.008,95	0.399	935
COLLOR	1.214.697,04	1.309.807,82	R\$ 1.173.238,00	1.265.102,54	1.393.560,04	1.502.675,79	1.352.101,00	1.457.970,51	0	0	1	R\$ 6.208.817,09	6.694.967,47	0.399	935
LUCIANOALMEIDA	0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0.399	935
PAULODANTAS	5.737.277,52	6.186.506,35	R\$ 5.471.336,72	5.899.742,39	8.850.673,30	9.543.681,02	8.584.732,50	9.256.917,05	1	0	1	R\$ 5.139.384,67	5.541.798,49	0.399	935
PROFESSORCICEROALBUQUERQUE	229.505,92	247.476,23	R\$ 229.505,92	247.476,23	226.424,20	244.153,21	226.424,20	244.153,21	0	0	1	R\$ 557.490,00	601.141,47	0.488	935
RODRIGOCUNHA	10.109.700,71	10.901.290,28	R\$ 9.836.850,71	10.607.076,12	11.160.073,07	12.033.906,79	10.887.223,07	11.739.692,64	0	0	1	R\$ 515.278,45	555.624,75	0.196	935
RUIPALMEIRA	4.419.000,00	4.765.007,70	R\$ 4.361.200,00	4.702.681,96	4.427.025,56	4.773.661,66	4.369.225,56	4.711.335,92	0	0	1	R\$ 915.141,67	986.797,26	0.399	935
TOTAL	21.710.181,19	23.410.088,38	21.072.131,35	22.722.079,23	26.057.756,17	28.098.078,48	25.419.706,33	27.410.069,34				13.342.611,88			

ROGERIOCARVALHO	3.748.773,21	4.042.302,15	R\$ 3.723.628,21	4.015.188,30	3.930.834,21	4.238.618,53	3.905.689,21	4.211.504,68	0	0	1	R\$ 485.000,00	522.975,50	0,260	1187
VALMIRDEFRANCISQUINHO	3.228.000,00	3.480.752,40	R\$ 3.026.000,00	3.262.935,80	6.626.034,80	7.144.853,32	6.418.034,80	6.920.566,92	0	0	1	R\$ 260.000,00	280.358,00	0,156	1187
TOTAL	18.624.713,58	20.083.028,65	18.304.232,47	19.737.453,87	25.076.367,13	27.039.846,68	24.749.886,02	26.687.802,10				6.523.007,77	7.033.759,28		
DISTRITOFEDERAL														0,401	2913
CORONELMORENO	1.027.000,00	1.107.414,10	R\$ 1.015.000,00	1.094.474,50	1.185.664,31	1.278.501,83	1.173.664,31	1.265.562,23	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,412	2913
IBANEISROCHA	7.055.576,95	7.608.028,63	R\$ 6.940.057,49	7.483.463,99	7.054.514,61	7.606.883,10	6.938.995,15	7.482.318,47	1	1	1	R\$ 79.808.818,88	86.057.849,40	0,412	2913
IZALCI	4.266.632,00	4.600.709,29	R\$ 4.141.032,00	4.465.274,81	4.430.302,66	4.777.195,36	4.304.702,66	4.641.760,88	0	0	1	R\$ 8.705.446,03	9.387.082,45	0,412	2913
KEKABAGNO	533.154,77	574.900,79	R\$ 533.154,77	538.464,36	574.900,79	580.626,12	538.464,36	580.626,12	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,412	2913
LEANDROGRASSI	2.490.612,57	2.739.542,53	R\$ 2.495.084,24	2.690.449,34	2.646.848,73	2.854.096,99	2.601.320,40	2.805.003,79	0	0	1	R\$ 285.000,00	307.315,50	0,412	2913
LEILADOVOLLEI	7.211.912,00	7.776.604,71	R\$ 7.165.912,46	7.727.003,41	7.082.682,45	7.637.256,49	7.036.682,45	7.587.654,69	0	0	0	R\$ 551.162,34	594.318,35	0,412	2913
LUCASSALLES	235.110,00	253.519,11	R\$ 230.789,17	248.859,96	234.533,27	252.897,23	230.212,44	248.238,07	0	0	1	R\$ 1.351.768,64	1.457.612,12	0,412	2913
PARENTE	1.406.188,66	1.516.293,23	R\$ 1.406.188,66	1.516.293,23	1.736.488,66	1.872.455,72	1.736.488,66	1.872.455,72	0	0	1	R\$ 9.200.485,88	9.920.883,92	0,412	2913
PAULOOCTAVIOPO	1.847.746,30	1.992.424,84	R\$ 1.847.746,30	1.992.424,84	1.844.848,87	1.989.300,54	1.844.848,87	1.989.300,54	0	0	1	R\$ 618.868.229,48	667.325.611,85	0,412	2913
RENANARRUDA	12.090,91	13.037,63	R\$ 0,00	0,00	12.090,91	13.037,63	0,00	0,00	0	0	0	R\$ 481.547,42	519.252,58	0,412	2913
ROBSON	10.980,00	11.839,73	R\$ 9.500,00	10.243,85	10.978,00	11.837,58	9.498,00	10.241,69	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,412	2913
TEODORODACRUZTEO	7.300,00	7.871,59	R\$ 7.300,00	7.871,59	53.800,00	58.012,54	53.800,00	58.012,54	0	0	1	R\$ 25.000,00	26.957,50	0,412	2913
TOTAL	26.154.304,16	28.202.186,18	25.791.765,09	27.811.260,30	26.831.216,83	28.932.101,11	26.468.677,30	28.541.174,73				719.277.458,67	775.596.883,68		
GOIAS														0,273	1619
CINTIADIAS	236.335,92	254.841,02	R\$ 236.335,92	254.841,02	249.376,87	268.903,08	249.376,87	268.903,08	0	0	0	R\$ 561.000,00	604.926,30	0,412	1619
EDIGAEDINIZ	126.642,21	136.558,30	R\$ 126.642,21	136.558,30	126.596,35	136.508,84	126.596,35	136.508,84	0	0	1	R\$ 1.037.782,71	1.119.041,10	0,412	1619
GUSTAVOMEDANHA	4.356.626,39	4.697.750,24	R\$ 4.356.626,39	4.697.750,24	6.794.135,16	7.326.115,94	6.794.135,16	7.326.115,94	0	0	1	R\$ 946.133,99	1.020.216,28	0,478	1619
MAJORVITORHUGO	7.330.426,67	7.904.399,08	R\$ 7.280.926,67	7.851.023,23	8.219.267,35	8.862.835,98	8.169.767,35	8.809.460,13	0	0	1	R\$ 1.490.114,99	1.606.790,99	0,412	1619
PROFESSORPATALEAO	13.751,37	14.828,10	R\$ 6.715,00	7.240,78	14.820,91	16.708,33	7.233,59	16.708,33	0	0	1	R\$ 22.000,00	23.722,60	0,412	1619
PROFESSORHELGA	40.256,00	43.408,04	R\$ 23.456,00	25.292,60	96.957,95	104.549,76	96.957,95	104.549,76	0	0	0	R\$ 188.181,80	202.916,43	0,094	1619
RONALDOCAIADO	9.842.577,17	10.613.250,96	R\$ 9.787.387,17	10.553.739,59	9.842.482,22	10.613.148,58	9.787.292,22	10.553.637,20	1	1	1	R\$ 24.874.436,19	26.822.104,54	0,412	1619
VINICIUSPAIXAO	3.000,00	3.234,90	R\$ 0,00	0,00	3.000,00	3.234,90	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 36.295,00	39.136,90	0,412	1619
WOLMIRAMADO	1.032.650,00	1.113.506,50	R\$ 1.020.900,00	1.100.836,47	1.142.602,09	1.232.067,83	1.130.852,09	1.219.397,81	0	0	1	R\$ 1.091.000,00	1.176.425,30	0,412	1619
TOTAL	22.982.265,73	24.781.777,14	22.838.989,36	24.627.282,23	26.488.162,69	28.562.185,83	26.361.686,32	28.425.806,36				30.246.944,68	32.615.280,45		
MATOGROSSODOSUL														0,138	1839
ADONISMARCOS	215.285,92	232.142,81	R\$ 213.285,92	229.986,21	215.208,60	232.059,43	213.208,60	229.902,83	0	0	1	R\$ 164.932,00	177.846,18	0,325	1839
ANDREPUCCELLI	6.000.250,00	6.470.069,58	R\$ 6.000.250,00	6.470.069,58	5.990.745,50	6.459.820,87	5.990.745,50	6.459.820,87	0	0	1	R\$ 6.899.454,32	7.439.681,59	0,325	1839
CAPITAOCTAVIO	2.456.990,26	2.649.372,60	R\$ 2.434.490,26	2.625.110,85	2.456.990,26	2.649.372,60	2.434.490,26	2.625.110,85	0	0	1	R\$ 583.048,98	628.701,72	0,325	1839
EDUARDORIEDEL	9.421.303,37	10.158.991,42	R\$ 9.272.479,12	9.998.514,24	9.921.303,37	10.698.141,42	9.772.479,12	10.537.664,24	1	0	1	R\$ 20.744.288,42	22.368.566,20	0,325	1839
GISELLE	3.854.611,00	4.156.427,04	R\$ 3.800.611,00	4.098.198,84	4.039.689,26	4.355.996,93	3.985.689,26	4.297.768,73	0	0	0	R\$ 0,00	0,00	0,325	1839
MAGNODESOUZA	3.000,00	3.234,90	R\$ 0,00	0,00	3.000,00	3.234,90	0,00	0,00	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,154	1839
MARQUINHOSTRAD	6.658.371,00	7.179.721,45	R\$ 6.381.000,00	6.880.632,30	6.730.683,78	7.257.696,32	6.453.312,78	6.958.607,17	0	0	1	R\$ 2.851.236,09	3.074.487,88	0,325	1839
ROSEMODESTO	6.567.581,29	7.081.822,91	R\$ 6.153.481,29	6.635.298,88	6.566.812,13	7.080.993,52	6.152.712,13	6.634.469,49	0	0	1	R\$ 679.006,49	732.172,70	0,325	1839
TOTAL	35.177.392,84	37.931.782,70	34.255.597,59	36.937.810,88	35.924.432,90	38.737.316,00	35.002.637,65	37.743.344,18				31.921.966,30	34.421.456,26		
MATOGROSSO														0,232	1674
MARCIAPINEIRO	1.423.828,40	1.535.314,16	R\$ 1.373.372,40	1.480.907,46	3.717.312,72	4.008.378,31	3.666.856,72	3.953.971,60	0	0	0	R\$ 0,00	0,00	0,304	1674
MAUROMENDES	2.333.856,53	2.516.597,50	R\$ 2.236.300,00	2.411.402,29	5.038.447,53	5.432.957,97	4.940.891,00	5.327.762,77	1	0	1	R\$ 108.994.271,18	117.528.522,61	0,304	1674
MOISESFRAZ	214.285,92	231.064,51	R\$ 213.285,92	229.986,21	214.285,92	231.064,51	213.285,92	229.986,21	0	0	1	R\$ 115.000,00	124.004,50	0,304	1674
PASTORMARCOSRITELA	304.296,15	328.122,54	R\$ 299.296,15	322.731,04	314.687,48	339.327,51	309.687,48	333.936,01	0	0	1	R\$ 995.000,00	1.072.908,50	0,304	1674
TOTAL	4.276.267,00	4.611.098,71	4.122.254,47	4.445.027,00	9.284.733,65	10.011.728,29	9.130.721,12	9.845.656,58				110.104.271,18	118.725.435,61		
ESPIRITOSANTO														0,181	1723
ADELMO	353.980,30	381.696,96	R\$ 353.980,30	381.696,96	353.491,00	381.169,35	353.491,00	381.169,35	0	0	1	R\$ 29.817.033,43	32.151.707,15	0,159	1723
AUDIFAX	4.052.188,35	4.369.474,70	R\$ 3.975.137,00	4.286.390,23	4.485.976,67	4.837.228,64	4.408.925,32	4.754.144,17	0	0	1	R\$ 1.570.000,00	1.692.931,00	0,412	1723
CAPITAOVINICIUSSOUSA	10.913,12	11.767,62	R\$ 10.913,12	11.767,62	10.913,12	11.767,62	10.913,12	11.767,62	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0,075	1723
CLAUDIOPAIVA	62.910,00	67.835,85	R\$ 7.910,00	8.529,35	62.910,00	67.835,85	7.910,00	8.529,35	0	0	1	R\$ 98.000,00	105.673,40	0,137	1723
GUERINOZANON	473.767,80	510.863,82	R\$ 463.767,80	500.080,82	512.969,38	553.936,18	473.767,80	512.969,38	0	0	1	R\$ 738.632,43	796.467,35	0,114	1723
MANATO	953.573,12	1.028.237,90	R\$ 923.119,12	995.399,35	5.252.727,62	5.664.016,19	5.222.273,62	5.631.177,64	0	0	1	R\$ 10.242.436,66	11.044.419,45	0,159	1723
RENATOCASAGRANDE	6.415.690,16	6.918.038,70	R\$ 6.343.886,16	6.840.612,45	10.091.820,98	10.882.010,56	10.020.016,98	10.804.584,31	1	1	1	R\$ 2.031.420,09	2.190.480,28	0,159	1723
TOTAL	12.323.022,85	13.287.915,54	12.078.713,50	13.024.476,77	21.011.775,57	22.656.997,60	20.767.466,22	22.393.558,83				44.497.522,61	47.981.678,63		
MINASGERAIS														0,132	1529
CABOTRISTAO	101.590,00	109.544,50	R\$ 101.590,00	109.544,50	113.589,84	122.483,92	113.589,84	122.483,92	0	0	1	R\$ 350.000,00	377.405,00	0,281	1529
CARLOSIVIANA	7.479.100,00	8.064.713,53	R\$ 7.422.500,00	8.003.681,75	7.473.872,79	8.059.077,03	7.417.272,79	7.998.045,25	0	0	1	R\$ 3.566.739,62	3.846.015,33	0,405	1529
INDIRAXAVIER	32.813,37	35.382,66	R\$ 11.204,00	12.081,27	29.313,36	31.608,60	7.703,99	8.307,21	0	0	0	R\$ 136,07	146,72	0,405	1529
KALIL	16.239.540,91	17.511.096,96	R\$ 16.082.014,12	17.341.235,83	16.239.393,81	17.510.938,35	16.081.867,02	17.341.077,21	0	0	1	R\$ 3.652.820,88	3.938.836,75	0,405	1529
LORENEFIGUEIREDO	1.347.560,72	1.453.074,72	R\$ 1.347.560,72	1.453.074,72	2.130.568,02	2.297.391,50	2.130.568,02	2.297.391,50	0	0	0	R\$ 123.460,00	133.126,92	0,281	1529
LOURDESFRANCISCO	R\$ 12.090,91	13.037,63	R\$ 0,00	0,00	R\$ 12.090,91	13.037,63	R\$ 0,00	0,00	0	0	0	R\$ 0,00	0,00	0,185	1529
MARCUSPESTANA	R\$ 4.701.801,47	5.069.952,53	R\$ 4.620.000,00	4.981.746,00	R\$ 4.701.801,47	5.069.952,53	4.620.000,00	4.981.746,00	0	0	1	R\$ 1.486.404,04	1.602.789,48	0,281	1529
RENATAREGINA	R\$ 5.528,00	5.960,84	R\$ 5.528,00	5.960,84	R\$ 108.928,28	117.457,36	R\$ 108.928,28	117.457,36	0	0	0	R\$ 0,00	0,00	0,405	1529
VANESSAPORTUGAL	R\$ 171.310,50	184.724,11													

PAULOGANIME	R\$ 1.209.962,35	1.304.702,40	R\$ 1.202.402,35	1.296.550,45	R\$ 1.209.425,24	1.304.123,24	R\$ 1.201.865,24	1.295.971,29	0	0	1	R\$ 212.995,22	229.672,75	0.407	1971
RODRIGONEVES	R\$ 12.501.212,00	13.480.056,90	R\$ 12.501.212,00	13.480.056,90	R\$ 13.656.887,43	14.726.221,72	R\$ 13.656.887,43	14.726.221,72	0	0	1	R\$ 873.800,00	942.218,54	0.289	1971
WILSONWITZEL	R\$ 1.810,00	1.951,72	R\$ 1.810,00	1.951,72	R\$ 6.810,00	7.343,22	R\$ 6.810,00	7.343,22	0	0	1	R\$ 650.000,00	700.895,00	0.407	1971
TOTAL	R\$ 40.051.549,92	43.187.586,28	R\$ 40.020.419,02	43.154.017,83	R\$ 45.828.891,40	49.417.293,60	R\$ 45.797.760,50	49.383.725,15				R\$ 2.589.692,94	2.792.465,90		
SÃO PAULO														0.328	2148
ALTINO	R\$ 328.955,60	354.712,82	R\$ 325.035,60	350.485,89	R\$ 358.929,80	387.034,00	R\$ 355.009,80	382.807,07	0	0	1	R\$ 192.500,00	207.572,75	0.405	2148
ANTONIOJORGE	R\$ 92.884,83	100.157,71	R\$ 50.000,00	53.915,00	R\$ 89.403,33	96.403,61	R\$ 46.518,50	50.160,90	0	0	1	R\$ 350.000,00	377.405,00	0.405	2148
CAROLVIGLIAR	R\$ 46.461,33	50.099,25	R\$ 0,00	0,00	R\$ 46.461,33	50.099,25	R\$ 0,00	0,00	0	0	1	R\$ 205.000,00	221.051,50	0.405	2148
EDSONDORTA	R\$ 11.974,36	12.911,95	R\$ 0,00	0,00	R\$ 11.974,36	12.911,95	R\$ 0,00	0,00	0	0	1	R\$ 14.000,00	15.096,20	0.404	2148
ELVISCESAR	R\$ 7.077.716,45	7.631.901,65	R\$ 7.020.635,91	7.570.351,70	R\$ 7.077.707,11	7.631.891,58	R\$ 7.020.626,57	7.570.341,63	0	0	1	R\$ 2.181.579,58	2.352.397,26	0.424	2148
FERNANDOHADDDAD	R\$ 33.579.785,96	36.209.083,20	R\$ 33.119.338,65	35.712.582,87	R\$ 33.274.682,44	35.880.090,08	R\$ 32.814.235,13	35.383.589,74	0	0	1	R\$ 595.059,29	641.652,43	0.405	2148
GABRIELCOLOMBO	R\$ 10.637,42	11.470,33	R\$ 10.637,42	11.470,33	R\$ 11.747,61	126.967,25	R\$ 11.747,61	126.967,25	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0.405	2148
RODRIGOGARCIA	R\$ 29.566.069,48	31.881.092,72	R\$ 29.566.069,48	31.881.092,72	R\$ 29.566.069,48	31.881.092,72	R\$ 29.566.069,48	31.881.092,72	0	0	1	R\$ 5.678.790,19	6.123.439,46	0.405	2148
TARCISIO	R\$ 38.608.188,69	41.631.209,86	R\$ 38.437.405,37	41.447.054,21	R\$ 37.431.254,72	40.362.121,96	R\$ 37.260.471,40	40.177.966,31	1	0	1	R\$ 2.342.161,77	2.525.553,04	0.405	2148
VINICIUSPOIT	R\$ 1.293.450,99	1.394.728,20	R\$ 1.287.250,99	1.388.042,74	R\$ 1.283.194,69	1.383.668,83	R\$ 1.276.994,69	1.376.983,37	0	0	1	R\$ 2.973.585,72	3.206.417,48	0.405	2148
TOTAL	R\$ 110.616.125,11	119.277.367,71	R\$ 109.816.373,42	118.414.995,46	R\$ 109.257.424,87	117.812.281,24	R\$ 108.457.673,18	116.949.908,99				R\$ 14.532.676,55	15.670.585,12		
PARAMÁ														0.163	1846
ADRIANO TEIXEIRA	R\$ 12.090,91	13.037,63	R\$ 0,00	0,00	R\$ 12.090,91	13.037,63	R\$ 0,00	0,00	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0.142	1846
CARLOSMASSARATINHOJUNIOR	R\$ 11.037.947,08	11.902.218,34	R\$ 10.652.777,51	11.486.889,99	R\$ 14.427.769,29	15.557.463,63	R\$ 14.042.599,72	15.142.135,28	1	0	1	R\$ 8.840.141,19	9.532.324,25	0.401	1846
GOMYDE	R\$ 3.609.625,93	3.892.259,64	R\$ 3.583.125,93	3.863.684,69	R\$ 3.853.973,02	4.155.739,11	R\$ 3.827.473,02	4.127.164,16	0	0	1	R\$ 188.376,27	203.126,13	0.401	1846
IONICORREIA	R\$ 541.389,71	583.780,52	R\$ 540.448,54	582.765,66	R\$ 541.379,14	583.769,13	R\$ 540.437,97	582.754,26	0	0	1	R\$ 620.000,00	668.546,00	0.401	1846
PROFESSORIVAN	R\$ 4.042,00	4.358,49	R\$ 4.042,00	4.358,49	R\$ 3.541,00	3.818,26	R\$ 3.541,00	3.818,26	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0.142	1846
PROFESSORAANGELA	R\$ 244.335,92	263.467,42	R\$ 244.335,92	263.467,42	R\$ 239.712,41	258.481,89	R\$ 239.712,41	258.481,89	0	0	0	R\$ 416.857,29	449.497,22	0.401	1846
REQUIAO	R\$ 4.057.817,75	4.375.544,88	R\$ 4.054.787,75	4.372.272,63	R\$ 4.051.481,31	4.368.712,30	R\$ 4.048.451,31	4.365.445,05	0	0	1	R\$ 896.926,82	967.156,19	0.401	1846
SOLANGEFERREIRABUENO	R\$ 300.700,00	324.244,81	R\$ 300.700,00	324.244,81	R\$ 300.418,20	323.940,95	R\$ 300.418,20	323.940,95	0	0	0	R\$ 82.000,00	88.420,60	0.401	1846
VIVIMOTTA	R\$ 11.416,04	12.309,92	R\$ 11.416,04	12.309,92	R\$ 11.416,04	12.309,92	R\$ 11.416,04	12.309,92	0	0	0	R\$ 32.178,00	34.697,54	0.401	1846
TOTAL	R\$ 19.819.365,34	21.371.221,65	R\$ 19.391.633,69	20.909.998,61	R\$ 23.441.781,32	25.277.272,80	R\$ 23.014.049,67	24.816.049,76				R\$ 11.076.479,57	11.943.767,92		
RIOGRANDEDOSUL														0.239	2087
ARGENTA	R\$ 6.920.671,50	7.462.560,08	R\$ 6.918.221,50	7.459.918,24	R\$ 6.765.154,53	7.294.866,13	R\$ 6.762.704,53	7.292.224,29	0	0	1	R\$ 372.943.176,46	402.144.627,18	0.185	2087
CARLOSMESSALLA	R\$ 9.780,26	10.546,05	R\$ 8.280,26	8.928,60	R\$ 9.725,00	10.486,47	R\$ 8.225,00	8.869,02	0	0	1	R\$ 112,00	120,77	0.322	2087
CESARAUGUSTO	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00	0,00	0	0	1	R\$ 0,00	0,00	0.322	2087
EDEGARPRETTO	R\$ 5.306.091,44	5.721.558,40	R\$ 5.262.515,87	5.674.570,86	R\$ 6.869.534,66	7.407.419,22	R\$ 6.825.959,09	7.360.431,69	0	0	1	R\$ 666.471,79	718.656,53	0.322	2087
EDUARDOLEITE	R\$ 14.714.758,25	15.866.923,82	R\$ 14.509.291,00	15.645.368,49	R\$ 14.641.966,89	15.788.432,90	R\$ 14.439.819,64	15.570.457,52	1	1	1	R\$ 281.374,54	303.406,17	0.095	2087
LUISCARLOSHEINZE	R\$ 5.618.965,00	6.058.929,96	R\$ 5.560.965,00	5.996.388,56	R\$ 6.883.088,52	7.422.034,35	R\$ 6.825.088,52	7.359.492,95	0	0	1	R\$ 8.259.413,60	8.906.125,68	0.018	2087
ONYXLORENZONI	R\$ 16.557.325,64	17.853.764,24	R\$ 15.828.440,10	17.067.806,96	R\$ 17.296.507,99	18.650.824,57	R\$ 16.567.622,45	17.864.867,29	0	0	1	R\$ 981.785,47	1.058.659,27	0.095	2087
PAULOROBERTO	R\$ 3.000,00	3.234,90	R\$ 0,00	0,00	R\$ 3.000,00	3.234,90	R\$ 0,00	0,00	0	0	1	R\$ 397.100,00	428.192,93	0.322	2087
REJANEDEOLIVEIRA	R\$ 58.422,50	62.996,98	R\$ 50.072,50	53.993,18	R\$ 59.172,50	63.805,71	R\$ 50.822,50	54.801,90	0	0	0	R\$ 520.000,00	560.716,00	0.322	2087
RICARDOJOBIM	R\$ 302.987,66	326.711,59	R\$ 301.987,66	325.633,29	R\$ 303.576,18	327.346,19	R\$ 303.576,18	327.346,19	0	0	1	R\$ 7.184.192,00	7.746.714,23	0.107	2087
VICENTEBOGO	R\$ 498.958,90	538.027,38	R\$ 498.958,90	538.027,38	R\$ 498.958,90	538.027,38	R\$ 498.958,90	538.027,38	0	0	1	R\$ 300.000,00	323.490,00	0.322	2087
VIEIRADACUNHA	R\$ 5.255.999,85	5.667.544,64	R\$ 5.255.999,85	5.667.544,64	R\$ 5.255.976,05	5.667.518,97	R\$ 5.255.976,05	5.667.518,97	0	0	1	R\$ 1.092.160,76	1.177.676,95	0.322	2087
TOTAL	R\$ 55.246.961,00	59.572.798,05	R\$ 54.194.732,64	58.438.180,21	R\$ 58.586.661,22	63.173.996,79	R\$ 57.538.752,86	62.044.037,21				R\$ 392.625.786,62	423.368.385,71		
SANTACATARINA														0.101	2018
DECIO LIMA	R\$ 3.887.973,01	4.192.401,30	R\$ 3.877.373,01	4.180.971,32	R\$ 5.042.614,17	5.437.450,86	R\$ 5.032.014,17	5.426.020,88	0	0	1	R\$ 1.490.980,55	1.607.724,33	0.272	2018
ESPERIDIAOAMIN	R\$ 5.224.539,00	5.633.620,40	R\$ 5.166.789,00	5.571.348,58	R\$ 6.549.506,94	7.062.333,33	R\$ 6.491.756,94	7.000.061,51	0	0	1	R\$ 2.894.850,75	3.121.517,56	0.294	2018
GEANLOUREIRO	R\$ 5.532.346,00	5.965.528,69	R\$ 4.425.900,00	4.772.447,97	R\$ 5.530.789,69	5.963.850,52	R\$ 4.424.343,69	4.770.769,80	0	0	1	R\$ 3.218.093,00	3.470.069,68	0.294	2018
JORGEBOEIRA	R\$ 634.226,40	683.886,33	R\$ 634.226,40	683.886,33	R\$ 634.226,40	683.886,33	R\$ 634.226,40	683.886,33	0	0	1	R\$ 7.477.409,40	8.062.890,56	0.060	2018
JORGINHO MELLO	R\$ 12.615.871,44	13.603.694,17	R\$ 12.522.544,22	13.503.059,43	R\$ 13.393.218,42	14.441.907,42	R\$ 13.299.891,20	14.341.272,68	1	0	1	R\$ 2.414.260,41	2.603.297,00	0.061	2018
LEANDROBORGES	R\$ 3.000,00	3.234,90	R\$ 0,00	0,00	R\$ 3.000,00	3.234,90	R\$ 0,00	0,00	0	0	1	R\$ 14.000,00	15.096,20	0.294	2018
MOISES	R\$ 5.027.109,60	5.420.732,28	R\$ 5.027.109,60	5.420.732,28	R\$ 8.156.179,78	8.794.808,66	R\$ 8.156.179,78	8.794.808,66	0	0	1	R\$ 2.030.648,16	2.189.647,91	0.294	2018
ODAIRTRAMONTIN	R\$ 617.540,00	665.893,38	R\$ 527.640,00	568.954,21	R\$ 615.724,89	663.936,15	R\$ 525.824,89	566.996,98	0	0	1	R\$ 6.851.916,64	7.388.421,71	0.272	2018
PROFESSORALEXALANO	R\$ 18.017,69	19.428,48	R\$ 18.017,69	19.428,48	R\$ 18.017,69	19.428,48	R\$ 18.017,69	19.428,77	0	0	0	R\$ 301.480,00	325.085,88	0.060	2018
RALFZIMMER	R\$ 600.000,00	646.980,00	R\$ 600.000,00	646.980,00	R\$ 870.000,00	938.121,00	R\$ 870.000,00	938.121,00	0	0	1	R\$ 1.768.000,00	1.906.434,40	0.294	2018
TOTAL	R\$ 34.160.623,14	36.835.399,93	R\$ 32.799.599,92	35.367.808,59	R\$ 40.813.277,98	44.008.957,65	R\$ 39.452.255,03	42.541.366,60				R\$ 28.461.638,91	30.690.185,24	-	-
TOTAL DAS ELEIÇÕES 2022	R\$ 788.401.437,17	850133269,70	R\$ 778.104.928,88	839030544,8	R\$ 847.733.179,70	914.110.687,67	R\$ 835.640.327,09	901.070.964,70				R\$ 1.903.396.300,93	2.052.432.231,29	-	-